

Maria Beatriz Nizza da Silva



# A PRIMEIRA GAZETA DA BAHIA IDADE D'OURO DO BRAZIL

NUM. 41.

ANNO DE 1817.



IDADE D'OURO

DO BRAZIL.

*Terça feira 27 de Maio.*

Fallai em tudo verdades  
A quem em tudo as deveis.

*Sa e Miranda.*

B A H I A.

**T**emos aqui as Gazetas da Europa até ao fim de Abril; a qual é memoravel, e mais digna da consideração politica, he a suspensão na Inglaterra da lei de *habeas corpus*. Em consequencia desta suspensão tem-se prendido muitos individuos; e trata-se mui seriamente de cortar pela raiz



# IDADE D'OURO



## DO BRAZIL.

Terça feira 27 de Maio.

---

Fallai em tudo verdades  
A quem em tudo as deveis.

*Sa e Miranda.*

---

### BAHIA.

**T**emos aqui as Gazetas da Europa até ao fim de Abril; a cousa mais memoravel, e mais digna da consideração politica, he a suspensão na Inglaterra da lei de *habeas corpus*. Em consequencia desta suspensão tem-se prendido muitos individuos; e trata-se mui seriamente de cortar pela raiz as causas, que concorrião para os tumultos populares, os quaes tanto tem perturbado a tranquillidade publica.

A corrupção geral dos costumes em todas as partes do mundo obriga os Governos sabios a lançar mão de meios extraordinarios, e por isso não admira que o Governo Inglez suspendesse huma Lei fundamental da sua Constituição. *De que servem as Leis, dizia Cicero, quando não ha costumes?*

Se Montesquieu em lugar de escrever hum livro sobre o espirito das Leis, escrevesse sobre o espirito dos costumes, talvez que fizesse maior serviço ao Genero humano; e então a delicada penna daquelle celebre escriptor nos faria ver, que os males do mundo politico procedem da corrupção moral em todas as classes. Desde que não ha honra, inteircza, e as demais virtudes que a Moral nos ensinão, não he muito, que appareçam disturbios publicos, e calamidades geraes. Sejam as Nações mais virtuosas, e logo serão mais felizes, e mais tranquillias.

O Reverendo Provisor desta Diocese acaba de dirigir a todas as Igrejas do Arcebispado a seguinte admoestação, que nos parece cheia de unção Apostolica, e capaz de inspirar em todos os corações, verdadeiros sentimentos de Religião, e fidelidade. =



A PRIMEIRA GAZETA DA BAHIA  
**IDADE D'OURO DO BRAZIL**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Dora Leal Rosa

Vice-Reitor

Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Alberto Brum Novaes

Ângelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

José Teixeira Cavalcante Filho

*Maria Beatriz Nizza da Silva*

A PRIMEIRA GAZETA DA BAHIA  
**IDADE D'OURO DO BRAZIL**

3<sup>a</sup> edição

Editora da Universidade Federal da Bahia  
SALVADOR - 2011

©1978, by Maria Beatriz Nizza da Silva  
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.  
Feito o depósito legal.

2ª edição: 2005

3ª edição: 2011

Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa  
Alana Gonçalves de Carvalho

Arte final desta edição  
Victor França

Ilustração da Capa  
Folha de rosto da publicação *Idade d'Ouro do Brazil*. Typ. de Manoel  
Antonio da Silva Serva, n. 41, ano 7, 27 de maio de 1817, extraída do livro  
Fundação Biblioteca Nacional – São Paulo: Banco Safra, 2004.

Revisão de texto  
O Autor

Sistema de Bibliotecas - UFBA

---

S586 Silva, Maria Beatriz Nizza da.  
A primeira gazeta da Bahia : Idade d'Ouro do Brazil / Maria Beatriz Nizza da  
Silva. - 3. ed. – Salvador : EDUFBA : 2011.  
376 p.

ISBN - 978-85-232-0789-2

1. Idade d'Ouro do Brazil (Jornal) - História. 2. Jornais brasileiros –  
Circulação - História. 3. Jornais brasileiros – Publicação - História.  
4. Jornalismo – Aspectos políticos. 5. Jornalismo – Aspectos sociais. I. Título.

CDU – 07

CDD – 070.4

---

EDUFBA  
Rua Barão de Geremoabo, s/n  
Campus de Ondina, Salvador-BA  
40170-290  
Tel/fax: (71) 3263-6160  
www.edufba.ufba.br  
edufba@ufba.br

# SUMÁRIO

PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO . 9

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO . 13

APRESENTAÇÃO . 17

## Parte I A DESCRIÇÃO DO PERIÓDICO

1 - O capitalista . 23

2 - O redator . 37

3 - O público . 61

## Parte II A GAZETA COMO DOCUMENTO

1 - A urbanização de Salvador . 75

O Passeio Público . 79

A Praça de Comércio . 82

O Teatro de S. João . 88

2 - A riqueza da capitania e do Brasil . 91

A rede de comunicações . 91

Povoar e cultivar . 98

O comércio interno . 120

O tráfico de escravos . 124

Comércio marítimo . 133

Manufaturas . 139

3 - Grupos sociais . 153

O corpo do comércio . 153

Os senhores de engenho . 164

Os artesãos . 172

Os escravos . 173

4 - Vida cotidiana . 183

As casas . 183

Hábitos alimentares . 186

Vestuário e modas . 188

Festas . 191

Divertimentos da elite . 196

Vida associativa . 198

A doença e a morte . 200

5 - A cultura	· 207
A Biblioteca Pública	· 207
Produção e comércio de livros e folhetos	· 217
A circulação de periódicos	· 227
Aulas e colégios	· 238
As Ciências e as Artes	· 255
As Belas Letras e as Belas Artes	· 269

### Parte III A GAZETA E OS EVENTOS POLÍTICOS

1 - Os sucessos de Pernambuco	· 287
2 - O movimento constitucional de 1821	· 307
3 - As facções políticas na Bahia	· 325
4 - O processo de independência	· 337

FONTES	· 373
--------	-------

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA	· 376
----------------------	-------

## PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO

*Luis Guilherme Pontes Tavares\**

Com esta terceira edição de *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil*, um clássico da história do jornalismo brasileiro, a Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) celebra o bicentenário da imprensa baiana, cuja data maior foi o 14 de maio de 2011. Nesse dia, há 200 anos, o zempresário Manuel Antônio da Silva Serva, de origem portuguesa, estreou, em Salvador, o *Idade d'Ouro*, o primeiro jornal de iniciativa privada impresso em território brasileiro. A primeira edição do livro foi publicada em 1978 pela Cultrix (SP) em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC); a segunda edição, revista e ampliada, foi preparada e lançada pela EDUFBA em 2005. Os intervalos entre as edições está diminuindo. Sinal de que a demanda está aumentando.

A autora, professora doutora Maria Beatriz Nizza da Silva, de nacionalidade portuguesa, mas brasileira por opção e pela carreira exitosa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), tem homenageado a Bahia com estudos sobre a sua imprensa. Além do *Idade d'Ouro do Brazil*, ela estudou periódicos baianos e publicou livros sobre o *Semanário Cívico* (EDUFBA, 2009) e o *Diário Constitucional* (EDUFBA, 2011), que circularam no período das lutas da Independência do Brasil na Bahia.

O conhecimento sobre os primeiros jornais baianos, o método que utilizou na pesquisa e a arquitetura que adotou para a apresentação dos resultados elevam a professora Maria Beatriz Nizza da Silva à posição de autora mais produtiva sobre o tema. Isso não desmerece em nada as contribuições valiosas do bibliófilo Renato

Berbert de Castro (*A primeira imprensa da Bahia e suas publicações: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva: 1811-1819*) e do casal Cybelle e Marcelo de Ipanema (*A tipografia na Bahia: documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva*). Esse último foi revisto e ampliado pela autora e a segunda edição foi publicada em 2010 pela EDUFBA.

Registre-se o fato auspicioso para a EDUFBA de sua distinção pelas professoras Maria Beatriz Nizza da Silva, que reside em São Paulo e em Lisboa, e Cybelle de Ipanema, que reside no Rio de Janeiro e é a 1<sup>a</sup> secretária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), quando a escolheram para editar e comercializar os livros sobre a história da imprensa da Bahia, assunto que é de interesse nacional e internacional, sobretudo, por causa do período de que ambas tratam. A diretora da editora, professora Flávia Garcia Rosa, estampa no catálogo da EDUFBA com muita satisfação e reconhecimento, os quatro títulos – três de Nizza da Silva e um de Ipanema – para os quais dedicou pessoal atenção e pediu o empenho e o carinho de sua equipe de profissionais.

Em 2011, ano do bicentenário da instalação da indústria gráfico-editorial na Bahia, bicentenário, portanto, do primeiro livro e do primeiro jornal impressos na Bahia, havia, no âmbito dos estudiosos da história da imprensa, a expectativa de publicação de outros dois títulos: a edição fac-similar do *Idade d'Ouro do Brazil* (1811-1823), para o que houve o desejo manifesto da professora Esther Caldas Bertolotti, baiana da zona do cacau e alta funcionária da Biblioteca Nacional, e a edição de *As Servinas*, título que abrigaria (ou abrigará) as duas partes da pesquisa de Renato Berbert de Castro (1924-1999) sobre os impressos das tipografias da família Silva Serva. A edição fac-similiar tem a perspectiva de se confirmar e sobre isso o setor cultural do Governo do Estado da Bahia demonstra boa vontade. Quanto à obra de Berbert de Castro, os herdeiros

preferiram adiar apesar das providências extraordinárias que foram tomadas para a publicação dela como uma das principais realizações em homenagem aos 200 anos da imprensa baiana.

Somos gratos às professoras Maria Beatriz Nizza da Silva e Cybelle de Ipanema pelos livros que escreveram sobre a imprensa baiana. De minha parte, saliento a gratidão imensa que devo à professora Flávia Garcia Rosa por ter adotado em todas as edições dessas autoras o selo da Coleção Cipriano Barata, criado em 2005 pelo Núcleo de Estudos da História dos Impressos da Bahia (Nehib) para identificar os livros sobre a história da imprensa da Bahia.

\*Jornalista, produtor editorial e professor universitário. É um dos fundadores do Núcleo de Estudos dos Impressos da Bahia – Nehib. É autor do livro *Nome para compor em caixa alta: Arthur Arezio da Fonseca* (Salvador: Egba, 2005).



## PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

Este livro foi publicado em São Paulo em 1978 e portanto havia que atualizar o texto, não só no que se refere à bibliografia mais recente mas também em relação à própria análise da gazeta baiana. Temáticas como a urbanização de Salvador, por exemplo, não tinham sido abordadas na década de 70. Ao longo dos últimos vinte anos tenho recorrido à *Idade d'Ouro do Brasil* em estudos sobre as mulheres, sobre a vida cotidiana, sobre livros e leitura, sobre negociantes, sobre escravos e escravas, sobre formas de sociabilidade. Decidi portanto incorporar novos trechos da gazeta e ampliar os já existentes, devendo ser o novo volume mais abrangente que o anterior.

O ponto de partida deste estudo foi sem dúvida a reconstituição da série o mais completa possível da gazeta baiana, pois os números desde o início da publicação em 1811 e seu término em 1823 se encontravam espalhados por várias bibliotecas. Dois acervos foram fundamentais: o do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, para os anos de 1811 e 1812 e o da Biblioteca Nacional de Lisboa para os restantes anos até 1823. A coleção foi completada com alguns números da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Arquivo Público e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, que possui o primeiro número.

A única lacuna diz respeito ao ano de 1820 e creio, tal como Renato Berbert de Castro, que a publicação da gazeta foi temporariamente interrompida depois da morte de seu proprietário, Manuel Antônio da Silva Serva, ocorrida no Rio de Janeiro em agosto de 1819. Aliás, depois desta interrupção, a gazeta reapareceu em 1821 com novo formato e nova periodicidade: de bi-semanária (publicada às terças e sextas-feiras) passou a diária (excetuados os domingos)

nos primeiros meses desse ano, para em seguida voltar a sair duas vezes por semana.

As coleções de 1811, 1813 e 1817 estão completas, a menos que tivessem sido publicados mais suplementos do que aqueles que foi possível reunir. Estes repetem a numeração do número anterior, e em geral eram publicados no dia seguinte, ou no próprio dia do número em questão, sendo de salientar o caso do n<sup>o</sup> 76 de 1821 que teve 3 suplementos.

Outros anos estão praticamente completos, faltando apenas um número, como ocorreu com os anos de 1812 e 1814. Por estranho que pareça, são os anos mais recentes os mais falhos. De 1823 restam apenas 13 números, sendo o último de 18 de abril, quando alguns historiadores afirmam que a gazeta baiana foi publicada até 24 de junho.

De qualquer modo, a série reunida, 926 números, é mais que suficiente para permitir a análise textual em dois níveis: de um lado, estabelecer as relações entre os três elementos constitutivos do periódico, o capitalista, o redator e o público; de outro, selecionar os textos mais informativos sobre a sociedade baiana do início do século XIX. A riqueza da informação coletada levou-me a concentrar na gazeta, só recorrendo a outros documentos quando estes contribuísssem para uma leitura mais fina do periódico. Também as notas e as referências bibliográficas foram reduzidas ao mínimo, a fim de melhor realçar textos que são praticamente desconhecidos e que poderão auxiliar os historiadores da Bahia em futuros trabalhos.

Hoje não é mais permitida, em nome do rigor da análise, a utilização fragmentária da imprensa periódica ao sabor das contingências da pesquisa e das preferências do pesquisador. É certo que a gazeta, ou o jornal, constitui apenas uma das fontes de que o historiador dispõe, ao lado de outras que está mais habituado a compulsar, mas isso não significa que, se pretender utilizar

corretamente as informações contidas na imprensa periódica, deixe de atentar na “vida”, ou seja, na evolução do seu objeto de estudo.

Um periódico não se mantém idêntico desde que surge até que desaparece, sob um mesmo nome, ou por vezes com nomes diferentes, como ocorreu na Bahia com o *Diário Constitucional* que depois se chamou *O Constitucional*. E o instantâneo que o historiador tira de um ou dois anos de existência (às vezes alguns escassos meses ou mesmo dias) pode redundar numa imagem deturpada. Nelson Werneck Sodré, que rotulou a *Idade d’Ouro do Brazil* de “periódico áulico”, não lhe retirou este rótulo depois do movimento constitucional na Bahia, em 10 de fevereiro de 1821, quando a gazeta baiana se tornou abertamente partidária do constitucionalismo monárquico, atacando o ministério do Rio de Janeiro por ainda não ter aderido às Cortes de Lisboa.



## APRESENTAÇÃO

A reedição do livro *A Primeira Gazeta da Bahia – Idade D’Ouro do Brasil*, da consagrada historiadora luso-brasileira, Maria Beatriz Nizza da Silva, representa mais uma contribuição meritoria que a Edufba oferece à cultura brasileira.

Se a primeira edição da obra representou a divulgação pioneira do periódico, a segunda, revista e ampliada, acresce o seu merecimento desde quando fornece ao texto de 1978, novas observações, feitas pela autora, abrangendo temáticas ainda não analisadas naquela oportunidade. É, pois, um exame mais minucioso da gazeta editada na Bahia a partir de 1811.

Do material analisado, incompleto embora, a autora, além de examinar criticamente a fonte e interpretá-la, enriqueceu-a com o aporte de novas informações bibliográficas, interpretando os fatos narrados a partir de leituras pertinentes a cada um deles, retroagindo, inclusive, na narrativa de acontecimentos e circunstâncias anteriores à publicação do periódico.

A partir, portanto, do reexame do periódico enriquecido de informações de outros autores, Maria Beatriz pôde reconstituir o período inicial do século XIX, revelando o cotidiano da vida da Cidade da Bahia. Faz mais ainda: valendo-se do seu saber e da sua experiência, submerge no mundo dos acontecimentos antigos da vida da Cidade para reinterpretar o período colonial, que conhece como poucos neste país. Sua apreciável compreensão histórica promana da intimidade com a documentação portuguesa e brasileira, circunstância que lhe concede lugar de merecido destaque nos estudos brasileiros.

Utilizando-se de uma gazeta – uma das principais fontes de informação histórica, mas nem sempre a mais confiável – a autora procura comparar os fatos nela transcritos com outras referências encontradas em variadas notícias sobre o período.

Maria Beatriz promove, assim, a divulgação de quase todos os assuntos versados na *Idade D'Ouro do Brasil*, a partir da sua publicação em 1811 e término em 1823. Garimpou em várias instituições brasileiras e na Biblioteca Nacional de Lisboa, detectando a falta de informações sobre o ano de 1820. Tudo indica que a Gazeta deixou de circular algum tempo em função da morte de seu proprietário, Manuel Antônio da Silva Serva, ocorrida em agosto de 1819, no Rio de Janeiro, conforme informam a autora e o saudoso baiano Renato Berbert de Castro.

O trabalho que ora está sendo editado pela Edufba reveste-se da qualidade inerente aos estudos realizados por Maria Beatriz Nizza da Silva e da sua segura interpretação dos acontecimentos históricos.

Hoje, mais do que ontem, esta publicação está enriquecida de preciosas notícias sobre o que se passava em Salvador, pois aqui “desta cidade foi que dimanaram para todas as deste novo império os primeiros orvalhos reanimadores das Ciências e Artes amortecidas, e nela se quebraram primeiro, os vínculos que até então agri-lhoavam o comércio circunscrito e monopolizado”, conforme está dito nos objetivos declarados da mencionada folha periódica.

Ler as páginas deste trabalho de Maria Beatriz é senhorear-se de um sem número de notícias sobre o funcionamento da Cidade do Salvador, suas relações com o Recôncavo e demais áreas da Província, conexões comerciais com os estrangeiros, tensões entre negociantes de escravos e ingleses, harmonia entre baianos e ingleses, o comércio marítimo que aqui se fazia, a frota mercantil e o movimento das embarcações que entravam e saíam no porto de Salvador, situação apenas suspensa em 1821, até que teve fim o processo da independência do país. Assuntos outros tais como: manufaturas, grupos sociais, implantação da máquina a vapor nos engenhos, escravos, a vida cotidiana na cidade, as festas, a música,

os instrumentos musicais, a cultura, a produção e a venda de livros e folhetos, os almanaques, o ensino, as ciências e as artes, a Retórica sagrada e profana, as Belas Artes, os eventos políticos, enfim, tudo quanto se refere à Bahia da época compõe esta obra de extraordinário valor para a historiografia baiana e brasileira.

Salvador, 03 de março de 2005

Consuelo Pondé de Sena  
Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia



# I Parte

## A DESCRIÇÃO DO PERIÓDICO



# 1 O capitalista

Em abril de 1797 o reinol Manuel Antônio da Silva Serva pediu autorização para viajar para o Brasil pois, “em razão de negócios que tinha na cidade da Bahia, precisava com a sua família passar aquela dita cidade da Bahia ajustar com os seus correspondentes”.<sup>1</sup> Foi ficando pela Bahia e, como a Corte portuguesa decidiu fixar-se no Brasil devido às invasões francesas, o negociante não mais pensou em voltar a Portugal.

Matriculado na Real Junta do Comércio, era o que então se designava como “negociante de grosso trato”, com capacidade para negociar com abundantes capitais. Além disso foi nomeado, a 18 de março de 1810, administrador da Real Fábrica de Cartas de Jogar na Capitania da Bahia, função essa que conservou durante vários anos. É preciso lembrar que se tratava de um monopólio que impedia a livre comercialização, como se pode ver pelo seguinte aviso:

O administrador das cartas de jogar Manuel Antônio da Silva Serva faz saber que daqui em diante a ninguém é permitido vender cartas de jogar senão aos administradores parciais autorizados por ele em virtude das Reais Ordens, ou que o estiverem pela Real Fábrica de Lisboa.

Daqui em diante só se poderão vender as cartas nesta cidade na loja da gazeta, na casa de Bernardo Joaquim

de Macedo ao Coberto de Santa Bárbara, na loja de Antônio José Martins na praça nova de São Bento. Na vila da Cachoeira há de vendê-las Manuel José Pereira Coimbra em casa de Miguel Branco da Silva Chaves. Na freguesia de Nazaré, termo da vila de Jaguaripe, Antônio Ferreira Bastos; na vila de Santo Amaro Antônio Teixeira de Sousa; e na vila de Maragogipe em casa de Inácio de Loiola Cavaleiro. Todas as pessoas que ainda conservarem as armas reais sobre as suas portas, ou qualquer outra indicação desta venda, devem retirá-las para evitar as confusões.<sup>2</sup>

Em 1813 tomava medidas, ainda como administrador, contra as cartas falsificadas:

Como pretende cumprir com seus deveres de bom vassalo de S. A. R., visto estar incumbido deste ramo da Real Fazenda, por isso declara que qualquer pessoa que mostrar aonde se fazem as ditas cartas se obriga a dar de prêmio a quantia de 100\$000 Réis em dinheiro, e qualquer pessoa que mostrar aonde se vendam as cartas, sejam falsas ou verdadeiras, sem legítima autoridade, oferece 50\$000 Réis com as mesmas condições acima ditas.<sup>3</sup>

O negociante Silva Serva certamente percebeu que, com a mudança da Corte para o Brasil, se abririam oportunidades de negócio na área da impressão. Em 1809 encontrava-se na Europa para adquirir material tipográfico e, depois de tudo preparado, dirigiu uma petição ao conde dos Arcos, governador da Bahia, pedindo autorização para instalar uma tipografia, primeiro passo para a futura publicação de uma gazeta. O requerimento seguiu seus trâmites burocráticos, sendo enviado pelo governador ao conde de Aguiar, ministro dos Negócios do Reino, mas Silva Serva achou mais prudente dirigir-se ao Rio de Janeiro a fim de acompanhar de perto seu pedido. E na verdade conseguiu que uma carta régia de 5 de feve-

reio de 1811 comunicasse ao conde dos Arcos a autorização para o estabelecimento da tipografia.

Durante sua permanência no Rio de Janeiro tomou logo as providências necessárias para que pudesse imprimir uma gazeta, assegurando aos interessados neste tipo de publicação que tal periódico em nada iria prejudicar a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que tivera seu início em 1808. Assim se entende o teor do ofício do conde de Linhares, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ao conde dos Arcos:

O Príncipe Regente Nosso Senhor, atendendo ao que lhe representaram os oficiais desta Secretaria de Estado que, em conformidade do privilégio exclusivo de só eles poderem imprimir e publicar gazetas e papéis periódicos de qualquer natureza, têm convencionado com Manuel Antônio da Silva Serva, que ora vai estabelecer uma impressão nessa cidade, de aí fazer imprimir e publicar a gazeta, é servido ordenar que V.Ex<sup>a</sup> permita ao referido Manuel Antônio da Silva Serva a publicação da gazeta que ele houver de imprimir em consequência da convenção feita com os oficiais desta Secretaria de Estado, devendo V.Ex<sup>a</sup> nomear para revisor da mesma uma pessoa de reconhecida capacidade, luzes e fidelidade, e de cujos princípios nada haja a recear.<sup>4</sup>

Os oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra abriram mão de seu privilégio na publicação de gazetas (não se sabe se mediante uma contrapartida financeira a ser paga pelo negociante), e para que a gazeta baiana viesse à luz bastava a nomeação de um revisor, ou melhor, de um censor. O conde dos Arcos preferiu assumir ele próprio a tarefa de fazer a revisão da gazeta enquanto não nomeasse alguém para essa função. Assim, ele mesmo elaborou uma série de regras que deviam nortear o redator do periódico e que lhe foram transmitidas a 5 de maio de 1811:

Deverá a *Idade d'Ouro* publicar todos os escritos ministeriais e econômicos, cujo conhecimento convier publicar, discorrendo sobre o interesse público, que deflui das disposições e medidas que neles se contêm.

Deverá anunciar as novidades mais exatas de todo o mundo e que mais interessantes forem à história do tempo.

Deverá contar as notícias políticas sempre da maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendam direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública.

Sempre que a escassez de notícias deixe na folha um espaço disponível, ocupar-se-á este publicando alguma descoberta útil, particularmente por ora às Artes, discorrendo sobre a necessidade de instituir e conservar bons e polidos costumes nas nações, e explicando não só como o caráter nacional ganha em consideração no mundo pela adesão a seu governo e religião, mas metendo à bulha, ou mostrando com graça e pico, quanto têm perdido naquela consideração todas as nações que se deixam despegar do governo e religião de seus pais.

Deverá finalmente a *Idade d'Ouro* fazer menção dos despachos civis e militares, particularmente desta capitania, e escrever os avisos que forem remetidos a seu redator, convenientes à maior facilidade e viveza do comércio.<sup>5</sup>

Só em janeiro de 1812 foi nomeado José Francisco Cardoso para revisor da gazeta. Esta atividade de revisão era distinta do exame e censura de outros escritos que se davam ao prelo, até porque saindo o periódico duas vezes por semana o seu controle censório tinha de ser mais rápido do que a censura de livros e folhetos.

*O Prospeto* da gazeta saiu a 13 de maio de 1811, dia do aniversário do príncipe regente, e no dia seguinte começou a circular a

*Idade d'Ouro do Brazil.* O negociante Silva Serva encarava o seu empreendimento, tipográfico e periodístico, como uma atividade benemérita destinada à propagação das luzes. Assim não hesitou em dirigir uma petição ao príncipe D. João pedindo algumas ajudas financeiras:

Senhor

Diz Manuel Antônio da Silva Serva, negociante matriculado da praça da Bahia, que animado dos sentimentos mais enérgicos e mais eficazes de ser útil ao Estado e à nação, se propusera à dispendiosa empresa de estabelecer uma oficina tipográfica na interessante e populosa cidade da Bahia a fim de excitar, por este meio, os gênios nascentes e derramar os conhecimentos humanos de que, por benefício desta arte, tanto se glorieia o presente século. Esta empresa, que Vossa Alteza Real houve por bem de sancionar e de benignamente animar em carta régia de 5 de fevereiro de 1811, escrita ao governador e capitão-general daquela capitania, meses há que trabalha com a merecida aceitação do público que, ao mesmo tempo que se vê sair do prelo tantos papéis periódicos e avulsos, não cessa de abençoar a providência e liberal sabedoria de V. A. R. por lhe haver concedido uma graça que muito enobrece aquela cidade, e de que podem resultar consequências da maior vantagem para a instrução e polimento dos povos, por isso que facilitam aos talentos os meios mais próprios para se fazerem conhecidos com galardão e proveito. Não se querendo, porém, o suplicante limitar à simples colocação de alguns prelos, mas tendo em vista os progressos mais primorosos de um estabelecimento em grande, há formado um plano muito mais vasto e interessante, e isto debaixo dos pontos de vista que vai a expender.

1º Para aumentar o número das formas e dos caracteres a termos de se poderem imprimir e reimprimir quaisquer

livros ou papéis que se ofereça nos diferentes ramos de Artes ou Ciências, tem mandado vir de Inglaterra e de Portugal abundante cópia de tipos da mais elegante fundição e variedade.

2º Considerando que um tal estabelecimento se conservaria sempre em um estado precário e vacilante se para trabalhar e progredir com regularidade dependesse dos braços e oficiais adventícios, ou dos que engajassem em Portugal e nos países estrangeiros, se lembrou o suplicante de logo mandar habilitar e instruir na arte da composição e da imprensa todos os moços de préstimo que voluntariamente quisessem abraçar esta profissão, e entre os admitidos conta alguns de aproveitamento e de esperança.

3º Ponderando também que, pelas mesmas razões, a tipografia não poderia fazer maiores progressos se para qualquer novo utensil se houvesse mister de recorrer à Europa, o que além de delongas inevitáveis e prejudiciaisíssimas, se perderia igualmente o cabedal exportado, que aliás se pode reverter a proveito dos artistas nacionais e da circulação em geral, se propôs a fazer construir no país os prelos de que carecessem para ampliar a oficina, e não é sem prazer que ele conseguiu fazer acabar o primeiro, o qual em nada cede aos que mandou vir de Lisboa, mas antes na opinião dos entendedores lhe é muito superior pela perfeição das peças, pelo arranjo e disposição da máquina e pela maior facilidade da execução, em abono do que tem o suplicante a honra de pôr na augusta presença de V. A. R. o impresso junto, primeiro fruto do novo prelo.

4º Sendo certo de que um dos motivos que tolhe a publicação de muitos escritos é a dificuldade de encontrar-se no país o papel necessário para a sua impressão, querendo o suplicante remover este estorvo, se tem fornecido de grande quantidade de papel de todos os lotes, e

continua a repetir importantes encomendas deste gênero, a fim não só de satisfazer ao que a publicação diária e corrente exigir, mas também para se propor e reimpressão das obras nacionais de maior fama e interesse público.

5º Conhecendo o suplicante que outro obstáculo ainda mais poderoso, por que muitos escritos ficam sepultados no poder de seus autores e o público privado das produções do espírito e entendimento, é a impossibilidade em que a maior parte deles se acham de suportarem as despesas da impressão e a contingência da maior ou menor extração, pretende ele comprar todos e quaisquer manuscritos que se lhe ofereçam, assegurando desta forma aos AA. aquele interesse real, pronto, que não podem obter de outra maneira.

E 6º, finalmente, atentando o suplicante por uma parte à abundância que oferece o país de vegetais filamentosos, que podem servir de matéria primeira para o fabrico do papel, e por outra parte, lançando as vistas às excelentes localidades que apresenta o terreno para um estabelecimento desta natureza, de que, pelo correr do tempo, se hão seguir os mais felizes resultados, diligencia o suplicante de engajar um mestre e maquinista hábil, que possa encarregar-se de uma obra de tamanha monta.

Exigindo, porém, a execução e o prosseguimento de um plano tal, e que em todas as suas ramificações se deseja ampliar consideravelmente, uma soma de cabedais avultados, quais não pode possuir o suplicante no seu pequeno giro comercial, sensivelmente empatado pelas grandes quantias a que é credor, como mostra o documento em nº 2, e cujo embolso é incerto e moroso, e tendo este empate acrescido notavelmente com o fundo já empregado e subsistente na mesma tipografia para as despesas correntes, da qual não é possível que por ora bastem os rendimentos do seu começo; considerando outrossim que

todas as vezes que estes estabelecimentos se não manejam com grandes cabedais é absolutamente impraticável colher interesses e torná-los vantajosos ao país; por tantas e tamanhas circunstâncias e estribado e induzido o suplicante pelo espírito dos artigos 5º e 6º do providente alvará de 28 de abril de 1809, recorre ele à soberana e augusta munificência de V. A. R., para que seja servido de mandar acudir ao suplicante com uma parte daquela soma que V. A. R. houve por bem de sancionar em aplicação anual a favor das manufaturas e artes, e este testemunho da régia liberalidade a que o suplicante se vê obrigado de recorrer para sustentar e ampliar a sua empresa, não se dignando V. A. R. de concedê-lo como um dom gratuito, segundo o considera e ordena o mesmo alvará, ficará o suplicante obrigado a restitui-lo naquele prazo de tempo e pela forma que a V. A. R. aprouver, assim e da mesma maneira que V. A. R. houve por bem de atender e favorecer a Francisco Inácio de Siqueira Nobre no estabelecimento da sua fábrica de vidros, como se verifica pelo documento nº 3. Aos motivos expendidos, e que sobejam para merecerem de V. A. R. a graça que supplica, seja permitido de acrescentar os que respeitam à fidelidade e patriotismo do suplicante, abonado na oferta gratuita de 400\$000 Réis, constantes do documento nº4, os que partem da consideração de ser o suplicante o primeiro particular que estabeleceu uma tipografia na América portuguesa, e ultimamente os que derivam da atenção que no régio coração de V. A. R. há de produzir uma numerosa família, cuja manutenção e prosperidade está inteiramente pendente da fortuna que o suplicante colher das empresas a que se tem proposto com tanto fervor e patriotismo.<sup>6</sup>

Este longo arazoado do negociante Silva Serva, inspirado pelos empréstimos concedidos ao negociante da Bahia Francisco Inácio de Siqueira Nobre, que instalara a primeira fábrica de vidros

da colônia, e também a Antônio Vieira da Costa, assentava nas dificuldades inerentes ao estabelecimento de uma tipografia, não só no que se referia aos prelos e papel, mas também à mão-de-obra especializada e mesmo à inovação no que se referia à compra de manuscritos para publicação. E apoiava-se numa ideia de protecionismo às novas manufaturas e atividades relacionadas com as artes, já combatida por José da Silva Lisboa nas suas *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil* (1810).

Como não obteve despacho favorável a esta petição, resolveu então encaminhar uma outra em que pedia autorização para cortar pau brasil até 6.000 quintais, exportando depois a madeira para Inglaterra e aplicando os lucros na ampliação da tipografia. Também essa petição foi indeferida: o pau brasil era um gênero privativo da Fazenda Real e a situação do Brasil não exigia o desenvolvimento do empreendimento tipográfico como pretendia Silva Serva, pois mesmo as pequenas oficinas como a do Rio de Janeiro, sede da Corte, não davam grandes lucros, embora ali houvesse maior consumo de livros e papéis.<sup>7</sup>

Este despacho foi redigido em abril de 1814. O negociante tinha mais ou menos por essa época encaminhado uma outra petição no sentido de obter apoio régio para mais um empreendimento.

Senhor. Diz Manuel Antônio da Silva Serva, proprietário da oficina tipográfica desta cidade, que para mais pronto e abundante fornecimento da letra necessária para a composição e impressão de diferentes obras que se oferecem ao prelo, pretende o suplicante estabelecer dentro da tipografia uma fábrica de fundir letra nova e refundir a velha, para cujo fim se propôs José Ezequiel Leitão. E porque V. A. R., pelos seus providentes alvarás de 1º de abril de 1808 e de 28 de abril de 1809, houve por bem facultar a todos os seus vassallos o poderem levantar nestes Estados do Brasil toda e qualquer fábrica, e porque esta

é notoriamente útil ao país, fazendo desnecessária a importação de letra do estrangeiro, portanto recorre o suplicante a V. A. R. para que seja servido conceder-lhe licença para poder estabelecer uma fábrica de fundir e refundir a letra que houver de mister a sua oficina, gozando a mesma fábrica de todas as vantagens liberalizadas no citado alvará de 28 de abril de 1809.<sup>8</sup>

O despacho a esta petição foi dado a 6 de maio de 1814, no sentido de ele requerer à instituição competente, que neste caso era a Real Junta do Comércio. Mas esta seguia a política de não conceder privilégios e não há notícia de que as vantagens pedidas tivessem sido concedidas.

Finalmente conseguiu um empréstimo em fevereiro de 1815. A quantia de quatro contos de Réis foi-lhe emprestada pelo cofre da Junta da Fazenda da Capitania da Bahia, a fim de ser aplicada em benefício e aumento da oficina tipográfica. O pagamento, garantido por fiança idônea, seria feito em prestações anuais de 400\$000 Réis, após decorridos 5 anos da data do empréstimo.<sup>9</sup>

Uma vez obtido o financiamento, Silva Serva viajou para a Europa e o passaporte dado em Lisboa para o seu regresso à Bahia, em outubro de 1815, mostra que o negociante trazia em sua companhia, além de um caixeiro, o impressor Manuel José Porfírio, solteiro, natural de Lisboa, de 43 anos, com o qual certamente contava para aumentar a tipografia.<sup>10</sup>

Antes de sua viagem, Silva Serva divulgou na gazeta o empréstimo que lhe tinha sido concedido pelo governo e esclareceu, de uma vez por todas, que era efetivamente o proprietário da tipografia.

S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, que se tem sempre mostrado o protetor das letras e o generoso recompensador daqueles vassallos zelosos que promovem novos e interessantes estabelecimentos neste país, aca-

ba de ordenar à Junta da Fazenda desta capitania que empreste quatro contos de Réis a Manuel Antônio da Silva Serva para bem da sua tipografia, ficando amortizada por 5 anos esta quantia e pagando-se depois a 400\$000 Réis por ano.

Em um periódico intitulado *O Microscópio*, impresso em Londres, se escreveu por falta de informação que Francisco Inácio de Siqueira Nobre tinha estabelecido nesta cidade uma livraria pública, uma tipografia e uma fábrica de vidros. Todos aqui sabem que esta asserção é falsa. E para que conste ao longe a verdade declaramos: que a livraria foi estabelecida por uma subscrição voluntária; a tipografia foi aqui trazida pelo negociante desta praça Manuel Antônio Silva Serva, como se vê em todos os impressos; e o negociante Siqueira Nobre foi o que levantou a fábrica de vidros.<sup>11</sup>

De regresso da Europa o negociante anunciou ao público, através da gazeta, os melhoramentos por que passara a tipografia, os quais permitiam uma maior variedade de impressos comuns, usados na vida cotidiana, não se restringindo mais a livros e folhetos.

O proprietário da tipografia, querendo levar este estabelecimento à maior perfeição possível, não só tem nela toda a variedade de caracteres, como tórculo com um hábil oficial para imprimir quaisquer estampas, mapas, bilhetes de festas, cartas de enterro, conhecimentos, letras, bilhetes de loteria, etc. Quem tiver suas chapas, por elas se lhe imprime tudo a preço cômodo e nas proporções que quizer.<sup>12</sup>

No número seguinte divulgou as providências que tomara para que a gazeta se tornasse mais estimulante:

O seu proprietário (da tipografia) abriu uma correspondência para Londres e Paris, a fim de ter sempre os me-

lhores periódicos da Europa para a redação da gazeta, a qual se fará mais interessante à medida que crescerem os materiais, donde se possa extrair alguma curiosidade, ou alguma reflexão de Literatura e Política.<sup>13</sup>

A dificuldade em encontrar na Bahia a mão-de-obra especializada de que necessitava na sua oficina tipográfica levou Silva Serva a publicar na gazeta avisos de que recebia aprendizes que quisessem aprender aquela arte. Por outro lado, solicitou do governo a ampliação da isenção de recrutamento para seus empregados, de modo a incluir novos oficiais e aprendizes e mesmo aqueles que trabalhavam na loja da gazeta e não na tipografia. Vejamos sua petição.

Senhor

Diz Manuel Antônio da Silva Serva, negociante matriculado da praça da Bahia e proprietário da primeira e única oficina tipográfica daquela cidade, que havendo V. A. R. graciosa e benignamente facultado ao suplicante a graça de instaurar aquele estabelecimento por carta régia de 5 de fevereiro de 1811, escrita ao governador e capitão-general da Bahia, foi V. A. R. outrossim servido por aviso régio de 28 do mesmo mês e ano, dirigido ao sobredito conde governador, mandar isentar a todos os empregados na sobredita oficina tipográfica dos recrutamentos das Tropas de Linha e Milicianas, enquanto efetivamente trabalharem nos laboratórios da mesma oficina. Providente e magnânima isenção esta, que tem grandemente concorrido para o progresso e prosperidade deste estabelecimento, pois que facilitando a concorrência de maior número de aprendizes os torna mais diligentes e aplicados na aprendizagem do ofício, promovendo entre todos uma útil emulação de trabalho. E porque o suplicante acaba de mandar vir, à sua custa, de Lisboa um hábil mestre livreiro, ao qual além das despesas do transporte e dos avanços do engajamento tem de assistir com avul-

tados estipêndios para o induzir a criar aprendizes e a habilitar oficiais na sua arte, de que aliás não há conhecimentos alguns na capital da Bahia, e que interessa fazer-se conhecida e aperfeiçoada, portanto recorre o suplicante à providência de V. A. R., suplicando a V. A. R. a graça de ampliar a isenção dos recrutamentos das Tropas de Linha e de Milícias ao sobredito mestre livreiro e aos oficiais e aprendizes que se forem admitindo e que efetivamente trabalharem na sobredita loja e arte. Dignando-se V. A. R. outrossim de mandar declarar que a isenção dos empregados na tipografia é compreensiva e igualmente se estende relativamente aos caixeiros e escriturários da mesma tipografia, tanto aqueles que servem dentro e fora daquela oficina como os que se empregam na administração e escrituração da loja de papéis e livros, onde se vendem os impressos da dita tipografia e outros sortimentos da casa.<sup>14</sup>

Pelos avisos colocados na gazeta em 1813 e em 1816 sabemos que o aprendizado da arte tipográfica exigia meninos entre 12 e 15 anos, que soubessem ler na perfeição, escrever e contar, além de serem espertos e desembaraçados. *O Almanaque para a cidade da Bahia. Ano 1812* informa que a tipografia mantinha 6 aprendizes na composição e, como o aviso em 1813 pedia mais 4, é de crer que o negociante já então se preocupava com a ampliação de seu empreendimento, antes mesmo de obter o empréstimo em 1815. Pouco antes de morrer, em 1819, Silva Serva associou José Teixeira de Carvalho ao seu negócio tipográfico, e este juntamente com a viúva manteve a empresa em funcionamento.

Manuel Antônio da Silva Serva não teve concorrentes em sua atividade de impressão. A imprensa na colônia era vista com olhos suspeitosos pelos governantes, que controlavam os portos do Brasil para evitar a entrada de imprensas clandestinas. Quando Silva Serva já tinha instalado sua tipografia e a *Idade d'Ouro do Brazil* já

estava circulando, o governo do Rio de Janeiro ficou extremamente preocupado com um aviso “secretíssimo” enviado de Londres, a 16 de junho de 1811, pelo embaixador D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho a seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares e ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra:

Arrisco este officio para ver se os ventos contrários demoram ainda o paquete e mandar a V.Ex<sup>a</sup> a cópia do aviso que faço por esta mesma ocasião ao Exmo. Conde dos Arcos: ‘Leva o navio *Americana* uma imprensa e duas caixas de tipos para a mesma e tem o capitão ordem de descarregar estas caixas, assim como as cartas que leva, antes de entrar no porto. O costume de fazer contrabando de gêneros faz crível o que me asseveram que nem o capitão do navio português por nome *Americana*, nem N. Barroso, chefe da casa de Barroso, Martins, Dourado e Carvalho, que são nesta cidade os consignatários do navio, saibam o conteúdo das caixas.’ É Hipólito da Costa, editor do *Correio Braziliense*, quem diligencia esta expedição e deu instruções que sem dúvida tendem a ensinar o modo de publicar obras incendiárias contra o governo de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor clandestinamente, e sem que se saiba donde vêm.<sup>15</sup>

Imediatamente o governo do Rio de Janeiro recomendou ao governador da Bahia a maior vigilância, tendente a apreender essa imprensa e tipos, quer fosse a bordo do navio, quer fosse no momento de as caixas passarem pela alfândega, quer mesmo depois de desembarcadas, não deixando de indagar com quem pudesse estar aquele material tipográfico. Era fácil ao governo controlar as duas únicas tipografias então existentes no Brasil, a Impressão Régia no Rio de Janeiro e a de Manuel Antônio da Silva Serva na Bahia. Para este a impressão era um negócio como outro qualquer e por isso não representava o mesmo perigo que uns prelos clandestinos escondidos em algum ponto do imenso território brasileiro.

## O redator

Como os pesquisadores da imprensa baiana há muito disputam sobre a identidade do redator da *Idade d'Ouro do Brazil*, limito-me aqui a apontar algumas certezas e a aventar algumas hipóteses. Primeiramente as certezas: em 1812 o redator da gazeta era Gonçalo Vicente Portela, pois assim o afirma o *Almanaque para a cidade da Bahia*; em 1816 quem redigia o periódico era um padre, segundo informação do cônsul inglês na cidade<sup>16</sup>; o padre Inácio José de Macedo, presbítero secular, professor de Filosofia e pregador régio, foi também redator, tendo ido para Portugal em 1823 depois da independência da Bahia e do fechamento da gazeta, que sempre defendera a adesão às Cortes portuguesas, segundo se lê no *Dicionário bibliográfico* de Inocêncio Francisco da Silva.

Consequentemente não é descabida a hipótese de que o padre a que se referia o cônsul inglês em 1816 fosse já o padre Macedo, embora se ignore a data em que ele substituiu Portela na redação. Outra hipótese que me parece provável é que não tenha havido mais mudanças de gazeteiro e que estes dois tenham sido os responsáveis pela publicação durante os 12 anos de sua existência.

De qualquer modo, é importante assinalar que os dois redatores sucessivos pertenciam à elite culta da época: Portela, em 1812, era professor jubilado de Gramática Latina, e Macedo era

professor de Filosofia. Mais do que tentar retratar suas personalidades, é proveitoso procurar elucidar as normas a que estavam submetidos na sua tarefa, explícitas umas, como as anteriormente transcritas e que foram elaboradas pelo conde dos Arcos, e implícitas outras decorrentes do próprio conceito de gazeta.

Desde o século XVIII a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert assinalava a diferença fundamental entre *gazette* e *journal*, atribuindo ao primeiro gênero um caráter marcadamente noticioso, e possuindo o segundo características mais literárias e científicas. Voltaire, o autor do verbete sobre as gazetas, definidas como “relatos dos negócios públicos”, além de fazer o histórico do seu aparecimento e desenvolvimento desde o século XVII em Veneza até meados do século XVIII, quando em Londres se publicavam mais de 12 gazetas por semana, tecia algumas considerações sobre a veracidade desses periódicos:

Embora (as gazetas da Europa) estejam cheias de falsas notícias, podem contudo fornecer bons materiais para a história, porque em geral os erros de uma gazeta são retificados pelas seguintes, e porque nelas encontramos todos os papéis autênticos que os próprios soberanos nelas fazem inserir. As gazetas de França foram sempre revistas pelo ministério.<sup>17</sup>

Elogiava ainda Voltaire um tipo de gazetas que surgira em Londres, e que a França já imitara, em que os leitores eram informados de tudo o que ocorria durante a semana: os espetáculos, as obras recentes, as mercadorias para vender ou comprar, o preço dos gêneros, enfim, tudo o que contribuía para as comodidades da vida.

Já o verbete *Journal*, da autoria de M. Lalande, definia este como uma publicação periódica contendo os resumos dos livros acabados de imprimir, acompanhados do relato minucioso das descobertas feitas nas Artes e nas Ciências, sendo o mais célebre exemplo o *Journal des Savants*.

Quando surgiu a *Idade d'Ouro do Brazil*, a *Gazeta de Lisboa* já era publicada desde o século XVIII e a *Gazeta do Rio de Janeiro* desde 1808. Havia portanto dois modelos em língua portuguesa que podiam ser imitados. O *Prospecto da gazeta da Bahia*, folheto hoje extremamente raro e que por isso mesmo é aqui transcrito na íntegra, contribui para analisar o conceito de gazeta vigente no início do século XIX, se nos abstrairmos do estilo louvaminheiro em que foi redigido e nos concentrarmos nos objetivos declarados dessa folha periódica.

A predileção com que S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor distinguiu sempre esta cidade, desde o feliz momento em que seu pavilhão real assombrou esta baía, tem sido o manancial de graças sucessivas, que nos fazem augurar a concessão de outras cada vez maiores. Desde a imensidade do oceano tínhamos atraído a curiosidade espontânea do nosso adorável príncipe e foi positiva determinação da sua vontade soberana vir ver-nos e vir felicitar-nos. Desta cidade foi que dimanaram para todas as deste novo império os primeiros orvalhos reanimadores das Ciências e Artes amortecidas, e nela se quebraram primeiro os vínculos que até então agri-lhoavam o comércio circunscrito e monopolizado. Por este modo parece que recobrava a nossa cidade aquela primazia que a sua posição e as circunstâncias do seu estabelecimento lhe guardaram por mais de dois séculos a respeito de todas as mais da América portuguesa. Foi a primeira do Brasil que viu o seu augusto soberano, que o acolheu com aplausos e que desempenhou a denominação de cidade do Salvador. Talvez que por este motivo a munificência verdadeiramente régia não se satisfizesse com o favor distinto de visitá-la e enobrecê-la. Quer diariamente cumular sobre este povo benefícios e mercês. Entre todas as que temos até agora recebido, nenhuma certamente se avanta à de nos facultar o uso da tipografia,

esse maravilhoso meio de propagar com rapidez e segurança as nossas idéias a lugares e a tempos os mais remotos. A de nos permitir a redação de uma folha periódica é sem dúvida graça especialíssima, que põe esta cidade a nível com as de primeira ordem e representação no mundo político. Esta operação pressupõe que o povo em que ela se executa entra com o seu contingente para o comum acervo dos conhecimentos úteis, e que os objetos de puro gosto não jazem ali em abandono e mesmo se não tratam com desprezo. Tal é a cidade da Bahia no conceito do nosso príncipe clementíssimo! Esmeremo-nos, pois, em desempenhá-lo e as concessões graciosas, que nos tem cumulado a sua mão benéfica em três anos sucessivos, sejam-lhe retribuídas nos incessantes cultos justamente devidos à sua magnanimidade benfazeja.

Nós, atentando para a face atual das nações civilizadas do universo inteiro, vendo guerras intermináveis deturpar o risonho semblante da polida Europa, não podemos deixar de sentir uma doce emoção, se conferimos o convulsivo estado de uma política devastadora com a tranquilidade pacífica de que se goza neste vasto império do Brasil. As ciências diariamente se promovem, a agricultura se dilata, as artes se estendem, as fábricas se erigem, o comércio floresce e as quinas portuguesas são consideradas com respeito nos mares do novo e velho mundo. As riquezas afluem de toda a parte, as comodidades aumentam-se cada dia, a justiça e a paz deram-se amigavelmente as mãos para nossa felicidade. Pode-se dizer sem receio que esta é a *Idade d'Ouro do Brazil*. Nem a crítica mais severa tem que repugnar à bem merecida aplicação dum nome tão especioso. Paralelizemos o dourado século de Augusto com a presente idade do Brasil e não temos susto de que se taxe de lisonjeira a alusiva comparação, principalmente na Bahia. Sem descer a detalhes minuciosos, mediremos no complexo de virtudes propriamente reais, que adornam o sublime âni-

mo do nosso vigilantíssimo soberano e que têm caracterizado todos os atos da sua admirável e providentíssima regência. E nós não vemos, em toda a antiguidade, nem outro tempo, nem outro príncipe que se assemelhe ao que a providência suscitou em nossos dias para fundador deste império brasílico. Esta observação assídua faz que, tendo nós de coordenar uma folha periódica nesta cidade e desejando que o seu título só por si seja a mais firme recomendação para os que a lerem, demos à nossa gazeta da Bahia a denominação adequada: IDADE D'OURO

Os nossos compatriotas, à leitura de cada folha, recordarão agradecidos as mercês anteriores e, considerando em torno de si felicidade perene e bens incalculáveis, pressagiarão futuros acrescentamentos de graças imprevistas. O benévolo soberano acolherá assim o devido tributo de gratidão sincera e toda a glória resultante dos benefícios sem número judiciosamente derramados no seu povo, mesmo aquela que necessariamente reflete sobre o seu iluminado ministério é-lhe própria e privativamente sua.

Nem o nosso amável governador e capitão-general fica separado da participação deste louvor. Cada página impressa na Bahia será um padrão durável, que anuncie às gerações futuras as desveladas fadigas do seu governo e os úteis melhoramentos que Sua Excelência o senhor conde dos Arcos meditará e conseguirá na nossa literatura e morigeração. As intercessões prudentes de mecenas officioso valeram a Roma tanto quanto as benéficas propensões do pacificador do universo.

Nós voluntariamente rendemos este testemunho de gratidão a Sua Excelência, abraçando submissos o importante exemplo que a sua bondade nos subministra na escolha, para a abertura de tesouros de tanta preciosidade nesta capitania, do mesmo dia soleníssimo do feliz aniversário do nosso augusto soberano, de quem Sua Excelência obteve honoríficos distintivos em prêmio de ante-

cedentes serviços relevantes. O fausto dia 13 de maio é o garante mais seguro da perdurável consistência de tantos benefícios. É o agradável anúncio do prometido sucesso desta redação, que tornaremos útil e deleitosa quanto as nossas pequenas forças suportarem. Prometer imparcialidade é denunciar indiretamente a falta dela. E todo o homem honesto, muito mais o instrutivo redator, deve a si próprio e ao público a mais estrita veracidade. Numa folha periódica tudo tem o seu lugar. O constitutivo da nossa *Idade d'Ouro* há de ter a exposição dos escritos ministeriais e econômicos, as notícias do tempo presente, assim nacionais como estrangeiras, desta cidade e de todas as mais deste continente. O comércio, assim nacional como estrangeiro, merece uma particular atenção. E todo o invento útil nas ciências, nas artes, nas manufaturas, etc., há de obter a merecida recomendação, logo que as pessoas efetivamente zelosas do melhoramento do país tiverem a bondade de no-lo comunicar em prol comum. Anunciar-se-ão da mesma forma todos os avisos que se desejarem. A emissão da gazeta far-se-á na terça e sexta-feira de cada semana, salvo quando a abundância de notícias fizer necessário um ou mais suplementos extraordinários. Será modelada em meia folha e haverá todo o desvelo a respeito da nitidez e elegância dos tipos e do papel pelo preço de 80 Réis. Tendo-se calculado todas as atuais circunstâncias do país e consultando-se ao cômodo dos senhores subscritores, sem contudo prejudicar aos interesses da oficina, pareceu muito favorável o preço de 8\$000 Réis por ano, ou 4\$000 Réis por semestre, ficando os senhores subscritores vantajosamente indenizados com o recebimento gratuito de todos os suplementos extraordinários em reconhecimento de segurarem a extração do periódico. Devendo saborear-se de concorrer e animar com tão módica porção a utilidade da nação desta capitania e cidade, da qual depende o cômodo individual.<sup>18</sup>

Poderá parecer exagerado ao leitor de hoje o elogio dos governantes (príncipe regente e governador) por uma medida que, segundo escrevia Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*, não devia ser encarada como uma graça ou mercê, mas como um simples ato de justiça numa colônia que jamais tivera suas gazetas locais. Bajulação à parte, a verdade é que os coloniais viam o aparecimento das folhas periódicas como um benefício do qual tinham sido excluídos durante séculos. Só em Lisboa havia, em 1809, 5 cotidianos: o *Diário Lisbonense*, a *Gazeta de Lisboa* que então também se tornou diária, o *Novo Diário de Lisboa*, o *Mensageiro* e o *Journal de Lisboa* (sic). Daí a escolha do nome da gazeta baiana, uma vez que o período joanino e a presença da Corte no Brasil eram considerados como os impulsionadores de uma fase florescente para a colônia.

Quer através das diretrizes baixadas pelo governador, quer pela leitura do *Prospeto*, vemos que a redação da gazeta devia cobrir as seguintes áreas: papéis oficiais, sobretudo os referentes à capitania, notícias nacionais e estrangeiras, e finalmente todas as informações que pudessem ser úteis ao comércio, às artes e às ciências. Este programa diretor foi cumprido com algumas variações: quando faltavam notícias políticas, aumentavam os textos sobre questões locais ou sobre os progressos na agricultura.

O redator publicou, em 1813, umas “Reflexões sobre as gazetas” em que, numa primeira parte, praticamente traduz, com alguns cortes, o verbete de Voltaire na *Encyclopédie*. Na parte final teceu considerações sobre o amor ao soberano e à religião que nada têm que ver com o texto voltaireano, obedecendo apenas à norma ditada pelo conde dos Arcos de que o redator deveria explicar aos leitores “como o caráter nacional ganha em consideração no mundo pela adesão a seu governo e religião”.<sup>19</sup>

Se o caráter noticioso era na época a marca distintiva da gazeta em relação ao jornal, como é que o redator da *Idade d’Ouro do Brazil* tinha acesso às notícias que difundia? Em primeiro lugar,

através dos periódicos estrangeiros que chegavam à Bahia para a Livraria Pública. Aqui tinha o redator à sua disposição, para consulta, sobretudo periódicos ingleses como o *Courier*, o *Morning Chronicle*, *The Times*, *The Weekly Messenger*, *Repertory of Arts and Manufactures*, *The New Annual Register*, o *Ambigu*, e também periódicos portugueses publicados em Londres como o *Investigador português* e o *Correio Braziliense*. Enquanto duraram as guerras napoleônicas, dificilmente chegavam à Bahia periódicos franceses, e mesmo os espanhóis passavam por uma triagem censória, como se pode ver pelo seguinte aviso de 1812:

A Biblioteca Pública recebeu os periódicos e folhas de Londres até o princípio de setembro. Além daqueles de que é subscritora, subscreveu de novo a um intitulado *O Espanhol*. Este periódico parece bem escrito e divisa-se nele muita imparcialidade e muita doutrina, que inspira aos povos o amor da pátria e do governo e que os faz detestar a mania revolucionária e o subversivo sistema com que a França pretende infelicitar o mundo com o pretexto de o regenerar.<sup>20</sup>

O recurso aos periódicos assinados pela Biblioteca Pública apresentava contudo alguns inconvenientes para o redator, pois nem sempre eles se encontravam à sua disposição quando chegavam. Aliás para facilitar o acesso às gazetas a todos os sócios, a diretoria viu-se obrigada a tomar a seguinte medida:

Havendo-se queixado a maior parte dos senhores subscritores da Livraria Pública desta cidade, tanto nacionais como estrangeiros, de não acharem nela os periódicos, quando os procuram ao tempo da sua chegada de Londres e de outras partes, por se terem emprestado aqueles senhores subscritores que os pedem em virtude do que se acha a este respeito estabelecido no Plano da mesma Livraria, e seguindo-se disto desgostarem-se, em

prejuízo de um estabelecimento útil e nascente, tem-se dado interinamente a providência de se não deixarem sair da casa os periódicos e quaisquer gazetas senão oito dias depois de se haverem recebido, em cujo espaço os senhores subscritores as acharão sempre prontas para as lerem na mesma Livraria. E se esta providência não agradar, ou não parecer suficiente, darão as que julgarem mais acertadas na primeira sessão, que se há de fazer em agosto próximo futuro, o que tudo se lhes participa por este meio. (21)

Verdadeiro gabinete de leitura, eram as gazetas, mais do que os livros, que atraíam aqueles que davam sua subscrição para o funcionamento da Biblioteca, daí a disputa pelos periódicos tão logo eles chegavam. E estes eram lidos mesmo assim com quatro ou cinco meses de atraso em relação à data de sua publicação, havendo portanto sempre defasamento no que se refere às notícias publicadas. Tendo em vista esta situação, o proprietário da gazeta, quando em 1815 resolveu ampliar sua empresa, tomou a decisão de subscrever diretamente os melhores periódicos da Europa, a fim de facilitar a tarefa da redação, tanto mais que, no momento em que haviam cessado as campanhas napoleônicas, e com elas as notícias políticas de caráter mais sensacionalista, tão do gosto do público, importava ter à mão material suficiente sobre outros assuntos.

Todas as gazetas do mundo são sempre estéreis quando não há guerras, ou grandes fermentações políticas. E nesse caso deve o redator enfeitar a gazeta à maneira de jornal sob pena de não ser lido, à exceção de algum caso que toca o interesse público, o que raras vezes acontece. Por este método, que é um tanto trabalhoso, será a gazeta mais curiosa e se irão espalhando mais idéias relativas à indústria e ao saber dos homens, que foi o liberaisíssimo fim para que S. A. R. concedeu a imprensa no Brasil. Por algumas vezes temos nós feito a gazeta de-

baixo deste ponto de vista e, se não tem sido sempre esse o nosso estilo, é porque as revoluções políticas da Europa nos obrigavam a narrar cenas trágicas e também porque o maior número dos leitores mais estima uma gazeta cheia de guerras ou críticas do que uma cheia de erudição. A maior parte dos homens quer só deleitar-se com fatos estrondosos e, na falta destes, quer nutrir-se com o sal da sátira. Mas o redator não pode inventar fatos, nem deve usar da sátira. Por muito mal feita que fosse uma gazeta todos a desejariam ler se ela, v.g., dissesse que Bonaparte tinha tornado à França, ou que o Grão Turco se achava com seu exército em Paris. Com fatos de tal natureza todas as gazetas seriam boas, mas isto é impossível.<sup>22</sup>

A principal fonte de informação do redator da *Idade d'Ouro do Brasil* era portanto a imprensa estrangeira para tudo o que dizia respeito a notícias políticas internacionais. Só em 1817 surge algo parecido com uma reportagem, mas este exemplo constitui uma exceção:

Chegou aqui um navio da Rússia, o qual tocou nos portos da Holanda e trouxe vários gêneros russianos e holandeses. Daqui saiu para o Rio de Janeiro, pensando que lá faria melhor negócio. Não trouxe gazetas da Europa, nem conta coisa memorável que tenha acontecido por lá. (...) Inquirimos do navio russo sobre o estado da Suécia e sabemos que a conjuração armada contra Bernadotte se parecia com a outra que se formou contra Gustavo III por alguns fidalgos descontentes.<sup>23</sup>

Quanto às notícias nacionais, do Brasil em geral ou da Capitania da Bahia em particular, eram sobretudo os papéis públicos que forneciam a informação, mas o redator encontrava-se parcialmente tolhido pela convenção, ou acordo, que o proprietário fizera com os responsáveis pela publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* a fim de não entrar em concorrência com eles.

Como algumas pessoas se têm queixado por não ver nesta folha os alvarás e leis que vão saindo na Corte sobre diferentes objetos, respondemos a este injustíssimo queixume que a impressão de semelhantes papéis foi concedida à Impressão Régia do Rio por decreto de 1808. A respeito, porém, de alguns papéis diplomáticos, que interessam ao público e que podemos imprimir nesta folha, declaramos que só os podemos publicar quando nos constam pela gazeta da Corte. Estamos muito convencidos de que é melhor tratar das coisas do Brasil que das estrangeiras, e protestamos ocupar a pena com preferência sobre o que diz respeito ao comércio e lavouras e às fábricas, mas é preciso que estes diferentes ramos nos subministrem assuntos, e então faremos o mesmo que já fizemos quando se introduziu a cana de Caiena e a máquina a vapor. Tem por ventura havido alguma coisa de mais na lavoura desta capitania?<sup>24</sup>

Assim, no que se refere aos papéis públicos, a *Idade d'Ouro do Brazil* limitava-se a divulgar os despachos por ocasião dos aniversários régios (nomeações, promoções, graças honoríficas), alguns editais do Senado da Câmara da Bahia e pouco mais. Quanto às notícias referentes a temas de interesse local, o redator contava sobretudo com a colaboração dos leitores. Mas havia incidentes que ele próprio observava, como por exemplo as consequências trágicas, na cidade baixa, das fortes chuvas que caíram no inverno de 1813, ou as escaramuças entre as embarcações americanas e inglesas quando as relações entre os Estados Unidos e a Inglaterra andavam tensas. Assim relatou em 1813 que duas fragatas americanas, cruzando a pouca distância da barra, tinham tomado uma escuna inglesa e obrigado um navio de Liverpool a dirigir-se para a praia das armações de peixe, correndo este o risco de encalhar.

Se no *Prospecto* lemos que o redator devia ao público “a mais estrita veracidade”, se a gazeta saiu sempre com a epígrafe de Sá de Miranda, “Falai em tudo verdades/ A quem em tudo as deveis”, é natural que se note, por parte da redação, a preocupação em distinguir o boato, o “rumor” como então se dizia, da verdadeira notícia, e em recusar a divulgação de informações pouco fidedignas, como se observa no seguinte texto:

A falta de navios de Lisboa e de Cádiz tem nos deixado em grande atrasamento de notícias sobre as campanhas da Espanha. Tem corrido aqui um boato de que o exército de Massena fora derrotado pelo exército aliado a pouca distância de Burgos, mas indagando este negócio não lhe achamos ainda um fundamento e concluímos que estas são daquelas que aqui se denominam ‘notícias de Pernambuco’.<sup>25</sup>

Nem sempre, contudo, o redator escapava à tentação de publicar notícias pouco fundamentadas. Mas logo se corrigia, principalmente quando se tratava de eventos locais que podiam ser de conhecimento público. Assim, depois de ter noticiado o naufrágio de uma galera inglesa na praia de Itapoã, anunciando um morto e realçando o esforço dos naufragos para se salvarem, foi obrigado a desdizer-se, passada uma semana:

Quando nós anunciamos o naufrágio, que teve há poucos dias a galera inglesa que voltava do Rio de Janeiro, deixamo-nos levar pelo rumor que corria na cidade, mas indagando depois o fato, vimos que tinha havido engano no lugar e nas circunstâncias. Primeiramente, a tal galera deu à costa na praia da Pituba, légua e meia da cidade, e não na de Itapoã. Em segundo lugar, escapou a gente toda, sem que morresse uma só pessoa, como se tinha dito. Em terceiro lugar, não foi a destreza dos naufragantes, mas o socorro que se lhes deu de terra que os salvou.

Conhecida a perigosa situação em que se achava a galeira, mandou o escrivão deputado da Junta da Fazenda Real, Francisco Gomes de Sousa, as lanchas e os escravos de uma armação de peixe que tem naquele sítio, e com grande detrimento e despesa salvou não só a gente como alguma parte da carga.

O desejo de adiantar as notícias nos obriga às vezes a escrever o que diz o povo, mas seremos sempre fiéis à verdade e, desde que ela aparecer, faremos uma retratação sincera da incúria e do engano.<sup>26</sup>

Como averiguava o redator a veracidade das notícias veiculadas pela imprensa estrangeira? Percebe-se que ele hesitava entre dois caminhos: copiar escrupulosamente o que estava escrito nesses periódicos, ou então executar uma certa crítica da informação, conforme esta lhe parecesse mais ou menos plausível. Sua atitude variava conforme a fonte informativa em questão, considerando uns periódicos mais fidedignos do que outros.

O conceito universal, que tem merecido a gazeta inglesa do *Times*, nos obriga a extrair dela tudo que nos pode instruir sobre o estado atual da Europa e, como ninguém suspeita da veracidade e critério deste autor, podemos contemplar as suas reflexões como outros tantos oráculos, despidos de venalidade e impostura, e que são mais dignos de crédito que todos os boletins e participações que se têm escrito no norte sobre as campanhas dos russos e dos franceses.<sup>27</sup>

A desconfiança em relação aos periódicos franceses manteve-se durante todo o período napoleônico mas, como as folhas inglesas muitas vezes retiravam delas algumas notícias, o gazeteiro da Bahia achava por bem fazer o mesmo, embora sempre com ressalvas:

A pouca fé que merecem os jornais de França é a causa de não termos feito deles quase nenhuma menção e por

isso temos descrito sempre as campanhas do norte segundo as relações dos russos. Agora, porém, faremos menção daqueles jornais e copiaremos fielmente os seus artigos, pois a tardança do correio de março tem esterilizado muito a nossa folha. As seguintes notícias são extraídas do *Jornal do Império* e inseridas nas folhas inglesas de fevereiro.<sup>28</sup>

Deste modo só a falta de material noticioso por não terem chegado ao porto os correios marítimos é que levava o redator a utilizar material francês, mas mesmo assim em segunda mão, através da filtragem inglesa. Em período de guerra intensa na Europa, a Inglaterra e seus aliados eram dignos de crédito em seus relatos, enquanto tudo o que a França produzia de periódicos era olhado com desconfiança.

Quando, em época de acalmia política, as gazetas americanas e as europeias apresentaram versões contraditórias acerca da emigração da Europa para os Estados Unidos, o redator da gazeta baiana optou por apresentar as duas, sem escolher nenhuma delas, alegando aliás que não era seu papel fazer tal escolha.

O *Correio* de Londres e a *Gazeta de Lisboa* continuam a transcrever algumas cartas verdadeiras ou apócrifas, escritas dos Estados Unidos, nas quais se pintam as inclemências que ali sofrem os emigrados da Europa. Talvez que estas cartas sejam exageradas e unicamente destinadas a fazer esfriar o furor dos emigrantes. Agora lemos em uma folha americana uma invetiva contra os gazeteiros da Europa que, por este modo, querem desacreditar o governo americano com o pretexto de que os emigrados não são ali tratados de melhor condição que os escravos. A maior razão que dá o periódico dos Estados Unidos é que aquele governo não deve fomentar ociosos, que ali todos devem trabalhar, e que não há nada ilícito no contrato que fazem os americanos com os emigrados, pagando-lhes a passa-

gem para cobrarem a despesa dos anos estipulados para o serviço de cada um. É verdade que o homem não pode alienar a sua liberdade e por Direito Natural é nulo todo o contrato em que o homem renuncia direitos inalienáveis, porém pode engajar a sua indústria a troco de algum interesse. Aliás não haveria remédio para os pobres, nem poderiam melhorar a sua sorte trocando o seu trabalho pelas superfluidades dos ricos. O trabalho e a indústria são os gêneros que os desgraçados vendem aos americanos para poderem ali subsistir, e aqui nada há de injusto e antipolítico. Como porém em todo o contrato costuma haver abusos, não sabemos se os queixumes daquelas cartas são justos. E nem é do nosso dever entrar em semelhantes averiguações, mas sim copiar o que achamos escrito, e fazer algumas reflexões na hipótese de ser verdade o que se escreve.<sup>29</sup>

Na sua tarefa de redigir a folha duas vezes por semana, o gazeteiro umas vezes enfrentava escassez de notícias, e outras vezes tinha de lidar com uma abundância excessiva. No primeiro caso, dado que não podia inventar notícias, nem convinha divulgar boatos ou rumores, ocupava-se com a publicação de papéis oficiais e com a elaboração de algumas conjeturas, pois estas, ao contrário dos boatos, não eram incompatíveis com a ética do periodismo da época. Quando, porém, os acontecimentos se sucediam com uma rapidez vertiginosa, então a redação ocupava-se com as últimas notícias, embora posteriormente comentasse mais demoradamente alguns eventos dignos de nota. O texto que se segue, de 1814, mostra bem as dificuldades de um relato jornalístico que aspirava a um caráter mais literário, mais minucioso e cuidado. A narrativa se atropelava pois a sucessão dos eventos era difícil de ser traçada em poucas palavras.

Os últimos acontecimentos do norte, que têm mudado a face da Europa, e que já principiam a influir sobre a fortuna das outras partes do mundo, não se podem devida-

mente narrar na estreiteza e estilo dos periódicos. E seria mais justo que um novo Xenofonte organizasse, em um grande corpo de História, os estrondosos sucessos que, desde um ano a esta parte, vão influir sobre o destino dos séculos. Do modo que nos tem sido possível, temos desenvolvido a série destes sucessos, mas ela tem sido perturbada muitas vezes por alguns incidentes, que é preciso adiantar. E talvez que isto tenha feito alguma confusão na nossa folha, que não sabemos remediar.

Ainda não acabamos com a narração das campanhas até 19 de outubro e já temos dado notícias até 12 de novembro. Esta confusão, porém, é mais bela do que a mais bela ordem, e isso mesmo prova que a fortuna dos aliados é tão ligeira e gloriosa que não é possível seguir-lhe os passos à risca.<sup>30</sup>

Embora uma das normas estabelecidas pelo conde dos Arcos para a redação da gazeta baiana prescrevesse que as notícias políticas deviam ser dadas “da maneira mais singela”, anunciando os fatos sem interpor quaisquer comentários tendentes a “dar qualquer inflexão à opinião publica”, o redator não a seguiu à risca e, ao enunciado do fato, segue-se por vezes um juízo de valor, embora em questões mais sociais do que políticas, como as que se seguem:

O rei de Nápoles mandou estabelecer cemitérios distantes da cidade e proibiu os enterros nas igrejas em atenção à saúde pública. Adiante ele vá com tão sábia resolução. Esta foi a antiga prática da Igreja, que se alterou por interesses mal entendidos. Nos antigos templos só se enterravam e guardavam os ossos de alguns santos, e não imundos cadáveres, os quais por melhor que se entrem, evaporam das sepulturas e inficionam o ar que respiramos.<sup>31</sup>

É preciso não esquecer que a Coroa portuguesa, antes mesmo de se instalar no Rio de Janeiro, ordenara aos governadores das

capitanias que combatessem o enterramento nas igrejas e, depois disso, uma obra publicada pela nova Impressão Régia defendeu a criação de cemitérios ao mesmo tempo que apontou, de forma vigorosa, os inconvenientes para a saúde resultantes da antiga prática. O redator, portanto, aqui não fazia mais do que defender a posição do governo nesta matéria, a propósito de uma medida semelhante tomada pelo rei de Nápoles.

Num outro texto defende calorosamente o liberalismo mercantil recentemente adotado pela Coroa em 1808 ao criticar uma sociedade americana recém-criada:

Nos Estados Unidos da América tem-se formado uma sociedade cujo fim é a diminuição da introdução de gêneros estrangeiros, principalmente ingleses.

Bem aviado está o comércio do mundo e a massa geral da riqueza, se as nações começam a proibir os gêneros estrangeiros. Ficaré o mundo todo espartano e tornaremos aos antigos tempos dos patriarcas, cujo luxo no vestir eram peles de carneiro e nas mesas um pão subcinerício. Se a Inglaterra faz ciúmes com a sua riqueza, não vemos outro remédio senão imitar a sua conduta.<sup>32</sup>

Os juízos de valor em questões acerca das quais o governo tinha uma posição claramente definida permeiam portanto as notícias dadas pelo gazeteiro. Resta agora examinar o que era um evento importante para o redator. Quais as notícias dignas de registro e aquelas que eram tidas como frívolas e impróprias da pena jornalística? Todo evento político, no sentido amplo do termo, era considerado relevante: uma campanha militar, um discurso, um aniversário na família reinante, a morte de um alto dignatário eclesiástico. Eram-no também todas as medidas que dissessem respeito ao comércio, às manufaturas, à agricultura, pois eram estas atividades que faziam a riqueza das nações. Mas que uma gazeta de Frankfurt descrevesse longamente Madame Catalani e sua atuação no palco

era considerado frivolidade pelo redator da gazeta baiana, que não poupava ironias e apartes contra “as ninharias” de que andavam cheias as gazetas europeias, depois que a situação política se acalmara. Ele preferia preencher os vazios noticiosos com algumas “peças de erudição” e algumas “reflexões políticas”, a fim de que insensivelmente se introduzisse na sociedade baiana “o gosto de pensar” naqueles que nada mais liam além dos periódicos.

Quanto às notícias locais, se excetuarmos editais camarários ou as subscrições para obras públicas, só mereciam menção nas páginas da gazeta as catástrofes: um naufrágio, um incêndio, uma enxurrada. O ano de 1813 foi de grandes chuvas e os males que delas resultaram foram minuciosamente descritos, não perdendo o redator a ocasião de elogiar as autoridades e as providências por elas tomadas durante a catástrofe.

No dia 14 do corrente, à uma hora da tarde, aconteceu aqui um desastre, que tem consternado toda a cidade, e cuja perda ainda não se pode bem calcular.

A ribanceira, que se eleva em frente do trapiche do Barnabé ao Pilar, desabou de improviso com tal porção de terra e com tal ímpeto que só escapou aquela metade do trapiche que demora para a banda do mar. A rua ficou entulhada de um grande monte de terra e do arvoredado que cobria a ribanceira, e as casas que faziam o frontispício do trapiche ficaram demolidas. Morreram algumas pessoas que neste momento passavam pela rua; e das que habitavam as sobreditas casas mui poucas escaparam a muito custo e maltratadas. Tocou-se logo a rebate e o excelentíssimo senhor conde governador foi o primeiro que apareceu em cima daquele montão de lastimosas ruínas. O seu exemplo e preceito chamou ali toda a oficialidade militar e dentre ela se distinguiram em trabalho, acompanhando sempre ao excelentíssimo senhor conde, o tenente-coronel Cosme Damião da Cunha Fidié, o major

do dia Manuel Gonçalves e o capitão da Legião Pedro Joaquim de Lacerda. Concorreram muitos piquetes e trabalhou-se com tanta atividade que ainda se tiraram algumas pessoas vivas. Continua-se a trabalhar no desentulho, que é obra de muitos dias. E como algumas casas edificadas no cimo da ribanceira ameaçavam maior ruína, o excelentíssimo senhor conde governador tratou logo de as mandar arriar. As grossas chuvas dos dias antecedentes concorreram para esta desgraça; porém a sua causa primária é o furor de levantar grandes edifícios na eminência que domina a cidade baixa, a qual está cheia de vertentes de água, que insensivelmente vão dissolvendo a terra e aluindo a rocha. A cultura de capim, que se tem feito pela encosta, também concorre grandemente para estes desastres, porque se têm arrancado os arbustos naturais, cujas raízes, por muito compridas e rijas, penetram e consolidam a terra. Porém estas reflexões só lembram depois do mal sucedido; daqui a poucos dias tudo esquece, e só a natureza se não esquece de ir de quando em quando punindo a nossa ignorância e a nossa temeridade.<sup>33</sup>

Em meados de novembro de 1812, o redator, que já habitualmente divulgava a lista das embarcações entradas no porto, tornou a gazeta ainda de maior utilidade para os leitores comerciantes anunciando a lista das que estavam para sair para diversos portos e que recebiam fretes ou passageiros. De grande relevância numa cidade comercial como Salvador eram as listas de preços de gêneros da estiva e de produtos da terra, que passaram a ser publicadas em meados de 1813.

Para finalizar esta análise do modo como era redigida uma gazeta na Bahia no início do século XIX, resta examinar um ponto fundamental: a censura. Já assinalamos que a revisão das folhas periódicas era uma prática do Antigo Regime, tal como o exame prévio dos livros e folhetos. Mas, mesmo depois do movimento cons-

titucional de 10 de fevereiro de 1821, a censura continuou a existir. Basta ler a seguinte portaria assinada pelos membros da Junta Provisional do Governo, em 19 de fevereiro:

Porquanto nas atuais circunstâncias se faz necessário facilitar a impressão e leitura de bons livros e papéis nacionais e estrangeiros, assim para que o público tenha conhecimento dos sucessos importantes, como para que por meio de ideias sólidas e úteis se dirija e retifique a opinião pública, guardados os limites de uma bem entendida liberdade civil, que por ora não pode deixar de ser regulada por uma censura prévia que assente sobre princípios liberais. Por estas e outras considerações a Junta Provisional do Governo desta província há por bem criar uma comissão que se denominará Comissão de Censura. São para ela nomeados o desembargador Francisco Carneiro de Campos, o desembargador Joaquim Inácio Silveira da Mota e Diogo Soares da Silva e Bívar. Sem a licença de um dos membros desta comissão se não poderão imprimir quaisquer gazetas, periódicos, livros e mais papéis que se queiram oferecer à estampa, e bem assim sem a referida licença se não admitirão a despacho os livros que vierem do estrangeiro. A comissão, para conceder ou denegar estas licenças, se regulará pelas instruções dadas no ofício do Governo Supremo de Lisboa, de 21 de setembro próximo passado, e publicado na gazeta daquela capital de 23 do mesmo mês e ano.<sup>34</sup>

As instruções a que se refere esta portaria diziam que a imprensa não devia ser veículo de paixões particulares, nem de princípios subversivos da ordem e tranquilidade pública, nem de doutrinas, ou ainda expressões, que pudessem alterar a harmonia e as relações políticas com as outras nações, mas sim um meio de ilustrar o verdadeiro patriotismo e de consolidar a moderação, a fraternidade e o generoso esquecimento dos males passados.

Entre o dia 10 de fevereiro e a criação da Comissão de Censura no dia 19 do mesmo mês foi ainda possível fazer imprimir alguns textos considerados atentatórios do decoro público, como se pode ver pela seguinte notícia.

Por uma incúria desculpável na tipografia saiu um soneto indecente, a que logo se acudiu, e queimou-se, mas infelizmente escaparam alguns impressos. A liberdade é, como todos sabem, para coisas justas e para sustentáculo da boa moral. O mencionado soneto estava no reverso de outro aprovado, mas sem aprovação, e tal foi o equívoco.<sup>35</sup>

Não era fácil passar da censura do Antigo Regime para a censura admissível no constitucionalismo, e as discussões sobre o conceito de censura que tiveram lugar nas Cortes de Lisboa não deixaram de transparecer nas páginas da *Idade d'Ouro do Brazil*. Depois de nomeada a Comissão de Censura, um leitor que se denominava um “amigo que professa a Constituição”, escreveu ao redator:

Parece-me que deve haver uma liberdade de escrever ilimitada e não como a que ainda reina. Mesmo do governo se deve falar, porém com decência e respeito, mostrando-lhe o bem e advertindo-o do mal, e lembrando-lhe o que lhe escapa. Parece-me que posso escrever: ‘O governo não obrou bem nisto ou naquilo, não tomou medidas acertadas sobre tais e tais coisas, ele devia deliberar desta e daquela maneira acerca disto, etc.’. Não acha, senhor redator, ser esta a bem entendida liberdade de imprensa, recebida em muitos países civilizados da Europa, onde reside o foco das luzes? Se, pelo contrário, se proíbe isso, ficarão aferrolhadas as felizes lembranças que pode ter ainda qualquer engenho rude.

A esta carta do leitor, respondeu o redator:

Concordo na liberdade de imprensa, mas não sei decidir se ela terá alguns inconvenientes introduzida de repente em países aonde os escritores judiciosos são raros e aonde todos querem escrever com ressentimentos pessoais.

O sábio e providente Governo Provisional nomeou, à imitação do governo de Lisboa, uma Comissão de Censura, escolhendo homens reconhecidos por suas idéias justas e liberais. Não é presumível que eles impeçam a propagação daqueles pensamentos que V.Mce. aponta na sua carta, e portanto pode V.Mce. escrever quanto lhe parecer acertado e pode mesmo, de viva voz, expor ao governo os seus reparos, na certeza de ser mui bem acolhido, ainda quando as suas idéias cruzarem com as daqueles tão modestos senhores, em quem repousam as doces esperanças da pátria.

Estou certo que, se V.Mce. tivesse lido os diferentes escritos que me têm vindo à mão desde o memorável dia 10 de fevereiro, havia concordar comigo em não consentir que se inserissem na gazeta. Porém, seja como for, eu fico desonerado dessa espinhosa tarefa, em virtude da Comissão de Censura.<sup>36</sup>

Não há dúvida de que, na passagem do Antigo Regime para o governo constitucional, a questão da censura ao escrito, antes aceita sem questionamentos, tornou-se um tema central de debate pois era difícil reconhecer que, na nova forma de governo, a censura se mantivesse. Seria incômodo admitir que não se pudessem fazer críticas ao governo, mas justificava-se a ação censória com o desejo de impedir os ataques pessoais e as difamações. Seja como for, o redator da *Idade d'Ouro do Brazil* continuou submetido, no novo regime, à mesma censura a que se submetera no regime anterior.

Quando, em novembro de 1822, a situação na cidade estava muito tensa e os ataques entre os membros das várias facções eram

constantes, o redator escreveu que “se abusou da imprensa com doutrinas traidoras e provocantes de revolução”. E apresentou sua queixa:

E nós mesmos fomos vítima resignada, quando se insultou um orador evangélico bem conhecido nesta cidade pela ortodoxia da sua prédica condecorada pelo rei e reconhecida solenemente pelos senhores arcebispos e pelo atual governador do arcebispado, que sempre o honraram muito e muito e lhe deram ampla e ilimitada licença de evangelizar sem exames e formalidades de estilo. Fomos solenemente insultados com o título de Bonzo e caluniados falsamente por um insolente revolucionário que escrevia, ou publicava, uma coisa chamada *Constitucional*, que foi a delícia dos tolos.<sup>37</sup>



# O público

Talvez o leitor de hoje sinta dificuldade em acreditar que uma gazeta na Bahia, no início do século XIX, não chegava a ter 200 assinantes! Este número parece, até para aquela época, excessivamente pequeno e o proprietário do periódico frequentemente se queixava, chegando mesmo, em 1819, a pensar em acabar com um empreendimento que não tivera a rentabilidade planejada.

É certo que, além dos assinantes, se poderiam contar outros leitores que compravam a gazeta avulsa, pelo preço de 60 Réis, mas não só é impossível de calcular o número desses compradores esporádicos, como também essa venda avulsa não seria compensatória do escasso número de assinantes pois, caso contrário, o negociante não ameaçaria suspender a publicação da gazeta.

A subscrição podia ser feita por um ano, seis meses ou três meses, sendo os preços das respectivas assinaturas 8\$000, 4\$000 e 2\$400 Réis. Esta quantia devia ser paga antecipadamente, mas são constantes na *Idade d'Ouro do Brazil* os avisos aos retardatários que se esqueciam de pagar as subscrições, o que parece significar que, para não perder assinantes, o proprietário decidira distribuir a gazeta mesmo sem pagamento prévio.

Não se pode dizer que o periódico sofresse de um mau sistema de distribuição. Quem não quisesse mandar buscá-lo nas lojas

que o vendiam podia recebê-lo em casa. Os pontos de venda estavam localizados em Santa Bárbara, na praça do Palácio, nos Cobertos Grandes, no Taboão, na loja atrás da Sé, na praça de S. Bento, na praça da Piedade e, finalmente, no forte de S. Pedro, num total de 8 postos de venda.

Logo em 1812 os preços foram alterados: baixou a subscrição anual para 7\$200 Réis, a semestral manteve-se, a trimensal desapareceu, e o preço avulso aumentou para 80 Réis. Os suplementos extraordinários eram distribuídos gratuitamente aos subscritores e quem os quisesse comprar avulso pagava por cada um 40 Réis.

Poucos dias depois do movimento constitucional de 10 de fevereiro de 1821, um leitor anônimo, que se intitulava “Constitucional baiense”, sugeriu que o periódico passasse a ser diário:

Senhor redator, fiel ao meu modo de pensar que no espalhamento das luzes pela imprensa é que se introduz nos cidadãos o gás liberal, sou de parecer que diariamente deve sair o seu periódico, pois em todos os países assim sucede, não havendo a causa que agora temos, e que, admitindo as reflexões que os patriotas forem fazendo, nunca faltará com que enchê-lo. O preço deve ser módico para chegar a todos; da barateza do gênero nasce o consumo. É preciso patriotismo em todas as classes, tirando um justo lucro é muito bastante.<sup>38</sup>

A gazeta passou efetivamente a ser diária e o “Constitucional baiense” voltou a apresentar suas sugestões, desta vez quanto ao preço, dirigindo-se por isso diretamente ao novo proprietário, sócio da viúva Serva:

Senhor José Teixeira de Carvalho

Vi com prazer o sinal de patriotismo que V.Mce. dá na gazeta de 16 do presente, de ficar a mesma pelo módico

preço de 7\$200 Réis anuais da antiga assinatura. Mas, como seja do dever do cidadão não querer os prejuízos dos mais, é fundado nestes princípios que eu, pela minha parte, como assinante, e os mais decerto serão o mesmo, não queremos sacrificar os seus interesses, digo, justos interesses. Como pode V.Mce. dar pelo mesmo preço, sendo o trabalho tão desproporcionado? Sete folhas semanais de bom papel, por uma folha de mau papel que era antigamente? Nada, nada, eu não consinto da minha parte. O preço deve ser 14\$400 anuais que remeto. A entrega dela aos assinantes é justa, mas enquanto não possa ser, conformaremos às circunstâncias. Não lhe faltará decerto com que encher a gazeta, já copiando os bons papéis da Europa, já os negócios do governo e suas deliberações, já as observações que os patriotas forem fazendo. Deste modo grande serviço faz V.Mce. ao povo e ao governo, acendendo no coração de todos o gás liberal. Os sentimentos de justiça devem-se nutrir agora principalmente no coração de todos e o que digo é fundado nela, como é do dever do Constitucional baiano.<sup>39</sup>

Teixeira de Carvalho não alterou contudo o preço da assinatura anual por não saber se a gazeta continuaria a sair diariamente e, na verdade, em finais de 1821 voltou a ser bissemanal.

*A Idade d'Ouro do Brazil* também tinha subscritores no interior da capitania, principalmente no distrito de Cachoeira, que era a região mais opulenta e desenvolvida. E também chegava ao Rio de Janeiro. Em 1818, Manuel Antônio da Silva Serva fazia anunciar nesta cidade a assinatura da gazeta baiana pelos mesmos 7\$200 Réis, prometendo remeter os números por todas as embarcações que saíssem da Bahia com destino aquele porto.<sup>40</sup>

Mas o público leitor da gazeta sempre foi muito reduzido e o proprietário via-se frequentemente compelido a apelar para o patriotismo e para o desejo, que devia existir em todos os letrados, de

contribuir para a difusão das luzes.

Espera-se que se aumente a concorrência dos subscritores para suavizar este trabalho, que parece ser um pouco útil à pátria. À medida que crescer o gosto e a extração dos periódicos, é natural que apareçam mais produções que façam florescer o país. Porém, se continuar a mania de desdenhar de tudo, ninguém quererá ser autor e, se uma economia mal entendida, ou uma fria indiferença, fizer com que o número de subscritores se não aumente, então é muito provável que a gazeta faça ponto, o que parece dar pouco crédito ao patriotismo da Bahia.<sup>41</sup>

Por este texto se depreende que a recepção do público baiano à primeira gazeta impressa na capitania não foi tão calorosa quanto seria de esperar. A “fria indiferença” e a “mania de desdenhar de tudo” não eram atitudes próprias de uma cidade populosa, que fora capital da colônia e que por isso mesmo mantinha algumas tradições culturais. As pessoas se queixavam da falta de imprensa e agora que ela existia na Bahia e que o primeiro periódico estava sendo publicado não havia, numa população branca e mulata calculada em torno de 18.000 habitantes, mais do que umas escassas duas centenas de leitores.

E o redator procurava incentivar a assinatura da gazeta na massa da população alfabetizada, para que ela não fosse apenas lida por uma pequena elite letrada:

Nós temos a glória de sermos aplaudidos na Inglaterra pela nossa Biblioteca Pública e dois periódicos de Londres provam com este monumento a delicadeza do nosso gosto e o aumento das nossas luzes. Mas, que dirão aqueles redatores, quando souberem que a gazeta da Bahia tem apenas cento e tantos subscritores? Se uma pequena folha, que está ao alcance de todos, tem semelhante extração em uma cidade tão populosa, que extração po-

derão ter volumes de grande custo e de mais difícil inteligência? Poder-se-á dizer que a folha não é boa (o que nós não disputamos), porém a cidade que tem uma má gazeta está hábil a ter uma melhor, porque um redator não é eterno. E a cidade que não tem nenhuma não espera esta vantagem. Parece, pois, que os amadores das letras devem ser os primeiros a estimular a inércia do povo subscrevendo à gazeta no fim do corrente mês, como se declarou no suplemento passado. E lembrem-se os habitantes desta cidade que é pouco airoso para eles o ver que uma grande parte dos assinantes (como se pode ver na lista) é composta dos literatos, que menos precisam da gazeta, e dos estrangeiros aqui residentes. Todos os bons escritores portugueses se queixaram sempre da indiferença nacional pelas letras e queira Deus que esta mania se desterre do Brasil, para que não diga algum Camões ‘que o prêmio não o dá a pátria, não.../ Que quem não sabe a arte não a estima’.<sup>42</sup>

Esta exortação à subscrição obteve algum sucesso pois nos números subsequentes foram divulgados os nomes de novos subscritores: o desembargador Manuel José de Araújo Tavares, o cirurgião Bernardo Antônio de Araújo, o boticário régio João Ladislau de Figueiredo, Antônio Tomás de Negreiros (autor de um livro sobre bancos e câmbios publicado pela tipografia baiana), Bernardo Pereira de Carvalho, Domingos Simões de Amorim, Francisco Antônio Filgueira, Francisco Manuel de Figueiredo, Joaquim Antônio Ribeiro, Joaquim de Azevedo Maia, Joaquim José da Silva Maia (negociante que depois do movimento constitucionalista redigiu o periódico *Semanário Cívico*), José Francisco Cardoso de Moraes, Manuel Francisco Jácome, Miguel Gonçalves Ferreira, o coronel Pedro Antônio Cardoso (senhor de engenho), o doutor Luís José de Oliveira, o padre José Teixeira Tenebres, o coronel Bernardino José Cavalcante Albuquerque Aragão, o tenente coronel Gonçalo Mari-

nho Falcão de Aragão. Algumas assinaturas foram feitas coletivamente: Companhia do Comércio Marítimo (uma das quatro companhias de seguros existentes em Salvador) e “os escrivães do almoxarifado”. Dois estrangeiros também constam desta lista: João Chapp e Lucas Ovés.

Apesar deste reforço de assinaturas, ao findar o ano de 1812, o proprietário da *Idade d’Ouro do Brazil* continuava a lamentar-se.

No fim do corrente mês de dezembro finaliza-se a assinatura da gazeta da Bahia e a mesma gazeta se finalizaria se fosse unicamente o interesse quem a inventou e sustentou até agora. Porém, razões mais briosas fizeram a sua criação e mantêm a sua continuação.

Espera-se que os senhores assinantes continuem no ano futuro a animar a conservação de uma folha, cuja interrupção, ou acabamento, ofenderia o patriotismo e a decência pública, de que todo cidadão é obrigado a dar sinais. Espera-se igualmente que compareçam novos assinantes, pois que nada há tão extraordinário como o não haver em toda a Bahia e seus contornos ao menos duzentos assinantes a uma única folha. Isto só se pode desculpar com o pretexto de que a terra não estava costumada a gazetas e que tudo quanto é novo custa a introduzir e propagar. Menos o erro e o vício.<sup>43</sup>

A argumentação utilizada para atrair mais subscritores para a assinatura do ano de 1814 é extremamente original na medida em que valoriza os conhecimentos atuais numa cultura luso-brasileira tradicionalmente virada para o passado, para a história. Não só a gazeta é apontada como um substitutivo para o livro, como o periodismo é apresentado como um equivalente melhorado do gênero histórico.

No fim do corrente mês finda-se a assinatura da gazeta e

espera-se que os senhores assinantes continuem a conservação de uma folha de que o público sempre tira utilidade, porque a história do tempo sempre interessa mais do que a história antiga. A história antiga foi quem perdeu a cabeça de Carlos XII (diz o historiador da sua vida) porque quis ser Alexandre sem advertir que a Europa não era a Pérsia. O mesmo tem acontecido a Bonaparte em querer imitar os heróis de Xenofonte e de Salústio. A lição do presente serve para todos, e a do passado serve só para quem lhe sabe dar o competente desconto de tempos, gênios e circunstâncias. A maior concorrência de consumo irá gradualmente aperfeiçoando a nossa folha e dilatando a esfera dos conhecimentos, maiormente naqueles que não se podem dar a outra lição.<sup>44</sup>

Até agora temos vindo a analisar o público enquanto consumidor da gazeta, restando abordar a questão da participação dos leitores na própria elaboração do periódico. É evidente que uma secção lhes estava naturalmente reservada: a dos avisos, pagos a 100 Réis a linha, ou seja, mais caro do que um número avulso. Esses anúncios deviam ser entregues aos domingos para saírem na terça, e às quartas para serem publicados à sexta. E, a partir de 1819, também esta secção passou a se submeter à censura prévia. Predominam os avisos respeitantes a embarcações (compra, venda, frete, saída e carregamento), a escravos (compra, venda, fuga), à formação e dissolução de sociedades mercantis, à venda de mercadorias várias como rapé ou vinhos e licores.

Mas o que é relevante analisar é a colaboração efetiva através de cartas ao redator, de memórias ou notícias solicitadas aliás logo no n<sup>o</sup> 1 de 1811:

O redator implora a todas as pessoas, especialmente aos senhores comerciantes, cujas relações com outras praças, assim nacionais como estrangeiras, são mais amplas, a bondade de lhe comunicar todos os artigos que

nas suas cartas acharem dignos de merecer a atenção do público, ou sejam tendentes ao melhoramento das artes e ciências, ou úteis ao comércio, e que possam servir de sintomas do estado atual dos negócios políticos de todo o mundo. Os desejos do redator, de que a nossa folha *Ida-de d'Ouro do Brazil* mereça conceito e aprovação geral, e os vivos esforços para que o seu contexto corresponda ao brilhante título, serão baldados, se o mesmo público não coadjuvar, uns e outros subministrando alguns elementos para a instrução geral.

Embora essa colaboração dos leitores se torne mais presente depois da mudança política de fevereiro de 1821, já antes o gazeteiro se apoiava em cartas enviadas, sobretudo do interior da capitania, como a que se faz alusão no seguinte texto:

“Por uma carta que temos aqui do rio das Contas, sabemos que se faz naquela parte do sertão uma manteiga muito sofrível, da qual vimos uma panela. Esta manteiga tem uma consistência tão dura como a dos países frios da Europa e o seu sabor aproxima-se ao da manteiga holandesa. Vimos também queijos, que arremedam aos do Alentejo. E parece-nos que, se houvesse alguma atividade e esmero, poderíamos dispensar estes dois gêneros da Europa, que fazem um ramo de comércio de não pequena consideração. Esta mesma observação já foi feita por Mr. Mawe na sua viagem ao interior do Brasil, o qual diz que as nossas queijeiras são muito imundas e que não há nelas curiosidade, nem artifício. O certo é que nós temos visto aqui, por acaso, algum queijo mesmo do Rio Grande que em nada cede aos do Alentejo, e assim como se fez estes, se podem fazer os outros.

A mesma carta faz menção de uma mina de cobre, da qual já vieram aqui amostras no governo do excelentíssimo senhor marquês de Valença. Agora que o doutor Manuel Ferreira da Câmara anda devassando as produ-

ções da natureza no interior do nosso Brasil, e que o nosso augusto soberano se desvela em promover a prosperidade de seus vassallos, esperamos que se dê a estas coisas a importância que elas merecem para não vivermos sempre em uma infância perpétua.<sup>45</sup>

Depois do movimento constitucional, muitos leitores quiseram dar sua contribuição à gazeta, opinando sobre as reformas mais urgentes, ou pretendendo narrar minuciosamente os principais eventos políticos. Mas a preferência do redator ia para o primeiro tipo de colaboração, solicitando às “pessoas literatas” que escrevessem memórias ou reflexões sobre a situação da Bahia, mas rejeitando a “fiel história” dos sucessos de 10 de fevereiro que um leitor lhe oferecia. Em vez de “miudezas históricas”, ele queria escritos sobre “coisas instrutivas” para elucidar um povo que só então começava a conhecer seus direitos. Não hesitava portanto em fazer uma triagem das colaborações enviadas.

Temos recebido várias cartas de pessoas mui zelosas da causa pública e não as havemos inserido neste periódico porque elas, apesar de serem muito justas, não são contudo concernentes ao primário objeto em que se ocupa o governo. Todos sabemos que existem entre nós muitos abusos e males, que pesam terrivelmente sobre a nossa ventura. Mas quem os sofre há tantos anos, por que não os sofrerá mais alguns meses? Por ora queremos força e união para cimentar o edifício da nossa prosperidade. Quem sabe se teremos inimigos a combater? Quem sabe se a bondade summa de S.M. ainda será iludida por aqueles que vivem das nossas misérias? Forte importunidade! Tratemos da nossa segurança, e depois trataremos da nossa reforma. Males crônicos não se curam em um dia. Se, contudo, os senhores que nos dirigem tais cartas querem publicá-las pela imprensa, têm outros recursos sem dependência deste periódico, o qual só se esmera em

inflamar o espírito público para gerar a força moral e física sem a qual não pode haver solidez. Escrevam-nos, pois, sobre este grande objeto, como já têm feito alguns, e agradecemos as suas lembranças. Desterre-se este maldito egoísmo, que só olha para o seu interesse e capricho. Muitos braços, boas cabeças, corações afeitos, liberalidade patriótica: eis aqui o que nos há de salvar e os únicos desvelos que, por ora, devemos ter.<sup>46</sup>

## NOTAS

- <sup>1</sup> Documento transcrito por Renato Berbert de Castro, *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações. Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1811-1819*, Salvador, 1968, p. 15.
- <sup>2</sup> *Idade d'Ouro do Brazil*, 1811, n° 12.
- <sup>3</sup> *Ibid.*, 1813, Suplemento ao n° 11.
- <sup>4</sup> Documento transcrito por Renato Berbert de Castro, *ob. cit.*, pp. 25-26.
- <sup>5</sup> *Ibid.*, p. 27.
- <sup>6</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Documentos biográficos, C 588-2.
- <sup>7</sup> *Ibid.* Ms. II-33, 27, 54.
- <sup>8</sup> *Ibid.*, Coleção Documentos biográficos C 579, 24.
- <sup>9</sup> *Ibid.* Ms. II-33, 32, 17.
- <sup>10</sup> Documento transcrito por Renato Berbert de Castro, *ob. cit.*, p. 48.
- <sup>11</sup> *Idade d'Ouro do Brazil*, 1815, n° 27. O periódico a que alude é o *Microscópio de Verdades*, jornal português impresso em Londres (1814).
- <sup>12</sup> 1815, n° 102.
- <sup>13</sup> 1815, n° 103.
- <sup>14</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ms. II-33, 21, 26.
- <sup>15</sup> *Ibid.*, Ms.II-33, 24, 6 n<sup>os</sup> 1 e 2.
- <sup>16</sup> Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe siècle*, Paris, 1968, p.297, relatório do cônsul inglês Frederic Lindeman, redigido a 16 de julho de 1816, sobre a situação na Bahia.
- <sup>17</sup> *Encyclopédie*, volume 15.

<sup>18</sup> Fac-símile em Renato Berbert de Castro, ob. cit.

<sup>19</sup> *Idade d'Ouro do Brazil*, 1813, n.º 26.

<sup>20</sup> 1812, n.º 88.

<sup>21</sup> 1812, n.º 43.

<sup>22</sup> 1815, n.º 103.

<sup>23</sup> 1817, n.º 87.

<sup>24</sup> 1818, n.º 52.

<sup>25</sup> 1813, n.º 5.

<sup>26</sup> 1813, n.º 45.

<sup>27</sup> 1813, n.º 16.

<sup>28</sup> 1813, n.º 44.

<sup>29</sup> 1817, n.º 12.

<sup>30</sup> 1814, n.º 9.

<sup>31</sup> 1817, n.º 90.

<sup>32</sup> 1817, n.º 97.

<sup>33</sup> 1813, n.º 50.

<sup>34</sup> 1821, n.º 22.

<sup>35</sup> 1821, n.º 15.

<sup>36</sup> 1821, n.º 24.

<sup>37</sup> 1822, n.º 88

<sup>38</sup> 1821, n.º 18.

<sup>39</sup> 1821, n.º 21.

<sup>40</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1818, n.º 87.

<sup>41</sup> *Idade d'Ouro do Brazil*, 1812, n.º 48.

<sup>42</sup> 1812, n.º 49.

<sup>43</sup> 1812, n.º 99.

<sup>44</sup> 1813, n.º 100.

<sup>45</sup> 1813, n.º 46.

<sup>46</sup> 1821, n.º 27.



# II

Parte

## A GAZETA COMO DOCUMENTO



# 1 A urbanização de Salvador

Quando Manuel Aires de Casal publicou a *Corografia Brasílica*, em 1817, a cidade de Salvador, “mais conhecida pelo nome de Bahia”, era apresentada como “uma das maiores, das mais comerciantes e florescentes da América”. Estava dividida em duas partes, a cidade alta e a cidade baixa, e em ambas se notava a falta de regularidade, quer no alinhamento das ruas, quer na construção dos edifícios. A cidade baixa, também conhecida por Praia, não tinha mais do que uma rua em todo seu comprimento e era aí que se localizavam as lojas dos mercadores, os armazéns, alguns muito grandes denominados trapiches, onde se depositavam o açúcar, o tabaco, o algodão e outras mercadorias de exportação. Quanto à cidade alta, muitas ruas eram “esconsas” e ali abundavam as cadeirinhas como meio de transporte. Essa parte encontrava-se cheia de hortas e quintais, “cuja eterna verdura recreia a vista”, escrevia o padre, que terminava suas considerações sobre a cidade dizendo que o casario era sólido “e em parte nobre”, embora faltassem fontes para o abastecimento de água à população.<sup>1</sup>

Salvador, por sua topografia, não era bem aquinhoada de praças. Muito crítico, Luís dos Santos Vilhena, em finais do século

XVIII, menosprezava as duas principais, a do Palácio e a do Terreiro de Jesus: “pouca ou nenhuma regularidade se descobre nelas”. A do Palácio era um pequeno quadrado que não teria mais de “87 passos andantes”; a do Terreiro mal conseguia acomodar meio Regimento de Infantaria “pela razão da sua estreiteza”. Por este motivo é que, no governo de D. Rodrigo José de Meneses, um morro fora derrubado e aí fora aberto “um espaçoso terreiro onde vão manobrar os Regimentos da Tropa, tanto de Linha como de Milícias”. Era a praça da Piedade.<sup>2</sup>

Fora já do perímetro urbano, a capela do Senhor do Bonfim tinha na frente uma “espaçosa praça”, segundo o redator da gazeta. Ali, depois da festividade do padroeiro, realizou-se pela segunda vez em 1812 a feira instituída pelo governador, conde dos Arcos, e descrita em termos encomiásticos:

O brilhante do dia, a amenidade do sítio, o luzimento e ordem das barracas, a abundância e riqueza dos gêneros que as abasteciam, o inúmero e lustroso concurso de ambos os sexos, que deleitável quadro e pomposo espetáculo apresentaram às vistas, sôfregas de fitar-se na variedade de tantos objetos.<sup>3</sup>

Assim a praça no Senhor do Bonfim conjugava a festa religiosa e a feira, dando ocasião à sociabilidade entre os sexos e os grupos sociais. Também as praças do perímetro urbano, embora pensadas sobretudo para as evoluções das tropas em dias festivos, eram locais de convivência, como se pode observar na estampa de Rugendas que representa o Hospício de Nossa Senhora da Piedade.

Apesar da irregularidade das ruas, da falta de praças amplas, da divisão entre cidade alta e cidade baixa, o espaço urbano foi a pouco e pouco se transformando através de mudanças arquitetônicas que lhe iam retirando o aspecto “bárbaro” que ainda tinha no início do século XIX. Uma dessas mudanças, que também ocorreu no

Rio de Janeiro pela mesma época, foi a supressão, ou pelo menos a diminuição, das rótulas ou gelosias.

Já a nossa cidade vai tomando uma nova face. Algumas das casas que têm reduzido as antigas sacadas com as suas gelosias à regular e mais agradável forma de curtas varandas com gradaria de ferro e vidraças fazem verdadeiramente o contraste com o resto que, ainda que despojadas das rótulas, conservam a formatura antecedente. Agora é que se conhece a razão com que certa personagem, que hoje reina na Europa, depois de passear as ruas e os subúrbios da Bahia, disse que era semelhante a Argel. A Praia com efeito, ou cidade baixa, não deixava de ter o seu tanto ou quanto de mourisca. Ruas estreitas e imundas, casas um tanto altas de 4 e 5 sobrados ou andares, as sacadas destes aumentando progressivamente, de sorte que os andares superiores quase se tocavam, e tudo isto resguardado pelas rótulas desagradáveis à vista e incômodas à vivenda, não pareciam na verdade obras nem decoração de arquitetos do século XIX, e ainda mesmo do século XVI, em que este país foi descoberto. As rótulas eram antes um vício do que uma comodidade. Mostrá-lo-emos em outra ocasião.<sup>4</sup>

As rótulas puderam ser substituídas por janelas com vidraças porque o negociante Francisco Inácio de Siqueira Nobre instalou na cidade uma fábrica de vidros (a primeira do Brasil), a qual não só fornecia as vidraças necessárias, como produzia elementos decorativos destinados a tornar as habitações menos soturnas graças a telhas de vidro para clarabóias. Por outro lado, os artesãos de Salvador já ofereciam em 1813 os balaustres e grades de ferro para sacadas, enquanto as pedras de cantaria para janelas vinham de Lisboa.

A prática da subscrição por particulares foi constantemente utilizada para os melhoramentos urbanos, a começar pelo calça-

mento de tijolo da ligação entre a Praia e o Teatro pela ladeira da Preguiça em 1812. Várias pessoas corresponderam ao apelo, oferecendo dinheiro ou tijolos para a construção, inclusive o governador. Este papel dos particulares no embelezamento da cidade foi, aliás, ressaltado pelo redator da gazeta num comentário sobre uma crítica feita na gazeta carioca.

O redator do Rio de Janeiro, referindo-se a uma das nossas gazetas, louva o nosso patriotismo na subscrição que aqui se fez para calçar de tijolo a ladeira da Preguiça, mas estranha a tenuidade das ofertas e, para estimular o nosso brio, aponta as obras públicas que aformoseiam as cidades da Europa, feitas a subscrição de particulares, e menciona para exemplo as que se têm feito no Rio depois da feliz chegada de S. A. R.

Ele calcula o total das ofertas até 16 de julho, que soma 35 milheiros de tijolo e 109\$600 em dinheiro (...) Julgamos que é do nosso dever não contrariar o redator, porque (a falar com lisura) parece-nos que ele tem razão em despertar o nosso brio chamando-nos escassos. Mas as circunstâncias mudam os gênios e, no momento em que a lavoura e o comércio tornarem ao seu antigo esplendor, veremos que nenhuma cidade do Brasil há de exceder a Bahia em generosidade e formosura. É verdade que o Brasil, como ele diz, não apresenta aos olhos do viajante monumentos de patriotismo como a Europa em obras de comodidade pública, como pontes, calçadas, charizes, etc., mas o Brasil é um país nascente e a Europa não lhe deve servir de termo de comparação. Assim mesmo a Bahia tem-se prestado a grandes subscrições, e é à custa de particulares que fez um magnífico Teatro, uma Biblioteca, e que se está fazendo uma suntuosa Praça do Comércio e a fortificação da cidade.<sup>5</sup>

Na época ninguém pensava que os melhoramentos urbanos devessem ser pagos pelo Senado da Câmara, nem pelo próprio go-

verno. O governador, quando muito, aparecia no topo da lista dos subscritores. Era à iniciativa privada que se deviam as grandes construções de edifícios ou monumentos.

## O PASSEIO PÚBLICO

O primeiro melhoramento urbano foi a construção de um Passeio Público, à maneira daqueles que existiam em Lisboa e no Rio de Janeiro. Tratava-se de um trabalho difícil mas com resultados notáveis. Logo o local se transformou num ponto de encontro, ainda mesmo sem as obras estarem concluídas.

Têm-se plantadas muitas árvores de diferentes qualidades, tanto nos dois lados da grande rua, como no campo que fica entre ela e o forte de S. Pedro. Elegantes portais se começam a erigir e, apesar da escabrosidade da estação extraordinariamente chuvosa e do terreno ainda não bem igualado, vê-se concorrer ali essas poucas tardes um pouco mais apazíveis e noites de luar menos chuvosas, grande número das pessoas principais da cidade. Isto é ao mesmo tempo uma demonstração de reconhecimento do benefício e da geral aceitação que teria merecido esta obra tão perfeitamente útil quanto deleitável. Nós esperamos ter a satisfação de descrevê-la na nossa *Idade d'Ouro*, quando estiver ultimada e perfeita.<sup>6</sup>

Este texto mostra que o conceito de Passeio Público, ao contrário do de praça, era elitista. Tratava-se de um espaço fechado (em geral por grandes portões) e não de um espaço aberto. Era um local de lazer e de sociabilidade de elite e não um local de contactos entre vários grupos sociais. Tinha como função primacial o prazer da sociabilidade e não apenas a higienização e o arejamento de uma cidade atravessada por ruas estreitas e abafadas como eram as de Salvador. Mas tanto o Passeio Público, criação urbana de finais

do século XVIII, quanto a praça desempenhavam também uma função estética de embelezamento da zona urbana. Para o redator da gazeta contudo, como veremos a seguir, esta era uma “obra militar destinada à segurança do porto e defesa da cidade”, o que nos parece uma função completamente distinta daquela que foi efetivamente a sua.

A inauguração do Passeio Público estava prevista para o dia do aniversário do príncipe da Beira a 12 de outubro de 1811, porém, como escrevia o gazeteiro, “uma daquelas repentinas mudanças da atmosfera, tão comum dentro dos trópicos, produziu uma grossa chuva continuada”, o que fez adiar a solenidade. Isso não o impediu de encher esse número da gazeta com uma descrição do Passeio.

“Nós já indicamos no nosso n° 28 o local e a abertura da grande rua, com o princípio dos portais. Agora, que a obra está quase completa, nós temos a satisfação de a descrever em todas as suas partes. Em uma obra militar, destinada à segurança do porto e defesa da cidade, não se deve esperar enfeites alguns de qualquer das seis ordens de arquitetura civil, porque se atende privativamente à perdurável solidez da construção.

Contudo, como a verdadeira pompa é a que se funda na simplicidade majestosa, podemos asseverar que o nosso Passeio Público há de merecer a atenção de todas as pessoas que tiverem alguma delicadeza de gosto em objetos semelhantes. Quem há menos de um ano viu um terreno informe, com uma saibreira aberta no meio da sua maior largura, e outra na vertente que fica da parte do mar, fica certamente absorto vendo a transformação daquele terreno, e considerando o trabalho imenso que tem custado a vencer as dificuldades que apresenta uma superfície tão irregular que, em certas partes, foi necessário rebaixar mais de 14 palmos, e calculando este serviço ao tempo de 5 para 6 meses. Não se podia certa-

mente aproveitar melhor, nem reduzir a uma forma tão agradável, um lugar tão escabroso.

A franqueza que naturalmente exige um Passeio Público tornava desnecessária toda a defesa, ou impedimento, da livre entrada a qualquer hora do dia ou da noite e por isso, ainda que se levantaram 4 portais, parece que eles servem mais de ornamento do que guarda ao Passeio. E na verdade a elegância deles compete com a singeleza pois, excetuando a porta principal, as outras consistem em 2 pilares singelos montados por urnas próprias e vestidos por uma simples grade, onde não há fechadura nem ferrolho.<sup>7</sup>

O redator tenta neste texto tirar o caráter fechado, restritivo, próprio do Passeio Público, contraposto à praça. No Rio de Janeiro, pelo contrário, esse fechamento era plenamente assumido. A entrada principal ficava em frente à rua das Mercês e fechava o Passeio com três portais, o do meio com 20 palmos de abertura, os dos lados com 14 cada um. E prosseguia na descrição.

Os espaços médios entre os portais, o forte de S. Pedro e a casa de campo do negociante Manuel Joaquim Álvares Ribeiro estão cobertos de uma grilha, ou cerca de ripas, de 12 palmos de altura vertical e 2 a 3 polegadas de largos, postas em lisonja pintadas de verde, que fazem o efeito mais aprazível pela propriedade da cor e pela novidade da situação.

Outra semelhante grilha orna os dois lados do portal que está na entrada do Passeio defronte da igreja do Senhor dos Aflitos, cujos pilares quadrangulares sustentam urnas redondas de gomos revesados.

Nesta última porta começava uma rua principal que seguia até o centro do Passeio, onde também iam dar outras três ruas vindas de outros portais.

Todas estas ruas, que são abauladas, estão vestidas, por um e outro lado, das árvores maiores, mais corpulentas, mais engraçadas e da maior copa deste país. E é coisa misteriosa que, transplantadas para ali de distâncias não pequenas, são bem poucas as que têm sentido o perigo da mudança. Bem cedo se admirarão, reunidos naquele horto, os lenhos mais úteis e os frutos mais saborosos deste clima equatorial.

Um extenso terraço, rodeado por uma varanda guarnecida de grades, cruzava a grande rua. Ali próximo se iria erguer “a formosa agulha de fino mármore” que se esperava de Lisboa. Ela serviria de padrão de gratidão ao soberano que aportara à cidade e ali distribuira graças antes de seguir viagem para o Rio de Janeiro, nas palavras do redator.

## A PRAÇA DE COMÉRCIO

Uma cidade com uma classe mercantil muito atuante logo concebeu o projeto de uma Praça do Comércio, local onde os negociantes se pudessem encontrar para tratar de seus negócios. O governador contou para o empreendimento com o empréstimo de particulares, com subscrições e também com dinheiro angariado em loterias. A obra seria dispendiosa pois implicava a derrubada de um forte e o aterro necessário e para dirigir os trabalhos foi criada uma Junta de Administração formada por negociantes.

A gazeta divulgou o nome de todos os subscritores, bem como as quantias dadas por cada um. Na *Subscrição feita pela administração da Praça do Comércio em 5 de agosto de 1811, para o acrescentamento do cais, desmancho do Forte de S.Fernando, a fim de se preparar terreno suficiente para nele se construir o edifício da Praça do Comércio*, se vê que 112 indivíduos colaboraram, na sua maioria negociantes, e que as quantias oferecidas oscilavam entre os 2\$000

e os 400\$000 Réis. Não foram muitos, contudo, os que ofereceram esta quantia: apenas o tenente coronel Francisco Dias Coelho, o brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, o brigadeiro José Inácio Accioli de Vasconcelos Brandão e Manuel José de Melo. O negociante Manuel Antônio da Silva Serva, proprietário da tipografia, “deu 2 portadas de cantaria no valor de 200\$000 Réis, que servirão para as duas portas principais da Praça, tanto de terra como de mar”. Outros ofereceram “lanchas de pedra” para a construção. O administrador, tenente coronel Francisco Dias Coelho, emprestara inicialmente 600\$000 Réis, que lhe foram pagos, bem como “91 pedras de cantaria que mandou vir de Lisboa em o navio *Fortaleza*, o qual se perdeu no Rio Real”, no valor de 249\$690 Réis.

No dia do aniversário da rainha D.Maria I, em 1814, foi colocada a primeira pedra deste edifício.

Às cinco horas da tarde, o excelentíssimo senhor conde governador, com o seu Estado Maior em grande parada, desceu à praça do Cais Novo, aonde estavam postados dois Batalhões de Infantaria e aonde os esperavam todos os representantes públicos no meio da corporação dos negociantes, para colocar a primeira pedra das paredes (porque o alicerce já estava feito) da nova Praça do Comércio, circunstância que deu inexplicável lustre aquele dia já memorável e precioso pela recordação dos faustosíssimos anos de nossa augusta soberana. As janelas estavam enfeitadas de cortinas de damasco.

Foi inumerável o concurso de povo que assistiu a esta cerimônia. E colocada a primeira pedra, derão os batalhões três descargas e principiaram a salvar todos os navios por todo o espaço que restava até à noite.

O desenho do edifício é em forma de pavilhão, desenhado pelo tenente coronel Cosme Damião da Cunha Fidié, e o sítio é aquele mesmo em que os negociantes têm o

longo costume de se reunirem para a indagação das notícias e ajuste de seus negócios.

Qual seja a utilidade desta construção é fácil de perceber, maiormente nesta época em que o comércio vai tomar um grande vôo, não só pela franqueza do porto, como pelo maior produto dos gêneros de agricultura do país, que tem consideravelmente aumentado de três anos até agora pela cana de Caiena, alambiques novos, etc. A primeira pedra tinha em roda exarada a era da sua colocação, circunstância muito notável por ser principiada a Praça no ano da paz geral, tão favorável ao comércio.

Os nossos vindouros abençoarão contentes a memória do governo e a generosidade dos subscritores, que lhes prepararam este edifício de utilidade e recreio.<sup>8</sup>

Foi divulgada pela imprensa a *Conta da receita e despesa feita com o acrescentamento do cais e desmancho do antigo forte de S.Fernando, para se preparar o terreno, a fim de nele se construir o edifício da Praça do Comércio*. Os administradores desta obra eram o tenente coronel Francisco Dias Coelho e Manuel José de Melo, com o tesoureiro coronel Francisco Alves Guimarães. Esta conta está dividada em duas partes: uma até outubro de 1814; e a outra até março de 1817, quando Francisco Dias Coelho fora substituído por Manuel Ferreira da Silva.

A receita resultava de várias fontes, sendo a principal sem dúvida as subscrições: 7:234\$520. Algumas não eram pagas em dinheiro, mas sim em materiais: Manuel José Machado prometera 200\$000 Réis, pagos parcialmente com pedra de alvenaria. Importante também foram 8:300\$080, resultantes “de rendimento de Seguro”, ou seja proveniente certamente das 4 Companhias de Seguros existentes em Salvador. Os bilhetes de loteria não renderam muito: apenas 220\$000 Réis.

Quanto à despesa, a soma mais importante, 12:329\$995, ia para aquilo que se denominava “férias dos trabalhadores” e que provavelmente incluía também, além dos salários dos trabalhadores livres, os aluguéis de escravos. O escrivão da Administração recebia em bom ordenado: 369\$850 Réis. Os custos de materiais iam para pedra de alvenaria, cal, tijolos, telhas, caibros, areia, taboados, ferragens e pregos, etc. É interessante apontar “8 portadas de pedra de cantaria do Porto” e “pedra de cal de Gibraltar”, ao lado da “cal da terra”. As despesas incluíam ainda os “fretes de saveiros para condução das pedras”, o pagamento de um carpinteiro “pelo guindaste” e de um mestre tanoeiro pelo “conserto e reforma dos tonéis”.

Ao serem finalizadas as contas, a 1<sup>o</sup> de março de 1817, a receita total fora 18:855\$574, e a despesa 19:133\$707, devendo portanto a Praça ao tesoureiro 278\$133 Réis.

A inauguração da Praça do Comércio ocorreu a 28 de janeiro de 1817 com a “religiosa cerimônia da benção segundo o rito da Igreja”, mas como ainda corria o luto pela morte da rainha D. Maria I, não se realizaram grandes festas na ocasião. Apenas, durante a benção tocaram “duas grandes e harmoniosas orquestras”.<sup>9</sup>

Embora a Praça do Comércio tivesse resultado da subscrição do grupo mercantil, este não deixou de prestar homenagem ao governador, conde dos Arcos, pela proteção que dera sempre às questões comerciais. Organizaram os negociantes uma cerimônia em setembro de 1817 que foi amplamente descrita pelo redator da gazeta com a adjetivação costumeira.

Sábado, 6 do corrente, houve na Praça do Comércio desta cidade o mais luzido e suntuoso festim que se pode conceber, assim pela briosa generosidade que o realizou, como pelo motivo a que foi dirigido.

Os negociantes da Bahia, querendo dar um testemunho solene do seu reconhecimento ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor governador, conde dos Arcos, mandaram tirar o seu retrato inteiro para o colocarem na grande sala da Praça do Comércio, em memória do fundador daquela interessantíssima casa e da decidida proteção que sua excelência, nos saudosos dias de seu governo, mostrou sobre todos os assuntos relativos aos comerciantes.

Para que esta tão memorável ação fosse abrilhantada com todos os aparatos de grandeza, de ternura e de respeito, os administradores da Praça fizeram cartas circulares por toda esta comarca, convidando todas as pessoas de distinção a concorrer em tão plausível solenidade. Pelas 5 horas da tarde principiou a entrar na Praça o mais brilhante concurso, mui ricamente adornado, a que se seguiu S.Ex<sup>a</sup> com todo o seu Estado Maior, acompanhando na sua retaguarda o Esquadrão dos Voluntários Reais, bem uniforme e ricamente ornados. E ao som de uma admirável orquestra e de alguns hinos alusivos ao assunto, apareceu o retrato de Sua Excelência entre jucundíssimos vivas e ao estrondo de inumeráveis foguetes e salvas dos navios surtos neste porto, depois que o mesmo ilustríssimo e excelentíssimo senhor havia agradecido, em termos mui lacônicos e elegantes, a fala que lhe dirigiram os negociantes pelo administrador Manuel José de Melo. A esta primeira abertura de tanto júbilo e alvoroço, seguiu-se a recitação de várias peças de poesia pronunciadas em voz alta e intermediadas por harmoniosos concertos de grande instrumental. Os poetas haviam sido convidados positivamente pelos administradores da Praça e escolhidos dentre as pessoas mais distintas em gosto de literatura.

Concorreram ali muitas das mais distintas senhoras da cidade e houve um variado e bem ordenado baile, que

entretive os espetadores que se desfaziam em aplausos no meio de tantos motivos de prazer e geral alegria.

Seguiu-se, depois da meia-noite, a mais esplêndida ceia que se tem visto na Bahia, a qual constava de 320 talheres, em uma sala que se levantou de propósito para este fim, adjacente à mesma casa da Praça e de toda a sua extensão. Ali se passaram as mais alegres horas da vida até ao rompimento da aurora. A música acompanhou sempre a ceia, entoando alegres hinos em que se fazia alusão aos baianos na sua fidelidade e zelo por ocasião da revolta de Pernambuco.

É inexplicável o prazer e transporte que mostrava toda aquela assembleia nas saúdes a el-rei nosso senhor e à real família.

O ilustríssimo e excelentíssimo senhor conde governador mostrava a mais viva complacência e reconhecimento em todas as suas falas e maneiras. E podemos asseverar que na Bahia não houve ainda um espetáculo tão rico e tão brilhante. Descrever todas as circunstâncias deste magnífico festim e pintar ao vivo a magnificência daquela ceia, a grandeza e ornato da casa e da mesa, é tarefa que não podemos desempenhar porque no meio de tantos encantos o espírito se extasia e se perde, ficando inabilitado para calcular e descrever. Talvez que os administradores nos subministrem uma relação circunstanciada, a qual publicaremos em outra folha.<sup>10</sup>

No mesmo número da gazeta em que apareceu a notícia da homenagem ao conde dos Arcos, tanto mais significativa quanto a revolta de Pernambuco deixara as autoridades temerosas da contaminação de outras capitanias, foi publicado o seguinte anúncio:

Saiu à luz o *Elogio do comércio*, recitado na Praça do Comércio da Bahia a 6 de setembro de 1817, dia em que nela se inaugurou o retrato do ilustríssimo e excelentís-

simo conde dos Arcos, precedido da invocação que deu princípio a vários elogios poéticos que ali se recitaram. Por I.J.M. Vende-se na loja da gazeta a Santa Bárbara pelo preço de 160 Réis.

As iniciais significam certamente Inácio José de Macedo, precisamente o redator da gazeta nesta época e que aparentemente era o orador oficial em todas as cerimônias civis ou religiosas.

A Praça do Comércio, que representa arquitetonicamente a vitalidade e a força da classe mercantil baiana, tornou-se o centro dos negócios numa cidade baixa já ocupada por armazéns e escritórios comerciais. O edifício, preservado até hoje, é um marco da arquitetura civil e revela uma cidade equipada para uma nova fase da atividade mercantil.

## O TEATRO DE S. JOÃO

Salvador tinha sua Casa da Ópera, mas em 1811 começou a construção de uma novo Teatro, como se pode ver pelo plano de loteria divulgado pela gazeta, que assim substituíu a habitual subscrição para a construção de melhoramentos urbanos.

Plano para a loteria pretendida em favor da obra do novo Teatro da cidade da Bahia, que se acha a erigir nas portas de S. Bento.

Seis mil bilhetes a oito mil Réis produzirão o capital de quarenta e oito contos de Réis para serem distribuídos nos prêmios seguintes:

A saber:

---

1 prêmio de	4:800\$000
1 de	2:400\$000
2 de 1:200\$000	2:400\$000
4 de 600\$000	2:400\$000

6	de 500\$000	3:000\$000
12	de 300\$000	3:600\$000
16	de 150\$000	2:400\$000
30	de 80\$000	2:400\$000
40	de 60\$000	2:400\$000
80	de 30\$000	2:400\$000
100	de 20\$000	2:000\$000
1706	de 10\$000	17:060\$000
1998		47:260\$000
	1 para a primeira sorte	370\$000
	1 para a última	370\$000
	2000 bilhetes pretos	48:000\$000
	4000 bilhetes brancos	
	12 por 100 a favor do Teatro	5:760\$000

---

Os prêmios serão tirados na forma que é costume, e com a solenidade precisa, que acredite ao público a escrupulosa exaçoão com que se procede, para o que se fixarão editais designando o dia em que cada loteria deve principiar a laborar, a fim de que os interessados que quizerem possam assistir e presenciar.

Assistirá, por ordem do governo, um ministro da vara por ele nomeado, o qual com um dos escrivães do seu cargo fará manter a boa ordem, silêncio e respeito, sem que contudo interrompa a administração no expediente que lhe deve competir desta operação.

Todas as despesas necessárias do mesmo expediente serão feitas por conta da administração do Teatro, de maneira que às partes não resulte outra que os 12 por 100 nos prêmios que tirarem.

Poderá a administração, com faculdade do governo, repetir no ano mais de uma loteria, no caso que a concorrência pública o exija, sem que todavia se anuncie o dia

em que deve começar antes que se achem todos os bilhetes distribuídos, proibindo-se que a casa possa tirar alguns deles por sua conta, em razão de que, podendo suceder que recaia nela o prêmio grande, ou algum dos imediatos, não induza este acontecimento suspeita na opinião do público.<sup>11</sup>

Enquanto para a Praça do Comércio a gazeta forneceu o nome do engenheiro militar responsável pela obra, nada é dito quanto à construção do Teatro S. João. Também não é mencionada a abertura da nova sala de espetáculos, que só surge esporadicamente quando se tratava de festividades por ocasião de aniversários reais ou de acontecimentos especiais. Enquanto ornamento da cidade, ele não despertou o interesse do gazeteiro, ao contrário do que ocorrera com o Passeio Público e, mais tarde, com a Praça do Comércio. Maximiliano, príncipe de Wied-Neuwied, que visitou a cidade em 1817, escreveu que o Teatro era menor do que o do Rio de Janeiro e de um gosto “um tanto antigo”, e criticou ainda uns “pequenos obeliscos pontudos colocados em cima do telhado”. Já o Passeio Público entusiasmou este nobre viajante pelas espécies botânicas que nele se encontravam e o obelisco em memória pela passagem de D. João na cidade não recebeu suas críticas.

# A riqueza da capitania e do Brasil

## A REDE DE COMUNICAÇÕES

O amplo território brasileiro exigia, para o progresso da agricultura e do comércio interno e, conseqüentemente, para o aumento de sua riqueza, a abertura de várias estradas e caminhos, a construção de inúmeras pontes, o estabelecimento de correios entre as várias regiões. Assente neste postulado, o redator dava, na sua folha, o maior realce a qualquer melhoramento que se fizesse em qualquer uma destas áreas.

Embora se perceba um interesse maior pelo desbravamento do sertão baiano, tudo o que dissesse respeito ao sistema geral de comunicações merecia destaque, mesmo que se tratasse de notícias já divulgadas pela *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Nunca nos parece tão bem empregado o nosso trabalho na redação desta folha como quando anunciamos qualquer coisa relativa ao adiantamento do Brasil, maiormente quando se trata das nossas situações do interior. Os nossos vastíssimos sertões merecem mais atenção do que a Silésia merecia a Frederico II e o norte da Rússia aos seus ótimos imperadores. Já copiamos da folha do Rio

de Janeiro muitas providências que el-rei nosso senhor tem dado sobre tão importantes objetos, e agora copiamos o seguinte extrato de uma carta do diretor da nova estrada de Minas ao intendente da Polícia, pelo qual se vê quanto se vai facilitando o comércio interior do Brasil.<sup>12</sup>

A rede de comunicações do Brasil colonial procurava principalmente conjugar as vias fluviais com as estradas e caminhos e, nesse sentido, trabalhou o ouvidor da comarca de Porto Seguro em 1811.

Em carta de Porto Seguro, de 16 de setembro, se faz o seguinte aviso. O doutor José Marcelino da Cunha, ouvidor geral da comarca de Porto Seguro, tendo notícia em Caravelas que os moradores de Minas Novas vinham abrindo estrada pelo Jequitinhonha abaixo (que é o rio grande da vila de Belmonte), foi logo ao porto e, sendo informado que por Misiguissada era melhor lugar para sair à estrada, para lá caminhou com índios aos 4 deste mês e ordenou ao capitão Simplício José da Silveira que fosse pelo dito rio acima e viesse da cachoeira grande abrindo caminho até se encontrar com ele ministro, o qual com grande fervor principiou a estrada para dentro, a rumo de oes-sudoeste, tirando algumas vezes a oeste, e se têm encontrado alguns campos e abundância de águas em corgos baixos. Todos os trabalhadores elogiam a prudência do dito ministro, não se esquivando ao trabalho, passando como qualquer da tropa e tendo para agasalho as árvores. Julga-se estar a finalizar a obra, porque em carta dirigida ao juiz ordinário mais velho de Caravelas afirma o ministro que findava a estrada e descia pelo rio abaixo, e na dita vila principiava a correição.<sup>13</sup>

Desde o início da colonização os ouvidores desempenharam muitas tarefas além de suas funções propriamente judiciárias. O

desbravamento do sertão, ainda habitado por índios, era uma delas. Durante todo o ano de 1812, e ainda em 1813, sucedem-se as notícias enviadas pelo próprio magistrado ao redator para divulgação.

A elite culta baiana, de que o redator era um dos representantes, defendia a comunicação direta entre a Bahia e as Minas Novas, pois tinham sido a proximidade do Rio de Janeiro e os melhores caminhos das Minas para esta cidade que tinham prejudicado a Bahia como entreposto comercial para aqueles mineiros. Era portanto necessário atraí-los, mostrando-lhes que os Botocudos estavam já pacificados, que as cachoeiras do rio Jequitinhonha já não dificultavam a viagem por haver recursos fáceis em povoações próximas, muito embora o povoamento destas regiões ainda não fosse o desejável.

Recebemos aqui uma carta de José Marcelino da Cunha, ouvidor de Porto Seguro, a qual dá a interessante notícia de que está concluída a estrada que vai de Porto Seguro a Minas Novas, tanto por terra como por canoas pelo rio Jequitinhonha. Esta viagem é de poucos dias e demanda pouca despesa. Não há risco de Botocudos porque estão domesticados e o comandante da 7<sup>a</sup> Divisão, Julião Fernandes Leão, que trabalhou nesta empresa, trouxe em sua companhia 3 pequenos botocudos. Já subiram muitas canoas de sal pelo rio e fica inteiramente livre o transporte de quaisquer gêneros até Minas.<sup>13</sup>

No número seguinte o redator completou a informação dizendo que o ouvidor pedia, a quem quisesse fazer aquela viagem, que o prevenissem para ele poder dar ajuda aos viajantes, “a fim de diminuir as despesas do transporte”.

Nós não podemos deixar de aplaudir o gênio deste ministro tão empreendedor e tão vivo. Os seus assíduos trabalhos no empenho daquela estrada honram tanto o seu caráter quanto felicitam o comércio de Minas No-

vas. Mas esperamos que ele nos comunique os detalhes daquela viagem e que pouco mais ou menos assine os dias que nela se podem gastar, para que os viajantes calculem suas vantagens. O comércio desta cidade para aquelas Minas esfriou, talvez pelos incômodos do caminho, e o Rio de Janeiro ganhou com esta frieza, mas agora é provável que se ponham as coisas no seu primeiro pé.<sup>14</sup>

Mais tarde voltou ao assunto, para que os leitores se convencessem da pacificação dos índios, embora o número de povoadores ainda fosse reduzido.

A Câmara de Porto Seguro dirigiu um ofício ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor conde dos Arcos no qual certifica que a estrada de Minas, aberta pelo atual doutor ouvidor, está já tão praticável que se têm feito alguns transportes com muita facilidade. Pelo rio de Belmonte têm descido e subido muitos mineiros e o sobredito doutor ouvidor não se tem poupado a despesas para facilitar e animar esta viagem. Os Botocudos estão em paz por todos aqueles sítios e cortejam os brancos depondo as armas e as flechas diante deles. Lamenta a Câmara que não haja população para habitar naquelas excelentes terras e pede ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor governador que implore a S. A. R. o mandar vir casais de ilhéus para povoar um clima que, pela sua natural fecundidade, promete grandes vantagens.<sup>15</sup>

Aqui como em outras regiões fracamente povoadas pensava-se sempre nos açorianos como os colonos ideais para o aproveitamento das terras férteis. E durante o período joanino, por intervenção da Intendência Geral da Polícia, alguns casais efetivamente vieram para o Brasil, sobretudo para o Espírito Santo e São Paulo.

O tema da penetração no sertão era muito do gosto do redator, que a ele volta várias vezes.

Por informações do doutor José Marcelino da Cunha, ouvidor de Porto Seguro, e por cartas de alguns habitantes daquele ponto do Brasil, sabemos que a navegação do rio de Belmonte se torna cada dia mais fácil. A dificuldade de duas cachoeiras que estorvavam e retardavam aquela navegação está vencida, porque uma é tão pequena que as canoas passam por ela com pouco trabalho e perigo à medida que se vai aperfeiçoando a destreza dos canoeiros; e a segunda está muito bem remediada com uma povoação na vizinhança, na qual há todos os recursos para que as canoas se conduzam por terra em um pequeno espaço e se tornem a lançar ao rio para seguirem a viagem. E que grandes vantagens não deve esperar o Brasil para o seu comércio interior, quando estiver bem frequentada aquela navegação? Todo o mundo sabe que o interior do Brasil está minado de salitre, de pedra-ume, de ferro, e até soubemos agora por uma carta do rio das Contas que há por aqueles sítios grande abundância de cobre. Mas de que serve tudo isto não havendo rios navegáveis? As despesas da condução em bestas para uma carga de ferro fazem com que o ferro da Suécia nos fique posto aqui mais barato. Facilitada, porém, a condução pelo rio de Belmonte, podemos ter todos estes minerais por um preço muito cômodo, além da grande utilidade que há em dar emprego a muitos braços ociosos.<sup>16</sup>

Em 1815 foi feito o elogio de um outro ouvidor, desta vez o desembargador Baltazar da Silva Lisboa, que se ocupara da abertura de uma estrada do porto de Ilhéus para Minas Gerais e Caiteté. Neste texto, tal como nos anteriores, aparecem as duas maiores dificuldades da penetração no sertão: por um lado a necessidade de abertura de estradas que complementassem as vias fluviais; e por outro o povoamento e o cultivo das terras situadas à margem desses novos caminhos, não só para apoio dos viajantes como para impedir

que a natureza reocupasse, com sua força impetuosa, aqueles caminhos com tanta dificuldade abertos. A luta entre os homens e a natureza só podia ter como resultado a vitória dos primeiros com a condição de à destruição da mata se seguir a implantação de povoações e o cultivo das terras. Assim, a ação individual não seria suficiente para levar a bom termo a ocupação do solo; exigia-se a intervenção do governo para que uma simples aldeia indígena ou um destacamento militar se pudessem transformar em núcleos populacionais de maior importância.

É uma verdade sumamente palpável que o comércio interior de qualquer país não só é um grande meio da sua riqueza, população e comodidade, como também a primeira origem do comércio exterior e da consideração nacional no conceito dos estrangeiros. Ora este comércio interno não é praticável sem rios navegáveis, grandes estradas, povoações intermédias, etc. Logo, todo aquele que concorre para facilitar a navegação de um rio, para abrir uma estrada e para estabelecer uma povoação, e que emprega para este fim os seus bens e as suas fadigas é justamente digno do elogio de Madama Stael, porque assinala a sua passagem sobre a terra com uma empresa de que os vindouros tirarão grandes vantagens.

Neste caso contemplamos agora o desembargador Baltazar da Silva Lisboa, atual ouvidor da comarca de Ilhéus. Este zeloso magistrado havia tentado há muitos anos abrir uma estrada do porto de Ilhéus a Minas Gerais e Caiteté e, apesar da falta de meios e dos grandes obstáculos que tolhiam este louvável intento, nunca esmoreceu no concebido projeto até que uma favorável concorrência de causas realizou felizmente o que se podia desejar.

No segundo ano do providentíssimo governo do ilustríssimo e excelentíssimo conde dos Arcos, principiou-se a trabalhar com calor na projetada estrada e o

sobredito ministro, aproveitando as boas disposições e insinuações do governo, concluiu com incansável atividade esta importante tarefa. A primeira povoação de oitenta moradores que o excelentíssimo senhor conde governador estabeleceu na estrada, com a denominação de S. Pedro de Alcântara, não só facilitou a abertura da estrada como serviu de atrativo aos primeiros caminhantes que já desceram de Minas, e algumas outras povoações que o ouvidor vai formando farão aquele trânsito cada vez mais cômodo e aprazível.

No fim de outubro passado recebemos a feliz nova da conclusão da estrada e agora já sabemos, com pública notoriedade e alegria, que em janeiro chegou de Minas ao porto de Ilhéus uma boiada e uma tropa. Esta notícia, revestida da notável circunstância de gastarem os caminhantes só doze dias de viagem, foi causa de aparecer outra boiada em março, e agora se esperava, em breve, outra grande tropa mandada pelo capitão-mor da Conquista. Ora, se por uma estrada nova, mal trilhada e despovoada, se faz em doze dias este trânsito, é de supor que se fará em menos dias e com muito maior suavidade quando o caminho estiver batido e apresentar aos caminhantes pousadas em competentes distâncias.

É verdade que o tempo e o interesse individual pode fazer o resto, mas a experiência tem mostrado que, quando os desvelos do governo não se empregam nestes objetos, eles decaem facilmente, como aconteceu na estrada de Camamu. O chão do Brasil é sumamente viçoso e, desde que uma estrada se abandona, cobre-se de mato em pouco tempo e torna a ser impraticável. O meio indispensável de conservar a estrada e de promover o comércio de Minas para aquele ponto é estabelecer o maior número possível de povoações, as quais não só entretêm o trânsito dos caminhantes como cultivam as terras. E com o tempo as povoações se convertem em vilas, as vilas em cidades, as cidades em reinos, etc.<sup>17</sup>

Claro que o gazeteiro, com a bajulação habitual no Antigo Regime, termina este texto elogiando o príncipe regente pelo impulso que dera à rede de caminhos no Brasil.

Desde o Grão-Pará até ao Rio de Janeiro estão abertos interessantes pontos de comunicação: o assalto dos índios está evitado e, desde que a população do interior for numerosa, e por consequência a cultura, veremos surgir de improviso aquela prosperidade e grandeza de que o Brasil é suscetível.

Um governo sábio e liberal pode muito mais do que se pensa. Que milagres nos apresenta a História quando passamos pelos olhos a vida de Pedro o Grande e de Frederico II? A Silésia, da noite para o dia, passou de um sertão a uma província florente. E por que meios? Por aqueles que já apontamos. Povoar e cultivar, eis aqui o grande segredo.

## POVOAR E CULTIVAR

Enquanto os destacamentos militares se ocupavam na abertura dos caminhos, eram inevitáveis os contatos com as populações indígenas que habitavam aquelas regiões do interior. Estas ou fugiam, ou atacavam e eram abatidas, ou se aproximavam dos brancos, acabando por ser domesticadas. Neste último caso, suas aldeias serviam de ponto de apoio aos que trabalhavam na estrada, chegando mesmo a dar origem a povoações. O que foi o encontro entre os Botocudos e a tropa em 1811 é descrito no texto seguinte, redigido quando chegaram à cidade as primeiras notícias, levadas pelo cabo de esquadra da 7<sup>a</sup> Divisão de Infantaria de Minas Novas, José Correia dos Santos e Albuquerque.

No dia 2 de setembro próximo passado, estando o alferes de Cavalaria de Minas Julião Fernandes Leão abrin-

do a nova estrada que, com permissão de S. A. R. o príncipe regente nosso senhor, principiara pelas margens do rio Jequitinhonha, depois de ter encontrado vários gentios de ambos os sexos que, apenas o viam, fugiam precipitadamente, aconteceu que um gentio viesse à estrada fazendo vários sinais de quem lhe queria falar. Mandou ele então a uma mulher da nação deste, que por acaso viera de menor idade para a povoação, que entendia perfeitamente os idiomas, assim português como nativo, que lhe falasse. Mandou este dizer que queria aliança. Depois de várias perguntas que lhe fizeram, mandou-se-lhe que trouxesse algumas mulheres da sua nação, por parecer ao dito comandante mais domável este sexo pela sua natural brandura. Ao que respondeu o botocudo (que assim se chama a esta qualidade de gentio) que ele o faria de boa vontade, porém que as mulheres da sua nação eram muito timoratas e que não viriam, se lhes não fossem primeiro algumas portuguesas que, por meio de rogativas e persuasões, as reduzissem; que ele se obrigava a restituí-las.

Mandou então o comandante a intérprete com outra mulher em companhia do dito botocudo, que estiveram na aldeia destes gentios o resto daquele dia e o espaço da noite, voltaram no outro dia trazendo uma filha do botocudo e participaram o bom agasalho e afagos que lhe fizeram os gentios. Todos os colonos e o mesmo comandante mimosearam e mostraram o agrado possível a esta donzela, voltou esta para a sua aldeia, mostrando-se muito agradecida, e tornou no dia seguinte trazendo várias famílias, que perfaziam o número de 50, entre mulheres e meninos de ambos os sexos. Convidaram civilmente ao comandante e aos colonos para melhor explorar aqueles lugares e seus habitantes.

Na madrugada seguinte partiram para a aldeia, onde foram bem recebidos e hospedados pelos principais destes

gentios. Não deixou este bom comandante e a sua comitiva de admirar as belíssimas madeiras de construção de que era composta aquela espessa mata, a fertilidade daqueles sítios incultos e a amenidade do lugar. Continuou a fazer domável este gentio tão bruto como as mesmas feras com quem habitam, já com carinhos, já com dádivas de víveres, tornando-os de tal sorte favoráveis aos portugueses que esta nação, que habita ao norte da estrada, vendo que em uma ocasião saíam da parte do sul da dita estrada alguns gentios da mesma qualidade e só de diferente habitação, correram precipitadamente a tomar armas em defesa dos colonos, dizendo que o capitão Orucua (o comandante da aldeia do sul) era muito valente e que havia fazer com os portugueses o mesmo que praticavam com eles. Então se manifestou amplamente a prudência do comandante e dos colonos, acomodando-os de modo possível, e ficam tratando de conciliar estas nações, dando-lhes até a ferramenta que levava para eles melhor poderem fazer as suas lavouras, causa por que parou a abertura da estrada.

O comandante mandou novamente buscar ferramentas para continuar obra tão útil ao aumento do Estado, tão desejado pelos nossos leais portugueses.<sup>18</sup>

O estranho aspecto dos Botocudos, que também chamou a atenção de Rugendas, levou o redator a deter-se na descrição de seu físico e, principalmente, dos adornos pouco usuais que os ornamentavam.

Por me parecer digno de atenção o caráter do gentio descoberto na nova estrada de Minas Novas para a vila de Porto Seguro, de que fizemos menção no nosso nº 63, o descrevemos aqui.

Esta qualidade de gentio não é de cor vermelha como aqueles a que vulgarmente chamamos caboclos. São claros e corados, têm o cabelo fino e anelado, gentis de

corpo, barba fechada. Não têm outra qualidade de compostura que uma folha no lugar que a modéstia os obriga a cobrir, servindo-lhe de defesa contra as mordeduras dos insetos resinas de diversas qualidades e cores, com que untam o corpo. É uso entre eles, logo que chegam à adolescência, furar o beijo inferior, introduzindo nele um torno de madeira, que pela continuação vai abrindo cada vez mais este furo, de tal sorte que metem depois uma tabuinha redonda, segurando-a com a borda do beijo, que fica guarnecendo esta tabuinha pela parte de fora, e prendem a outra parte no lugar dos dois dentes incisivos inferiores, que tiram para esse fim.

Arrancam também as sobrancelhas e pestanas com resinas viscosas, cortam o cabelo deixando tão somente um circúlio. Furam as orelhas e introduzem uns tornos de madeira. A sua comida é toda a qualidade de caça assada, abusando da carniça crua, de que usam outros gentios bravos. São dóceis de gênio, de tal sorte que, tendo o comandante já mencionada ordem superior de os prender e usar de armas contra eles, em vez de usar delas os afaga.

Têm alguns destes gentios tirado as ditas tábuas a rogos do comandante e dos colonos, prometendo imitar em tudo aos portugueses. Ainda se lhe não tem visto, nem eles têm descoberto, ídolo algum a quem adorem, posto que manifestem o perfeito conhecimento que têm de que há um Ente Supremo que os rege.<sup>19</sup>

Logo que chegou às mãos do redator, em março de 1812, o relato circunstanciado dos contatos com os Botocudos feito pelo chefe da expedição, alferes Julião Fernandes Leão, saiu um suplemento extraordinário da gazeta exclusivamente para publicação desse texto, tal era a importância que assumia não só a abertura da estrada, mas também a domesticação desses índios que sempre tinham sido considerados antropófagos e extremamente beligerantes. O ofício, redigido no quartel de Palma a 1 de outubro de 1811, relata que a

7<sup>a</sup> Divisão, encarregada da abertura da estrada ao longo da margem meridional do Jequitinhonha até à vila de Belmonte, e também da guerra ofensiva contra os Botocudos, começou aquele trabalho com 35 praças e 78 auxiliares (entre escravos e forros), levando consigo 36 bestas de carga, que conduziam mantimentos por terra, e 12 canoas, que os conduziam pelo rio.

Tendo iniciado sua missão a 25 de junho, a 22 de julho chegaram ao rio de S. Miguel, tendo já aberto 26 léguas de boa estrada através de terras próprias para a agricultura, especialmente algodão, baunilha e cochonilha, havendo outras, mais altas, boas para a criação de gado vacum e cavalar. Nesse dia deram início à roçada e a derrubada estava terminada a 26 de agosto. Entretanto, neste acuartelamento de S. Miguel, foram estabelecidos os primeiros contatos com os Botocudos. O comandante da expedição assim os relatou:

Entretanto fiquei naquele quartel de S. Miguel com 20 praças, a fim de continuar com o serviço e hospedar os botocudos que concorriam do sertão do norte, com os quais aconteceram as anedotas seguintes. No dia 19 de julho apareceram da parte do norte os botocudos, dando sinais de quererem passar, mas só entraram três, dois velhos e um rapaz de 12 para 14 anos. Recebi-os com todo o afago e dei a cada um ferramenta e quinquilharias, que estimaram, e deram sinais de agradecimento ao seu modo, beijando-me as mãos de uma e outra parte, abraçando-me com repetidos abraços. Dormiram no meu abarracamento, onde comeram muito e de tudo, e voltando no dia seguinte, lhes recomendei a redução das suas famílias, enviando-lhes os presentes de miçangas, facas, anzóis, doces e farinha, do que fazem apreço.

No dia 22 apareceram os mesmos botocudos e chegaram com muita satisfação, repetindo os abraços. Perguntei-lhes, pela língua, a razão por que não traziam as mulheres. Responderam que elas tinham medo dos brancos

e que estes pretendiam amarrá-las e matá-las. E eu lhes fiz ver que os brancos eram bons e que só pretendiam deles a amizade, com a qual aprenderiam um modo fácil de vida, fazendo roças e ranchos para se manterem, do que muito se agradaram e voltaram no mesmo dia, prometendo trazerem as mulheres. No dia 24 apareceram da parte do norte os botocudos, pedindo canoas. Mandeí-os passar e chegaram 12 rapazes muito bem apessoados, conduzidos pelos dois velhos primeiros, e logo requereram ferramentas, e porque as não tivesse, mandei levantar tenda de ferreiro e construir 12 machados, ao que assistiram com muita atenção, e voltaram no dia 26 conduzindo mantimentos para a família.

No dia 27 apareceram em número 36, da parte do norte. Mandeí-os passar, chegaram com muita satisfação, dando-me abraços e presentes de cocos e palmitos. Mandeí também construir ferramentas para estes. Eles ajudaram ao ferreiro tocando os foles; outros acompanharam os soldados no serviço da roça e trabalhavam poucas horas. Com eles comeram, dormiram e brincaram até o dia 29, em que voltaram satisfeitos. Foram acompanhados de uma botocuda vinda do rio Doce, que me serve de língua, a qual mandei com presentes e insinuações minhas para seduzir as mulheres a virem ao meu abarracamento, com promessa de lhes dar muita ferramenta e miçangas. Foi também um casal de índios maxacalis, que todos dormiram com os índios botocudos, e voltaram no dia seguinte com outros e uma botocuda de 15 ou 16 anos, que me foi apresentada por um dos botocudos velhos, com quem tenho amizade, dizendo-me que era sua filha, e lhe não foi possível trazer outras por se haverem entranhado pelo mato. Afaguei-a, brindando-a com miçangas e quinquilharias, e a fiz voltar no mesmo dia. Aos 30, voltou o botocudo velho com a filha e duas raparigas mais do mesmo toque e 8 rapazes. Tratei-os bem e os fiz voltar no mesmo dia.

A 31 apareceu da mesma parte do rio uma grande família de botocudos. Mande-os passar e chegaram, entre outros, 18 raparigas muito bem feitas, e algumas haviam escapado das tábuas nos beigos e orelhas, de que usam, e as fazem disformes. Apresentaram-me uma grande porção de cocos de sapucaia, andaiá, palmitos e bichos de taquara, e entre homens, mulheres e pequenos contei neste lote 57 pessoas. Tratei-os como costume e voltaram satisfeitos no mesmo dia. E achando falta de dois machados, que haviam furtado, queixei-me ao meu amigo botocudo velho e ele, ralhando com a sua gente, os fez restituir prontamente.

No dia 9 de agosto fui ao rancho dos ditos com 5 companheiros e 3 botocudos que me guiavam com muita satisfação, e depois de termos andado 2 léguas, pouco mais ou menos, chegamos ao abarracamento que constava de pequenas cabanas feitas de ramadas e palmas de coqueiros. Aí à porfia me receberam bem e fizeram-me presente de quanto tinham para o sustento daquele dia, e contei nesta família 42 pessoas entre homens, mulheres e pequenos. E a pouca distância ficava outra ranchada, à qual não fui por ser já tarde, e voltei no mesmo dia, apesar dos botocudos que instavam pela minha demora. Aos 16, apareceram pedindo canoa, e passando-os, apresentou-me o botocudo velho 4 botocudos bem apessoados, e apontando para um deles me intimava ser o seu capitão, que vinha de longe com sua família, por aviso que lhe havia feito, pedindo-me que o tratasse bem, e assim o fiz, distinguindo-o em tudo, depois do que ele, deixando os companheiros, foi mirar o meu abarracamento com muita curiosidade, e daqui partiu só para o serviço da roçada, onde esteve todo o dia. No dia seguinte apareceu na praia a família do capitão e ele, apontando, deu-me a entender que era a sua gente, que a mandasse passar, o que fiz logo. E esta família, que em tudo se distinguia das outras, constava unicamente da mulher do capi-

tão com dois filhos aos peitos, 3 velhos, 7 galantes meninas e 4 rapazes. Até o dia 29 de agosto contei 107 pessoas das famílias botocudas, com as quais tenho feito muito boa harmonia. Eles vão aos meus mandados a qualquer parte, eles pedem-me em casamento aos soldados da Divisão, e com eles tenho ido só ao mato em caçadas. Eles advertem que, no lado sul, há botocudos bravos e insinuam-me o modo de andar seguro pelo mato, e se convidam para auxiliar-me no caso de ataque. No dia 30, tendo quase exaurido os mantimentos e as ferramentas com que os brindava, me resolvi a retirar-me para este quartel de Palma a fim de procurar meios de os providenciar, onde cheguei no dia 5 de setembro, despedindo-me das famílias botocudas até o princípio das águas, ao que responderam as mulheres que, se eu não voltasse no tempo prometido, chorariam muito.<sup>20</sup>

Este relato minucioso, feito por um alferes, revela os passos necessários para uma aproximação pacífica com nações indígenas ainda desconhecidas. Não podiam os brancos passar sem um intérprete (*língua*), neste caso uma mulher do mesmo grupo mas de outra região; nem sem objetos para a troca de presentes, por exemplo, ferramentas, miçangas e quinquilharias. Em contrapartida os índios davam aos brancos cocos, palmitos e outras produções da região. A linguagem do alferes utilizava os termos a que estava habituado: o chefe indígena era o capitão; as aldeias eram ranchos.

O chefe da expedição terminava o seu ofício com observações acerca da atitude adequada a estas nações, antes consideradas perigosíssimas, antropófagas e só merecedoras de extermínio.

E como nas instruções que me foram dadas se me permite representar o que for útil para o serviço que me é incumbido, persuado-me que os Botocudos absolutamente não querem guerra e eu não lha devo fazer encontrando-os em paz. Eu tenho representado a V.A. os termos em

que os achei mas, para se tratar da sua civilização, será necessário socorrê-los com mantimentos, ao menos no primeiro ano. É necessário para a sua civilização, e especialmente para serem chamados à religião, haver um capelão e que este assista também com os sacramentos à Divisão, visto achar-se aquele lugar de S. Miguel distante 33 léguas da última povoação. Para contrapesar a força dos Botocudos, seria talvez útil a reunião dos índios que se acham em Tocaiós, vindo-se aldear juntamente com aqueles, com o que se evitariam maiores despesas. Para se manter uma e outra nação, será talvez bastante que V. A. R. lhes conceda o rendimento de dois triênios de dízimos das terras da aldeia de Tocaiós, que se conservem desmembradas das arrematações, e seria também econômica a compra dos gêneros precisos para socorros da Divisão e aldeias, mandando-se fazer a Porto Seguro por se poupar o exorbitante preço dos carretos do Rio de Janeiro aquele lugar. Para se facilitar o comércio dos gados dos sertões, parece-me seria útil facilitarem-se estradas destes para a nova colônia, concederem-se as passagens do Jequitinhonha em qualquer parte onde for conveniente, sendo as estradas abertas pela porção de povos que nisso tiverem interesse. É por ora o que me lembra representar a V. A. que me determinará o que for servido.

De notar neste final do ofício que, para o alferes, não constituía qualquer problema juntar num mesmo aldeamento índios de nações diferentes, desde que isso representasse economia para os governantes. Por outro lado, civilizar os índios continuava a ser, como nos primeiros tempos da colonização, levá-los a aceitar a religião dos brancos. É interessante também que o militar não confiava nos índios para produzirem seus próprios alimentos, talvez por saber que nas nações indígenas só as mulheres se dedicavam a alguma cultura. Até eles ficarem aculturados, ou seja, até se transformarem em lavradores, seria necessário fornecer-lhes mantimentos.

Este relatório permite estabelecer um contraste entre o contato com os Botocudos aqui descrito como pacífico porque feito paulatinamente, seguindo a estratégia habitual da troca de presentes, e as instruções enviadas por D. João, logo após sua chegada ao Brasil, ao governador da Capitania de Minas Gerais, em que lhe ordena que faça a guerra aos Botocudos. Dizia a carta régia de 13 de maio de 1808 que esta nação, antropófaga, fazia incursões em várias partes daquela capitania, sobretudo às margens do rio Doce e seus afluentes, devastando fazendas e forçando seus proprietários a abandoná-las. As imagens transmitidas por essa carta régia eram muito fortes, como se pode ver pelo trecho a seguir.

Passam a praticar as mais horríveis e atrozes cenas da mais bárbara antropofagia, ora assassinando os portugueses e índios mansos por meio de feridas, de que sorvem depois o sangue, ora dilacerando os corpos e comendo os seus tristes restos.

Este imaginário justificava que se passasse da guerra puramente defensiva para uma guerra ofensiva contra os Botocudos até que eles, “sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade”, se tornassem “vassalos úteis” como o eram já “as imensas variedades de índios” que se achavam aldeados e vivendo em “estado social”. Mas a carta régia, um pouco mais adiante, declarava claramente que o que se entendia por total redução desta “atroz raça antropófaga” era muito simplesmente o aprisionamento e a destruição do maior número possível de Botocudos. O aumento do soldo dos comandantes encarregados desta ofensiva seria proporcional ao bom serviço que prestassem:

Terá mais meio soldo aquele comandante que, no decurso de um ano, mostrar que não somente no seu distrito não houve invasão alguma de índios Botocudos, nem de outros quaisquer índios bravos, de que resultasse morte

de portugueses, ou destruição de suas plantações, mas que aprisionou e destruiu no mesmo tempo maior número do que qualquer outro comandante.

Apesar das instruções recebidas pelo comandante da 7ª Divisão se referirem apenas a guerra ofensiva contra os Botocudos e a fazer estes prisioneiros, devendo servir ao comandante durante 10 anos, ou mais, conforme durasse sua atrocidade e antropofagia, o relatório do alferes Julião Fernandes Leão diz muito claramente que os Botocudos não queriam a guerra e que, portanto, ele não lha devia fazer encontrando-os em paz. Esta atitude foi mais tarde elogiada por Spix e Martius:

A mais numerosa e temível nação dos indígenas primitivos, nas matas entre o rio Doce e o rio das Contas, é a dos Botocudos, muitas vezes indistintamente chamados de *frexes*, *monos* e *aimorés*. Está essa tribo confiada, principalmente, à vigilância da 7ª Divisão, cujo quartel-general se acha a nordeste da comarca de Serro Frio, em S. Miguel, à margem direita do rio Grande. Ali comanda um oficial a uma fraca guarnição de mulatos, que têm o duplo encargo, de conservar em boa amizade os Botocudos dos arredores e pouco a pouco os amansar, e também de proteger e assegurar a navegação para o oceano. Com presentes e trato bondoso e avisado, o comandante deste distrito tem conseguido, até agora, estabelecer relações entre esses selvagens, ainda hoje brancos e sempre hostis, e os portugueses. Foram fundadas diversas aldeias desses antropófagos ao longo do rio e já os Botocudos começam a ocupar-se com a lavoura. Eles trazem aos colonos, de tempos a tempos, ipecacuanha, papagaios domesticados, peles de onça, etc., para permutar com utensílios europeus, e prestam serviço como remadores na navegação para a vila de Belmonte.<sup>21</sup>

Este testemunho dos viajantes está conforme a um artigo publicado na *Idade d'Ouro do Brazil* em 1818, no qual se apresenta-

ram as consequências do estabelecimento da comunicação entre Minas e Bahia.

O comandante da 7<sup>a</sup> Divisão, Julião Fernandes Leão, estabeleceu com feliz sucesso uma colônia nas margens do rio, a qual tem consideravelmente prosperado porque o terreno é mui fértil, o ar sadio e o rio mui abundante de peixe. Os Botocudos despiram a sua natural ferocidade, perderam o medo dos brancos e, excitados pelo seu exemplo, cultivam a terra e se prestam a qualquer gênero de trabalho. Têm-se estabelecido colonos em distâncias proporcionais até o Salto Grande e Belmonte, os quais ajudam a conduzir as canoas por terra naqueles sítios em que as cachoeiras não deixam vagar o rio.<sup>22</sup>

As notícias referentes à ação desbravadora e colonizadora da 7<sup>a</sup> Divisão inspiraram ao redator comentários sobre um dos temas principais da teoria da riqueza das nações: a relação entre uma população abundante e o desenvolvimento dos meios de subsistência.

O terreno de Minas é sumamente fecundo na produção de coisas necessárias à vida e as margens do Jequitinhonha são uma imagem das margens do Nilo sem a prolixa dependência dos seus antigos canais. A Natureza naqueles sítios paga com notável usura os trabalhos de quem planta e cria. Ora a população de qualquer país está na razão dos meios de subsistência e, sendo os meios de subsistência tão fáceis desde o porto de Canavieiras até Minas, é de esperar que os principais pontos daquelas fecundas margens se convertam, em menos de meio século, em opulentas vilas de comércio e amenas aldeias de lavradores.

Como aquela colonização contava também com a população indígena, o gazeteiro aproveitou a ocasião para criticar o sistema das missões e defender uma ação civil e militar em relação aos índios.

Parece de absoluta necessidade instruir os novos colonos nos princípios da religião, que em todos os tempos foi o primeiro móvel da civilização, mas o sistema atual das missões é de mui pouco proveito, como a experiência tem mostrado com os jesuítas. Os índios que atualmente existem debaixo das missões nem se aumentam em número, nem se fazem úteis ao Estado por sua indústria e trabalho (falando nós desta capitania), donde se colhe que eles não tiram das idéias da religião aquele amor à ordem, ao trabalho e aos bons costumes, objeto que a religião inspira quando é bem ensinada e dirigida.

É de esperar que estas coisas se remedeiem brevemente e que a sabedoria do governo aplique todos os meios necessários ao objeto desejado, que é a civilização dos Botocudos, a cultura das terras, a fácil transitabilidade do rio, a cópia de gêneros no porto de Canavieiras e, por consequência, a comunicação frequente de Minas com a Bahia e a fartura de víveres de que esta cidade carece.

Na *Idade d'Ouro do Brazil* este tema da penetração no sertão com a domesticação de índios considerados ferozes, o aproveitamento das vias fluviais, acompanhado de estradas onde elas não existissem, e o povoamento de regiões antes só ocupadas por indígenas, constituiu um tópico importante e várias vezes abordado. Mas outras regiões surgem também em discussão, sobretudo quando se trata do tema da população. O redator se interroga sobre o fraco povoamento da comarca de Ilhéus e de Porto Seguro, quando a facilidade da subsistência faria naturalmente supor que fosse densamente povoada, sobretudo na região de Canavieiras e margens dos rio Pardo e da Salsa.

É muito para notar que, sendo a comarca dos Ilhéus e Porto Seguro talvez o melhor terreno desta capitania, se ache contudo despovoada e pobre, enquanto o rio das Contas, campos da Cachoeira, Inhambupe, etc., onde não

é tão bom o terreno, contam com gente polida, muito luxo e muitas casas opulentas.

Qual será a razão desta diferença? Talvez que fosse preciso escrever muito para se darem todas as causas simultâneas deste fenômeno. Não são próprias de uma gazeta tantas indagações e diremos com Virgílio: *Non nostrum inter vos tantas componere lites*. A razão mais óbvia que pode ocorrer a qualquer é que estes sítios do sul sempre foram infestados de gentio, que destrói plantações e lançava fogo às casas dos portugueses, mas esta causa já cessou de todo pela felicidade das conquistas e agora não há receio de fazer estabelecimento em toda a comarca de Ilhéus e margens do rio Pardo e Jequitinhonha, aonde há excelentes sítios de lavoura e fazendas de gado.<sup>23</sup>

Quando Aires de Casal, na *Corografia Brasílica*, descreve a comarca dos Ilhéus também diz que a região é fertilíssima, podendo ser muito rica “depois de bem multiplicados os agricultores”, o que deixa entender que a população era escassa embora ali prosperassem a mandioca, o cafezeiro, o arroz, o milho, a cana de açúcar e o algodoeiro.

Em 1819 a *Idade d’Ouro* deu a maior ênfase à colonização do rio da Salsa, implementada pelo ouvidor da comarca de Ilhéus, Antônio da Silva Teles, que seguindo instruções do governo ali criou um destacamento para facilitar a comunicação da Capitania da Bahia com a de Minas Gerais.

O ouvidor escolheu os outeiros da Boa Vista, nas margens do rio da Salsa, e aí fez quartéis para o destacamento, que é por ora composto de trinta casais de soldados dos três Regimentos de Linha da cidade. Marcou a cada família o terreno que ela poderia cultivar e designou terras para as lavouras em grande, que no andar do tempo se devem fazer segundo o crescimento das famílias dos soldados e a concorrência dos colonos, que já

principiam a estabelecer-se naqueles lugares, animados pelo destacamento que os põe ao abrigo de qualquer insulto dos Botocudos.

Os quartéis são de 3 braças de frente e 6 de fundo, e as terras adjacentes são sobremaneira fecundas para qualquer gênero de cultura. Os ares são mui sadios e as águas excelentes. Do lugar do destacamento ao Jequitinhonha sobe-se em poucas horas, e logo acima fica a cachoeira do Salto Grande, aonde há já canoas da parte de baixo para receberem as cargas dos mineiros, transportados do desembarque de cima, sem que seja preciso arrastar as canoas por terra, como até aqui se praticava.

Segundo informa o comandante do destacamento de Salto Grande, esperavam-se por todo este mês muitos comboios de cima para Canavieiras, com algodão e outros gêneros. E os soldados do destacamento do rio da Salsa trabalhavam muito em limpar o rio dos grossos paus, que dificultam a passagem das canoas.

Deu-se a este novo destacamento o nome de Palma com a invocação de S. Francisco de Assis e não só os soldados, como os novos colonos ali estabelecidos, têm mostrado muito contentamento pela amenidade do clima, abundância de caça e peixe, e facilidade de colher em breve os produtos do seu trabalho.

É muito para notar que, sendo aquelas terras cortadas em muitos sentidos pelas tortuosidades dos rios e seus infinitos braços, não são contudo alagadiços, porque o rio da Salsa não deborda em suas enchentes e por isso os novos colonos não receiam plantar em suas margens.

Também não se encontra ali o mais terrível flagelo da lavoura do Brasil, que é a formiga chamada de mandioca, apesar de haver já alguns mandiocais, e tudo isto redobra as esperanças dos lavradores, a quem os desvelos sobre as formigas furtam metade do tempo e das plantas.

Querendo o ouvidor dar uma légua de fundo às terras dos soldados, e batendo para este fim o terreno, foi dar com uma lagoa de meia circunferência, bordada de lindos outeiros, à qual se seguiam duas mais pequenas, e nestas lagoas achou portos muito limpos e sinais de que os Botocudos ali vinham pescar. Mas nunca apareceram Botocudos, porque se assustam e fogem para o centro, aonde lhes não faltam as coisas necessárias à vida. Não há vestígios de que eles plantem alguma coisa e nem aparecem naqueles lugares choupanas de habitação.

Também informa o comandante do Salto Grande que, nas margens do Jequitinhonha, se têm estabelecido muitos colonos e que têm feito grandes plantações de algodão, dos quais muitos pretendem descer pelo rio da Salsa até o fim de janeiro para trazerem à Bahia as suas cargas. Eles fogem da barra de Belmonte e procuram Canavieiras, aonde não há o menor risco e donde fica mais perto o trânsito para a Bahia.

E quanto cresceria a concorrência destes exportadores, se eles achassem no porto de Canavieiras boas pousadas e mesmo algumas lojas e vendas aonde permutassem os seus gêneros sem demandarem a Bahia, cuja viagem lhes faz tanta repugnância?

Tanto precioso é, pois, o rio da Salsa para a lavoura, quanto o porto de Canavieiras para o comércio. É verdade que o terreno ali não é próprio para a cultura, assim como todas as costas do mar, mas não é a cultura só a que enriquece os lugares e, para apertar mais os laços da sociedade, é que a Providência dá vantagens a todos os terrenos, fazendo uns interessantes por sua fecundidade, e outros por sua posição.

Canavieiras deve, pois, ser para o Jequitinhonha e Salsa o mesmo que é Cachoeira para o rio das Contas e Campos, e é da ordem das coisas que aquele porto seja uma vila considerável por seu comércio.

Que ajuizada especulação para um negociante empreendedor! Foi com semelhantes especulações que enriqueceram consideravelmente muitos principiantes no começo das vilas desta capitania, e daí vieram grandes casas de que ainda há memória.

Naqueles pontos podemos dizer que o Brasil ainda agora se descobre e todos sabem que nos descobrimentos das coisas se fazem grandes fortunas. O algodão é hoje o ramo mais favorito da lavoura e do comércio do Brasil, e todo o terreno que vai de Canavieiras até Minas é o mais próprio para esta cultura. Não falaremos nos gêneros de primeira necessidade, de que tanto abundam aquelas terras e que podem fazer um grande comércio interior, porque já expendemos este assunto na gazeta que escrevemos sobre o rio da Salsa e não é preciso provar o quanto a Bahia é falta de mantimentos, e sempre o será enquanto a comarca dos Ilhéus não for bem cultivada e enquanto for difícil a comunicação com Minas Gerais.

A todas estas razões físicas, que devem animar os novos colonos e novos negociantes do rio da Salsa, temos de acrescentar razões morais sumamente poderosas, que são o decidido empenho e favor que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor conde de Palma tem mostrado nestes novos estabelecimentos e a ilimitada liberalidade que elrei nosso senhor ostenta sempre quando se trata de aumentar a fortuna de seus vassallos. Sua Majestade, por uma carta régia de 4 de janeiro do corrente ano, não só aprovou o feliz projeto deste governo em facilitar a comunicação com Minas pelo rio da Salsa e Jequitinhonha, como que tratou logo de premiar com alta beneficência as famílias do destacamento, concedendo 1º que Sua Excelência pudesse mandar dos soldados quase inválidos da tropa da Bahia e que fossem onerados de família os que lhe parecesse para aquele destacamento; 2º que lhes designasse terreno conveniente para plantações, ficam-

do-lhes pertencendo, e a seus sucessores, sem dependência de outras formalidades praticadas nas ditas sesmarias, que não sejam as das demarcações, e estas gratuitamente e servindo-lhes de título de propriedade; 3º demissão do Real Serviço quando, por informações autênticas do ouvidor no fim de três anos, mostrarem que têm formado os seus estabelecimentos em lavoura e que se acham arreigados e fixos na povoação. E, querendo subministrar-lhes meios para poderem ir formando capital com que possam beneficiar as lavouras, lhes concede a isenção de direitos por tempo de dez anos pelos produtos das suas lavouras, requerendo eles para esse efeito à Junta da Fazenda desta capitania com atestações do ouvidor da comarca que mostrem que os ditos produtos são propriamente seus pelos haver plantado.

Não nos consta que algum soberano do mundo fosse mais liberal em animar uma lavoura nascente, nem um soldado onerado de família pode esperar mais fortuna.

Talvez que os novos colonos que não são soldados e que os novos negociantes que se estabelecerem em Canavieiras tenham de ser favorecidos com algum rasgo de beneficência real, e então veremos em breve crescer a população e prosperidade daquela comarca, com grande proveito de Minas e da Bahia.<sup>25</sup>

O tema das frentes de colonização, do povoamento de regiões ainda mal aproveitadas, era tão palpitante na época, que o redator não resistiu a tecer alguns comentários a esse respeito, depois de ter simplesmente apresentado os fatos. À informação seguiu-se a opinião, ou melhor, a exortação.

Pelo ofício do ouvidor da comarca de Ilhéus de que falamos na folha penúltima, demos ao público uma idéia exata do destacamento e dos novos colonos que o ilm<sup>o</sup> e exm<sup>o</sup> senhor conde de Palma mandou estabelecer no rio da

Salsa para facilitar a comunicação de Minas Gerais com a Bahia. Contemplando, porém, agora o rio da Salsa em si mesmo, e sem respeito aquela interessantíssima comunicação, faremos algumas observações para animar a concorrência pública a buscar uma fortuna sólida e uma vida aprazível naqueles sítios, que o céu parece ter destinado para felicidade de muitos homens e para ditoso incremento deste novo reino.

Um mapa que temos à vista, do qual fez menção o ouvidor em seu ofício, desperta na imaginação econômico-política os quadros mais agradáveis de uma opulência futura, a qual fará primar em riqueza esta capitania sobre todas as do Brasil. Não é o país de Eldorado, nem o famoso pomo das Hespérides que enganou em outro tempo a tantos entusiastas. É um terreno mui vizinho e já conhecido de muitos, para o qual convidamos os amadores da verdadeira prosperidade. Não são tesouros escondidos, porém postos à flor da terra, os quais merecem que se venda tudo para os comprar. Não são as riquezas da Ásia, que tanto sangue custaram aos nossos antepassados e das quais se tirou mais dano do que proveito; são riquezas que só custam algum suor e que pagam com centuplicada usura qualquer ligeiro trabalho.

Quanto é para lamentar a inconsideração daqueles que, por ouro e diamantes, atravessaram os sítios mais impérvios da América e que se expuseram a tantos riscos por uma riqueza quimérica, deixando quase nas costas do mar a origem de uma riqueza mais certa para si e seus descendentes! A riqueza do ouro é efêmera, a da lavoura é eterna. Mas deixemos de invectivas, que já de nada servem, e contemplemos o que nos há-de servir.

Entre a barra dos Ilhéus e a barra de Belmonte desemboca o rio da Salsa, que é um rio de segunda ordem sempre navegável e que se comunica com o rio Pardo e Jequitinhonha. Na sua barra está a ilha de Canavieiras,

que é o porto aonde vêm parar as canoas de cima e aonde as embarcações da cidade devem ir fazer o seu negócio. A cinco léguas distantes da barra pelo rio acima está o destacamento denominado de Palma, e daí poucas horas de viagem se comunica com Jequitinhonha abaixo da cachoeira do Salto Grande. A distância que vai do destacamento ao Jequitinhonha é muito amiúde embaraçada de paus grossos que descem pelo rio, mas este embaraço começa a diminuir porque se vão cortando os matos que se elevam sobre as margens do rio.

Desde a barra até o destacamento é o rio bordado de grossas matas de madeira de construção em todo o gênero, e as terras adjacentes são excelentes massapés para a cultura da cana de açúcar, aonde com metade de braços se faria mais açúcar que nos melhores massapés do Recôncavo da Bahia. O transporte das caixas para Canavieiras é mais fácil que deste Recôncavo para os trapiches, e a condução para a cidade é a mesma que a dos Ilhéus, com a diferença de melhor barra.

Para o noroeste do destacamento de Palma quase uma légua estão três lagoas, que todas se comunicam, as quais nascem de uma cordilheira de montes vizinhos e fazem ondas como o mar quando o vento as agita. São muito abundantes de pescado e as suas águas sempre claras e saborosas, ainda quando o rio se acha inundado e turvo.

Todo o terreno que se tem descoberto para o centro é sumamente pingue e ali não se conhecem secas que possam ofender a lavoura, nem a criação de gado.

Os Botocudos da banda norte do rio são mui medrosos. Fogem à medida que se vão roteando as terras e não se têm resolvido a procurar os colonos. Talvez que a excessiva fartura em que eles vivem seja causa deste fenômeno, pois eles não plantam nem criam. E todo o terreno para o centro é fértil em caça e raízes mais saborosas que as da mandioca.

Ali aparece caça de várias espécies e dizem os que percorrem aqueles sítios que é bem escusado levar mais viático do que uma espingarda para comer sempre fresco.

A Natureza é ali tão viçosa que o homem isolado não carece trabalhar. Como porém o homem deve olhar para o bem da sociedade, não é debaixo deste solipsismo que nós descrevemos a bondade daqueles sítios. É para o bem geral do Brasil que se devem estabelecer muitas famílias e formar grandes aldeias que devem aumentar a riqueza do Estado por sua lavoura e comércio.

Não cessamos de o dizer. O Brasil nada tem que temer da sua prosperidade desde que tomar a peito a cultura do seu terreno. Concorrência de estrangeiros, portos francos, etc., tudo isto são bens reais que Sua Majestade nos fez por sua alta sabedoria e bondade. Não é daí que vem o mal; é sim da nossa indolência e atrasamento na cultura.

Aumentem-se as nossas exportações e veremos para onde se inclina o fiel da balança, se para nós, ou se para os estrangeiros.

Além dos gêneros de exportação para a Europa, que devem fazer a riqueza daqueles lugares, podemos olhar estes novos estabelecimentos como um manancial de fartura para esta capitania, cujo terreno em muitos sítios é impróprio para a cultura dos gêneros de primeira necessidade, e no qual habitam muitos casais que são a imagem da fome e da miséria. Quando, pois, não esperássemos outras vantagens da população e cultura do rio da Salsa, bastava o comércio interior que ele há de produzir para merecer a pena de todos os nossos desvelos.

Por ventura Sergipe d'el-rei e Cotinguiba não fazem certo vulto respeitável por sua cultura e comércio, apesar de terem péssimas barras e um terreno pouco próprio para engenhos de açúcar?

Não é tão considerável a comarca das Alagoas só pelas suas madeiras? Não tem o rio das Contas prosperado sobremaneira com o seu algodão? E que será proporcionalmente toda a extensão que vai dos Ilhéus até o Jequitinhonha, quando for povoada e cultivada? Por um só ramo podem florescer aqueles sítios, os quais podem alcançar celebridade em todos: madeiras, açúcar, algodão, criação de gado, milho, café, feijão, etc.

Talvez se nos diga: se a natureza é tão fértil nesses lugares, se oferece tantas comodidades à vida e tanta riqueza, por que razão têm estado até aqui esses lugares ao abandono? Por ventura não conheceram isso os nossos antepassados e preferiram habitar outras comarcas mais distantes e estéreis?

Mas a resposta é óbvia. Os primeiros que navegaram o Jequitinhonha, rio Doce, etc., eram aventureiros inimigos da cultura, que só procuravam ouro e diamantes, e foram fazer os seus estabelecimentos naqueles sítios aonde abundavam os objetos da sua cobiça. E os primeiros cultivadores que penetraram aquelas terras foram tão incomodados pelos Botocudos que abandonaram tudo por seu sossego.

Sabemos pela história do Brasil que o primeiro donatário da Bahia, Coutinho, se fora estabelecer nos Ilhéus por conhecer a bondade do terreno, e depois se viu obrigado a fugir para o que é hoje cidade e foi comido pelo gentio de Itaparica, aonde deu à costa. Ainda em nossos dias sentiam perseguições os lavradores dos Ilhéus que se estendiam mais para sul, e portanto não faz estranheza que semelhantes sítios estejam despovoados e incultos.<sup>26</sup>

Assim, para o redator, a domesticação dos índios era condição prévia a qualquer tentativa de povoamento e cultura das terras imensas que ainda existiam despovoadas na capitania. Esse seria o papel das frentes de colonização constituídas, como vimos, por des-

tacamentos militares capazes de estabelecer contatos pacíficos com os indígenas. Depois deles viriam certamente outros colonos e a capitania ficaria mais rica com as novas produções, de mantimentos ou mesmo de produtos de exportação.

## O COMÉRCIO INTERNO

O desenvolvimento da rede de comunicações, fluvial e terrestre, os contatos pacíficos com as populações indígenas, principalmente com os Botocudos, os esforços de povoamento das áreas mais desertas, sobretudo as que se encontravam ao longo do caminho entre a Bahia e Minas Gerais, tiveram como consequência o desenvolvimento do comércio interno e a melhoria de alguns portos como o de Canavieiras, que Aires de Casal nem sequer menciona na *Corografia Brasileira*. Ora, em 1818, já era possível pensar nessa localidade como porto.

Já falamos em outro tempo sobre a navegação do rio Jequitinhonha e descrevemos as primeiras exportações que desceram de Minas até Belmonte, as quais, apesar de algumas dificuldades, principiaram a prometer uma comunicação fácil entre a Capitania de Minas e a da Bahia. (...) Acresce a nova viagem que há pouco tempo se descobriu, pela qual as canoas que descem de Minas não carecem surmontar as dificuldades do Jequitinhonha de Belmonte até a costa do mar, porque antes de chegar a esse sítio entram o rio da Salsa, que desemboca no porto de Canavieiras, o qual fica mais ao norte 4 léguas, e por conseguinte mais perto desta cidade.

O mês passado chegaram algumas canoas a Canavieiras com 400 fardos de algodão e voltaram para cima com sal e outros gêneros de primeira necessidade, os quais já se podem levar a Minas por menos de metade do seu antigo preço, o qual irá diminuindo à medida que se faci-

litar o transporte. Dizem os condutores das canoas que admiraram pelo caminho a tratabilidade dos novos colonos e a excelente qualidade do algodão e milho das suas plantações, e agoiram que em breve tempo se fará a maior parte do comércio de Minas pelo Jequitinhonha e rio da Salsa. Dizem mais que, desde Minas até a cachoeirinha, no espaço de 80 léguas, encontravam várias tropas que subiam com muita comodidade, e que achavam pouso em muitos sítios.<sup>27</sup>

O comércio com Minas Gerais era necessário ao abastecimento de Salvador e o desenvolvimento do porto de Canavieiras permitiria que essa corrente comercial se intensificasse.

A cidade da Bahia é muito escassa de víveres e os gêneros de primeira necessidade, desde 20 anos a esta parte, têm subido a mais de cento por cento. E podendo estes gêneros ser facilmente conduzidos a Canavieiras pelas canoas do Jequitinhonha, passam tão facilmente como as lanchas dos Ilhéus e não só fartam esta cidade, como aumentam o comércio daqueles sítios, e tornam mais grosso e lucrativo o trato de Minas com esta capitania, que já foi considerável em outras eras e que ficou reduzida a nada pelas dificuldades dos comboios, que acharam melhor o caminho do Rio de Janeiro, o qual ganhou em todos os sentidos o que a Bahia perdeu.

Estas teorias são muito fáceis de realizar desde que a providência do nosso paternal governo olhar para o porto de Canavieiras, facilitando ali o estabelecimento de alguns armazéns de sal e outros gêneros próprios para o consumo de Minas e dos novos colonos do Jequitinhonha. De maneira que não careçam vir à Bahia os traficantes das canoas e façam com presteza o seu regresso. Assim se irão criando casas de comércio em Canavieiras, remetendo para a cidade o algodão e mais gêneros, e demandando em troca os objetos que os canoeiros exigem.

Também seria mui vantajoso haver sempre canoas de sobre excelente na parte de baixo das cachoeiras, para que não fosse preciso arrastar as canoas de cima por terra. E conduzindo-se as cargas em bestas (de que podem abundar aqueles sítios), acharão canoas de muda para prosseguir a viagem.

Desta arte se irão pondo em contato as diferentes capitânicas do Brasil e as suas relações morais destruirão as oposições físicas com que a Natureza as separou. Todos estes trabalhos são puros brincos comparados com os antigos esforços dos moradores da Holanda e de Veneza.

É também de notar que as cachoeiras do Jequitinhonha não estão no caso da cachoeira de Paulo Afonso no rio S. Francisco. Aquela é capaz de zombar do trabalho de muitos séculos que a quisesse destruir, e estas com algum tempo e constância podem desaparecer e tornarem vogável aquele rio em todos os pontos para as maiores canoas.<sup>28</sup>

O redator mostrava-se atento ao comércio da Bahia com Minas Gerais e assim não deixa de assinalar as deficiências ainda existentes no porto de Canavieiras para que fossem remediadas com urgência.

Chegou um novo comboio de Minas ao porto de Canavieiras, descendo pelo Jequitinhonha e rio da Salsa, mas os viajantes se afligiram muito por não acharem comodidades em Canvieiras, nem embarcação pronta para os conduzir à Bahia. Daqui se infere com quanta razão já dissemos, em outro número, que era de absoluta necessidade um estabelecimento em Canavieiras que servisse de interposto ao comércio. Porque, sendo aquele porto despovoado e não tendo embarcações freqüentes em trato com a cidade, é impossível que prosperem as aldeias

do Jequitinhonha, nem as relações de Minas com a Bahia.<sup>29</sup>

Além destas observações, o gazeteiro chamava a atenção para as potencialidades mercantis da região do rio da Salsa, as quais possibilitariam o regresso das canoas a Minas com mercadorias locais, sem terem que perder tempo esperando gêneros do porto de Salvador. Também recordava que a região podia beneficiar-se com o corte de pau brasil.

A gazeta em que descrevemos o rio Jequitinhonha e a facilidade da comunicação de Minas com a Bahia pela navegação daquele rio, excitou nesta cidade o desejo e o projeto de fazer no porto de Canavieiras um estabelecimento mercantil para fornecer aos navegantes do rio aqueles gêneros de que eles necessitam e que podem permutar pelos produtos da sua lavoura sem o detrimento de demandar a cidade.

Acresce mais que, arrematando-se o contrato do pau brasil em virtude de um alvará remetido à Junta da Fazenda, necessitam os arrematadores achar comodidades no sobredito porto de Canavieiras para fazerem as suas expedições pelo rio acima e para conduzirem o pau brasil até o porto, donde o devem embarcar para o remeterem ao exame.

A pouca distância de Canavieiras, tomando o rio Pardo, há grande abundância de pau brasil, segundo nos informam pessoas que foram empregadas por várias vezes neste negócio. E, como o rio Pardo se ajunta com o da Salsa, e ambos fazem barra em Canavieiras, é da maior evidência que esta ilha venha a ser o ponto de maior concorrência ao sul da Bahia, assim pela navegação de Minas como pelo corte do pau brasil que ali há de vir parar.<sup>30</sup>

## O TRÁFICO DE ESCRAVOS

O comércio com a costa africana era intenso a partir de Salvador, como se pode ver pela lista das embarcações entradas no porto carregando cativos. Mas o artigo X do Tratado de Aliança com a Inglaterra comprometia o príncipe regente D. João a não permitir que seus vassalos fizessem o tráfico de escravos em regiões que não fossem, nessa época, possessões de Portugal. Ficava-lhes, contudo, o direito de negociar escravos nos territórios da Coroa portuguesa na costa africana. Esta última cláusula não tirou as preocupações dos negociantes da Bahia, tanto mais que os ingleses começaram a fazer presas de navios portugueses, como noticiava a *Idade d'Ouro do Brazil* em maio de 1812.

Jacob Leandro da Silva, que saíra deste porto para a Costa da Mina de piloto no bergantim *Lindeza*, de José Cardoso Marques, foi tomado no porto de Oaim, e juntamente o brigue *Prazeres* e a sumaca *Flor do Porto*. A tomada foi feita por uma fragata inglesa, cujo comandante se denominava Frederico Paulo Irbi, que conduziu as ditas embarcações para a Serra Leoa, aonde foram julgadas boas presas em virtude do tratado, que mostraram ao tal Jacob, perguntando-lhe se tinha alguma coisa a dizer. Depois disto ele, Jacob, comprou a mesma embarcação por 400 pesos duros e, chegando aqui, apresentou-se na sala de Palácio, dando entrada como mestre e dono. E apresentou o artigo do tratado a respeito da negociação de escravos.<sup>31</sup>

Para tranquilizar os negociantes, apressou-se o redator a divulgar ao público o conteúdo de uma carta de lord Strangford, ministro de S. M. Britânica no Rio de Janeiro, ao cônsul inglês na Bahia, estranhando as presas feitas na Costa da Mina pelos ingleses e emitindo o parecer de que a Grã-Bretanha não estava de acordo com semelhante procedimento, nem dava ao artigo X do tratado

o sentido que lhe era atribuído na Serra Leoa. A ambiguidade na redação deste artigo levou o gazeteiro a procurar esclarecer seu sentido, a fim de acalmar os ânimos dos principais comerciantes que, então, já tinham enviado uma petição ao regente, alegando que a praça da Bahia sofrera uma perda avaliada em mais de 800.000 cruzados.

Presentindo nós que o artigo décimo do Tratado de Aliança com a Grã-Bretanha tem inquietado aqui os ânimos e dividido os pareceres sobre a sua genuína inteligência, pareceu-nos no nosso dever analisar o sentido do sobredito artigo segundo nosso modo de entender, para evitar a versatilidade de sentidos, que não pode ter lugar em coisas de tanta consequência, e para mostrar qual foi a mente de S. A. R. a respeito do comércio dos escravos.

É hoje opinião constante entre as nações iluminadas que a escravidão se deve proscrever por dois princípios: 1º porque é contrária ao Direito Natural e aos sentimentos da humanidade; 2º porque se opõe aos interesses da nação, fomentando a preguiça e fazendo com que os nacionais tenham em desprezo e horror o trabalho dos escravos. Logo a escravidão, além de injusta, é também anti-política.

Porém (é máxima constante de todos os políticos), há abusos respeitáveis pela sua antiguidade e que se confundem com os fundamentos do Estado. É perigoso fazer bem aos homens de repente e, em vez de se arrasar o edifício velho, deve-se ir abalando aos poucos e tolerar alguns males para evitar outros piores. Logo (apesar de ser um mal) a escravidão não se deve destruir de repente. Pois como se deve destruir? Como se destruiu em Portugal no reinado do senhor D. José I; na América inglesa nos nossos dias; e mesmo no Brasil quando se libertaram os índios. Queremos dizer, quando a população do país tem braços suficientes e não carece de braços

forçados. Assim não careceu Portugal quando declarou livres os africanos, e não precisou que uma nação estrangeira lhe ensinasse esta política, mesmo em tempo de menos luzes que hoje. Assim não careceu a América do Norte quando, pelas frequentes emigrações europeias, teve gente bastante para os seus trabalhos, e apesar de que a Sociedade Filantrópica, amiga dos negros, já existe na Inglaterra há mais de 20 anos, contudo ainda o ano passado é que a Inglaterra declarou abolido o comércio de escravos, proibindo novas importações, mas não libertando os que já estavam cativos.

Ora o Brasil ainda não está neste pé, logo seria antipolítica e arruinadora a abolição da escavidão. Firmado nestes princípios, parece que o príncipe regente N. S., contratando com a Grã-Bretanha, prometeu a gradual abolição do comércio de escravos, porém, como não se pode saber precisamente a época em que os escravos serão escusados, como já o são na América do Norte, não assinou o ano da abolição. Excluiu só aqueles lugares que não estão compreendidos no que se chama em português Costa da Mina. E para evitar alguma interpretação perigosa a seus vassallos, fechou o artigo dizendo que, por ora, se conserve no mesmo pé o comércio nos portos de Cabinda e Molembo, e igualmente naqueles portos chamados entre nós Costa da Mina, que pertencem à sua Coroa, ou a que a sua Coroa tem pretensões em razão do descobrimento e da antiga posse de negociar ali. Isto é o mesmo que dizer (entendamo-nos) à Grã-Bretanha: eu concordo contigo em abolir a escravidão como tu aboliste, e como meus antecessores já aboliram em Portugal. Mas, como ainda não estou nas mesmas circunstâncias em que tu estás por falta de população no Brasil, ainda conservo este mal, necessário aos meus Estados, e declaro que não quero perturbar o comércio dos negros nos portos mencionados. O tempo e as circunstâncias apressarão, ou retardarão, a conclusão deste negócio.

Esta é, pois, (salvo melhor parecer) a inteligência clara do tal artigo e outra qualquer é forçada. Logo deve continuar aquele comércio em virtude do tratado, sem que haja, na nossa opinião, algum pretexto a presas nos sobreditos portos.<sup>31</sup>

A explicação do redator mantinha a ambiguidade, na medida em que tudo dependia do sentido dado à expressão “Costa da Mina” e também ao fato de os portos do tráfico pertencerem efetivamente à Coroa portuguesa, ou simplesmente terem sido descobertos pelos portugueses e estes ali terem traficado ao longo dos séculos, como se lê no texto acima.

Em 1812 e 1813 eram grandes as tensões entre os negociantes de escravos e os ingleses, percebidas aliás pelo viajante James Prior que descreveu a cidade de Salvador em finais de 1813 e não deixou no seu livro de tomar partido pelos seus conterrâneos. (32) A única notícia capaz de mitigar a revolta dos negociantes da Bahia seria a perspectiva de indenização pelas perdas sofridas e por essa razão o ministério do Rio aconselhava o conde dos Arcos a deixar entrever essa possibilidade para que se mantivesse a compreensão e a harmonia entre baianos e ingleses, tanto mais que estes eram numerosos neste porto com suas casas comerciais. Daí a publicação da seguinte nota na *Idade d’Ouro do Brazil* em julho de 1813:

Nós dissemos, em uma gazeta do ano passado, que as presas feitas na Costa da Mina sobre os nossos navios que comerciavam na troca de escravos não podiam ser aprovadas pelo sábio e justo governo da Grã-Bretanha e que aqueles apresadores estavam fora da verdadeira inteligência do artigo X do Tratado de Aliança entre S. M. B. e o príncipe regente nosso senhor. Não era possível que S.M.B. escutasse com indiferença os clamores de tantos negociantes portugueses arruinados pelas não esperadas tomadias que lhes fazia a bandeira inglesa na costa da

África, e isto em uma época na qual reina a mais estreita e amiga aliança entre as duas nações. O resultado correspondeu à nossa bem fundada esperança e ajuizado conceito, e para prova da inteireza e generosidade britânica extraímos da *Gazeta do Rio de Janeiro* o artigo seguinte:

Rio de Janeiro 30 de junho

O príncipe regente nosso senhor foi servido cometer, por aviso expedido da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em data de 14 de junho deste ano, à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos o exame e verificação das perdas e danos que têm experimentado os negociantes portugueses, assim proprietários como interessados nas carregações dos navios portugueses empregados no comércio da costa de África, e que foram tomados pelas embarcações britânicas, para se poder tratar por meio de um exato e especificado conhecimento, e em consequência da reclamação a que o mesmo augusto senhor mandou proceder pelo seu embaixador em Londres, da justa e devida indenização de tais prejuízos, ordenando que fossem admitidas justificações legais com todas as solenidades da lei e assistência do cônsul britânico, e com a específica declaração do valor justo das perdas e danos sofridos pelos sobreditos interessados em cada um caso separado, a fim de se poder conhecer a perda que houve em cada navio tomado e, em consequência, reunidas as somas dos valores parciais, o prejuízo total que delas resulta; e ordenando outrossim, para que este procedimento seja uniforme e coerente, que a sobredita Real Junta expeça sem perda de tempo as convenientes ordens e instruções às Mesas de Inspeção nas outras capitánias ultramarinas destes Estados para ali procederem à referida verificação na for-

ma indicada; e porquanto há de proceder nesta Corte a semelhantes justificações o desembargador juiz conservador dos privilégios do comércio, e nas mais capitánias as Mesas de Inspeção, onde as houver, e na falta delas os ouvidores, ou juizes de fora, mandou a mesma Real Junta afixar editais, para que chegue à notícia de todos o paternal desvelo com que o príncipe regente nosso senhor tanto protege a fortuna de seus vassallos, e para que os interessados que tiverem sofrido tais perdas e danos compareçam desde logo perante as estações indicadas a legitimarem pelo modo competente os seus prejuízos, ajuntando documentos, contas e mais provas que tiverem, e igualmente inserir este na gazeta.<sup>33</sup>

Os ecos da crise entre os negociantes de escravos da Bahia e os membros da Sociedade Filantrópica inglesa diminuíram posteriormente, mas a posição do redator manteve-se antibritânica nesta questão, a ponto de chamar a atenção do cônsul britânico na Bahia, Frederic Lindeman.<sup>34</sup> O calor com que era debatido em Inglaterra o tráfico de escravos era encarado na gazeta como um simples modismo.

As gazetas e jornais de Londres que aqui temos recebido dizem que os espíritos estão atualmente ocupados na Inglaterra com o artigo do Tratado de Paris em que a França requereu continuar por mais cinco anos o comércio de escravos. É moda escrever sobre este assunto e falar nele nos círculos, cafés, etc. O amor da humanidade produz agora os mesmos efeitos que produziu noutra tempo o amor da cavalaria. E ninguém pensou que este objeto tocasse tanto a imaginação de todas as classes de gente. Um jornalista inglês declama com veemência contra este furor da humanidade pelos africanos e diz aos seus compatriotas que melhor seria empregarem eles as suas invectivas e forças contra os argelinos, que continuam a escravizar os europeus e que têm nestes últimos dias causado infinitos danos aos russos, suecos e holandeses,

tomando-lhes os navios no Mediterrâneo e mesmo nas vizinhanças de Lisboa.

Nós estamos bem persuadidos que o amor da moda, e não o amor da humanidade, é que tem dado tanto calor à questão. Assim como nos parece que a Europa iluminada faria maior serviço ao mundo comercial e à liberdade dos homens se, em vez de se ocupar nesta questão, se ocupasse no extermínio dos mouros e se deixasse para tempos mais felizes o total extermínio dos escravos.<sup>35</sup>

Nem mesmo depois do movimento constitucional de fevereiro de 1821 na Bahia deixou o redator de atacar os ingleses por causa da proibição do tráfico de escravos, muito embora o ataque se fizesse agora de uma maneira mais indireta e sutil, a ponto de a inglesa Maria Graham se equivocar ao ler a gazeta, durante a sua permanência em Salvador. Ela tomou como repúdio à escravatura um texto que mais nada era do que uma denúncia da hipocrisia inglesa, e também uma demonstração da necessidade de mão-de-obra escrava em terras americanas.<sup>36</sup>

Os amigos da humanidade lerão com prazer os novos esforços de alguns membros das Câmaras de Inglaterra para pôr fim ao comércio odioso da escravatura. (...) Muito aprovamos os filantrópicos sentimentos destes filósofos e desejamos que seus votos sejam ouvidos, porém, ao mesmo passo que aplaudimos seu generoso zelo, seja-nos permitido fazer algumas observações.

A maior parte dos negros que têm sido tirados do terreno que os viu nascer têm quase sempre sido transportados para os continentes e para as ilhas do Novo Mundo, e entregues aos trabalhos da agricultura e dos moinhos de açúcar. Estes desgraçados entes são os únicos capazes de resistir a estes peníveis trabalhos sobre uma terra ardente, onde só se respira o vapor de uma atmosfera abrasadora. Sem os seus socorros a agricultura das Anti-

lhas e de grande parte do terreno americano, especialmente todo o que está debaixo do Equador, ficaria brevemente arruinado; sem seu socorro a Europa se veria brevemente privada da maior e mais preciosa parte dos artigos que tira das colônias, e sem os quais não pode passar, sua ausência faria decair a nossa indústria, nosso comércio, e grande parte de manufaturas deixaria cedo de alimentar milhares de famílias.

Este golpe, que seria imortal para grande parte da América, e ainda mais para a Europa, não o seria assim para a Inglaterra. Isto é fácil de demonstrar. A Inglaterra tem imensas possessões na Índia oriental, dali tira quase todas as produções que se encontram na América, e com particularidade os algodões, o açúcar, o café, o tabaco, o anil, as madeiras preciosas, etc., que entretêm grande número de fábricas e que fornecem muitos mercados da Europa, da América e da África, que enriquecem seu comércio e que tão poderosamente contribuem à manutenção de sua Marinha militar e mercante.

(...) Estes zelosos filantrópicos, estes e os anglomanos que se compadecem com tanto estrondo da sorte dos africanos, deveriam reunir-se a outros filósofos ingleses e formar estabelecimentos sobre a costa, e até no interior da África, que fariam gozar seus protegidos das luzes da religião e das vantagens da civilização. Deveriam até formar colônias compostas de seus partidários para irem misturar a raça e fazer-lhes perder pouco a pouco esta cor que lhes é tão fatal. Deveriam também convidar o grande número de negros forros que há a tornarem para os seus matos, abandonando as habitações de seus tiranos.

É verdadeiramente pasmoso que os mesmos homens que há apenas 40 anos desbarataram a Índia, que despovoaram o Indostão, que fizeram morrer de fome mais de 3 milhões de índios, venham hoje atordoar-nos com suas declamações sobre a escravatura.<sup>37</sup>

Apesar da diminuição resultante das novas regras do tráfico impostas pela Inglaterra, o comércio de escravos manteve-se e pode ser estudado através da gazeta. A partir do momento que o periódico começou a publicar a lista das embarcações entradas no porto, temos acesso a vários dados importantes.

Durante o ano de 1811, foram 18 as embarcações que entraram no porto de Salvador transportando escravos. Só 4 eram escunas; 13 eram bergantins e havia um brigue. Os proprietários eram todos diferentes e resta averiguar se eram da Bahia ou de Lisboa. Dos 4899 embarcados, morreram na viagem 287, ou seja, 5,9%. Os portos de origem desses escravos eram, de uma maneira vaga, a Costa da Mina, havendo alguns das ilhas de S. Tomé e Príncipe e também de Calabar, cuja localização parece ser ao norte da Guiné.

Em 1812, entraram 16 embarcações, 13 provenientes da Costa da Mina (embora uma tivesse passado por S. Tomé), 1 de Calabar. Os nomes das embarcações são praticamente os mesmos, o que significa que estes navios negreiros não faziam mais do que uma viagem anual. Desembarcaram neste ano 4471 africanos, tendo morrido na viagem 220.

Em 1816 percebemos já algumas alterações no tráfico de escravos. Os locais de embarque são descritos de maneira mais precisa: Cabinda, ou Cabo de Lopo, por exemplo. Moçambique aparece agora como origem de escravos, embora a viagem fosse mais longa: 55 dias em vez dos 20 ou 30 que demorava da costa ocidental da África. Deixa de se anotar sempre o número de escravos mortos durante a travessia. Por vezes nem sequer é fornecido o número de escravos transportados, como no seguinte exemplo: “Da Costa da Mina, Porto Novo, o bergantim *Cipião Africano*, mestre Fortunato Luís Pinto, 34 dias de viagem da ilha de S. Tomé, onde arribou, carga cativos. Dono João Teixeira de Oliveira”.<sup>38</sup> É interessante notar que da Costa da Mina vinham agora outras mercadorias, e não

escravos apenas. O bergantim *Diana do Monte* tinha como carga 12766 panos, 11 barris de azeite de dendê e 58 onças e meia de ouro.<sup>39</sup>

Não é aqui o lugar de fazer um estudo exaustivo do tráfico de escravos. Quis apenas mostrar a importância da gazeta para complementar dados fornecidos por outras fontes.

## COMÉRCIO MARÍTIMO

Pelos comentários do cônsul inglês na Bahia entre 1811 e 1815, Frederic Lindeman, sabemos que, depois da abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, embarcações de Hamburgo, Bremen, Amsterdam, Gottenburg e de vários portos franceses se dirigiam à cidade de Salvador à procura do algodão, com melhor cotação na Europa do que o açúcar. Das 60 a 80 000 sacas de 160 libras exportadas anualmente, 30 000 eram enviadas para Inglaterra em navios ingleses, e o resto ia para Lisboa em embarcações portuguesas.<sup>40</sup> Em 1821, Maria Graham observava que o comércio com a Inglaterra era feito principalmente através de Liverpool, que fornecia produtos manufaturados e sal em troca de açúcar, cachaça, tabaco, algodão, muito pouco café, e melão.<sup>41</sup>

O redator assinalava e exaltava qualquer progresso nas relações comerciais do Brasil e, mais particularmente, da Bahia, com as nações estrangeiras, pois via na intensificação dos contatos mercantis uma condição necessária à riqueza e à prosperidade do país. Ainda em plena guerra europeia contra Napoleão, noticiava em 1813:

Há poucos dias chegou aqui um navio sueco, que fez vela de Gottenburgo (...). Nós contemplamos a vinda deste navio ao Brasil como uma demonstração completa da sinceridade e lisura do tratado contraído há pouco entre a Suécia e a Grã-Bretanha, e por conseguinte já tem o Brasil uma nação de mais no continente, de cuja corres-

pondência e trato lhe pode resultar no andar do tempo não pequeno interesse. Graças à providência de S. A .R. o príncipe regente nosso senhor na liberalíssima carta régia lavrada na sua chegada a este porto, cujas incalculáveis consequências melhor se conhecerão no futuro.

A riqueza e opulência de uma cidade marítima calcula-se muito bem pelo número de navios que a freqüentam e, como a importação de um país anda ordinariamente na razão igual da exportação, segue-se que, quanto maior número de concorrentes vierem a esta cidade com os seus gêneros, maior será a exportação dos nossos gêneros, e esta exportação, estimulando a lavoura e a indústria, fará subir de dia em dia as nossas comodidades e abundâncias.<sup>42</sup>

Não há dúvida de que, antes mesmo da paz europeia, era grande o número de embarcações estrangeiras que entravam no porto de Salvador. E não se tratava apenas de navios ingleses. De notar, logo nas primeiras notícias de 1811, a presença de embarcações americanas, carregando genebra, sal, móveis de casa, resina, alcatrão, pixe, breu, cobre, farinha de trigo, bacalhau, manteiga e mesmo vinho.

As relações comerciais com a França intensificaram-se depois da queda de Napoleão, fato que o gazeteiro realçou, chamando ao mesmo tempo a atenção para a questão agrícola, uma vez que o comércio brasileiro com a Europa só podia assentar nos produtos da terra, devido ao fato de as manufaturas serem praticamente inexistentes.

Lemos uma gazeta de Marselha em que se mostra que os habitantes daquela grande e mercantil cidade conceberam o mais vivo prazer, vendo no seu porto dois navios do Brasil, um de Pernambuco, outro do Rio de Janeiro. Brevemente, diziam eles, teremos as mais estreitas relações de comércio com o reino do Brasil e gozaremos

das vantagens que outras muitas cidades têm gozado. É impossível que o Brasil, em breves anos, não chegue a um ponto de grande elevação, desde que as grandes cidades da Europa formarem com ele imediatas relações de comércio. Mas é preciso para este fim que os ramos da lavoura se multipliquem e prosperem consideravelmente, pois que por indústria e fabricos não podemos fazer jogo com as cidades da Europa. Neste caso nós somos como o Anteu da fábula, que só da terra é que tirava as forças para combater com Hércules, e quando Hércules o suspendia da terra e o levantava ao ar, tirava-lhe todas as forças. Esta fábula é mais engenhosa do que ordinariamente se pensa, e já foi em caso idêntico felizmente aplicada por um escritor nacional. O Brasil é como Anteu, que só tem força no seu chão.<sup>43</sup>

O desenvolvimento do comércio marítimo internacional exigia o aumento da frota mercantil e também de guerra para os necessários comboios, mas neste aspecto o Arsenal da Bahia não parece ter cumprido o seu papel. Seu funcionamento deixava muito a desejar, pelo que se depreende da correspondência do conde dos Arcos<sup>44</sup>, pelo relatório de Lindeman que conta ter levado uma fragata de 38 canhões cinco anos para ser construída<sup>45</sup>, e pelo diário de Maria Graham que, ao visitar o Arsenal em 1821, apenas lá viu em construção uma fragata de 58 canhões.<sup>46</sup>

Os estaleiros particulares eram, contudo, muito ativos na construção de embarcações mercantis, principalmente um tal da Costa, mencionado pelo cônsul inglês no seu relatório. E uma notícia da *Idade d'Ouro do Brazil*, em 1815, confirma esta opinião.<sup>47</sup>

Os diferentes estaleiros desta cidade estão perenemente ocupados em construir embarcações mercantis. Isto prova que o nosso comércio vai em marcha progressiva e que será para o futuro de muito maior consideração, se os diversos ramos de agricultura tomarem maior atividade.

A construção naval tem chegado aqui a um grande ponto de perfeição e a Bahia leva uma vantagem decidida aos outros portos do Brasil, não só na perfeição, como em número de navios que anualmente saem de seus estaleiros, o que bem se mostra pelo seguinte:

Relação das embarcações construídas nos diferentes estaleiros desta cidade, desde o mês de janeiro de 1812 até outubro de 1815, a saber

Galeras	2		
Sumacas	6		
Brigues	3	por João da Costa de Carvalho	em Itapagipe
Sumacas	7		
Brigues	2		
Escunas	1		
Lancha	1	por José da Costa de Carvalho	na Preguiça
Sumacas	4		
Galera	1	por Antônio Martins	na Preguiça
Galera	1		
Sumacas	2		
Brigues	5	por Jacinto Ribeiro	em Itapagipe
Brigue	1	por José Luís	na Preguiça
Sumaca	1		
Brigue	1	por Manuel da Silva Bastos	na Preguiça
Escuna	1	por Francisco José Correia	nas Pedreiras
Sumaca	1	por Antônio Domingues	nas Pedreiras
Totais			
		Galeras	4
		Brigues	12
		Sumacas	21
		Escunas	2
		Lancha de coberta	1
		Soma	40

Não se mencionam aqui os bergantins, tão utilizados no comércio transatlântico de escravos. No comércio marítimo de cabotagem as embarcações mais utilizadas eram as sumacas, como se pode ver pela entrada da sumaca *Patrocínio* proveniente de Cotinguiba, carregando 73 caixas e 3 feixos de açúcar, 300 alqueires de sal, 7 pipas de mel e 26 sacas de algodão. Ou uma outra, procedente de Porto Alegre com 3 000 arrobas de carne, 100 de sebo e 200 couros.<sup>47</sup>

A secção de avisos da gazeta baiana é extremamente rica em informações sobre a frota mercantil, pois os mestres ou os donos das embarcações, ou as casas comerciais que os representavam, anunciavam as próximas saídas para a Europa ou para os Estados Unidos, fornecendo por vezes dados sobre o frete das mercadorias.

O brigue *S. João Augusto*, de lote de 180 toneladas, de que é capitão e interessado Joaquim Adrião Rosendo, construído no Brasil e de novo forrado em Santos, e que há pouco se anunciou para o Maranhão, faz saber aos senhores negociantes portugueses e estrangeiros que ele não duvida fretar o dito brigue para qualquer porto da Europa, e mesmo para o Mediterrâneo, uma vez que se possa ajustar e, não achando fretador, ele carrega a frete tabaco, sendo para Gibraltar, a 400 Réis a arroba e, em proporção, açúcar, couros, etc. O dito capitão se acha na praça às 2 horas todos os dias, e ao meio-dia na loja de José Mendes e Companhia, no largo da mesma praça.<sup>48</sup>

É possível formar uma ideia muito precisa do movimento das embarcações mercantis que entravam e saíam do porto de Salvador através das listas fornecidas na gazeta. Elas só cessam de ser publicadas em 1821 e essa situação perdurou até finalizar o processo da independência com a tomada da cidade pelas tropas imperiais. Não cabe aqui transcrever essas listas de embarcações, mas convém que os historiadores saibam onde encontrar esse tipo de informação.

Enquanto as listas de saída apenas indicavam o porto a que a embarcação se destinava, a data da partida, o tipo de navio, o seu nome e o do proprietário e mestre, as listas de entrada, além destes dados, forneciam dados sobre a carga e os dias de viagem desde o último porto.

Por muito que se exaltasse na época o comércio exterior, havia a percepção de que as relações comerciais com outros países nada adiantavam para a riqueza do Brasil, se não se desenvolvesse a agricultura e as manufaturas de modo a haver uma balança comercial equilibrada e, de preferência, favorável. É esse o teor da seguinte nota da redação, recheada de imagens e analogias, além da habitual erudição clássica.

O dinheiro, dizem os economistas modernos, é bem semelhante ao mar no seu periódico vai e vem. As águas que se retiram das praias para o mar largo tornam a refluir por uma força invisível; e o dinheiro que se retira de uma nação tornará a procurá-la, quando ela por sua indústria apresentar o atraente ímã das suas manufaturas.

É pena que Helvécio não siga esta doutrina e que haja homens, aliás de muito bom saber, que não compreendam esta verdade. O dinheiro de Tiro e de Sidônia, diz um anônimo, retirou-se para Cartago e não tornou a refluir. O dinheiro de Cartago atravessou o Mediterrâneo, foi para Roma, e não tornou a refluir. Logo não é evidente que o dinheiro sempre reflua para a nação que o deixou sair.

Quando as águas se retiram das praias e fica a maré vazia, as praias aparecem cobertas de limo, de cascalho e de imundícies mal-cheirosas, e os pobres mariscos ficam expostos à voracidade dos pescadores. Logo, quando o dinheiro se retira de uma nação, fica ela enxovalhada de baixezas e de vícios, lavra a corrupção dos costumes, substituem-se as leis, ferve o despotismo, degrada-

se o caráter nacional, e os pescadores vizinhos, ardendo no desejo de mariscar, fazem o que fizeram os gregos em Tiro e os romanos em Cartago. Se este argumento parecer mais engenhoso que concludente, é porque os argumentos de comparação sempre são infelizes, pois que na Natureza nada é exatamente semelhante. Porém, se a comparação da maré não vale para nós, também não deve valer para Smith. Contudo nós não queremos dizer absolutamente que não se deve deixar sair dinheiro, pois que às vezes é bom que ele saia, e mesmo necessário, como v.g. em Lisboa no tempo presente em que a América do Norte leva grãos e traz dinheiro. O que nós queremos é que o governo promova quanto puder a agricultura e as fábricas para que a nação faça com os estrangeiros comércio de troca, gênero por gênero. De contrário, não havendo exportação senão em ouro, ficará a nação reduzida à miséria. Porém, sendo a nação industriosa, irá com as suas manufaturas buscar outra vez o seu dinheiro, como acontece agora à Inglaterra com o dinheiro da China. Neste sentido é que se deve entender a doutrina de Smith, porque o dinheiro é rigorosamente um gênero. Enfim, saia o dinheiro embora, mas trabalhem os lavradores e os fabricantes, e ver-se-á que pouco dinheiro há de sair, e o que sair tornará, se houver indústria, porque, segundo o provérbio, ‘ouro é o que vale’.<sup>49</sup>

## MANUFATURAS

Quando o príncipe regente D. João passou pela Bahia a caminho do Rio de Janeiro, o negociante Francisco Inácio de Siqueira Nobre encaminhou uma petição em que, depois de enumerar os serviços por ele prestados à Coroa, escrevia:

Pelo que o suplicante está determinado a ir pessoalmente à Inglaterra e sua capital, deixando aqui ficar a sua casa em atual giro a cargo de seu irmão e sócio Nobre

Velho & Magalhães, a fim de trazer dali artífices para o novo estabelecimento de duas fábricas de fiar, tecer e estampar, e de outras mais que vir faz a bem de V. A. e do público. Para o que o suplicante já tem nos recôncavos desta cidade terrenos, matos e águas necessárias para a manufatura nos engenhos do ajudante de ordens Antônio de Bittancourt César Berenger que, sabendo da pretensão do suplicante, as ofereceu amplamente para o serviço de V. A. R. e novo estabelecimento. Além disto vai o suplicante a tomar conta dos muitos gêneros que tem na Inglaterra pela arribada que ali têm feito os navios que se destinavam desta praça, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão à de Lisboa, em cujos navios o suplicante tem grande porção deles de conta da sua casa, assim como também a tomar insinuação sobre o comércio de Inglaterra com esta praça, para o que leva consigo dois caixeiros e seu guarda-livros, José Rodrigues Setúbal, bem instruído no idioma inglês.

Senhor, um comerciante da primeira ordem, que deixa sua cara esposa, suas três tenras filhinhas, seus navios, sua fazenda, arrisca sua própria pessoa ao impulso dos mares, levando consigo debaixo do mesmo risco seus tenros filhos e sobrinho para melhor educação, é sem dúvida conhecido o ardente desejo que tem de ser útil a V. A. R. e para o futuro a este grande império, assim como a ser o primeiro que rompa a marcha, abrir o caminho do comércio, animar os meus companheiros, finalmente a fazer ver quais são as minas da Inglaterra, que se reduzem ao comércio e manufaturas, portanto

P. a V. A. R. seja servido mandar por seu real decreto, em contemplação aos muitos serviços do suplicante, permitir-lhe que possa trazer de Inglaterra os artífices necessários para as novas fábricas que vir melhor conta lhe fará, e a V. A. R. e ao público, para cujo estabelecimento prestarei fiança idônea, sendo necessário, assim como conceder-lhe a graça de só ele poder navegar para

Inglaterra, por uma vez somente, 16 000 arrobas de pau brasil, pagando o suplicante 4 contos de Réis em cabos, lonas, alcatrão, farinha de trigo e arroz para a armada real, para o que implora a benevolência de V. A. R.<sup>50</sup>

Quer o objetivo principal deste graúdo negociante da Bahia fosse apenas resolver pessoalmente em Inglaterra uma complicada situação mercantil, resultante do desvio dos navios destinados a Lisboa, porto fechado pelas invasões das tropas napoleônicas, quer na realidade pretendesse trazer daquele país mão-de-obra especializada para o estabelecimento de manufaturas têxteis na Bahia, o fato é que pôs a funcionar, não a aludida fábrica de fiar, tecer e estampar, mas uma manufatura de vidros. De tal importância foi esta fábrica na cidade que o primeiro número da *Idade d'Ouro do Brazil* se lhe refere.

A fábrica de vidros de Francisco Inácio de Siqueira Nobre, erigida na Giquitaia, continua a trabalhar com atividade e bom conceito, sendo muito para notar que naquela circunvizinhança apareceram a maior parte dos difíceis materiais para a construção dos fornos e dos símplies que entram na composição do vidro.<sup>51</sup>

Esta notícia não era, contudo, exata e, passado pouco tempo, o redator a corrigia, lembrando a dificuldade em se encontrar o barro apropriado aquela manufatura.

O barro que até agora se tem descoberto para os potes da fábrica de vidros desta cidade, a primeira e real deste continente, não preenche os fins do seu destino com a exação devida, apesar de apresentar no externo alguns sinais do legítimo para o dito emprego. A sua cor azulada o faz semelhante ao ordinário de que se servem as olarias de Jaguaripe. Acha-se, porém, longe da beira do mar e de lugares salitrosos, em paragens húmidas e ao pé de rochas. Se alguma pessoa curiosa o descobrir, verificada

que seja a sua qualidade, receberá do dono da dita fábrica, o negociante Francisco Inácio de Siqueira Nobre, o prêmio de 100\$000 Réis em dinheiro.<sup>52</sup>

Em 1813, o proprietário da fábrica de vidros abriu um armazém na cidade baixa, na rua dos Caldeireiros, a fim de vender pelo miúdo os vidros da manufatura, que eram anunciados como diferindo pouco no preço em relação aos europeus. E um longo aviso divulgava ao público a variada produção da fábrica.<sup>53</sup>

“Notícia dos vidros que atualmente se fazem na primeira e real fábrica da Bahia

Alambiques

Açucareiros de cristal

Ditos azuis

Bebedouros de passarinhos

Bacias de lavar o rosto

Bules

Copos de beber água

Canecas de todo o tamanho

Castiçais de mesa

Canotilho

Copos de todas as qualidades

Chávenas para café e chá, temperadas para não quebrarem com o calor

Xícaras para doce

Cafeteiras

Cachimbos

Quartinhas para beber água

Frascos oitavados e redondos, para líquido e rapé

Ditos para botica, de todo o tamanho

Globos

Garrafas de cristal oitavadas, em todos os tamanhos

Ditas à inglesa para água

Galhetas para missa

Ditas para azeite e vinagre

Jarros de lavar as mãos

Ditos para flores

Luminárias de todas as cores, vendem-se e alugam-se

Leiteiras

Manteigueiras  
Mostardeiras  
Mangas de mesa  
Ditas de cristal  
Ditas de parede  
Ditas para santos  
Mamadeiras para tirar leite às mulheres  
Retortas para estilar  
Serpentinas  
Salvas  
Telhas para clarabóias  
Tubos de todos os tamanhos  
Tinteiros  
Vidraça para janelas de 2 ½ a 3 ½ palmos  
Dita de cristal  
Vidros para relógio de todos os números  
Ditos para lâmpadas  
Ditos para Água da Rainha  
Ditos para dita de lavanda  
Ditos para diferentes cheiros  
Ventosas de todos os tamanhos

### Advertência

Vende-se tudo pelo preço de Lisboa, as receitas que forem aviadas na fábrica de 100\$000 para cima terão o rebate de cinco por cento. No armazém faz uma pequena diferença a favor dele, entende-se a dinheiro de contado, e com respiro tem o aumento de dez por cento. Também se fazem todas as mais qualidades de vidros por amostras, ou desenho, menos lapidados.”

Nota-se, nos avisos colocados na gazeta pelo proprietário da fábrica, a preocupação em diminuir o preço da vidraça e de vários tipos de vidros na venda por atacado. Assiste-se também, em 1814, a uma diversificação cada vez maior da produção.

Faz-se saber que na fábrica de vidros se trabalha agora, além das mais obras de cristal e vidraça que já anunciamos na gazeta, em garrações, frascos de boca larga e apertada, e garrafas de todas as qualidades de vidro pre-

to, assim como seu proprietário faz certo a toda a pessoa que exportar para fora da capitania os ditos vidros pretos com a guia competente, e apresentando certidão dos administradores da Alfândega donde eles se descarregarem, poderá receber na mesma fábrica o retorno de 10 por cento na mesma espécie.<sup>54</sup>

Não admira, portanto, que o cônsul inglês Lindeman, ao fazer seu relatório em 1815, previsse uma sensível diminuição da venda de vidros ingleses devido à instalação da manufatura na Bahia. E revela como na verdade a Inglaterra pretendia, a todo o custo, impedir o estabelecimento de fábricas no Brasil, já que não hesita em confessar que fizera todos os esforços para fazer voltar ao seu país um dos dois artífices ingleses que Siqueira Nobre tinha trazido de Bristol (o outro morrera). Conseguiu-o efetivamente, mas o cônsul temia que a sua arte já estivesse na posse dos nacionais pois, apesar da sua partida, a fábrica continuava funcionando.<sup>55</sup>

Em setembro de 1814 a Real Fábrica de Vidros foi transferida da praia da Giquitaia para o porto do Bonfim, devido ao primeiro local se ter tornado epidêmico e os fazendeiros e barqueiros não quererem por isso desembarcar as lenhas naquela costa. Depois da mudança, a produção vidreira diversificou-se ainda mais, como mostram os seguintes avisos colocados sucessivamente na gazeta.

A fábrica de vidros de F. I. de S. Nobre, a qual tem chegado a um ponto de perfeição maior do que talvez se esperava, acaba de fabricar uma espécie de bomba de vidro que, aplicada aos peitos perigosamente intumescidos de uma mulher abortada, fez uma extração de leite tão copiosa e suave que a restituiu a perfeito estado de saúde. A inchação era tal que não se lhe podia aplicar a boca de uma criança lactante.<sup>56</sup>

Na primeira Real Fábrica de Vidros fabricam-se agora painéis de vidro para ferver água para chá, café e para qualquer uso. Eles foram inventados para preservar o mau gosto que costuma pôr na água o barro, o estanho, o ferro, o cobre e o fumo, e fervem sobre o carvão dentro de um minuto em fogo forte, e brando em 2 até 3 minutos, e não quebram com o ar nem com o calor. Vendem-se a 400 Réis no armazém.<sup>57</sup>

Faz-se público a qualquer pessoa que pretender fazer iluminação e quiser alugar ou comprar luminárias, pode-se dirigir à primeira Real Fábrica de Vidros, aonde sendo preciso se poderá aprontar até 13 de maio o maior de oitenta mil luminárias de várias cores, fornecendo estas uma agradável vista, precisando aviso com tempo para se fazerem. Também aluga castiçais de vidro e mangas para iluminação de janelas.<sup>58</sup>

Na fábrica de vidros desta cidade fabricam-se frascos de abordagem, com que se costumam incendiar embarcações quando intentam abordar a outras, de que os espanhóis muito se servem e mandaram fazer várias encomendas em outro tempo na dita fábrica, cujos frascos, à maneira de dois globos unidos, são circulados com um morrão aceso, os quais ateando-se ao pano, ou dentro das embarcações, logo formam incêndio, os quais vendem-se por preço cômodo.<sup>59</sup>

Vemos assim que a produção desta manufatura se destinava aos mais variados fins, desde o alívio de mulheres entumescidas de leite, ao preparo de bebidas delicadas, à iluminação em dias de festa, como o 13 de maio, dia do aniversário do regente D. João, a fins bélicos por ocasião de abordagens navais.

A gazeta nada nos diz sobre a organização interna desta manufatura, mas pelo menos informa-nos sobre a procura de mão-de-obra para determinados fins. Em 1812 foi colocado um aviso

pedindo dois homens para meter lenha nos fornos. Podiam ser brancos ou negros, ganhariam 240 Réis diários e alimentação. Em 1815 a fábrica procurava mulheres, ou homens, pobres, “dos que andam pedindo pela rua”, para o trabalho leve de escolher barro, ganhando um tostão por dia. Trinta ou quarenta pessoas eram necessárias para esta tarefa, que também podia ser feita de empreitada, por quem quisesse escolher o barro em sua casa.

Outra fábrica referida pela gazeta logo no seu primeiro número era uma cordoaria, à qual foram então tecidos os mais rasgados elogios pela utilidade desta manufatura.

A mesma atividade e conceito conserva a cordoaria de Antônio Vieira da Costa, assentada no caminho do Bonfim. O gênio vivaz deste empreendedor e o método prático da prudente distribuição do trabalho que faz observar na sua fábrica nascente, mostrando já resultados maravilhosos, prognostica o progresso duradouro do estabelecimento de tanta importância, em que a utilidade pública marcha a par com o interesse particular. O mais atendível neste importante estabelecimento é o podermos 1º dispensar para o futuro os massames e cabos da Rússia, se esta potência persistir na adesão ao sistema que oprime a Europa; e 2º aproveitar as espécies sem número de vegetais filamentosos até agora inúteis, de que abunda este nosso continente.<sup>60</sup>

Desde o século XVIII que se faziam tentativas de usar plantas como o caruá para fazer as cordas e cabos tão necessários às embarcações. As cordoarias eram então das manufaturas mais necessárias à vida marítima, a fim de se evitar a importação desses materiais náuticos. Em maio de 1811 o redator fazia nova referência a esta manufatura.

O empreendedor da cordoaria de linho do país, ou coroa, acaba de receber benévolas demonstrações de S. A .R., concedendo-lhe todos os privilégios, graças e indultos das mais fábricas que até agora se acham estabelecidas. Na verdade não é só nesta praça da Bahia que os cabos, a cordoalha, da fábrica de Antônio Vieira da Costa obtêm já a preferência aos da Rússia em demanda e em preço. Do Rio de Janeiro se lhe pedem, em carta de 26 de abril deste presente, cabos de algumas polegadas até 50 ou 60 palmos, e prometem pagar a 24\$000 Réis o quintal. Os da Rússia estavam neste tempo a 16\$000 e 20\$000 Réis o quintal naquela praça. Nesta cidade fez-se no dia 18 do mês próximo passado um exame pelo patrão-mor e mestrança do Arsenal Real em uma peça de cabo de 3 polegadas, feito na dita fábrica, puxando 25 homens em distância de 140 palmos em uma estralheira com talha de rabicho, e o cabo nem se partiu, nem mostrou fraqueza alguma.<sup>61</sup>

É interessante que o redator, interessado em enfatizar a qualidade dos cabos da cordoaria baiana, nem comenta o fato de a cordoalha russa ser mais barata que a nacional. Esta manufatura teve sucesso pois ainda existia em 1821, como se pode ver pelo seguinte aviso.

Antônio Vieira da Costa, proprietário da fábrica de cordoalha e lonas, sita ao Noviciado, tem para vender as obras seguintes: cabos de linho, dito de acaroá, linha alastroada para enfrechadura, merlim, linho em branco para adriças de bandeiras, dito para barquinha, sundarezas de todas as vitolas (sic), barbante de 2 e 3 fios para redes de pesca das armações, fio e cabos para pesca de baleia, morrão para uso de artilharia. E executa na dita fábrica toda e qualquer obra que se lhe encomende, de tudo tem as amostras na casa de sua residência ao Xixi.<sup>62</sup>

Tal como a fábrica de vidros, também a cordoaria foi diversificando ao longo dos anos a sua produção a fim de obter mais clientes em áreas que nada tinham que ver com a náutica.

O ativo negociante Francisco Inácio de Siqueira Nobre, ao mesmo tempo que instalava a sua manufatura de vidros, certamente planejava o estabelecimento de uma fábrica de sedas, pois tomou todas as medidas necessárias ao empreendimento, começando por se preocupar com o plantio de amoreiras, como podemos ver por uma carta a D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares.

S. A. R. fez-me a honra confiar ao meu cuidado, por uma carta régia de 28 de abril do ano passado, a inspeção da agricultura das amoreiras e criação da seda, mandando-me suprir dos seus reais cofres com o dinheiro necessário para promover este tão importante ramo.

Com toda a satisfação informo a V.Ex<sup>a</sup> que achei aqui um vegetal que cria e nutre o bicho da seda e realiza perfeito casulo em 30 dias. A seda é tal e qual como a do Piemonte e dá seda 7 vezes no ano, com superioridade que esta árvore é preservada, pela natureza, das formigas e acham-se matos virgens desta árvore silvestre. Só esta capitania pode dar mais seda do que todo o Portugal e Espanha. Há 30 dias que fiz esta descoberta, o conde dos Arcos participou por ofício com as minhas memórias a S. A. R., e eu o fiz ao senhor conde de Linhares. Todos os dias esperamos estes privilégios confirmados e prêmios aos lavradores que se distinguirem com este grande ramo que agora aparece para enriquecer o Brasil.<sup>63</sup>

Esta carta esclarece uma notícia que apareceu, logo em 1811, na *Idade d'Ouro do Brazil*.

Não há quem ignore a perfeição a que a Real Fábrica da Seda chegou em Lisboa pelas vistas paternais do ministério. A mesma prosperidade se espera do premeditado estabelecimento da mesma fábrica nesta cidade debaixo das vistas do governo. As amoreiras, que o empreendedor Francisco Inácio de Siqueira Nobre tem feito plantar em todos os lugares onde lhe foi possível, estão de tal sorte naturalizadas que nem fazem diferença de qualquer outra árvore do país, nem desmerecem em viço às da Europa. Já algumas pessoas se têm disposto à criação e entretenimento do sirgo. A utilidade de semelhante fábrica não carece de recomendação.<sup>64</sup>

Passados dois meses, a gazeta novamente se referiu à plantação das amoreiras, primeiro passo para a concretização de uma manufatura de sedas.

Mais de 450 estacas de amoreira serão brevemente transplantadas em um e outro lado da nova estrada do Senhor do Bonfim. A semente do bicho da seda principiou a desenvolver-se há 15 dias, e nos 13 seguintes há de ultimar o seu trabalho dando perfeitos os casulos da seda, cuja importância até agora desconhecida neste vasto império faz a riqueza e as delícias de todo o mundo.

Ambos os sexos, todas as idades, em qualquer das situações da vida civil, podem achar interesse e recreio em entreter e cultivar um gênero que, ainda antes do seu nascimento, paga os desvelos do cultivador: O terreno é o mais próprio e o clima do Brasil o mais benigno para a produção do sirgo. Poderá colher-se aqui a seda sete vezes ao ano, quando nas outras partes do mundo apenas se faz uma só colheita.

Têm-se tomado todas as medidas para que haja em abundância a semente, ou sirgo necessário, e fazem-se todas as observações sobre a economia de tão importante objeto.

O administrador promete, do mês de setembro por diante, facilitar a todos os fazendeiros a semente das amoreiras. Oxalá que tão útil empresa seja reconhecida e adotada geralmente.<sup>65</sup>

Apesar de todo o entusiasmo transmitido pelo redator, o planalto das amoreiras parece ter encontrado alguns obstáculos. Em fins de 1811, a administração oferecia o prêmio de 50\$000 Réis a quem descobrisse “o vadio” que cortara as árvores plantadas na rua nova de S. Bento. A partir desse ano nunca mais a gazeta ventilou a questão das amoreiras ou da fábrica de sedas. Como também nenhum aviso foi colocado no periódico sobre tal manufatura, tratou-se sem dúvida de um plano abortado.

A liberdade manufatureira, que acompanhou a liberdade de comércio, não teve na Bahia, nem mesmo no Rio de Janeiro, como consequência uma explosão de manufaturas. Aquelas que surgiram nas duas principais cidades, se excetuarmos a fábrica de vidros e a cordoaria na Bahia, eram pequenas fábricas que serviam às necessidades do cotidiano.

Havia uma fábrica de licores que, em 1813, cessou suas atividades, conforme se lê no anúncio seguinte.

João José de Almeida, com fábrica de destilação de licores na calçada do Taboão, junto ao açougue, por motivos de moléstia pretende retirar-se desta cidade para o Reino, motivo por que pretende vender, em grosso e a retalho, 3 000 garrafas de diferentes qualidades de licores, pelo preço cada uma garrafa de 400 Réis e, recebendo uma garrafa vazia, custará cada uma garrafa 320 Réis. Também vende 450 medidas, ou canadas da terra, dos mesmos licores, cada uma canada pelo preço de 2\$000

Réis, menos o licor de quina, sendo a medida de canada para cima, e não por medidas pequenas. Quem quiser comprar os referidos licores pode ir à mesma fábrica no Taboão.<sup>66</sup>

No número seguinte da gazeta o fabricante enumerava toda a gama de licores que tinha à venda: funcho, erva doce, aniseta, licor de Bordéus, canela, laranja, flor de laranja, cidra, cravo, chocolate, amargosa, amarga fina, rosas, amor perfeito, baunilha, violeta, prazer de damas, café, manga, caju, vinho de caju. Uma especial menção é feita a um licor medicinal: “Também há 400 garrafas de licor salutarífico de quina, pelo preço de cada garrafa de 500 Réis, licor conhecido e aprovado pela corporação diplomática dos sábios cirurgiões e médicos desta cidade.”<sup>67</sup>

Esta fábrica de licores do Taboão desapareceu, mas no mesmo ano de 1813 outra começou a funcionar nas portas de S. Bento. Outras pequenas fábricas existiam, como a de velas de sebo, estabelecida no largo do Pilar, que também aprontava “qualquer iluminação de tigelinhas de pequeno ou grande número de luminárias”.<sup>68</sup> Uma fábrica de rapé estava localizada em 1818 em Monserrat. Mas a fábrica mais complexa foi sem dúvida a de relógios.

Manuel da Ascensão Costa, relojoeiro com loja na rua direita da Fonte dos Padres, primeiro fabricante de relógios de algibeira nesta cidade, faz público que qualquer pessoa que pretender mandar construir algum relógio (de qualquer natureza que seja) para seu uso, pode dirigir-se ao dito na hipótese de lhe oferecer as vantagens seguintes. De que todo o relógio fabricado por ele terá a responsabilidade no tempo de 4, 6 ou 8 anos, em que todas as obras precisas que se ofereçam serão feitas pelo fabricante à sua custa. Que, para segurança do comprador, terá esta responsabilidade por escrito, em que somente reserva três casos: 1º sendo o relógio vendido a terceira pessoa, sem consentimento do fabricante; 2º sendo mo-

lhado com água salgada; 3º sendo consertado por outro qualquer oficial sem consentimento do fabricante. Este último será de alguma forma remediado pelo mesmo fabricante, fazendo o relógio fechado em segredo que ele somente poderá abrir sem quebrar, o que, segundo o país em que estamos, é muito favorável aos relógios, como se mostrará em um folheto que brevemente sairá à luz para qualquer pessoa possuir e conservar o seu relógio com quase nenhuma despesa. Iguais vantagens, ou bem semelhantes, oferece a respeito de conserto dos relógios estrangeiros que forem bem construídos. Não se incumba de fabricar relógios de pêndula real, exceto se pretenderem alguma de ecoação, prevenindo a dificuldade que tem havido aqui de encontrar oficial que as fabricasse, e serem de grande vantagem para todos os dias ver-se pelo mesmo relógio o atraso ou adiantamento do sol, ainda que este não apareça muitos dias. Tampouco avaliará relógio, cujo merecimento não exceda a 50\$000 Réis.<sup>69</sup>

O panorama pouco brilhante das fábricas existentes na cidade de Salvador confirma a opinião de Maria Graham, em 1821, quando escrevia que a província da Bahia estava totalmente dependente do comércio externo devido à ausência de manufaturas. Resta saber se esta situação resultava de uma falta de iniciativa dos capitalistas baianos, ou se estes, para instalarem uma fábrica, exigiam da Coroa privilégios e concessões que a doutrina do liberalismo econômico, tão bem defendida por José da Silva Lisboa, não mais aconselhava.<sup>70</sup> Temos notícia, pela documentação da Real Junta do Comércio no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que em 1815 um certo Henrique Nunes Cardoso encaminhou petição para a criação de uma fábrica de estamparia na Bahia, mas na gazeta nada encontramos a seu respeito.

# 3 Grupos sociais

Nem todos os grupos sociais são igualmente visíveis nas páginas da *Idade d'Ouro do Brazil*. Enquanto os negociantes e comerciantes de retalho ali estão sempre presentes, os médicos e cirurgiões, bem como os artesãos, raramente aparecem. O clero também é pouco mencionado, exceto quando se pretendia contratar um capelão para alguma embarcação ou engenho. Quanto aos escravos e escravas, temos informações acerca da oferta e da demanda desta mão-de-obra, acerca das atividades por eles desempenhadas, e mesmo acerca de sua aparência física e forma de trajar.

## O CORPO DO COMÉRCIO

Quando o príncipe regente D. João esteve na Bahia a caminho do Rio de Janeiro, a classe dos negociantes encaminhou uma petição em que expressava sua apreensão acerca da presença de negociantes estrangeiros na cidade, consequência inevitável da recente abertura dos portos ao comércio externo. A atitude antibritânica transparece nestes excertos do documento.

A agricultura é a fonte da riqueza, mas o comércio é que põe em giro o fruto da indústria do agricultor. Este aperfeiçoa e anima o que aquela fez existir à custa de suas

fadigas. Que não haja, porém, agricultores estrangeiros? Qual será a causa deste fenômeno? Há de a indústria nacional desenvolver a terra, curvar-se ao arado, sofrer a calma, e não se poupar às fadigas rústicas para fazer floridos os campos, ajudando a Natureza para reproduzir-se e espalhar sobre a superfície tesouros talvez mais preciosos que os que fingiu a mitologia nos velocinos e nas cornucópias? E há de ser esta indústria e fadiga nacional a que eleve a Inglaterra à grandeza, de que hoje se vangloria? Qual era antes que Portugal cooperasse para sua elevação, e qual é hoje enriquecida com o nosso comércio e tirando dele as incalculáveis vantagens de que goza, os fastos, os anais, as décadas testificam. Por que não vêm participar das fadigas da agricultura e querem só ter a primazia do comércio?

Todos sabem qual seja o seu sistema. Não há argumento mais forte que a experiência. Portugal tem visto que, no princípio, vendem os ingleses barato e compram caro. Mas, depois que ficam em desfalecimento as produções do país e que a inércia levanta o estandarte de seu império, seguem sistema contrário e quando a calamidade pública transtorna, como agora, desorganiza e dilacera o estabelecimento primitivo, eles salvam o seu velocino e os comerciantes nacionais se depauperam para enriquecê-lo.

Que coisa mais justa, Senhor, do que V. A .R., que é o pai da pátria e que olha, como agora ternamente experimentamos, para o seu povo como para a sua numerosa família, que vem humilde congratular-se aos seus pés, beijar-lhe a mão augusta, buscar o refúgio da sua beneficência, abrir uma porta franca à felicidade dos comerciantes nacionais, não permitindo que se estabeleçam estrangeiros com casas de negócio nos domínios do Brasil, mas sim mandar que sejam tratados com os officios da hospitalidade nas ocasiões necessárias e oportunas, e

que se pratique com todos igualmente o Direito das Gentes, sem aquela singularidade que vai constituir o prejuízo dos mesmos negociantes.

Por uma só casa (deve notar-se) estrangeira de comércio estabelecida na Bahia, justamente se podia dizer que a nação que merecesse essa predileção tinha conquistado o Brasil sem efusão de sangue. E como conquistaram os ingleses a Ásia? Pode sem dúvida chamar-se a este sistema de conquista um dos rasgos mais bem projetados de política, ou um dos mais astuciosos estratagemas bélicos. Eles com a espada na mão seriam repelidos. A força armada excitaria a repulsa, e a defesa natural faria valer os seus direitos. Porém a manhosa introdução a título de amizade, sob pretextos aparentes de estabelecer e melhor coadjuvar o estabelecimento, fez e fará sempre a miséria e a indignância do desgraçado povo, que se alicia por sedução deste gênero.”<sup>71</sup>

De nada adiantou a atitude corporativista dos negociantes da Bahia pois, segundo o *Almanaque para a cidade da Bahia. Ano 1812*, para 154 nacionais havia já 12 firmas estrangeiras, principalmente inglesas, notando-se também algumas norte-americanas. Em 1821, segundo o testemunho de Maria Graham, este número tinha aumentado: eram 18 as casas de comércio inglesas, 2 francesas e 2 alemãs.<sup>72</sup>

Para fazermos uma ideia do tipo de mercadorias com que lidavam as casas comerciais estrangeiras, convém ler o seguinte aviso colocado na gazeta por dois negociantes norte-americanos.

Henrique Hill e José Holland, comerciantes americanos estabelecidos nesta praça e assistentes ao Forte de S. Francisco, casa n<sup>o</sup> 10, têm para vender os seguintes gêneros recebidos de várias embarcações americanas, a saber:

Móveis de casas de diferentes qualidades  
Farinha de trigo em barris e meios barris

Bolacha branca e trigueira em ditos  
Bolachinha branca em barris pequenos  
Presuntos de qualidade superior  
Velas bugias de cera, em caixões  
Ditas de sebo espermacete, em caixões  
Sabão em pedra e sabonetes de superior qualidade  
Licores em caixões com 12 garrafas, de várias qualidades  
Frasqueiras com genebra  
Meias pipas com dita  
Vinhos de Bordeaux em barris e caixões de 12 garrafas  
Dito tinto de Catalunha e Porto em pipas e meias pipas  
Dito branco do P (ilegível) em pipas  
Cerveja em barris  
Aguardente do Reino em barris grandes  
Bacalhau em barricas  
Salmão em barris e meios barris  
Peixe salgado em barris  
Manteiga de primeira e segunda qualidade  
Óleo de linhaça em barris  
Enxofre em caixões  
Sal Golber  
Espírito de termentina  
Rapé  
Tabaco em folha para mascar  
Espelhos grandes  
Vidros para janelas em caixão  
Papel para escrever  
Piche em barris  
Alcatrão em barris  
Breu em barris  
Cabos sortidos  
Ferro de Suécia  
Dito inglês  
Lonas da Rússia  
Brins dito  
Gangas

Retrós de Itália  
Cetins pretos  
Nobrezas ditas  
Veludinhos de várias cores  
Selins com seus freios  
300 sacas com milho vindo do Rio de Janeiro  
Ditas com rolhas<sup>73</sup>

A concorrência estrangeira levou os negociantes nacionais a modernizarem suas práticas mercantis e também a organizarem-se de maneira mais eficiente. Em meados de 1811 começou a funcionar na Bahia a Aula de Comércio, segundo o modelo de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Determina S. A. R. que nesta cidade se erija uma Aula de Comércio, onde se forme a mocidade que se destina a esta parte interessante da vida civil. Homens analfabetos, sem princípios de educação, e mesmo de civilidade, dirigidos só pelo bem sucedido instinto de ganhar dinheiro, podem vir a ser muito ricos e a abranger com as suas especulações ainda mais que as quatro partes do mundo. Porém nunca jamais poderão ser negociantes na própria e completa significação do termo. Podem, como os empíricos, fazer coisas admiráveis; porém, os resultados dos seus cálculos sem princípios são sempre incertos e sujeitos a eventos desgraçados. De hoje em diante, instruídos na lei que os deve dirigir, costumados a sujeitar os seus projetos às regras e à razão, nem se hão de manchar com o contrabando e extravio, nem hão de motivar queixas por usuras. Idéias liberais hão de suceder às de puro lucro e a corporação do comércio, assim regulada, merecerá os altos destinos para que a habilita a beneficência ultrônea do nosso providentíssimo soberano. Agradecemos-lhe submissos o desvelo com que vigia pelo nosso bem.<sup>74</sup>

Além do saber adquirido a partir de 1811 na Aula de Comércio, os negociantes e seus caixeiros passaram a ter, como vimos já, um local de encontro para tratarem de seus negócios: a Praça do Comércio, inaugurada em 1817 pelo conde dos Arcos. Quando surgiu a ideia deste edifício, logo o redator da gazeta exultou quase nos mesmos termos com que se congratulou com a abertura da Aula.

Os negociantes (...) hão de formar na nova Praça do Comércio os neófitos da profissão, guiando-os praticamente no manejo e dedução dos elementos que devem ter embebido na Aula. Semelhantes aos lacedemônios frugais, regularão com a doutrina e com o exemplo os primeiros ensaios dos seus adeptos, em cima das mesmas mesas sóbrias em que equilibrarem os proveitos das quatro partes do universo. Juntos às horas regulares, conhecendo-se todos e amando-se, hão de conceber e formar cálculos justos, sem ressábios de egoísmo ou sordidez. As operações do seu comércio, patentes sem diáfano, hão de guardar o segredo animador, sem que pareçam buscar a impenetrabilidade do mistério. Da reunião dos agentes seguir-se-á necessariamente a maior atividade do comércio e quem há que ignore que pelo giro deste se regula a prosperidade dos Estados?<sup>75</sup>

Para o redator da gazeta o corpo do comércio devia distinguir-se pelo seu saber mercantil adquirido na Aula de Comércio e desenvolvido com os contatos na Praça do Comércio. Mas, do ponto de vista social, a grande diferença era entre os negociantes de grosso trato, com grandes capitais e seus caixeiros, e os comerciantes retalhistas. Os primeiros matriculavam-se na Real Junta do Comércio, em Lisboa antes de 1808, e no Rio de Janeiro depois desta data.

Mas por vezes alguns retalhistas conseguiam a matrícula, como aconteceu na Bahia com Antônio da Cruz Alves Braga, que anunciava na gazeta em 1815, na sua “loja de drogas”, a venda de vários tipos de chá e que a 21 de novembro de 1816 aparece matriculado

na Real Junta do Rio de Janeiro.<sup>76</sup> Enquanto em 1813 Antônio Bernardo Pereira de Carvalho vendia lona e brim da Rússia em sua loja, em 1817, ao viajar para Lisboa “a tratar da sua saúde”, deixava sua casa comercial entregue ao seu caixeiro e a 12 de fevereiro de 1818 era já negociante matriculado.<sup>77</sup>

Matriculado a 4 de julho de 1810, Antônio Joaquim Ferreira tinha sua casa comercial na cidade baixa, na rua dos Caldeireiros, onde se faziam leilões de mercadorias variadas, cujas listas eram mostradas antecipadamente. Por vezes as mercadorias eram anunciadas na gazeta.

Quinta-feira, 10 do corrente, em casa de Antônio Joaquim Ferreira, se faz leilão de fazendas, linhas do Porto, fio de Brabante, enxadas, vinho do Porto feitoria, vinho de Bordeaux, vinho de Grave, cerveja preta e um bom pianoforte.<sup>78</sup>

Este leiloeiro, em meados de 1811, colocou o seguinte aviso:

Antônio Joaquim Ferreira participa a todos os senhores negociantes, nacionais e estrangeiros, e senhores mercadores de loja que, de hoje em diante, faz um leilão por semana às quintas-feiras. Segundas, terças e quartas são os dias de receber as fazendas. O leilão principiará às 10 horas da manhã.<sup>79</sup>

Só excepcionalmente o leilão não se realizava na cidade baixa, como ocorreu quando se anunciou que, em casa do coronel Pedro Gomes Ferrão, se leiloariam “uma carruagem de quatro rodas, moderna e em muito bom uso, montada sobre molas inglesas, forrada de seda com todos os seus pertences, e uma urna de marfim aberto em filigrana, peça de gosto e muito delicada, feita na China.”<sup>80</sup>

Os negociantes lidavam com as mercadorias em grosso, revendendo-as para os mercadores de loja. Vejamos como eles anunciavam suas mercadorias.

Boaventura da Costa Dourado tem para vender os gêneros seguintes, vindos de Jersey pelo bergantim *Diana*, que fez escala em Lisboa: vinho do Porto engarrafado, dito clarete, licores de diferentes qualidades, açúcar refinado em pão, ferro em barra, vergalhão e em arcos, sabão, cabos, uma amarra de linho de 16 polegadas, azeite em botijas, louça e sal de Lisboa. Quem quiser comprar, dirija-se a sua casa na rua dos Caldeireiros, n<sup>o</sup>464.<sup>81</sup>

Este negociante, matriculado a 7 de fevereiro de 1811, mantinha sociedades mercantis em Inglaterra, que se desfizeram em 1812, quando um dos sócios anunciou na gazeta:

Domingos José Martins, presentemente nesta cidade, faz ciente a esta praça que, em virtude de ter justo contas com Boaventura da Costa Dourado, ficando este desligado totalmente da sociedade estabelecida em Londres com a firma Barroso, Martins, Dourados e Carvalho, e, em Liverpool, Martins, Barroso, Dourados e Carvalho, estas firmas vão a ser reformadas em Londres para Barroso, Martins e Companhia e em Liverpool Martins, Barroso e Companhia.<sup>82</sup>

Esta questão das sociedades mercantis é uma das que pode ser tratada com os dados fornecidos pela gazeta. Muitos destes negociantes de grosso trato entravam, em algum momento de sua vida mercantil, em sociedades no Brasil ou na Europa, mas este tema não tem merecido a atenção dos historiadores do Brasil colonial, mesmo daqueles que se dedicam ao estudo deste grupo social.

Nem sempre a dissolução destas sociedades mercantis era pacífica no momento do ajuste de contas, como se pode ver pelo seguinte aviso, referente à dissolução de sociedades acima mencionada.

Boaventura da Costa Dourado faz público a esta praça que só é devedor à casa de Barroso, Martins e Companhia, de Londres, da quantia de 118\$407 por saldo de

todas as contas sociais que ajustou com seu procurador bastante Domingos José Martins em 30 de dezembro de 1811 e 30 de maio de 1812, e que a este apenas se lhe deve a quantia de 4:725\$213 Réis de todas as letras e ordens que recebeu para pagamento do balanço das referidas contas montante em 19:798\$950, e igualmente faz público que, em virtude das condições sociais, nenhuma responsabilidade tem com os débitos da mesma casa falida a 5 de setembro de 1812.<sup>83</sup>

Este aviso foi repetido na gazeta e acrescentado um outro também referente à dissolução da sociedade:

O mesmo Dourado tem depositado no escritório da Companhia de Seguros *Conceito Público* as contas sociais que ajustou com Domingos José Martins, procurador e sócio da falida casa de Barroso, Martins e Companhia, de Londres. Todo e qualquer senhor que se digne querer vê-las, ali as achará, e o diretor Joaquim da Costa Dourado prontamente as apresentará, e assim as condições da mesma sociedade tiradas em pública forma, fazendo-se isto público para autenticar a verdade do aviso de 9 do corrente que novamente vai transcrito nesta folha.<sup>84</sup>

Mas a polêmica não parou por aqui pois no mesmo número da gazeta saiu um outro aviso à praça.

Domingos José Martins faz público que, por duas contas parciais que ajustou por parte de Barroso, Martins, Dourados e Carvalho, de Londres, com Boaventura da Costa Dourado desta cidade, foi o balanço a favor daqueles 10:798\$950 Réis, por conta do qual só recebeu em algumas obrigações 15:165\$405 Réis, das quais estão por cobrar muitas, e resta dito Dourado 4:633\$544, tendo-se calculado que no ajuste final de contas ainda deverá quantia grande, além desta. Dito Martins declara que é igualmente falso o que se disse nesta folha a 9 do cor-

rente de ter a casa daquela firma de Londres falido, porque fazer ponto, ou parar os pagamentos por empates e outros inconvenientes, bem comuns no comércio, não é falir. E ponto é o que sucedeu.

Este é apenas um exemplo do tipo de informação fornecido pelos avisos da gazeta acerca das sociedades mercantis, sua criação ou dissolução, e ajuste de contas. Podemos referir ainda um outro, este mais pacífico.

Manuel Cerqueira de Carvalho por si e como procurador de Antônio Cerqueira de Carvalho, e com outros poderes e direitos, faz saber que a sociedade que ambos tinham com Clemente de Sousa Cabral se acha de todo extinta e justos em contas sociais, gerais e particulares, e não tem a responder como sócio senão em a loja de fazendas secas a retalho, sita defronte dos cobertos pequenos, em que é interessado com o dito seu irmão, girando em nome de Manuel Cerqueira de Carvalho e Irmão, e na forma de escrituração da mesma sociedade, cuja teve princípio em 2 de abril de 1809 por prazo de 3 anos, apesar do tempo findo continua da mesma forma, tudo ordenado e firmado pelo sócio administrador e caixa Manuel Cerqueira de Carvalho como único autorizado pela escritura, que ambos fizeram para governo desta simples e única coisa em que têm sociedade, visto que aquela com Clemente está concluída.<sup>85</sup>

Este Clemente de Sousa Cabral em 1812 não era ainda negociante de grosso trato, pois só foi matriculado na Real Junta do Comércio do Rio a 14 de novembro de 1814. Nessa altura ele comercializava sobretudo rapé vindo de Lisboa na sua loja no beco do Garapa.

Alguns negociantes eram proprietários de embarcações mercantis, ou seus correspondentes. Francisco Pereira Dutra, matriculado em 1817, era dono da sumaca *Vênus* que navegava sobretudo

para o Rio de Janeiro e aceitava fretes. João Batista Gonçalves, matriculado em 1818, era proprietário do bergantim *Duque de Vitória*. A lista dos que investiam em embarcações era longa e seu estudo completo pode ser feito comparando a lista dos donos de navios com a lista dos negociantes matriculados.

Havia também aqueles que entravam no negócio de seguros. Em 1811 eram já 4 as casas de seguros: *Boa Fé*, *Conceito Público*, *Bem Comum* e *Comércio da Bahia*. Segundo o *Almanaque para a cidade da Bahia. Ano 1812*, o capital de cada uma das três primeiras era 400 contos de Réis e o da última 240 contos. As duas primeiras tinham iniciado suas operações em 1808; a terceira em 1809 e a quarta em 1810. Mas quando o almanaque foi publicado só aceitava transações a companhia *Conceito Público*. As outras tinham suspenso suas atividades.

A *Boa Fé* pertencia à firma Viana, Dias, Reis e Companhia; a *Conceito Público* a Dourado, Crista, Bastos e Companhia; a *Bem Comum* a Oliveira, Coelho, Carvalho e Companhia; e a *Comércio da Bahia* a Silva, Cordeiro, Campos e Companhia. Como seria natural, seus diretores eram os sócios principais.

À medida que a situação política na Europa se normalizava, alguns comerciantes anunciavam na gazeta a sua partida para Lisboa, servindo-se do periódico para saldarem suas dívidas e cobrarem seus devedores antes de viajarem.

Miguel Branco da Silva Chaves, negociante na vila da Cachoeira, faz ciente à praça da Bahia que pretende retirar-se com a sua família para Portugal, para onde também tem negócio, até o fim de junho próximo futuro. Portanto roga a todas as pessoas com quem tem tido negócios e contas queiram revê-las a fim de que, se ele for devedor, lhe façam aviso por carta para com toda a prontidão satisfazer, assim como também todos os que lhe forem devedores e puderem pagar-lhe, queiram satisfa-

zer-lhe. E os que não estiverem nas circunstâncias de o poderem fazer queiram ter o trabalho de lhe falar para se poderem convencionar e ficarem fazendo os seus pagamentos a quem ele deixar com procuração bastante para esta arrecadação.

O mesmo faz ciente que quem quiser tomar de traspasse a sua casa onde assiste com loja, venda e cômodos para enrola de tabaco, tudo muito suficiente, e até mesmo a casa pronta de trastes e escravos. Tomando tudo a dinheiro de contado, será muito mais barato. Adverte que as casas são duas moradas de sobrado e pagam 100\$000 Réis loja, sobrado e armazém.<sup>86</sup>

Enquanto alguns negociantes se retiravam definitivamente para o Reino, outros chegavam à Bahia por razões políticas. Foi o que aconteceu por ocasião da revolta de Pernambuco em 1817. O movimento revolucionário ocorreu a 6 de março e logo no dia 8 alguns conseguiram fugir do Recife. No navio *Príncipe Real* chegaram José Francisco Lavra, Elias Coelho Sintra, Manuel Gonçalves Ferreira, José Joaquim Carneiro Leal e Pascoal José Fernandes; na sumaca *Santo Antônio e Santa Afra* emigrou João Luís de Araújo Lima. Tudo leva a crer que esta migração mercantil foi passageira e que tão logo os rebeldes foram vencidos os negociantes de Pernambuco regressaram ao Recife.

## OS SENHORES DE ENGENHO

É interessante notar que este grupo social, ao contrário da classe dos negociantes, não formava um grupo separado dos demais no *Almanaque para a cidade da Bahia. Ano 1812*. Muitos dos seus integrantes apareciam contudo entre a oficialidade das Milícias, ou entre os negociantes pois efetivamente muitos o eram também, como Felisberto Caldeira Brant Pontes, por exemplo.

Este era brigadeiro graduado e inspetor geral das tropas da capitania e, simultaneamente, comissário de várias casas comerciais e proprietário de pelo menos uma embarcação que fazia o tráfico negreiro. Possuía um engenho nos arredores da vila de S. Jorge dos Ilhéus que foi visitado por Spix e Martius. Nele trabalhavam 260 escravos e eram produzidas entre 9 000 e 10 000 arrobas de açúcar, além de mantimentos e um pouco de algodão. Era conhecido como o engenho de Santa Maria.<sup>87</sup>

Na gazeta baiana os senhores de engenho só eram notícia quando se propunham inovar no processo de fabrico do açúcar. E, nesta época, o mais importante invento era a máquina a vapor. O redator mostrava-se totalmente favorável à introdução de melhoramentos técnicos, criticando o espírito rotineiro de alguns senhores de engenho e incentivando-os a importarem as últimas novidades da tecnologia. Assim, em 1813, escrevia:

Consta pelos periódicos ingleses que a perfeição das máquinas tem chegado a tal ponto na Inglaterra que os officiais das fábricas não têm em que se empregarem, porque o artifício dispensa a força dos braços. Isto que, num país muito povoado, pode causar um mal momentâneo, era uma coisa vinda do céu para um país despovoado como o Brasil. Nós já temos em outras folhas estimulado a curiosidade dos leitores com estas notícias para ver se eles se deliberam a mandar vir de Inglaterra uma máquina de vapor, que seria de grande utilidade para os engenhos e dispensaria um grande número de escravos, pois parece-nos que nem a alavanca de Arquimedes seria capaz de mover a nossa inércia a este respeito.<sup>88</sup>

Com informações que lhe foram transmitidas posteriormente, viu-se o gazeteiro obrigado a moderar os seus ataques à inércia dos senhores de engenho e a divulgar e enaltecer o espírito empreende-

dor de dois deles: Felisberto Caldeira Brant Pontes e Pedro Rodrigues Bandeira por um lado, e Pedro Antônio Cardoso por outro.

Em uma folha que escrevemos há poucos dias quisemos estimular a languidez dos nossos lavradores na Economia Rural (esta palavra denota em toda a sua extensão tudo que direta e indiretamente tende à perfeição da agricultura, criação de gado, engenhos, alambiques, etc.), citando o que diziam os periódicos ingleses sobre a pericia das máquinas com que a Grã-Bretanha tinha diminuído a necessidade de braços. O empenho que temos em ver o diantamento do Brasil sobre estes objetos nos obriga, como por instinto, a lançar mão de toda a ocasião em que podemos mover e instruir. Advertimos, porém, que no calor das nossas declamações, sempre excetuamos e fazemos justiça a alguns gênios ativos e industriosos, os quais não estão ao nível da multidão, nem se deixam arrebatara pela torrente do exemplo. Mas, que podem dois ou três homens (dizia um sábio do século XII) contra as preocupações do seu país e do seu tempo?

O brigadeiro inspetor Felisberto Caldeira Brant, a quem esta capitania deve a introdução da vacina, uniu-se com o comendador Pedro Rodrigues Bandeira em 1810 e mandaram encomendar a Walsh e Bolton uma bomba de vapor aplicável aos engenhos de açúcar e semelhante às que se usam nas colônias inglesas. Responderam os sobreditos fabricantes que, em seis meses, poderiam comprar a pedida máquina, mas que não conheciam naquela ocasião quem quisesse vir ao Brasil assentá-la e ensinar suas operações, o que era indispensável para evitar os desmanchos de quem não está afeito a semelhante manejo. Esta dificuldade fez suspender a encomenda até que houvesse quem conduzisse a máquina, e oferecia-se-lhe 540\$000 por este trabalho. Como, porém, não aparecia quem se quisesse incumbir de tal empresa, o coronel Pedro Antônio Cardoso resolveu-se o

ano passado a mandar vir a máquina sem o desejado artista, expondo-se antes a perder 3 contos, que foi o seu importe, do que a deixar uma especulação que, no correr do tempo, deve produzir bens imensos, como já tem produzido nas Antilhas. É de notar, para glória da verdade e para honra daquele recomendável lavrador, que ele tem levado à maior perfeição o seu estabelecimento pela introdução dos cilindros e dentadura de ferro de Eduardo Woodry, pelas caldeiras, fornalhas e método de cozimento de Mr. Dutrone, pelos alambiques chatos, etc., etc., etc.

Estes fatos provam que, antes das nossas advertências, tem havido alguns patriotas que tentam o melhoramento deste país e que o têm conseguido em alguns respeitos. Mas, para justificar a nossa proposição 'que nem a alavanca de Arquimedes poderia mover a nossa inércia', basta dizer-se que apenas 8 proprietários de engenho têm ido a Itaparica ver o estabelecimento do mencionado coronel Pedro Antônio Cardoso. E só nos consta por ora que o comendador Pedro Rodrigues Bandeira e o coronel José Diogo Gomes Ferrão Castel Branco tenham melhorado as suas fábricas, tanto em fornalhas como em destilações. Chega a ponto de cegueira a repugnância dos homens em admitir novidades, ainda as mais necessárias, e a pequena revolução de Marselha quando se introduziu o café é uma prova desta verdade. Uns diziam que o café era um verdadeiro veneno; outros que era um ramo de luxo perigoso; e outros diziam que os cristãos não deviam usar dele por ser bebida de turcos, sectários do Alcorão. E que diremos nós sobre a repugnância dos nossos lavradores em procurar o seu melhoramento? Diremos com o judicioso Ganganelli, em uma carta a um amigo que tinha nestes climas: 'a preguiça é o pecado original do Brasil'.<sup>89</sup>

Embora a encomenda da máquina a vapor para o engenho do coronel Pedro Antônio Cardoso tenha sido feita em 1812, só em 1815 o redator noticiou sua inauguração solene, na ilha de Itaparica.

O excelentíssimo senhor conde governador deu ontem no seu palácio um jantar esplêndido em memória da introdução da máquina de vapor neste país. E convidou aqueles senhores de engenho do seu maior conhecimento para celebrar com eles uma época tão memorável na história agrônômica do Brasil.

O primeiro, e por ora único, que se aventurou a mandar vir da Grã-Bretanha este prodigioso invento foi o coronel de Itaparica Pedro Antônio Cardoso, o qual montou a sobredita máquina no seu engenho e principiou a dar-lhe o competente uso no dia 14 do corrente, que foi grandemente solenizado pela mais luzida concorrência de convidados, que entre os transportes de admiração e do prazer; observaram os primeiros resultados da máquina, os quais foram fornecer em duas horas e vinte minutos caldo para 5 pães de açúcar.

O excelentíssimo senhor conde governador honrou a invenção, o lugar e os circunstantes, sendo o primeiro que ministrou canas à moenda, mostrando-se naquele dia tão zeloso pela prosperidade da agricultura, quanto no dia anterior se tinha mostrado solícito pela segurança do Estado, saltando em Itaparica para passar revista ao regimento daquela ilha, que ali estava postado com tanta ordem e luzimento que mereceu muita contemplação e aplauso de todos os espectadores.

Alguns senhores de engenho, convencidos até à evidência da utilidade do novo e econômico método de moer, tratam ansiosamente de imitar este feliz e glorioso exemplo. E brevemente veremos desmentida em todo o Brasil aquela asserção de Raynal: ‘Um torrão de açúcar é amassado com o sangue espremido de negros e de cavalos’.

Bem desejávamos nós fazer uma descrição exata desta máquina para entreter a curiosidade dos que amam os mistérios da Mecânica e para mostrarmos a que ponto tem subido a filosofia dos modernos nas suas aplicações.

A máquina, porém, (ainda que muito singela nos seus resultados) é contudo bastante complicada para se deixar entender em um só dia. Além disso, notamos que grande parte do seu artifício é subterrâneo. Deixando portanto as causas, contemplemos os efeitos que vimos e que tratamos.

A força da máquina no último processo das moendas corresponde à força do melhor engenho de água que tiver uma boa levada de rio, e isto apesar de serem as rodas de bronze grossas e pesadíssimas. Os cilindros da moenda estão em posição horizontal e, no espaço de vinte e quatro horas dão caldo para 48, até 50 pães de açúcar. A despesa da lenha que conserva o vapor da máquina por todo este espaço não excede nunca a dois carros.

Daqui fica evidente que a safra do melhor engenho, que ordinariamente gasta seis meses, por este método se abrevia em dois, ficando por consequência o resto do tempo livre para plantação, limpa de canas e outros trabalhos que ordinariamente não se fazem por falta de tempo e de braços.

A máquina posta em movimento não é sujeita (como cuidam alguns só por sua imaginação) a nenhum incidente nascido do descuido dos negros. Se o negro que, de quando em quando, nutre com lenha a fomalha tiver o descuido da Vestal, o único mal que daí resulta é parar a moenda. Como, porém, esta parada é gradual, é logo presentida por quem ministra as canas, e grita ao negro da fomalha para que aumente o fogo. Também é terror pânico supor que a máquina é tão frágil como um relógio, que carece andar sempre nas mãos do relojoeiro. As suas peças são sumamente robustas e conservam-se admiravelmente com alguma unção de azeite. Verdade é que algumas peças da máquina são suscetíveis (como todas as coisas da vida) de algum desmancho, e mesmo é muito possível no fim de duas ou três safras quebrar-se uma lâmina, um

tubo ou uma válvula. Mas isto tem fácil remédio, o qual consiste em deter aqui à custa de alguns sacrifícios o inglês que se acha no engenho do coronel de Itaparica, pois que ele é perito em coar ferro e fazer qualquer das peças em questão. A residência deste maquinista na Bahia será de incalculável interesse. Ele atrairá facilmente outros da mesma profissão e em breve teremos aqui quem fabrique a máquina e quem a conserte, desvanecendo-se por este modo qualquer receio dos sobreditos perigos. Enfim, todas as coisas são fáceis quando se desejam com eficácia. Na América inglesa havia o mesmo receio e, se a máquina lá se propagou tão depressa, por que não há de suceder o mesmo no Brasil?

Com estes pequenos sacrifícios e ligeiras providências poupa um engenho oito escravos tangedores e oitenta cavalos, que às vezes morrem todos em um inverno. E os grandes pastos destinados para o seu sustento, que ocupam a terça parte das terras, convertem-se em canaviais que têm a vantagem de ficar vizinhos ao engenho.

De tudo isto se colhe prudentemente que, havendo máquinas de vapor, fornalhas de bagaço e canas de Caiena em todos os engenhos do Brasil, serão dobrados os produtos do açúcar e então não teremos o menor receio de entrar com qualquer nação em concorrência nos mercados da Europa.

Também se colhe que, com metade dos fundos que até agora se empregavam em terreno e escravos, se pode levantar um bom engenho.

Concluída a safra, o préstimo da máquina não fica por isso concluído. No mesmo lugar em que está plantada ela serve para serrar madeiras, descascar arroz, moer farinha, tabaco e tudo aquilo que depende de grande força e movimento.

Se esta descrição parecer a alguém exagerada, nada é mais fácil em tal caso do que desenganar-se cada um

por si mesmo. O engenho do coronel Pedro Antônio Cardoso é pouco distante da cidade. A máquina ali está exposta e trabalhando para quem a quiser observar, e o observador, além de admirar os efeitos daquele novo prodígio, ficará de mais a mais edificado ao ver o ótimo arranjo de um engenho que é, sem contradição, um modelo de ordem, economia e asseio em todos os sentidos.

O engenho unido a um alambique está edificado em um plano à borda do mar, que ali faz o mais sossegado remanso, e é guarnecido de um lindo cais de cantaria, aonde se salta com maior comodidade e segurança do que em qualquer cais da cidade. Ao pé do engenho, em uma casa de madeira cujas paredes dão mil entradas ao ar, se guarda o bagaço que sai por uma porta oposta a outra por onde entra, e é conduzido para a fomalha por um carrinho de rodas de ferro que anda com toda a suavidade. A casa das caldeiras é toda ladrilhada. O caldo frio é suspenso por uma bomba de seis polegadas de diâmetro, e por outra menor se travasa o caldo quente para as tachas. A casa da morada é situada em um alto, para onde se sobe do engenho mui docemente por uma bem feita estrada de quatrocentas braças. Mais de 200 escravos, vestidos uniformemente, mostram os mais vivos sinais de contentamento que é possível haver em cativeiro, e todo o trabalho é ali feito como por encanto sem gritaria, nem confusão. Tudo isto nos lembra aquele dito de Sêneca: ‘O prudente faz mais em um dia do que o imprudente em um ano’. A ordem faz com que o tempo sobeje, e a desordem com que o tempo sempre falte.

Mil parabéns sejam dados ao Brasil por estes gigantescos ensaios daquela grande e exuberante prosperidade que todos os políticos econômicos lhe adivinham, quando ele tiver uma indústria proporcionada aos grandes meios que a Natureza lhe deu, e que já se têm bastantemente desenvolvido desde que S. A .R. o príncipe regente nosso se-

nhor veio abençoar estes climas afortunados. Honra e louvor a todos os senhores de engenho que, dóceis às nossas primeiras declamações em outros números passados, têm acendido o seu brio patriótico, divergindo pouco a pouco dessas antigas rotinas que, semelhantes ao Minotauro da fábula, devoravam o sangue e suor de tantas vítimas racionais e irracionais e que, adotando novos inventos, economizam as forças vitais e aumentam não só a sua fortuna como a riqueza do Estado.

Em outra ocasião em que estivermos mais instruídos mostraremos as grandes vantagens do novo método de alambiques que já admiramos no Mar Grande e na Guaíba, nas propriedades do brigadeiro inspetor geral Felisberto Caldeira Brant Pontes e de Alexandre Gomes Ferrão Castel Branco.

Ditosa páis cuja gazeta, em vez de guerras e mortes, se ocupa com objetos que economizam o trabalho e multiplicam as comodidades da vida...<sup>90</sup>

A introdução da máquina a vapor no engenho do coronel Pedro Antônio Cardoso, em Itaparica, não parece contudo ter dado bons resultados pois, passado pouco mais de um ano, o dito coronel punha à venda uma máquina a vapor para engenho de açúcar com força de 6 cavalos, a qual era certamente a mesma que tão elogiada fora pelo gazeteiro.

Embora a *Idade d'Ouro do Brazil* pouco mais diga sobre os senhores de engenho, a parte de avisos do periódico mostra frequentemente a venda de engenhos, umas vezes por dívidas, outras vezes sem que se indique o motivo da venda.

## OS ARTESÃOS

Nas páginas da gazeta os artesãos mais mencionados são os escravos: estes eram oficiais, ou aprendizes, das várias artes mecâ-

nicas necessárias à sociedade colonial. Eram pedreiros, carapinas ou carpinas, ferreiros, calafates, sapateiros, padeiros, barbeiros, etc. Quanto a seus mestres, brancos pois só estes possuíam a mestria, apenas acidentalmente lhes é feita referência nos anúncios, através da indicação de uma morada, por exemplo, “por cima da loja do mestre caldeireiro”. Embora na cidade da Bahia abundassem os ourives e os marceneiros, eles nunca anunciam na gazeta as suas atividades.

A maior parte dos escravos exercia simultaneamente diversas tarefas, mas quando se tratava de um artesão, este ofício por si só bastava, como se pode ver nos seguintes anúncios:

Vende-se um escravo de nação Angola, idade de 15 a 16 anos, oficial de marceneiro. Quem o quiser comprar, dirija-se a falar com Manuel Antônio Alves, proprietário do dito, morador na ladeira da Misericórdia.<sup>92</sup>

João de Oliveira Alves, morador no beco do Garapa, nº 43, sabe quem quer vender um escravo de nação Gege, bom oficial de sapateiro, moço e de bons costumes.<sup>93</sup>

Por aqui se vê, aliás, como um africano aprendia rapidamente um ofício, sem precisar de longos anos de aprendizagem, e também como o seu bom desempenho o tornava mão-de-obra especializada, sem que tivesse de executar outras tarefas menos qualificadas.

## OS ESCRAVOS

*A Idade d’Ouro do Brazil* é muito rica de informações acerca da população escrava através de três tipos de anúncio: de compra, de venda e de fuga. Observa-se por exemplo, através dos pedidos no periódico, que era intenso o comércio de escravos para o Maranhão, muitas vezes sem qualquer exigência de ofício, desde que fossem ladinos. Quanto aos anúncios de venda, e comparando estes com os

da Gazeta do Rio de Janeiro, nota-se uma grande abundância de escravas amas de leite, inexistente na sede da monarquia. Também os escravos carregadores de cadeira aparecem com muita frequência, talvez porque este meio de transporte era mais comum na Bahia do que no Rio de Janeiro. Quanto à fuga de escravos, observa-se a preponderância dos africanos, sendo muito raro o desaparecimento de um crioulo ou de um mulato. Por outro lado as mulheres fugiam muito menos. Vejamos alguns exemplos destas situações.

Para o Maranhão, até o fim deste mês, o brigue *Brasileiro*. Quem nele quiser carregar, ou ir de passagem, fale com o caixa José Antônio Pereira Gomes, no largo do Pilar, o qual também compra escravos ladinos.” Ou ainda: “Joaquim da Cruz, morador na rua do Cais do Lixo, venda nº 16, compra escravos ladinos para o Maranhão.<sup>94</sup>

A Manuel Francisco Jácome desapareceu um seu escravo mulato, de nome Quirino, idade 12 anos, alto e grosso em proporção, assinalado de nascimento, com uma só orelha. Levou roupa e caixa. Quem o descobrir será bem premiado.<sup>93</sup>

De notar que, enquanto os africanos em geral fugiam com a roupa do corpo, este jovem mulato não deixou de levar seus pertences na fuga. Vejamos mais um caso excepcional de fuga, desta vez de um crioulo.

No dia 10 de dezembro do presente ano, fugiu ao capitão Domingos Vaz de Carvalho, morador nesta cidade, um escravo crioulo, seu lacaio, por nome Luís, que o acompanhava de pé e de cavalo, dos sinais seguintes: ele é ainda rapaz, sem ponta de barba, bem feito e bem parecido, estatura baixa e alguma coisa reforçado de corpo, cor pouco preta, cabeça e orelhas pequenas, nariz alguma coisa grosso, tem no segundo dedo da mão esquerda,

me parece, a ponta dele alguma coisa aguçado e sem unha, os pés pequenos e bem feitos e em um deles, logo acima do calcanhar, tem uma nódoa sarapulhenta por especia de calor. Ele é calçado e levou vestido uma jaqueta de chita azul e calça de pano azul ferrete. Pede-se a quem o encontre o mande pegar e prender, que se pagará o seu trabalho.<sup>96</sup>

Podemos também dar um exemplo, raro, de escrava fugitiva:

No dia 4 do corrente desapareceu uma negra nova de nação Cabinda, com o corpo todo lavrado de sinais, estatura muito baixa, mãos e pés, com saia de zuarte pintado e camisa de pano de linho. Quem dela tiver notícia, dirija-se a Antônio Borges Campos, que recompensará o trabalho.<sup>97</sup>

Como a maior parte dos anúncios de fuga de escravos diz respeito a africanos, é possível enumerar através deles as “nações” a que pertenciam: Mina, Angola, Moçambique, Bissau, Cabinda, S. Tomé, Benim, Bernó ou Bornon, Nagô, Ussá, Tapa, etc. Além disso, observamos que os fugitivos eram quase todos boçais, com pouco tempo na terra, e não falavam português. O seu vestuário era mais reduzido, consistindo por vezes numa tanga apenas. Sempre se prometiam alvissaras pela entrega dos fugitivos. Um senhor oferecia 12\$000 Réis, outros, quantias superiores.

No que se refere às escravas, suas atividades eram menos diversificadas do que as dos escravos, mas transmitem uma pluriatividade mais marcada, relacionada quase exclusivamente com o espaço doméstico. São raros os anúncios que remetem para o espaço público: uma jovem escrava vendia pelas ruas, era “ganhadeira”, e uma negra Congo acrescentava à sua qualidade de lavadeira a profissão de charuteira. Não é visível qualquer diferença entra as crioulas e as africanas quanto às tarefas executadas, sobretudo quando se tratava da amamentação de crianças brancas.

Quem quiser comprar uma negra com leite da primeira barriga, nação Nagô, fale com Henrique Teixeira Lemos, no trapiche da Ponte.<sup>98</sup>

Nesta função as exigências eram maiores: as escravas tinham de ser “sem moléstia” e limpas, com leite abundante. Por vezes exigia-se mais ainda no que se refere às qualidades morais.

Quem quiser uma mulata para ama de criar, com muito leite e bom, possuindo todas as mais qualidades que são próprias de uma ama de leite, tanto no cuidado e zelo do menino, como no modo de se conduzir em uma casa honesta, procure na loja da gazeta.<sup>99</sup>

Nota-se contudo uma certa hierarquia nas tarefas domésticas, sendo o lavar a atividade mais simples e o engomar mais complexa. Havia negras cozinheiras mas os escravos também exerciam frequentemente essa tarefa nas casas de seus senhores. Umhas eram apenas aptas para o “serviço ordinário de casa”, enquanto outras eram bordadeiras, sabiam “abrir barafundas”, fazer doces, flores, costurar e mesmo executar “todo o serviço de toucador de uma senhora”. Ser costureira era comum; mais raro era saber fazer massas. Estes saberes eram adquiridos muito cedo e aos 16 anos uma crioula foi apresentada já como “excelente bordadeira, boa engomadeira e costureira de liso”.

Já dissemos que muitos escravos eram artesãos, mas eles desempenhavam ainda outras atividades: eram pescadores, marinheiros, carregadores de cadeira, bolieiros. Chamou a atenção o fato de vários escravos saberem ler e escrever nunca as escravas, o que raramente acontece nos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Um cabra pedreiro era alfabetizado, um crioulo que entendia de alambiques também. Vejamos um desses casos.

Quem quiser comprar um crioulo de idade de 20 anos, bom oficial de pedreiro e sabendo seu bocado de ler, di-

rija-se a falar com D. Maria Francisca do Espírito Santo, na rua nova de S. Bento.<sup>100</sup>

Quem ensinava os escravos a ler? Seus senhores? Estas são perguntas a que não podemos responder com a documentação que temos estado a analisar.

Os escravos não constituíam notícia para a redação da gazeta, embora eles apareçam em cada número para serem comprados, vendidos, procurados como fugitivos. O redator silenciou sobre as revoltas de escravos que ocorreram na Bahia e que conhecemos através de outros documentos. Uma das mais violentas ocorreu em 1814 e levou os cidadãos da Bahia a dirigirem-se ao príncipe regente por acharem que o governador não estava tomando medidas suficientemente enérgicas a esse respeito. O documento da Biblioteca Nacional do Rio permite-nos avaliar o significado do silêncio do gazeteiro acerca de tais acontecimentos.

Senhor

Com o mais profundo respeito o corpo do comércio e mais cidadãos da praça da Bahia, cheios da maior aflição, vão representar a V. A. R. a horrorosa catástrofe e atentados que têm acontecido, e suplicar a pronta providência que exige o deplorável estado das coisas para segurança de suas vidas, honras e fazendas.

É notório que há três para quatro anos os negros tentam rebelar-se e matar todos os brancos e, tendo nos anos anteriores feito duas investidas, agora ao amanhecer do dia 28 de fevereiro, em distância somente de uma légua desta cidade, deram a terceira com muito mais estragos e ousadias que as outras. Estes ensaios, Senhor, bem prognosticam que chegará (a não se tomarem medidas mui sérias) um dia em que eles de todo acertem e realizem inteiramente o seu projeto, sendo nós as vítimas da sua rebelião e tirania.<sup>101</sup>

Para os senhores de escravos na Bahia a vitória da escravatura não se lhes afigurava impossível, dada a desproporção numérica entre brancos e mulatos de um lado e negros do outro. Pelas listas de população mandadas fazer durante o governo do conde da Ponte, antecessor do conde dos Arcos, só na cidade se calculava haver de 24 a 27 negros para cada branco ou mulato. Fora do perímetro urbano, a desproporção aumentava: havia 408 engenhos, calculando-se 100 escravos por engenho e, no máximo, 6 brancos e pardos em cada um. De nada servia argumentar, como se fizera, que a rebelião dos negros era impossível por serem de nações diferentes e inimigas entre si, pois o que ocorrera na insurreição fora a aliança dos Aussás aos Nagôs, Calabares, etc.

Eles começaram na armação de Manuel Inácio e, seguindo pelo sítio de Itapoã até ao rio de Joanes com o desígnio de irem incorporando-se com os dos mais engenhos e armações, gritavam liberdade, vivam os negros e seu rei, e morram os brancos e mulatos. E a todas as negras e algum moleque que os não queriam acompanhar matavam.

Portanto o seu desígnio era matar os brancos e pardos.

Ninguém de bom senso, mesmo prescindindo do prognóstico do atual acontecimento, poderá duvidar que a sorte desta capitania venha a ser a mesma da ilha de S. Domingos por dois princípios, 1º pela demonstrada enorme desproporção de forças, e em uma gente aguerrida e tão bárbara que, quando acometem, não temem morrer, pois que em seus países se matam pelo festejo e têm a superstição de que passam ao seu reino, e se chegam mesmo a assassinar por qualquer paixão, ou falso pun-donor, e muitos nesta insurreição se acharam enforcados pelos matos do rio Vermelho; e o segundo princípio para deduzir a mesma consequência é a relaxação dos costu-

mes e falta de polícia que geralmente se observa nesta cidade pelas muitas larguezas que se lhes tem dado, de sorte que são contínuos os insultos, atacando vergonhosamente pelas ruas a mulheres brancas.

Os senhores baianos, habituados às medidas repressivas do conde da Ponte, achavam brando demais o governador conde dos Arcos e esta representação ao príncipe regente é no fundo uma acusação ao governo da capitania.

Isto, e ainda mais, é de esperar onde não há castigo, pois que chegou o tempo de até os senhores serem repreendidos pelo governo se o fazem, mesmo com justiça, atendendo-se mais as queixas dos negros que as razões dos senhores, e chama-se a isto humanidade e idade de ouro do Brasil. Mas assim o é para os negros que têm o privilégio da humanidade, e nós de desumanidade, além de muitos outros fatos e desgraças que diariamente nos cercam, e o que mais é para admirar é nesta tão lamentável e funesta a indiferença e indolência do governo que, não satisfeito de por espaço de 40 dias nenhuma providência dar, ainda permite e aconselha na sua primeira e única ordem do dia 10 do corrente abril que os negrinhos brinquem com os seus bailes nos dois campos de Barbalho e Graça, pontos tão perigosos pelo ajuntamento que aí sem serem vistos podem fazer, quando em as circunstâncias atuais nem três se deviam consentir conversar unidos. E em recompensa da barbaridade com que tratavam os dos lugares incendiados, cujas casas chegam a cento e cinquenta e tantas, e assassinados cinquenta e tantos, ainda recomenda na sua dita primeira ordem que na cidade se impeçam os tais batuques *com toda a moderação*. Deverá talvez pedir-se-lhes de joelhos que não batuquem e façam (como até agora) disto sertão de Costa de Mina. Assentar que se devem mandar os negros a divertimentos tão profanos em dias de descanso e dedicados ao

culto do verdadeiro Deus, isto com prejuízo da sociedade e sossego público, quando muitos pobres brancos, como v.g. os soldados e caixeiros, que não têm domingo nem dia santo, aplicados sempre nos seus serviços, e aqueles em guardas e rondas de dia e de noite, e até mesmo por motivo deles negros, passam sem eles, é até onde pode chegar a relaxação de costumes!

Acusavam o governo de, ao saber da sedição pelo capitão Manuel Inácio, só ter mandado 30 soldados, com ordem para agir com brandura, quando os negros tinham queimado as redes daquela armação e assassinado parte da sua família. A revolta fora dominada, não pelo governador, mas pela “gente que acudiu da Torre e mais tabarés”. Ainda mal refeitos do susto, os senhores baianos insistiam na sua representação:

Os mimos deitam a perder esta casta de gente; o temor e rigor do castigo é o único meio de os fazer bem proceder. A experiência assim o mostra nas casas de famílias bem reguladas. Desde que se lhes consentiram batuques (coisas até proibidas pela Ordenação) e andarem com vestimentas de rei, coroando-se com espetáculos e aparatos, fazendo uns aos outros tais e quais homenagens, e ajuntamentos com caixas de guerra amotinando toda a cidade, é que se viu o maior dos atentados. Faz correr as lágrimas do sentimento, e o fará na posteridade, as mortes atrozes que fizeram, sendo uma a do negociante nosso companheiro Luís Antônio dos Reis, que aí se achava com sua mulher, a qual foi testemunha da dita crueldade e espancada pôde escapar. Queimando cento e tantas casas e matando até crianças inocentes, e vai continuando o mal já por outras vilas, pois no Iguape, Cachoeira e Itaparica têm fugido, e levantando-se os negros de Gonçalo Martinho Falcão, Rodrigo de tal Bernardes, Francisco Vicente Viana, os quais todos senhores de engenho fugiram para esta cidade, onde se acham. Todos os dias

fogem negros da cidade e de muitos não tem notícia o governo por seus senhores lhe não darem parte.

Por que razão nenhum eco destes acontecimentos se faz ouvir na *Idade d'Ouro do Brazil*? Censura exercida pelo governador, acusado nesta representação pelos negociantes e senhores de engenho de não sufocar com a necessária energia as rebeliões negras? O terror experimentado pelos brancos levou-os a pedir socorros armados ao príncipe regente e, sobretudo, medidas tendentes a impedir o ajuntamento dos negros, coisa que o governador da Bahia não fizera. A ordem do dia, tão criticada pelos baianos temerosos por suas vidas e por seus bens, foi aliás transcrita na representação com os devidos sublinhados para mostrar aquilo que eles não aceitavam.

As danças que os negros costumam fazer ao som dos instrumentos estrepitosos e desentoados nas ruas e largos desta cidade ficam totalmente proibidas. Os capitães das rondas da cidade e os inferiores comandantes das patrulhas o tenham assim entendido e o façam com *toda a moderação executar*.

Atendendo, porém, a que muitos senhores reconhecem a necessidade e vantagem de diminuir os *horrores do cativo*, permitindo que seus escravos se divirtam e que de dias em dias se esqueçam por algumas horas do *seu triste estado*, e atendendo também a que em todas as cidades policiadas do mundo se permitem divertimentos públicos proporcionados até às últimas classes da nação, não se impedirá que aqueles *escravos se juntem* nos dois largos da Graça e do Barbalho e aí dancem até o toque das Ave-Marias, em que impreterivelmente devem retirar-se para casa dos seus senhores.



# Vida <sup>4</sup>cotidiana

Embora o redator se ocupe apenas de um aspecto da vida dos baianos, as festas públicas, ou então as exéquias reais quando morreu a rainha D.Maria I em 1816, os anúncios permitem visualizar o dia-a-dia da cidade, no que se refere à forma de morar, de vestir, de comer, de se deslocar.

## AS CASAS

Uma das características de Salvador, no início do século XIX, era sem dúvida a presença de edifícios altos, de até 5 sobrados, enquanto no Rio de Janeiro predominavam as casas térreas quando a Corte ali chegou. O sótão aparece frequentemente como parte da construção, por exemplo, em 1812 estavam à venda, na rua do Saboeiro, “umas casas de sobrado, loja e sótão”. Quase todas as habitações para venda ou aluguel tinham eirado ou oirado, e um quintal murado em geral com “árvores de espinho”.

As casas podiam ser construídas em chãos próprios ou foreiros, geralmente neste último caso pagando foro aos conventos da cidade, ou então à própria Câmara. O foro não era muito alto: na rua direita da Fonte dos Padres um sobrado pagava aos camaristas um foro anual de 2\$000 Réis.

Enquanto o eirado e o quintal constituem elementos quase sempre presentes nas habitações, a cavalaria e a cocheira indicavam já tratar-se de uma casa “nobre”. Por exemplo, em 1814, alugava-se uma casa na rua de S. Bento “com todos os arranjos para uma numerosa família, com cocheira, cavalaria e um grande quintal”. Umhas outras casas nobres foram anunciadas em 1813 com dois sobrados, “portas e janelas de cantaria, três salas de frente, cocheira e seu quintal”. Temos aqui o segundo elemento que permitia classificar uma habitação como nobre: uma fachada ampla com várias janelas, dado que eram três as salas de frente.

A nossa curiosidade acerca do interior das residências raramente é satisfeita nestes anúncios da gazeta. Algumas indicações permitem-nos, contudo, visualizar como se morava em Salvador: Na rua do Sodré, da banda do mar, umas casas térreas, pintadas de verde, tinham “duas salas à frente, ambas assoalhadas e forradas, igualmente duas alcovas assoalhadas e os mais quartos interiores atijolados”. Ou seja, o assoalho e o forro caracterizavam os cômodos mais importantes, as salas da frente. As demais divisões recebiam um acabamento mais simples. Surge por vezes a indicação de que as salas eram “fechadas”, portanto com portas, o que as tornava mais distintas. Também aparece como elemento valorativo da habitação a cozinha “fechada”. Em 1817 a decoração das salas podia contar, nas lojas dos comerciantes franceses, com papel pintado ou com forros mais sofisticados, “com cercaduras aveludadas no último gosto”.

Progressivamente vai surgindo uma maior oferta de móveis e de objetos decorativos para residências. Os lojistas, incluindo os estrangeiros, começaram a diversificar as peças de mobiliário, oferecendo canapés, cômodas, secretárias, marquesas, cadeiras, escrivaninhas, mesas, camas, toucadores, meias cômodas, santuários, tremós, etc. Isto não significa, contudo, que os baianos comprassem efetivamente tal variedade de peças de mobiliário. Quando uma

família se retirou para Portugal e pôs para vender os trastes de sua casa, enumerou apenas 11 cadeiras de palhinha e um canapé, um espelho, uma cômoda grande com seu oratório, uma outra menor e dois leitos grandes.<sup>102</sup>

Os objetos de casa vinham via Lisboa, ou então eram as firmas estrangeiras que importavam móveis, como a firma do cônsul americano Hill e seu sócio, que oferecia ao público móveis “para ornato de casa de bom gosto”, entre os quais se incluía “uma cama imperial com sua armação, colchão e enxergão”. Da China chegavam toucadores, caixas para voltarete. Mais prosaicamente, Mr. Libault mandava vir de França, em 1817, “tinhas de folha para banhos”.

Uma incógnita na forma de morar diz respeito às cozinhas, pois na gazeta nada aparece acerca dos utensílios mais usados numa parte da habitação geralmente ocupada por escravos. Só em 1822 se anunciavam, numa loja inglesa, “panelas, cassarolas, caldeirões, cafeteiras, chocolateiras e mais peças do uso da cozinha”.<sup>103</sup>

Ao que parece, portanto, às vésperas da independência os baianos moravam com um pouco mais de conforto e sofisticação porque a oferta de mercadorias era mais variada e o gosto europeu se impunha. Alguns se dispunham a adquirir espelhos, castiçais, e mesmo quadros e estampas para ornamentação das paredes. Qual seria a preferência em matéria de pintura? Anunciava-se, por exemplo, um quadro grande “com um magnífico passo da Escritura Sagrada feito por um dos mais insignes autores antigos”. Uma coleção de 20 quadros encaixilhados representavam a viagem do Papa Pio VI a Paris. Estampas francesas “em fumo ou iluminadas” eram vendidas na loja de um dos livreiros de Salvador. Pintores locais também aceitavam encomendas, como por exemplo Antônio da Silva Lopes, morador na rua Direita de Palácio, que se dedicava aos três gêneros de pintura na classificação da época: pintura de História, de Retrato e de Paisagem.

## HÁBITOS ALIMENTARES

A abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro também aumentou a oferta de produtos para as mesas dos habitantes de Salvador. Quando a gazeta começou a publicar, em 1813, o preço dos gêneros, percebemos que a variedade das mercadorias em venda nos armazéns era grande, embora as lojas também vendessem a retalho alguns desses produtos, sobretudo vinhos europeus. Uns eram vendidos à arroba, como a manteiga, a farinha de trigo, as massas, o presunto de Portugal e o toucinho; outros ao alqueire como o arroz, a farinha “lavada” e a farinha “ordinária”, o feijão. Em pipas eram apreçados os vinhos do Porto, da Madeira, de Carcavelos, de Constância, de Gibraltar, de Tenerife, etc.; e também as aguardentes do Reino, da ilha (provavelmente da Madeira) e de Havana; a genebra, a malvasia do Cabo, os vinagres e o azeite “doce”. À canada vendiam-se a aguardente de cana e a cachaça (distinguidas por seus preços respectivos), o azeite de mamona, o azeite de coco, o dendê da Costa.

Mas havia ainda outras unidades de medida: o bacalhau era vendido ao quintal; as azeitonas por ancoretas; as especiarias à libra; a carne salgada do Norte ao barril; os chouriços e paios à dúzia; e à unidade a cerveja e a cidra. Os vários tipos de chá (Uxim, Hisson, etc.) podiam ser encontrados nos armazéns da cidade, em geral vindos de Macau, mas não é feita qualquer menção ao café, exceto a um certo “café de fedegoso”, talvez por se tratar de mercadoria mais comum, que não valia o gasto com o anúncio na gazeta.

É preciso sublinhar que só eram publicitados os produtos alimentares importados, consumidos pela população branca, como manteiga, queijos (sobretudo londrinos e flamengos), amêndoas doces, passas, nozes, castanhas piladas, batatas inglesas. Raramente é feita menção a condimentos, só se anunciou a mostarda e os “molhos para peixe”. Alguns gêneros vinham de outras capitânicas como

o toucinho de Santos e a marmelada de S. Paulo. A farinha de trigo não precisava mais de ser importada da Europa: o Rio Grande de S. Pedro a produzia. Menciona-se frequentemente a carne do sertão ou a carne do Norte. Havia ainda os licores fabricados na cidade e o “vinho de ananás e caju”.

Por um edital da Câmara, de 27 de janeiro de 1812, transcrito na gazeta e referente ao abastecimento de carne, ficamos sabendo que na cidade e seu termo existiam 42 talhos, sendo um deles destinado exclusivamente para carne de vitela e de carneiro, carnes certamente mais raras na alimentação cotidiana.

Embora a maior parte das refeições transcorresse no espaço doméstico, preparadas por negras ou negros cozinheiros, a forte presença de estrangeiros e um mais intenso movimento comercial fizeram surgir as “casas de pasto” que logo se tornaram locais de sociabilidade masculina. Na cidade baixa, a zona mais mercantil, funcionava na rua do trapiche do Julião um destes estabelecimentos, em conjunto com jogo de bilhar, muito em voga na época. Era administrado por pessoa que falava línguas estrangeiras e ali se servia “com zelo, prontidão e asseio, não somente de portas adentro, mas também para fora, havendo encomendas com antecedência, tudo em termos módicos”.<sup>104</sup> No Cais Novo, num primeiro andar, abriu em 1813 uma casa de pasto, café e bilhar denominada *Flor da Bahia*. Ali se serviam “todas as qualidades de comidas, massas, doces, vinhos engarrafados, cerveja e licores tanto do Reino como da terra”.<sup>105</sup>

Alguns anos mais tarde este estabelecimento passou por uma reforma, mudando o nome para *Bosque da Praça do Comércio*. A decoração ficou mais requintada. Colocaram-se ali “duas vistas, uma de bosque e outra de jardim, tudo muito bem executado por um dos melhores mestres que havia em Lisboa, tanto de estuque como de ornato”.<sup>106</sup> Nesse Cais Novo, que ficava junto da Praça do Comércio, havia no ano de 1817 mais três casas de pasto, uma delas de-

nominada *Flor da América* que preparava jantares para fora e anunciava “vinhos, presuntos de fiambre, pudins e massas”.<sup>107</sup> No Cais da Cal localizava-se a casa de pasto e café *Decência* e no Cais do Sodré, outras duas. A concentração deste tipo de casa, diferente do botequim na medida em que servia a principal refeição do dia, o jantar, por volta da 1 hora da tarde, devia-se sobretudo à frequência dos negociantes e seus caixeiros e também dos mercadores das lojas de retalho.

Já os botequins ou lojas de bebidas serviam almoços pela manhã cedo. Na praça de S. Bento o *Recreio da Bahia*, além de vender vinhos e cerveja, oferecia almoços, tal como o botequim “por baixo da Relação”, onde esse tipo de refeição era acompanhado de chá ou café.

Só mais tarde, às vésperas da independência, as casas de pasto se desdobraram em hospedarias, como indica o *Union Hotel* na Preguiça. Mas já em 1816 a casa de pasto que se transferira do Teatro S. João para o princípio da Gameleira, com o nome de *Leão de Ouro*, declarava ter hospedagem, além de servir “mesa redonda” às 2 horas, preparar jantares para fora e ter cavalos para alugar.<sup>108</sup>

## VESTUÁRIO E MODAS

A elite de Salvador não se limitava a vestir-se de acordo com a sua condição social. Procurava seguir as modas, fossem estas nas formas das roupas ou nos adereços e penteados. Logo em 1812 um cabeleireiro espanhol anunciava que cortava o cabelo às senhoras “à última moda de Madrid e Cádiz”, além de confeccionar cabeleiras que imitavam as naturais. Mas foi a chegada dos franceses, depois da derrota final de Napoleão, que impulsionou o comércio de modas. Madamas de Saint-Martin (talvez duas irmãs), vindas de Paris, abriram uma loja defronte da capela do Corpo Santo e ali

vendiam todos os ornatos para senhoras e vestidos bordados de ouro e de prata, bem como bretanhas da França. Já Mr. de Saint-Martin providenciava “guarnições para vestidos de senhoras, penas, penachos, ramos de flores artificiais e um grande sortimento de enfeites”. Vendia também pós de perfume para o cabelo.<sup>109</sup> Enquanto os Saint-Martin tinham loja aberta com as modas francesas, a firma Meuron e Companhia fazia leilões no seu armazém, à fonte do Pereira, do mesmo tipo de mercadorias: flores artificiais, guarnições para a cabeça, luvas, etc.

Cesar Bouliech, alfaiate francês “por baixo do Palácio”, parece ter-se dedicado mais ao vestuário masculino, vendendo casacas, calças, calções e coletes de fino pano francês. Mas o maior luxo dos homens de então era o couro com que as botas eram confeccionadas. Primeiro anunciavam-se em Salvador apenas as peles de bezerro inglesas, mas depois da paz europeia os cortes para botas passaram a ser também franceses. Quanto aos chapéus, elemento fundamental na indumentária masculina, o chapeleiro francês Dardignac se encarregava de sua manutenção: “limpa, tinge e arma toda a sorte de chapéus, tira o mofo de todas as sedas mofadas sem desmerecer a cor da mesma seda”.<sup>110</sup>

Tecidos da China eram vendidos na rua da Alfândega: “sedas de todas as qualidades, touquinhas de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> sorte, chales e mantas de touquinha, tudo de diferentes padrões e cores, gangas”.<sup>111</sup> Como se depreende deste anúncio, touquinha não significava uma peça de vestuário, mas sim um tipo de tecido que vinha do Oriente. Já as gangas destinavam-se sobretudo ao vestuário dos escravos, como veremos adiante. As chitas também vinham de Macau, e os panos da Costa, tão usados pela escravaria, eram vendidos “em fardos e a retalho”. Quando da Costa da Mina deixaram de vir escravos para a Bahia, os panos e outras mercadorias enchiam as embarcações que continuavam a se dirigir aquela região.

É nos anúncios de fugas de escravos que surge a anotação mais cuidadosa e precisa das roupas usadas pelos fugitivos, embora alguns senhores preferissem indicar apenas os traços físicos mais relevantes, talvez por pensarem que eram sinais mais seguros do que peças de vestuário, facilmente trocadas na fuga. Por vezes os senhores recorriam simultaneamente às duas formas de identificação.

...Luís, cabra, pedreiro, que sabe ler, de boa estatura e magro, cabeçudo e testudo, rosto comprido e descarnado, além de feio, que anda descalço, o qual leva camisa e calças de estopa, além de uma camisa de riscado azul e veste de pano avinhado com botões amarelos...<sup>112</sup>

O tipo de vestuário dos fugitivos era muito semelhante: calças e camisa, por vezes acompanhadas de véstia ou veste, colete, jaqueta. O que variava mais eram os tecidos usados. Embora se pense que o algodão era o mais comum, nota-se que as variedades de textura eram muitas. Além da ganga e da chita já mencionadas, aparece a estopa, o riscado, o brim, a sarja, a linhagem “de França”, os panos da Costa, a baeta e o baetão, o zuarte, a belbutina e outros menos comuns como a “grossaria”, o traçado, a aniagem. Se surge uma camisa de bretanha, ela era muito usada e herdada possivelmente do senhor, pois este tecido era próprio do vestuário dos brancos e não dos negros. Poucos acessórios são mencionados: um barrete de cores, um chapéu de palhinha preto, ou mesmo um “chapéus fino inglês”.

Quanto aos moleques, por volta dos 10 anos, eles desapareciam geralmente só com uma camisa e uma tanga. É interessante que, no caso dos escravos mais jovens, é feita por vezes menção a fios de missanga, a contas ao pescoço.

Como os anúncios de escravas fugidas são menos numerosos, não possuímos muitos dados sobre seu vestuário. Os tecidos usados nas suas roupas são diferentes daqueles que os homens vestiam,

por exemplo, “saia de catariz azul”, “saia de bambá de cachorro”, ou mais simplesmente “de bambá”. Os panos da Costa serviam para as escravas se enrolarem neles e não para confeccionar peças de vestuário. Uma negrinha da nação Ussá (ou Ouçá) vestia, ao desaparecer de casa de sua senhora negra, “camisa de aniagem, saia de catariz azul e um pano da Costa de dez ramos azul.”<sup>113</sup>

## FESTAS

As festas religiosas eram as que congregavam maior número de habitantes e as que reuniam uma maior variedade de grupos sociais. A procissão de *Corpus Christi* era das mais concorridas e o gazeteiro assim a noticiou em 1811:

Quinta-feira, 13 do corrente, em que se celebrou a festa do Corpo de Deus, houve a costumada procissão solene da cidade. Oficiou o excelentíssimo e reverendíssimo arcebispo e formaram as alas nas ruas da procissão os Regimentos de Linha e Milícias desta praça e a Legião. A pompa das festividades públicas, especialmente as que respeitam à religião, é um dos distintivos particulares do povo da Bahia. A adesão respeitosa ao culto estabelecido é um dos sinais indefectíveis da submissão voluntária a Deus, que o exige, e às leis, que o ordenam.<sup>114</sup>

A notícia é acompanhada de um comentário acerca do papel da festa religiosa e da sua pompa, mas o tom é mais ligeiro quando o redator se refere a outra festa importante, a do Senhor do Bonfim, que incluía mesmo uma feira.

Domingo, 19, com toda a magnificência e devoção solemnizou-se a festividade do Senhor do Bonfim na sua capela. E na espaçosa praça do mesmo templo pela segunda vez se celebrou a feira instituída pelo ilustríssimo e excelentíssimo senhor conde dos Arcos, governador e

capitão-general desta capitania. O brilhante do dia, a amenidade do sítio, o luzimento e ordem das barracas, a abundância e riqueza dos gêneros que as abasteciam, o inumerável e lustroso concurso de ambos os sexos, que deleitável quadro e pomposo espetáculo apresentaram às vistas, sôfregas de fitar-se na variedade de tantos objetos.<sup>115</sup>

Digamos que, enquanto o *Corpus Christi* era uma festa por assim dizer oficial, a do Senhor do Bonfim adquirira já então um cariz mais popular e divertido devido à feira que complementava a festa religiosa. Estas foram as duas únicas festas religiosas que mereceram a atenção do redator. Já a descrição das festas civis em honra de membros da família real, ou comemorando eventos políticos importantes, ocupou mais páginas na gazeta.

Em 1811 o aniversário da rainha D. Maria I foi comemorado pelo governador, que “deu beija-mão no seu palácio ao Senado da Câmara, aos membros da magistratura e aos oficiais militares, assim de Linha como de Milícias, aos prelados das ordens regulares e a várias pessoas distintas do corpo diplomático”. Houve arrumação de tropas na praça principal, “onde deram as descargas do estilo e salvaram as fortalezas”. À noite, no teatro velho, apresentaram-se os artistas italianos recém-chegados de Lisboa, Rosa Fiorini, Miguel Vacani e João Oliveti, com diversas espécies de música, “séria, semi-séria e bufá”. Em 1814, as comemorações do aniversário da rainha seguiram o mesmo modelo, só que o novo Teatro S. João já estava funcionando. Realizou-se aí uma sessão em que se recitou um *Elogio*, se tocou um “hino harmonioso” e se representou a comédia *Duque de Borgonha*.

O dia 13 de maio era o do aniversário do príncipe regente D. João e a data festiva foi aproveitada, em 1812, para a inauguração do Teatro S. João, na praça nova de São Bento. Escreveu o gazeteiro:

Na abertura do Teatro compareceu a maior e mais luzida assembleia que se pode juntar nesta cidade e toda, com sentimentos de gratidão e ar de sincera juncundidade, rendeu brilhante homenagem à solenidade do dia, à majestade do edificio e à incansável atividade do excelentíssimo governador.<sup>116</sup>

Pouco tempo depois foi impresso pela tipografia baiana o *Elogio que se recitou e o hino que se cantou no Teatro de S. João da Bahia* naquele dia festivo de 13 de maio. Anos mais tarde, em 1819, o governador conde de Palma se esmerou na celebração do aniversário de D. João VI. A recepção no Palácio foi esplêndida, segundo o redator.

Depois que as salas se encheram de convidados, rompeu uma suavíssima orquestra em várias overturas e Madame Scaramelli cantou com muito aplauso. Algumas senhoras obsequiaram e abrilhantaram este magnífico festim cantando ao piano-forte e contradançaram. Seguiu-se um suntuoso chá e refresco.<sup>117</sup>

Depois do chá dançaram Lacombe e seu discípulo Filipe Catão. Em seguida foi servida uma lauta ceia, entremeada de brindes, como era habitual neste tipo de festa. Muitas senhoras cantaram o hino nacional. As damas cearam em 12 mesas redondas e os homens na mesa grande que ocupava toda a varanda do palácio. Concluída a ceia, executaram-se mais danças e duetos até de madrugada.

Além do aniversário da rainha e do príncipe regente, depois rei, celebrava-se também festivamente o aniversário do príncipe da Beira, D. Pedro. Em 1811 saiu um cortejo composto do corpo da Câmara, dos oficiais militares, dos magistrados e de “grande número de pessoas distintas desta cidade”. Nesse dia 12 de outubro o governador convidou os oficiais do novo Real Corpo de Artilheiros

“para um refresco abundante, que lhes deu no palácio de sua residência”. As senhoras também compareceram e a recepção durou até de madrugada.<sup>118</sup>

Com as mudanças ocorridas no espaço urbano, o aniversário de D. Pedro foi sendo celebrado com cada vez mais elementos festivos. Em 1812 iluminou-se o Passeio Público “e uma grande orquestra atraiu ali um numeroso concurso de todas as classes”. Às habituais paradas militares e cortejos civis acrescentou-se um espetáculo no Teatro de S. João, cantando os atores italianos um hino alusivo ao dia, “música do célebre português Bomtempo”. Seguiu-se a representação da comédia *Palafox* e por fim uma dança espanhola.<sup>119</sup>

As festas civis celebravam os eventos repetitivos, como os aniversários reais, ou então eventos únicos de caráter político. Por exemplo, quando chegou à Bahia a notícia da carta de lei de 16 de dezembro de 1815 pela qual o príncipe regente deu ao Brasil o título de Reino, o Senado da Câmara lançou dois editais, ambos transcritos pela gazeta. O de 17 de fevereiro de 1816 ordenava que se fizessem luminárias durante 3 noites consecutivas; e o de 20 do mesmo mês determinava um *Te Deum* na catedral e mais outras 3 noites de luminárias, “um vistoso e rico fogo de artifício e aparatosas cavalhadas”. Mas, como estes últimos festejos demoravam a ser preparados, foram adiados para a Páscoa.

Outros tiveram lugar imediatamente. Na noite de 24 de fevereiro “fez-se a mais rica e delicada iluminação da praça de Palácio sobre uma bem construída arcada e apareceu o retrato de S. A. R. dando à América encurvada a carta de lei da sua exaltação”. E uma grande orquestra “rompeu nesse momento em harmoniosos concertos e a música da tropa enchia os intervalos da noite”. Coube ao governador oferecer “refresco e baile”.<sup>120</sup>

É preciso lembrar aqui que as festas civis, embora pudessem acarretar algumas despesas ao governo, sobrecarregavam princi-

palmente a Câmara com uma despesa maior. A própria gazeta forneceu dados sobre esses montantes, comparando-os com as verbas gastas em obras públicas<sup>121</sup>.

	1809	1810	1811	1812
Obras públicas	1:853\$110	1:538\$280	3:995\$904	4:633\$979
Festividades	3:588\$620	3:540\$640	3:732\$110	1:660\$300

Estes dados mostram que em 1812 a Câmara reduziu drasticamente os gastos com as festas, aplicando suas rendas preferencialmente em obras na cidade.

Tão logo chegou à Bahia a notícia do casamento de D. Pedro com D. Leopoldina, um edital camarário de 24 de setembro de 1817 mandou que todos os moradores, tanto os da cidade alta quanto os da baixa, iluminassem suas janelas com “vistas luminárias”, concorressem à Sé Catedral para um solene *Te Deum* e aformoseassem suas janelas nas ruas por onde iria passar o cortejo. Finda a cerimônia religiosa podia o povo expressar sua alegria pelo casamento real através de “públicas máscaras”. Efetivamente, segundo a narrativa do redator, viram-se “ricas e engraçadíssimas farsas por todas as ruas, cantorias noturnas, etc” e a população correu também ao espetáculo de touros no curro erguido para a ocasião no forte de S. Pedro.<sup>122</sup>

Por ocasião da subida ao trono de D. João VI, além das celebrações habituais, anunciou-se na gazeta:

Várias pessoas desta cidade e seus contornos se dispõem a dar ao público o magnífico espetáculo de umas cavalladas, as quais terão lugar no momento em que se acabarem os preparativos, que se fazem com a pressa possível. O espírito público ficou em tal alvoroço com a festa de domingo que escogita todos os modos de solenizar a gloriosa aclamação de um monarca de quem todos se julgam mais filhos do que vassalos.<sup>123</sup>

Quando nasceu a princesa D. Maria da Glória, o provincial dos carmelitas calçados da Província da Bahia fez questão de divulgar na gazeta o modo como a sua ordem demonstrara a alegria pelo nascimento real: luminárias no convento, repique de sinos, foguetes, cânticos, missa “com grande música, oração gratulatória, *Te Deum*” e finalmente “fogo artificial com o qual se concluiu toda a demonstração de júbilo”. Idêntico relato publicou no periódico o provincial dos beneditinos.<sup>124</sup>

Estas festas públicas do Antigo Regime custavam dinheiro aos cofres da Câmara, e em menor grau ao do governador, e também pesava no bolso dos habitantes de Salvador, os quais, para obedecer à ordem de iluminar suas janelas, se viam obrigados a dispender nas tigelinhas de vidro e nas velas de sebo. Quem ganhava com as luminárias era a Real Fábrica de Vidros, que chegou a anunciar ter prontas 80 000 para a celebração do aniversário de D. João em 1816.<sup>125</sup>

Embora as festas religiosas e civis tivessem mais brilho em Salvador, as vilas da capitania não deixavam também de expressar sua devoção ou sua alegria. Muitas notícias foram publicadas na gazeta descrevendo os festejos nessas localidades, que seguiam com poucas alterações o modelo da cidade.

## DIVERTIMENTOS DA ELITE

Embora o Teatro de S. João fosse o local escolhido para a celebração das festas civis da monarquia, ele também desempenhou um papel importante no lazer da elite branca de Salvador. A cidade já tinha uma Casa da Ópera, mas o novo teatro mereceu os mais rasgados elogios do redator, que gabava “a perfeição das máquinas, a variedade de vistas e a riqueza das roupas”. Em contrapartida censurava “o comportamento inquieto e insofrido de alguns circunstantes da plateia que, batendo intempestiva e indecentemente, perturbam os cômicos e afligem toda a assembleia”.<sup>126</sup>

Sabemos, pela publicação da despesa e receita do teatro, que as récitas teatrais entre maio de 1812, data da inauguração do edifício, e março de 1813, foram 68, rendendo ao empresário um total de 16:865\$742 rs. Na lista das despesas observa-se que com a orquestra e a música se gastou 2:688\$240, enquanto os dançarinos custaram apenas 74\$820 Réis. As luzes somavam um gasto elevado: 1:223\$560 rs. O funcionamento do teatro implicava o pagamento de vários empregados e artesãos (alfaiates, pintores, carpinas, polieiros, funileiros, ferreiros, sapateiros), além de porteiros, cabeleireiros, arrumadores, etc. Como naquele período as despesas foram muito mais elevadas do que as receitas, a administração do teatro ficou devendo 11:648\$941 em março de 1813.<sup>127</sup>

Uma nova divulgação das contas do teatro (de abril de 1813 a fevereiro de 1814) revelou uma diminuição pequena do número de récitas, que foram 65. Mas constata-se uma redução com os gastos da orquestra e com a música, tendo a dança sido mais bem paga. Fez-se alguma economia nas luzes, mas mesmo com estes cortes o funcionamento do teatro era deficitário.<sup>128</sup>

Como não foram divulgadas mais contas a partir daquela data, é provável que nessa época tenha assumido a gestão o empresário Félix Folia, que certamente teve mais tino para o negócio do que os primeiros administradores. Por outras fontes sabemos que, fora das noites de celebração oficial, um dos espetáculos que mais atraía o público era o lundum, dançado no palco como o tinha sido na rua.<sup>129</sup>

A música ocupava as horas de lazer dos habitantes de Salvador, mesmo sem as grandes festas oficiais. A variedade de instrumentos musicais era grande, mesmo sem contar os africanos usados nos batuques. Eram constantemente anunciados na gazeta os piano-fortes, e também cravos e instrumentos de cordas, órgãos portáteis e órgãos de igreja, flautas. Os realejos eram muito apreciados. Em 1813 vendia-se um com “três rodas de música inglesa, cheia

com modinhas do país”, enquanto um outro proporcionava “30 marchas e contradanças e 8 modinhas brasileiras”.<sup>130</sup>

Quando começaram a afluir a Salvador alguns estrangeiros que tinham trabalhado no Teatro de S. Carlos em Lisboa, estes artistas ofereciam seus talentos, a fim de serem empregados “em qualquer festa de igreja, ou função particular, assim como para dar alguma lição de música vocal nas casas particulares”.<sup>131</sup>

Um mestre de dança italiano ensinava, em 1817, “todas as danças em uso nesta cidade pelos seus verdadeiros princípios, com o melhor e último gosto” a alunos de ambos os sexos. Tratava-se evidentemente de danças de salão, que teriam grande utilidade nas funções particulares. Por seu lado um professor de música propunha-se ensinar “música prática e teórica” e também “a cantar e a tocar forte piano pelos métodos mais novos e fáceis, extraídos do Conservatório de Paris”.<sup>132</sup> Estes anúncios pressupõem uma sociabilidade urbana que incentivava a busca de prendas como tocar um instrumento nobre, cantar e dançar.

## VIDA ASSOCIATIVA

As associações religiosas eram as mais numerosas e congregavam os vários grupos étnicos existentes na cidade. Todas as irmandades possuíam seu compromisso, que os irmãos devotos deviam seguir e que, ao longo dos tempos, tinham sofrido modificações e acréscimos. Em todas se pagava uma taxa de entrada e anuidades e o valor destas variava com o grupo étnico em questão, pois nas irmandades de brancos se pagava mais do que em nas dos negros. Cada irmandade tinha sua festa religiosa no dia de seu patrono e mandava sempre dizer missas pelas almas dos irmãos defuntos, variando o número de sufrágios com os cargos ocupados na confraria.

As mais ricas possuíam belos objetos de culto em prata ou mesmo ouro, como se pode ver pelo seguinte aviso:

Na igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário da vila da Cachoeira, no dia 29 de março próximo pretérito, desapareceu da irmandade de Santíssimo Sacramento um purificador de ouro lavrado, com 101 oitavas. Quem dele tiver notícia, ou souber quem o tenha ou vende, avise na loja da gazeta e, sendo na vila da Cachoeira, ao atual tesoureiro da mesma irmandade Francisco Antônio Fernandes Pereira e, na sua ausência, a qualquer irmão da Mesa, que verificada a verdade e entregando o dito purificador receberá 40\$000 Réis.<sup>133</sup>

Quando queriam angariar fundos não hesitavam as irmandades em promover espetáculos teatrais beneficentes a fim de obtê-los.

O procurador geral da irmandade de Santo Antônio além do Carmo, capitão Matias Ferreira Barbosa, faz ciente que o benefício feito no Teatro de S. João para o retábulo da igreja produziu 347\$440 Réis e fez de despesa, segundo a conta que deu João da Graça, 178\$600 Réis, ficando líquido para a dita irmandade 168\$840 Réis.<sup>134</sup>

Embora estas associações religiosas fossem as únicas existentes na Bahia no início do século XIX, já se percebe, pelo menos no redator da gazeta, o desejo de um outro tipo de vida associativa. Depois de transcrever do periódico *Investigador Português*, publicado em Londres, a notícia de uma reunião do clube dos portugueses naquela cidade, comentava:

Possa este exemplo de portugueses arredados da pátria excitar nos comerciantes desta praça a sociabilidade a que parecem tão adversos! Ainda que entre nós se não tenham praticado semelhantes associações, elas contudo não são opostas às leis, nem contrárias às vistas paternas de S. A. R. E a vigilância do governo precaverá os vícios que se possam insinuar em estabelecimentos desta natureza. Elas parecem até conexas com o estabelecimento da Praça e Aula do Comércio, estabelecimentos ambos

determinados pela bondade do nosso amável príncipe e tão providentemente animadas pelo governo.<sup>135</sup>

Defendia portanto o redator a ideia de uma sociabilidade natural entre certos grupos profissionais da sociedade e que, vigiada e controlada pelas autoridades, jamais descambaria numa sociedade política como aquelas que o Antigo Regime mais temia. Entre estas estariam certamente as lojas maçônicas, já então existentes na Bahia e descritas pelos viajantes da época.

De qualquer modo, houve mesmo na Bahia a tentativa de uma associação mais de caráter letrado do que profissional: a Real Sociedade Baiense dos Homens de Letras, cujos Estatutos preliminares foram apresentados à Real Academia das Ciências de Lisboa, sob cuja égide se colocava em 1810. O baiano Luís Antônio de Oliveira Mendes, sócio da academia de Lisboa e pensando então retornar à Bahia, seria o elo de ligação entre as duas instituições e a sociedade baiana uma espécie de filial da sua congênere lisboeta.

Não vamos aqui analisar esses Estatutos que já foram publicados. Resta contudo saber se esta associação científica teve existência real ou se ficou no papel. A *Idade d'Ouro do Brasil* não se lhe refere em momento algum.

## A DOENÇA E A MORTE

Aqueles que adoeciam na cidade tinham ao seu alcance médicos e cirurgiões que por vezes anunciavam seus préstimos nas páginas de avisos da gazeta. Costa Ferreira atendia gratuitamente os indigentes em sua casa das 7 às 9 da manhã, e depois recebia a domicílio a clientela pagante. Cirurgião, José Álvares do Amaral apresentava-se também como oculista e parteiro, comprometendo-se a “assistir, precedendo aviso a tempo, a toda a mulher, tanto livre como escrava, nas aflições dos partos laboriosos”. Também atendia os pobres em casa das 7 às 8 e meia da manhã.<sup>138</sup>

Esta prática foi também adotada pelos médicos estrangeiros residentes na cidade, os quais podiam exercer sua profissão depois de terem as licenças passadas pelos lentes de Medicina e Cirurgia da cidade. Na ladeira da Preguiça podiam ser encontrados Hart e Dumont e também Petazzi, que fora médico do exército francês. Na rua da Gameleira morava o cirurgião dentista Thevenard, que trouxera consigo máquinas de eletricidade “para curar frouxidões de nervos e paralíticos, surdos, doença de olhos e travados da fala”<sup>139</sup>

Embora os remédios devessem ser preparados nas boticas existentes na cidade, alguns indivíduos dedicavam-se a esse tipo de comércio. O mencionado Thevenard vendia “o famoso bálsamo da vida, já aprovado pela sua rara virtude”; na casa do sacristão de Nosso Senhora da Ajuda podia-se comprar “um excelente unguento para curar as moléstias de quebradura, ou erne, não sendo este de água, assim como erisipela”; o bálsamo do Dr. Segismundo de Malaca, muito conhecido na Europa, destinava-se à cicatrização de feridas e era vendido a 2\$400 Réis o vidro; “uns pauzinhos de arear dentes”, que igualmente preservavam do escorbuto, tiravam o mau hálito e não deixavam criar pedra.

Tal como no Rio de Janeiro, na Bahia foi criada uma instituição vacínica para aplicar a vacina da varíola, descoberta recente, aqueles que mais dela precisavam: soldados e escravos.

Dois hospitais existiam em Salvador: o Hospital Militar, que em princípio atendia apenas os soldados; e o Hospital da Misericórdia. Acerca do primeiro a gazeta nada nos diz; em relação ao segundo as contas impressas pela Santa Casa permitem contabilizar o número de doentes que se curaram e aqueles que morreram. Não dispomos de contas nem de relatórios para todos os anos, mas aqueles que chegaram até nós dão uma ideia da situação.

Na *Relação da receita e despesa que teve esta Casa da Santa Misericórdia da Bahia, este presente ano de 1815 para 1816* lemos que o irmão provedor dera uma esmola de um conto de Réis para

aumento do patrimônio dos enfermos do Hospital e também de um escravo para o serviço dos mesmos. Neste ano já se realizara um benefício no Teatro de S. João para a construção de um novo hospital e para este fim havia no cofre a quantia de 943\$953 Réis.

Tinham entrado 1 105 doentes, dos quais saíram curados 789. Tinham falecido 161 e encontravam-se ainda em curativo 155. Sabemos, pela receita, que algumas pessoas que se tinham ido curar ao Hospital tinham pago 107\$200 Réis, mas ignoramos quanto pagara cada uma e que tipo de tratamento tinham recebido. Nesse ano a Santa Casa tinha contribuído com 12\$000 Réis para a passagem de um doente para Lisboa, e 12\$800 Réis para a de outro que fora para o Rio de Janeiro.

Pelo que respeita às mortes e enterros, 35 irmãos tinham falecido, “por cada um dos quais se mandaram dizer 10 missas e se fez um ofício solene, como determina o compromisso”. Além disso 72 pessoas tinham sido transportadas pela tumba da Misericórdia, sendo a receita desse serviço funerário 322\$560 Réis. Quanto aos escravos, tinham morrido 711, que foram conduzidos ao cemitério no esquife denominado banguê. “Pagaram a esmola dele 710 e enterrou-se um, como é costume, pela caridade que se exercita nesta Santa Casa da Misericórdia”.<sup>140</sup> Ou seja, os senhores dos escravos, ou seus irmãos de cor, assumiam as despesas pelo enterramento.

Quando morria um membro importante da Misericórdia, os rituais da morte eram mais pomposos do que o habitual, sobretudo se era um generoso doador de esmolas à Santa Casa.

A Mesa da Santa Casa de Misericórdia desta cidade fez celebrar um ofício solene (além do costume), no dia 20 do corrente, pela alma do ex-provedor Sebastião da Rocha Soares, negociante desta praça, natural de S. Salvador de Sabadim, arcebispado de Braga, que faleceu em 4 do corrente e dispôs de 41:800\$000 Réis em dinheiro a benefício da mesma Santa Casa.<sup>141</sup>

A morte da rainha D. Maria I a 20 de março de 1816, por estranho que pareça, só foi noticiada na gazeta de 7 junho. Ignoramos a razão desta demora, quando as comunicações entre o Rio de Janeiro e a Bahia não eram tão lentas assim. As cerimônias fúnebres, em contrapartida, foram cuidadosamente descritas pelo redator:

O Senado da Câmara desta cidade fez sexta-feira a cerimônia dos escudos quebrados, como é antigo estilo. O excelentíssimo e reverendíssimo senhor arcebispo, depois de exortar os seus diocesanos a sufragiar a alma da rainha nossa senhora, que santa glória haja, celebrou com seu clero um ofício fúnebre com oração, a que assistiu o ilustríssimo e excelentíssimo senhor conde governador, o corpo da Relação, o Senado da Câmara e a oficialidade militar na catedral. O público tem mostrado os mais vivos sentimentos pela preciosa memória de uma rainha que fez uma das mais brilhantes épocas da monarquia.<sup>142</sup>

Como as exéquias exigiam preparativos demorados, só a 3 de setembro o gazeteiro as descreveu.

...Imediatamente a Junta da Real Fazenda expediu as ordens necessárias para que se celebrassem as exéquias na forma do costume, encarregando a sua execução ao capitão de Mar e Guerra, intendente da Marinha e Armazéns Reais, Francisco Inácio da Miranda Everard, deputado da mesma Junta.

Destinado o magnífico templo do Colégio para esta função, apareceram no dia 30 de agosto à tarde as portas todas enlutadas e na do centro a inscrição seguinte: *Deduc quasi torrentem lacrimas per diem et noctem, et non taceat pupilla oculi tui*, Jeremias.

Levantava-se dentro um suntuosíssimo mausoléu quase da altura e largura da igreja, sustentado em quatro grupos de doze colunas sobre pedestais que suspendiam uma bela peça de arquitetura da ordem coríntia, sobre a qual

o Gênio português, calcando a Morte e o Tempo, abraçava um listão em que se lia *‘Ecce quomodo moritur justus’*. O Gênio sustentava em uma mão o emblema da eternidade e na outra o clarim do qual pendia o listão.

Doze estátuas que personificavam as virtudes da prudência, justiça, fortaleza e caridade adornavam a cornija do mausoléu.

Um pano de veludo recamado de ouro cobria o túmulo que pousava sobre uma urna em que se liam as inscrições seguintes (...)

Nos intervalos das colunas estavam oito esqueletos que sustentavam as bandeiras das nações cujas famílias reinantes deram os augustos avós da sempre querida Casa de Bragança.<sup>143</sup>

Nos pedestais de cada uma das colunas liam-se dísticos em latim e na base foram colocados os versos latinos da autoria de José Francisco Cardoso, “já mui conhecido entre os literatos nacionais”. As paredes da igreja estavam cobertas de panos negros intercalados por tarjas com mais palavras em latim. As capelas também estavam forradas de negro com galão de ouro e em cima do arco do cruzeiro havia “um grande quadro que mostrava a união das virtudes”. E prosseguia na descrição.

O pavimento do templo estava enlutado até à porta da rua e todos que ali entravam experimentavam de improviso aquelas fortes sensações de terror e de saudade, que eram inspiradas pela grandeza, simplicidade e majestade daquele fúnebre aparato, que fazia recordar ao vivo o texto dos livros santos: *Terribilis est locus iste!*

É digna de mil louvores a perícia dos diferentes artistas que trabalharam no ornato do templo, na construção do mausoléu, na delicada fatura das estátuas e da enérgica pintura dos quadros.

Manuel da Costa Pinheiro distinguiu-se pelo seu grande trabalho e artifício na armação do templo e mausoléu. José de Sousa Coutinho pelas pinturas. Manuel Inácio pela rara delicadeza dos esqueletos e Estanislau Francisco dos Santos pelo ornato e simetria dos castiçais e direção de todas as peças de prata e ouro.”

Estas eram aquelas “arquiteturas efêmeras” que tão bem caracterizam o Antigo Regime e que hoje começam a ser devidamente estudadas. Todas as construções e ornamentos eram destruídos depois de terminadas as cerimônias para as quais tinham sido feitos. O que nos resta em alguns casos são os desenhos anteriormente esboçados, mas no caso das exéquias de D. Maria I na cidade da Bahia não me consta que eles existam. Ou pelo menos ainda não foram descobertos.

Este era o cenário criado para “as vésperas do ofício fúnebre”, assistido pelos eclesiásticos e empregados públicos, presidido pelo arcebispo da Bahia. No dia seguinte, realizou-se outra cerimônia na qual tomou parte o governador, a oficialidade militar, a Junta da Real Fazenda, a Relação, o Senado da Câmara. O deão cantou a missa por impedimento do arcebispo, que contudo assistiu à cerimônia no seu docel. Finda a missa, o pregador régio e professor de Filosofia Inácio José de Macedo (que era também o redator da gazeta) recitou a oração fúnebre, que foi depois publicada pela tipografia baiana.

Os amadores da poesia latina apresentaram várias composições, que não só davam testemunho da sua fiel vassalagem como do seu engenho e gosto. Um reverendo capitular desta catedral, quase octagenário, compôs odes e epigramas na pura latinidade de Horácio e Marcial.

E o redator não hesitou em publicar, nessa mesma folha, todas as composições poéticas em latim, alegando em outra ocasião

que seu público entendia suficientemente aquela língua. Talvez este mestre de Gramática Latina estivesse certo, e a elite baiana culta fosse realmente capaz de entender todos aqueles dísticos e composições latinas.

# A cultura

## A BIBLIOTECA PÚBLICA

Os dois eventos culturalmente mais significativos neste período da história baiana foram, sem dúvida, a criação de uma Livraria Pública (como então se dizia) e o estabelecimento de uma tipografia, eventos praticamente simultâneos. Um dos primeiros impressos a sair dos prelos de Manuel Antônio da Silva Serva foi o *Plano para o estabelecimento de uma Biblioteca Pública na cidade de S. Salvador de Todos os Santos*, redigido por Pedro Gomes Ferrão Castel Branco a 26 de abril de 1811 e aprovado para impressão pelo governador a 8 de maio.

Depois de se congratular com a permissão concedida para o funcionamento de uma tipografia na Bahia, escrevia o autor nesse impresso, hoje muito raro:

Conhece o nosso augusto soberano que o maior bem que pode fazer aos seus vassallos, aqueles que nunca se têm recebido senão das mãos benéficas dos príncipes justos e virtuosos, é facilitar-lhes e promover todos os meios da pública e particular instrução. É só talvez à ignorância dos povos que se devem imputar as desgraças que os oprimem, é obcecando-os que os crimes se arraigam e os tiranos se entronizam. É por meio das luzes e da ver-

dade que a virtude se firma e que os direitos dos príncipes adquirem por bases a bênção do céu, o amor dos povos e o respeito da posteridade. E que meio mais eficaz para a difusão das luzes que a mortal invenção da imprensa cujo uso acaba de nos ser concedido! Contudo, para que ele nos seja útil no atual estado deste país, são indispensáveis e muito urgentes outras providências.

Padece o Brasil, e particularmente esta capital, a mais absoluta falta de meios para entrarmos em relação de ideias com os escritores da Europa, e para se nos patentearem os tesouros do saber espalhados nas suas obras, sem as quais nem se poderão conservar as ideias adquiridas e muito menos promovê-las a benefício da sociedade.

Animado, porém, pelo atual mais que nosso governador nosso amigo, é que me atrevo a oferecer ao público o seguinte plano dirigido a remover-se o primeiro e maior obstáculo que se oferece à instrução pública, o qual consiste na falta de livros e notícias do estado das Artes e Ciências na Europa. Se este plano tiver a fortuna de agradar no seu objeto, ele pela sua própria constituição é suscetível de qualquer melhoramento e, por isso mesmo, parece que sem receio se poderá adotar.”<sup>144</sup>

De iniciativa privada, a Livraria Pública seria mantida por subscrição e a primeira preocupação que se nota no Plano é com a assinatura de periódicos de Londres, ou de qualquer outro país que mantivesse relações, sobretudo comerciais, com a Bahia. Seriam escolhidos os “de melhor reputação literária e de mais ampla instrução”. Mas a importação de periódicos (que tão útil viria a ser nos primeiros tempos da *Idade d’Ouro do Brazil*, antes de Silva Serva se decidir a subscrever diretamente alguns jornais para a redação da gazeta) estava igualmente sujeita à censura, devendo os exemplares passar pelas mãos do censor da tipografia antes de serem liberados para o público.

O dinheiro que sobrasse da subscrição, depois de feitas as assinaturas de periódicos estrangeiros, seria aplicado na compra de livros e de mapas.

Para a escolha dos livros que se devem mandar vir da Europa, haverá de três em três meses uma sessão dos subscritores que se acharem presentes, a qual será presidida pelo censor, e cada um deles poderá lembrar os livros que bem lhe parecer, dando a razão da sua escolha, e depois de ouvidos e tomados os apontamentos necessários, nomear-se-ão dois sócios, com os quais o censor fará a lista das encomendas à proporção dos fundos do estabelecimento.

Cada subscritor pagaria 12\$000 Réis de entrada e uma anuidade de 10\$000 Réis, quantia considerada pequena pois era equivalente à que pagavam os assinantes de qualquer gazeta europeia. Esta subscrição lhes dava acesso a todos os livros e periódicos e por aqui se vê que, ao contrário da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, cujo acervo provinha da Biblioteca Real e que podia em princípio ser consultada por qualquer pessoa, a Biblioteca da Bahia era mais o que depois se chamou um Gabinete de Leitura. Só os sócios tinham acesso ao seu acervo.

Uma proposta inovadora, destinada a apressar a constituição de um núcleo razoável de livros, foi a de que os subscritores cedessem as suas bibliotecas particulares.

Para que destes elementos se possa formar com mais brevidade uma biblioteca ampla e capaz de preencher os fins de uma geral instrução, serão convidados os subscritores a entrarem para este estabelecimento com as suas livrarias particulares, ou com aquelas obras que puderem dispensar do seu uso ordinário, as quais serão recebidas pelo bibliotecário em depósito, ou por doação, do que se lhes dará uma clareza e far-se-ão os assentos

necessários. A doação, ou empréstimo, far-se-á pública por meio da imprensa e uma cópia dela será remetida ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor capitão general desta capitania, com o nome do que a houver feito como de um benfeitor do público, amigo da pátria e zeloso dos verdadeiros interesses do soberano.

O autor do plano, Pedro Gomes Ferrão Castel Branco, deu o exemplo, oferecendo em dom perpétuo todos os seus livros e ainda 50\$000 Réis para o fundo da Livraria. A gazeta, além de divulgar os nomes dos subscritores, num total de 124, ressaltou algumas doações.

Sendo uma das condições do estabelecimento da Livraria Pública desta cidade dar-se a saber por meio da imprensa os nomes das pessoas que, por patriotismo e generosidade, concorressem para o aumento dela com quaisquer doações, dá-se a saber ao público que o desembargador Baltazar da Silva Lisboa acaba de mandar em doação para a dita livraria 13 tomos muito estimáveis e raros, nas línguas espanhola e portuguesa, relativos à História do Brasil e Índias Ocidentais de Espanha.

Do mesmo modo, Francisco Inácio de Siqueira Nobre, negociante desta praça, ofereceu por empréstimo à mesma Livraria, por tempo de seis anos, uma *Enciclopédia metódica* e vários livros de História, Agricultura e Comércio.

Outro sujeito, que ocultou o seu nome, fez igualmente doação à mesma Livraria de diversas obras estimáveis de Medicina e Botânica.<sup>145</sup>

Por doação ou simples empréstimo por tempo determinado, o fato é que as várias bibliotecas particulares se uniram e puseram a circular entre os sócios aquilo que antes era posse de apenas alguns indivíduos. A elite letrada da Bahia não hesitou em corresponder às

intenções do autor do plano, mesmo aqueles que, sendo baianos, se encontravam residindo em outras capitânias.

Clemente Ferreira França, desembargador da Suplicação do Brasil e ouvidor de Pernambuco, movido de sentimentos patrióticos que o distinguem pelo bem do Estado e desejando concorrer para o desta cidade, sua pátria, fez doação de 50\$000 Réis em dinheiro e 38 volumes de diversas obras de merecimento, a benefício da Livraria Pública dela, o que se dá a saber em sinal de gratidão e em observância dos Estatutos da mesma Livraria.<sup>146</sup>

Até os estrangeiros colaboraram para o acervo da Biblioteca baiana.

O conde de Pahlen, ministro da Rússia, residente na Corte do Rio de Janeiro, fez à Biblioteca Pública da Bahia um rico presente literário de 96 volumes, livros de excelente escolha em vários ramos de Literatura. E em sinal de eterno reconhecimento publicamos este rasgo de generosidade e damos mil louvores a este amigo das ciências que tanto se interessa no aumento das nossas luzes.<sup>147</sup>

Os próprios profissionais, que precisavam de suas bibliotecas para o exercício de seu profissão, as cediam, como fez o cirurgião-mor Manuel Fernandes Nabuco que ofereceu, por doação perpétua, 37 livros de Cirurgia, Medicina e Farmácia. Contudo, dos 124 subscritores da Biblioteca, só constam 10 beneméritos doadores de livros; e outros 5 cederam os seus durante o período de sua residência na Bahia, como foi o caso do governador, do cônsul americano e de alguns altos funcionários.

Este escasso número de doadores pode não significar a ausência de desejo de propagar as luzes, mas simplesmente que os baianos não tinham bibliotecas em suas casas. Um deles chegou a dizer que cedia alguns livros “dos poucos que tinha”. Só o estudo

sistemático dos inventários *post-mortem*, que está sendo feito para algumas capitâneas como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, poderá avaliar o número de volumes existentes nas habitações de Salvador.

A maior parte das obras da Biblioteca Pública foram efetivamente compradas, com a ajuda dos que se encarregavam da compra em outros países e dos que transportavam os livros, como se pode ver pelo seguinte agradecimento feito no periódico pela remessa de 50 obras, quase todas referentes à História de Portugal, fora alguns dicionários.

Seria uma falta de justiça, e até de gratidão, o deixar de publicar a nobre e generosa liberalidade com que José de Melo, negociante de Lisboa, se ofereceu a enviar da mesma cidade todas as remessas de livros que lhe forem pedidos para a Livraria Pública da Bahia, sem que para o fazer queira receber qualquer interesse ou comissão alguma. Sendo os livros que se mencionam parte da primeira encomenda que se lhe fez, por se não poder aprontar a outra parte, cuja receita veio conduzida pelo navio *Santo Estêvão*, de que também o seu correspondente, debaixo das mesmas vistas, generosamente não quis frete algum.<sup>148</sup>

Ou este outro:

Entende-se mais depressa como um ato de justiça do que de gratidão publicar a maneira nobre e graciosa com que Manuel Ribeiro Guimarães, natural desta cidade e morador em Londres, se encarregou da remessa dos livros para a Livraria Pública da Bahia sem qualquer outro interesse ou comissão que o de ser contemplado no número dos subscritores, oferecendo-se de mais a mais para enviar prontamente todas as encomendas, seja qual for o seu importe, e para contribuir ainda a favor daquele útil estabelecimento com a soma que for compatível com

as suas possibilidades. Entre outros periódicos de que constou a primeira remessa, vieram:

*The New Annual Register*, de 1806 a 1810

*Repertory of Arts and Manufactures*, até agosto de 1811

*The Times*, até agosto dito

*Morning Chronicle*, até dito

*Weekly Messenger*, até dito

*L'Ambigu*, dito

*Investigador Português*, junho e julho.<sup>149</sup>

Além dos livros doados e comprados, a Biblioteca Pública da Bahia enriqueceu-se ainda com os duplicados da Real Biblioteca do Rio de Janeiro e com as obras oferecidas pelos próprios autores.

O doutor Vicente Navarro de Andrade, residente no Rio de Janeiro, mandou à Biblioteca desta cidade um folheto da sua composição, intitulado *Plano de organização duma Escola Médico-Cirúrgica traçado por ordem de S. A. R.* Assim principia este bom patriota a manifestar o resultado dos seus estudos e dos seus trabalhos entre as nações estrangeiras e temos razões de esperar que ele continue a instruir-nos para justificar o bom conceito que fazem das suas luzes todos que o conhecem.<sup>150</sup>

Quando foi feito o *Catálogo dos livros que se acham na Livraria Pública da cidade da Bahia, em maio de 1818* (manuscrito que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), o número de obras completas elevava-se já 5 361, sendo os truncados em número de 426.<sup>151</sup>

Em agosto de 1811 realizou-se a sessão inaugural da Livraria Pública, evento devidamente noticiado pela gazeta.

Domingo, 4 do corrente, se fez a abertura solene da Livraria desta cidade, na mesma casa que foi Livraria do Colégio dos proscritos jesuítas. A presença do excelentíssimo senhor conde dos Arcos, nosso amável governador, deu o

maior lustre a este ato brilhantíssimo pela deliciosa situação da sala que, elevada na eminência da cidade e do edifício do Colégio, domina esta Bahia; pelo concurso de pessoas de todas as ordens; e pelas doces esperanças de melhoramento que prognostica a difusão das luzes. Conhecimentos de todos os gêneros postos ao alcance de todos os curiosos hão de excitar os talentos até agora amortecidos e a Bahia, no zênite de sua glória, abençoará perpetuamente os dias verdadeiramente de ouro desta não pensada regeneração.

Nesta ocasião recitou o coronel Pedro Gomes Ferrão Castel Branco uma elegantíssima oração, em que se notava erudição escolhida e literatura vasta com profundas reflexões adequadas às circunstâncias e atual situação política do mundo.

Todos os dias, à exceção das quartas-feiras, estará a Livraria patente a todas as pessoas de qualquer condição.

Aos senhores subscritores roga-se queiram ter a bondade de entregar as suas entradas ao atual tesoureiro Manuel José de Melo, negociante desta praça.<sup>152</sup>

A presença de estrangeiros entre os subscritores foi ressaltada pelo redator e, na verdade, dos 124, 14 eram estrangeiros, sobretudo negociantes, que deram entradas substanciais em dinheiro. É o que se lê na seguinte notícia.

No nosso n<sup>o</sup> 25 anunciamos a abertura da Livraria Pública, esse foco de luzes de todas as espécies, cujos efeitos saudáveis não podem entrar em algum cálculo. Circunstâncias sem número que nascem a cada momento, e de cuja combinação também instantânea surgem objetos sem número, fazem das Ciências e das Artes um quadro variável ao infinito, manancial de verdadeiros prazeres e de bens reais para todos aqueles que deveras as estimam. A quantiosa subscrição da Biblioteca é a pedra lúbia da di-

fusão extensa do amor que os habitantes desta cidade professam à Literatura. Não somente os indígenas e os nacionais que subscrevem para o fundo da Livraria com dinheiro e oferecem os seus livros para a instrução pública; são estrangeiros em grande número que mostram a mesma cordialidade para conosco e sacrificam voluntariamente dinheiro e livros e até se impõem o ônus perpétuo de uma anuidade. Devia-se este testemunho à sua beneficência e a *Idade d'Ouro* desempenha assim um dos deveres que anunciara no seu prospecto.<sup>153</sup>

A entrada mínima para a subscrição era 12\$000 Réis, mas só 26 subscritores se limitaram a essa quantia. Os outros deram um pouco mais e algumas personalidades, pela sua alta posição social e política, sentiram-se na obrigação de concorrer com quantias elevadas. Por exemplo, o conde dos Arcos deu 64\$000 Réis, o arcebispo da Bahia 50\$000, assim como o chanceler da Relação Antônio Luís Pereira da Cunha, o senhor de engenho Felisberto Caldeira Brant Pontes e o procurador do Senado da Câmara, o negociante Antônio Pedro da Silva Guimarães, entre outros.

Em 1812, Felisberto Caldeira Brant Pontes fez uma importante doação de mapas à Livraria, o que deu azo à seguinte notícia.

O brigadeiro inspetor geral mandou fazer à sua custa cinco mapas de todo o Brasil com muita exatidão e os ofereceu gratuitamente à Biblioteca que os não tinha, nem poderia ter facilmente a não haver muito esmero na indagação e perfeição de alguns já existentes, porém muito raros e inexatos. É desgraça haver entre nós quem saiba exatamente a geografia da China, e não saiba a do país que habitamos. Deixemos o que está tão longe de nós e indaguemos o que está ao pé de nós. Não te procures fora de ti, se queres ser feliz, diz a boa filosofia, e isto que se entende dito a um particular, nós o aplicamos ao geral. Estudemos o nosso território, revolvamos a sua

superfície, vejamos o que ela nos pode dar e, seguindo este método por espaço de 30 anos, veremos que o Brasil ainda há de sair do seio do nada e aparecer à face do mundo como uma das nações mais ricas e respeitáveis. Trabalho e arte são dois mágicos omnipotentes, como se exprime Delille; e a indolência e a preguiça é um miasma terrível capaz de aniquilar os mais florentes impérios. Tratemos de adquirir luzes por meio de bons livros e, semeando estas luzes em nossos campos e cidades, veremos que elas produzem com desmarca (ilegível) todo o gênero de força, de felicidade e de virtude.<sup>154</sup>

O auxílio da Coroa a esta instituição cultural fruto da iniciativa privada só chegou em 1814 sob a forma de concessão de uma loteria, que se foi repetindo ao longo dos anos.

S. A. R. o príncipe regente nosso senhor, que em todos os dias da sua feliz regência tem mostrado o mais ardente desejo pela instrução de seus vassallos, foi servido conceder uma loteria à Biblioteca Pública desta cidade, concorrendo por este modo para a conservação e aumento de uma instituição de que se pode tirar o maior proveito. A nação mais instruída é sempre a nação mais feliz e opulenta e, desde que se dá a uma nação o meio de se instruir, tem-se-lhe apontado o caminho da sua prosperidade.<sup>155</sup>

Dois franceses visitaram a Biblioteca baiana. L. F. De Tollenare esteve lá em 1817, calculou em 4 000 o número de volumes que continha e elogiou a escolha das obras, sobretudo por não se encontrarem ali os in-fólios teológicos e místicos que constituíam a base das bibliotecas conventuais brasileiras. Ferdinand Denis, então residente na Bahia, frequentava-a assiduamente em 1818, sobretudo para ler a *Décade philosophique*, que ninguém costumava requisitar e que ele tinha assim à sua disposição. Diz ter levado para casa o dicionário de

Valmont de Bomare, o naturalista francês mais lido nesta época, e também um *Dictionnaire des mœurs*, provavelmente a obra de Jean-François Bastide, publicada em Paris em 1773.

Esta Biblioteca tão bem selecionada pela elite letrada baiana deve ter perdido em parte suas características modernas, reveladas pelo catálogo manuscrito elaborado em maio de 1818, quando começou a receber as duplicatas da Biblioteca Real do Rio de Janeiro. Em julho daquele ano o funcionário desta, Luís dos Santos Marrocos, afirmava já ter remetido para a Bahia 20 caixotes de livros “que somente compreendem o ramo de Teologia”, ou seja, aqueles in-fólios poeirentos que não constavam do núcleo inicial.

Segundo o *Almanaque para a cidade da Bahia. Ano de 1812*, a Livraria Pública tinha dois diretores e administradores das subscrições voluntárias para o fundo da Biblioteca; um secretário; um tesoureiro; um bibliotecário; um porteiro; dois serventes; um encarregado da cobrança das subscrições e outro encarregado da limpeza dos livros.

## PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE LIVROS E FOLHETOS

Tal como a Biblioteca, também a tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva dinamizou a vida cultural baiana. Nela se imprimiram 127 obras entre 1811 e 1819, ou seja, o período estudado por Renato Berbert de Castro por corresponder aquele em que era propriedade daquele negociante. Depois da morte de Silva Serva, sabe-se da publicação de alguns folhetos políticos pelos anúncios da *Idade d'Ouro do Brasil* entre 1821 e 1823, mas como a coleção que chegou até nós é muito fragmentária para esses anos, o número de textos políticos publicados pela tipografia da Viúva Serva e Carvalho deve ter sido muito mais elevado.

Vejamos o que se pôde apurar:

*Refutação do folheto intitulado 'Reflexões aos deputados'*, pelo Constitucional Baiense

*Segunda carta aos deputados da Província da Bahia*, por Joaquim José da Silva Maia

*Análise da carta que a Junta de S. Paulo mandou a S. A. R.*, dedicada ao Soberano Congresso da Nação por seu autor M. J. da Cruz

*Oração religiosa e política recitada na capela dos terceiros de S. Domingos por ocasião da solene procissão em que o Senhor do Bonfim de Itapagipe foi para ali trasladado em 25 de outubro de 1822*, por Inácio José de Macedo, pregador régio e professor de Filosofia

*Diálogo interessante*

*Queixa contra a caterva dos corcundas*

*Reflexões sobre o estado atual da Bahia*

*Voz da verdade sobre o estado da Bahia*, dirigida ao Soberano Congresso Nacional por um fiel órgão da ilustre família europeia

*Vergalho crítico para os redatores do Rio de Janeiro*

Estes folhetos anunciados na gazeta são hoje difíceis de localizar. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro encontram-se outros folhetos publicados pela Viúva Serva e Carvalho. Logo em 1821 uma resposta ao polêmico folheto publicado no Rio: *Exame analítico-crítico da solução da questão: o rei e a família real de Bragança devem, nas circunstâncias presentes, voltar a Portugal ou ficar no Brasil?* (Publicada na Corte do Rio de Janeiro por um anônimo em idioma francês nos últimos dias do ano próximo passado). Ambos os folhetos têm sido muito utilizados pelos historiadores do movimento constitucional no Brasil. Outro, no mesmo ano publicado, criticava aspectos do Antigo Regime em *Lembranças úteis tendentes a melhor forma que o Brasil procura pela Constituição*, por J. V. S. Ainda em

1821, *Reflexões sobre o decreto de 18 de fevereiro deste ano oferecidas ao povo da Bahia*, por Filagostero. Também chegaram até nós dois folhetos de proclamações feitas pelo deão José Fernandes da Silva Freire.

Em 1822, o folheto mais importante é sem dúvida *A América inglesa e o Brasil contrastados, da sobeja razão que teve a primeira e a sem razão do segundo para se desligarem da mãe-pátria*, ao qual se seguiu *Suplemento à América inglesa e o Brasil contrastados por um amigo da ordem*.

De qualquer forma, quer através dos anúncios da gazeta, quer através dos folhetos que chegaram até nós, se constata que a produção dos prelos baianos nesta segunda fase era unicamente política. Antes tinham sido impressas obras nacionais, mas também traduções de autores estrangeiros como Bichat, Cabanis, Chateaubriand, Chesterfield, Fourcroy, Genuensi, Racine, Adam Smith, Weikard, juntando assim homens de ciência com ensaístas e literatos.

Os anúncios das obras publicadas na Bahia eram extremamente sucintos, sem qualquer preocupação de alardear as qualidades dos livros. Limitavam-se geralmente a fornecer as informações necessárias à aquisição.

Saiu à luz o folheto das observações de Cabanis sobre as doenças catarrais em geral, e particularmente sobre os defluxos do cérebro ou do peito, traduzidas do francês e anotadas por J. Lino, bacharel formado em Medicina e médico no Hospital Militar. Vende-se nas lojas da gazeta, na de Ângelo Manuel Pinto de Sousa na rua direita de Palácio, e na botica de João Ladislau de Figueiredo ao Colégio pelo preço de 640 em brochura.<sup>156</sup>

Quanto aos livros importados, sobretudo de Lisboa, tampouco se recorria a uma publicidade intensiva. Os mercadores de livros limitavam-se a publicar catálogos por ordem alfabética e neste aspecto os livreiros da Bahia eram mais contidos do que os do Rio de

Janeiro que, na gazeta desta cidade, sempre faziam ressaltar o interesse da obra à venda. Nos catálogos baianos indicava-se apenas o formato, o número de volumes e o preço. Só excepcionalmente eram feitos comentários, como no longo texto que se segue:

Vende-se na loja da gazeta os livros seguintes: o *Vademecum do cirurgião, ou Tratado de sintomas, causas, diagnoses, prognoses, e tratamento das moléstias cirúrgicas e suas correspondentes operações, incluindo o Dicionário etimológico dos termos da Arte, a Farmacopéia cirúrgica, ou seleção de fórmulas adaptadas ao uso interno e externo, em que se descrevem o uso, virtude e dose dos remédios nas moléstias a que se fazem aplicáveis, com um apêndice ou breve Tratado de Cirurgia Forense ou Legal, por Antônio José de Sousa, boticário nesta Corte, Lisboa, na Impressão Régia ano 1815, in - 4º, 1 vol. Encadernado por 1600. Ainda que este *Vademecum* saiu à luz como obra original do dito Sousa Pinto, é a versão portuguesa de outra em inglês do doutor Roberto Hoper, cujo título é o seguinte: *The Surgeon's Vademecum: containing the symptoms, causes, diagnosis, prognosis, and treatment of surgical diseases. Accompanied by engravings to illustrate the modern and approved methods of operating also selected formulae of prescriptions and a glossary of terms.* Este *Vademecum* tem merecido, no conceito dos sábios ingleses e de outras nações, uma grande e geral aprovação por ser um compêndio claro e exatíssimo, que num ponto de vista oferece aos estudantes e aos práticos moços todos os conhecimentos da Cirurgia Prática, no qual o seu autor desempenha o que no título promete. Demais deve reputar-se por suplemento, não só do *Anatomist, # Vademecum*, que contém a anatomia, fisiologia, aparências doentias, etc. do corpo humano e a arte de fazer as preparações anatômicas que o referido Sousa diz que está imprimindo, mas também do *Physician, # Vademecum*, que contém os sintomas, causas, diagnoses, prognoses e*

tratamento das enfermidades, com uma escolhida coleção de fórmulas e um Dicionário etimológico dos termos, obras todas do mesmo doutor Hoper. No fim da mesma versão se acha uma coleção de fórmulas a que se dá o nome de Farmacopéia Cirúrgica, e um apêndice sobre a Cirurgia Forense ou Legal de Devaux.

*Elementos de Higiene, ou Ditames teóricos e práticos para conservar a saúde e prolongar a vida, publicados por ordem da Academia Real das Ciências pelo seu sócio Francisco de Melo Franco, Lisboa na Tipografia da Academia, 1814, in-4º, um volume, 1600.* Bem que a Higiene seja uma parte importantíssima da Medicina, por ser o seu objeto o conhecimento das causas úteis ou nocivas ao homem e à conservação da saúde, objeto que tem a vantagem de poder-se conseguir melhor, visto que é mais fácil de conservar a saúde do que restituí-la depois de perdida, todavia tem sido pouco cultivada pelos médicos modernos, esquecidos do exemplo dos antigos, os quais esmerando-se em ser úteis à humanidade tomaram a peito o estudo e o ensino das regras que cumpre guardar-se para conservar a saúde e prolongar a vida. E é para admirar que, tendo havido tantos e tão abalizados médicos acerca da Medicina curativa, tão pouco se haja trabalhado no modo de prevenir as doenças do homem e de prolongar-lhe uma existência feliz, sendo mais humano acautelá-lo do que remediar os males. Graças, porém, sejam dadas ao doutor Melo Franco, médico da Câmara de Sua Majestade que Deus guarde, pelos presentes *Elementos de Higiene* que a Real Academia das Ciências de Lisboa mandou imprimir, nos quais além de uma elegante introdução histórica e crítica se acha a mesma matéria da Higiene dividida em secções e estas em capítulos. Na primeira trata da vida e da saúde em geral, do modo como a idade, o sexo, os hábitos e os temperamentos modificam a natureza do homem. Na segunda, das relações que tem o corpo humano com os diversos corpos que

o cercam e tocam a sua superfície, a saber, o ar, a eletricidade, o galvanismo, os ventos, os vestidos, as fricções e os banhos. Na terceira, dos alimentos e bebidas considerados em geral, das propriedades e condições que devem ter as diferentes substâncias para serem alimentosas, dos alimentos tirados do reino vegetal e animal, da preparação destes, dos adubos, do leite, da água, das bebidas fermentadas, do chá e do café. Na quarta, do exercício, do repouso, do sono, da vigília. Na quinta, das secreções e excreções. Na sexta, da influência do físico sobre o moral, e do moral sobre o físico. E termina a obra com judiciosas reflexões sobre algumas particularidades em o nosso regime. É portanto esta obra um corpo completo e preciso de doutrina sem teorias gerais e arbitrárias, sendo a observação prática constantemente a sua bússola, escrito em estilo claro, breve, metódico, que é tudo o que se pode exigir de uma obra que deve ser o guia que encaminha o homem de todas as classes a fim de conseguir a conservação e prolongamento da sua saúde.<sup>157</sup>

Esta descrição pormenorizada do conteúdo das duas obras à venda é muito rara nas páginas da gazeta. Quando a leitura de novelas se propagou na Bahia, quase todas traduzidas do francês, elas apenas eram listadas nos anúncios da loja da gazeta a Santa Bárbara.

É pouco comum os próprios autores divulgarem suas obras através dos avisos, e só talvez o fato de ter chegado recentemente de Portugal tenha levado o autor dos preliminares dos Estatutos da Sociedade Baiense dos Homens de Letras a anunciar:

Luís Antônio de Oliveira Mendes Dias Lobato, advogado da Casa da Suplicação da cidade de Lisboa, da Relação Eclesiástica, da Nunciatura e Câmara Patriarcal, sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa, atualmente advogado na cidade da Bahia, anuncia ao público as obras de sua composição, que se oferecem à venda em a loja da

gazeta, e promete ir dando à luz as mais obras inéditas, que anuncia o catálogo delas, que corre impresso, assim como as mais obras periódicas que se destina compor.

---

<i>Tentativas em que tem entrado o A.</i>	160
<i>Verdade ultrajada e triunfante, com sua estampa</i>	320
<i>Memória da máquina de dilatação e contração, com sua estampa</i>	320
<i>Preliminares de Estatutos da augurada Sociedade dos Homens de Letras</i>	400
<i>Catálogo das obras editas e inéditas do A.</i>	100 <sup>158</sup>

---

Entre as obras inéditas de Oliveira Mendes encontrava-se certamente aquela por que ele hoje é conhecido: o “discurso acadêmico” sobre as doenças dos negros trazidos de África para o Brasil, que concorreu ao programa estabelecido pela Academia e foi premiado em 1793. Outro texto acadêmico, ainda inédito nessa época, era a “Memória sobre o método que se deve observar na extração da tinta do pau brasil, em visível benefício das fábricas do Reino”. O arquivo da Academia das Ciências de Lisboa conserva ainda em manuscrito a “Memória sobre o modo de se conhecer quando os paus do Brasil, que hão de servir para a mastreação das naus e dos navios, se acham perfeitos no seu interior para serem cortados”.<sup>159</sup>

Como era feita a venda de livros na cidade da Bahia? Além da loja da gazeta, aquela que mais anúncios coloca na *Idade d’Ouro do Brasil*, temos notícia de outros dois mercadores de livros: José Paulo Franco Lima, ao Taboão, e Joaquim Geraldês Tavares Cabral, livreiro “atrás da Sé”.

Maria Graham referiu-se a um livreiro da cidade baixa onde os livros eram “extravagantemente caros”. Talvez por isso se estabeleceu em Salvador um sistema de leitura diferente: o aluguel de

livros. Quem não dispunha de meios para os comprar, nem queria pagar a subscrição e a anuidade para ser sócio da Livraria Pública, podia alugá-los na loja da gazeta, pelo menos a partir de 1817, que é o ano em que surge o primeiro anúncio desse sistema.

Na loja da gazeta se alugam livros para lerem. Os de 8º, a 80 Réis cada um, e podê-los-á ter em seu poder 6 dias cada um; e os de 4º a 160, podendo-os ter também 10 dias, deixando na mesma loja os seus importes para se lhe restituir logo que venham os livros, descontando somente o aluguel, com a convenção que, passado o tempo estipulado, ficarão vendidos, sem que paguem o aluguel.<sup>160</sup>

As regras impostas pelo livreiro implicavam a compra obrigatória do livro para os retardatários na entrega. Este sistema era do interesse do leitor quando se tratava de obras caras, como eram as de Medicina ou Direito, mas certamente não interessava aos que liam apenas folhetos baratos, ou novelas.

Não cabe aqui fazer uma análise das obras à venda na cidade, mas alguns comentários têm lugar. Os 100 títulos do “Catálogo de alguns livros que se vendem na loja da gazeta em Santa Bárbara”, em 1814, permitem avaliar aquilo que o comércio de livros considerava capaz de atrair o público leitor da Bahia. O mais difícil é encontrar a classificação das obras mais próxima da taxinomia da época e capaz de dar conta da diversidade de conteúdos. É importante evitar erros de anacronismo. Por exemplo, o livro intitulado *Análise de Álgebra* nada tem que ver com Matemática e sim com a Medicina, uma vez que o algebrista era o profissional que curava fraturas, entorses, etc. Aquela Álgebra, portanto, era entendida como o “exame do corpo humano, suas articulações, fraturas e corrupções”.

Uma novidade neste catálogo da loja da gazeta é a presença de obras que hoje chamaríamos didáticas, como *Carta de sílabas e tabuadas para meninos* e *Cadernos das quatro espécies de contas*.

Nesta rubrica podemos ainda incluir obras de formação, como a *Carta de uma mãe a seus filhos na primeira idade* e mesmo um tratado de civildade destinado à “instrução da mocidade”.

No catálogo ainda predominam as obras de religião (24%), mas estas são apenas livrinhos de devoção para a vida cotidiana, e não grossos tratados de Teologia. As Belas Letras vêm em segundo lugar, com 13%, seguidas pela Medicina (8%). De notar também o peso das obras de moral e civildade (7%). Os restantes títulos distribuem-se pela Filosofia, Direito, Economia Política, História Natural, Matemática, Física, Arquitetura, Arte Militar, Gramáticas, Dicionários, Novelas, História e Educação que inclui as obras didáticas acima referidas.

Devo esclarecer que 9% dos títulos foram incluídos em Diversos, por não se encaixarem em nenhuma das outras classes. Eram os chamados “livros de sortes”, destinados a passatempos de salão; a obra *Bonaparte arguido por sua perfídia*, que pertence aquilo que em outro estudo designei como “ciclo napoleônico” incluindo todas as obras críticas e satíricas relativas a Napoleão; e ainda as obras de José Agostinho de Macedo e as que com estas polemizaram.

Não há dúvida de que a importação de livros para a cidade da Bahia se destinava a cobrir um vasto leque de interesses. De acordo com a classificação da época, as Ciências e as Artes ocupavam no catálogo da loja da gazeta um total de 24%, o mesmo que os livros de devoção e os manuais destinados ao clero reunidos na rubrica Religião. Nas Belas Letras anunciavam-se obras de poesia (Bocage era o poeta preferido), a *Arte Poética* de Horácio, a *Prosódia* de Bento Pereira, ensaios de Retórica e o sempre presente *D. Quixote* de Cervantes. Não há dúvida de que as novelas tinham já conquistado um espaço: temos as *Novelas orientais* em 8 volumes; *Viagens de Henrique Wanthon ao país das monas*, em 6 volumes; e o *Desgraçado napolitano*, “história muito singular”.

Os livros eram importados sobretudo de Lisboa, como podemos ver no seguinte aviso:

Pela galera *Tamaga*, vinda de Lisboa o mês passado, chegou a esta cidade um grande sortimento de livros de todas as classes, os quais se farão públicos por catálogo, dividido em dois números cada semana até se completar todo o alfabeto.<sup>161</sup>

As edições francesas só começaram a aparecer na Bahia com maior frequência depois da paz europeia. Em 1818, por exemplo, a loja da gazeta anunciava 27 títulos franceses para apenas 16 portugueses. (162) Apesar de se tratar de obras caras, em vários tomos, havia sem dúvida uma elite local endinheirada que as comprava quando sabia ler em francês. O importador certamente esperava poder vender por 24\$000 Réis os 31 volumes das obras completas de Condillac. Nota-se um interesse grande pela importação de obras estrangeiras sobre o Brasil: uma *Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810; Voyages dans l'intérieur du Brésil*, dois volumes com estampas por 4\$800 Réis. Um médico ou um cirurgião certamente se tentariam com a *Nosographie Chirurgicale, ou Nouveaux éléments de Pathologie*, em quatro volumes, por 11\$000 Réis.

Baratas eram as novelas, vendidas em brochura entre 160 e 800 Réis, e um pouco mais caras se tinham dois volumes como, por exemplo, *O heroísmo do amor, novelas de Madame de Renneville*, por 960 Réis. Este tipo de literatura quer em Portugal, onde era geralmente traduzido do francês e também do inglês, quer no Brasil, destinava-se sobretudo ao público feminino. Uma dessas novelas intitulava-se mesmo *História georgiana, ou a constância. Novela escrita e oferecida às senhoras portuguesas por uma sua nacional*.<sup>163</sup>

Os títulos das novelas à venda na Bahia eram praticamente os mesmos das vendidas no Rio de Janeiro. Eram mais de 100 títu-

los em circulação que vinham para o Brasil tão logo eram impressas em Lisboa. Assim, por exemplo, *Gonçalo de Córdova, ou a conquista de Granada* saíra dos prelos lisboetas em 1817 e no ano seguinte estava à venda em Salvador.

## A CIRCULAÇÃO DE PERIÓDICOS

Os almanaques costumavam ser publicações anuais mas, em relação à Bahia, só há notícia do almanaque de 1812. Foi posto à venda em dezembro de 1811, ao preço de 1\$000 Réis, mas em novembro já tinha sido anunciado.

Até 20 do mês de dezembro próximo há de sair à luz e pôr-se em venda ao público o almanaque desta cidade e capitania para o ano de 1812. Esta obra de tanto socorro para os nacionais e estrangeiros está excelentemente disposta, motivo por que (assim como pelo da sua novidade neste país) se espera que mereça a aceitação geral. Eis aqui uma idéia sucinta da ordem que se seguiu na sua composição. Está dividida em classes.

Na primeira se compreende o diário eclesiástico, com a indicação das eras e festas mudáveis, as tábuas das horas do nascimento e ocaso do sol, e a das marés calculadas com a possível exatidão, os dias das audiências e os de grande cortejo.

Na segunda se contém as épocas da história portuguesa, a série dos senhores reis e rainhas de Portugal e dos senhores duques de Bragança anotadas curiosamente, o estado presente da augustíssima casa de Portugal e a série dos vice-reis e capitães generais da Bahia, desde que foi elevada a governo.

Na terceira, depois do lugar de respeito de sua excelência o senhor conde general, se segue a corporação eclesiástica, tanto secular como regular, com a notícia da ereção desta cidade em bispado e arcebispado.

Na quarta se menciona o corpo militar, assim o que respeita as Tropas de Linha, como o que pertence às Milícias e as repartições administrativas do exército.

Na quinta se trata da Marinha e suas dependências em geral, a que se junta a lista dos capitães-mores das Ordenanças de toda a capitania.

Na sexta se trata dos tribunais, corporações e pessoas que ocupam os diversos cargos da administração civil.

Na sétima, dos estabelecimentos e pessoas que respeitam ao comércio.

Na oitava, de tudo o que tem relação com a polícia e a beneficência pública.

Na nona, do que toca à instrução pública.

E ultimamente se ajunta o mapa da importação e exportação da Bahia no ano de 1810, comparadas estas com as de 1808 e 1809, e o número de embarcações que entraram e saíram deste porto.

Cada exemplar se venderá encadernado em brochura por 1 000 Réis, mas para aqueles que já assinaram, ou houverem de assinar para a sua compra até 15 de dezembro, custará 960 Réis.

Parece-nos que, balanceado o preço e merecimento do Rio de Janeiro, que se vendeu neste ano por 1\$600 Réis, e olhando à grande despesa que faz e à carestia do papel, não pode haver comodidade maior.<sup>164</sup>

Ao incluir o diário eclesiástico no conteúdo do almanaque, o redator deste levantou um problema, pois os padres da Congregação do Oratório, através do padre Joaquim Dâmaso, influente personagem na Biblioteca Real que dirigia, reclamaram que lhes tinha sido concedido privilégio real para tal publicação “no reino de Portugal e suas conquistas”, privilégio esse confirmado por decreto de 1809. O conde dos Arcos, porém, responsável por ter permitido a impressão, alegou ignorância do decreto.

O *Almanaque para a cidade da Bahia. Ano 1812* saiu com o seguinte preâmbulo:

Aos que lerem

A cidade da Bahia, sendo a segunda do vasto império do Brasil e nas atuais circunstâncias uma das mais interessantes do mundo comerciante, demanda que para a sua crescente população se publique em todos os anos um almanaque ou roteiro civil. Todos reconhecem que semelhantes manuais são de grande socorro para os negócios da vida, assim por indicarem os funcionários públicos e suas atribuições, como por expenderem o sistema da ordem administrativa e as diversas secções dela, em que se geram, ou de que estão pendentes, os negócios dos vassallos. E esta utilidade é sem dúvida de muito maior monta e urgência quando a povoação de que se trata está constituída em centro de um grande número de autoridades de todas as classes. Induzidos nós por estes motivos e levados (seja-nos lícito dizê-lo) de algum amor de novidade, propusemo-nos, a despeito das dificuldades que nos cercam, de coordenarmos um almanaque que, enchendo os fins propostos, se ampliasse de mais com algumas daquelas curiosidades históricas que não poucas vezes convém ter à mão, e de outras de absoluto proveito no correr da vida.

Persuadimo-nos de que o público folgará da tarefa de que nos encarregamos e, posto que puséssemos todo o desvelo no sistema e coordenação da obra, contudo estamos de antemão convencidos de que ela é suscetível de melhoramentos, os quais podem ter lugar na repetição dos anos futuros, bastando-nos no entretanto a satisfação de sermos os primeiros a mostrarmos o caminho.<sup>165</sup>

Esta edição para o ano de 1812, inspirada sem dúvida pela publicação do almanaque do Rio de Janeiro para 1811, não teve contudo seguimento, talvez pelas dificuldades inerentes à compila-

ção dos dados. Mesmo para a sede da Corte só foram publicados almanaques para 1816 e 1817, não tendo chegado até nós outros, se realmente foram publicados. Tratava-se de um tipo de publicação periódica de grande utilidade para a compreensão da complexa máquina administrativa do Antigo Regime, facilitando assim, como é dito no preâmbulo, os negócios dos vassallos.

Na havia lugar na Bahia para mais de um periódico noticioso antes da eclosão do movimento constitucional. *A Idade d'Ouro do Brazil* permaneceu sozinha até 1821, quando os eventos políticos e uma nova mentalidade deram origem a novos periódicos. Em 1811, contudo, foi anunciado um jornal literário, *As Variedades, ou Ensaios Periódicos de Literatura*, cujo prospecto saiu nos finais daquele ano.

Os jornais literários têm sido olhados em todo o tempo como os meios mais eficazes e próprios de derramar os conhecimentos humanos. É por eles que se difundem aquelas luzes que tendem principalmente a inspirar o amor à sã moral e a promover a cultura das Artes e das Ciências, caminhos seguros de tornar os homens úteis, assim para os interesses e harmonia da sociedade em geral, como para a felicidade doméstica, sem a qual os cidadãos viveriam em um estado de recíproca estranheza, senão em guerra.

As Artes e as Ciências, que diariamente dão passos, coadjuvam-se mutuamente pelas relações que os jornais fazem nascer, e as descobertas se facilitam, os costumes se castigam e aperfeiçoam, as maneiras recebem polimento, e a pureza e elegância da linguagem cobra energia e se vulgariza. A nossa cidade, que conta por mui assinalado penhor da régia liberalidade e solícitude do nosso ótimo soberano a graciosa mercê do uso da tipografia, desde a feliz época deste estabelecimento que reclama pela publicação de um periódico literário e a necessidade de segundar o começo dos Liceus e estudos

nela nascentes, parece autorizar, e de alguma forma pôr certo cunho de recomendação, a qualquer empresa que se destine a preencher os indicados fins.

Debaixo deste ponto de vista pois é que se tem formado o plano de uma obra periódica que começará no mês de janeiro de 1812 e que se há de denominar As Variedades, ou Ensaios Periódicos de Literatura.

O redator deseja limitar-se, por ora e especialmente, às Ciências Morais, não só porque elas são os mais sólidos alicerces sobre que descansa o majestoso edificio da felicidade nacional, mas também porque, sendo o seu estudo mais ao alcance de todos, tende diretamente a cimentar o amor à leitura, a cujos atractivos, diz um judicioso escritor, parece que foi assinada a posição que medeia entre os prazeres sensuais e os intellectuais. Reflexões profundas sobre as virtudes sociais e os costumes, algumas novelas de escolhido gosto e moral, extratos de viagens, resumos de história antiga e moderna, nacional ou estrangeira, pedaços de autores clássicos quer em prosa quer em verso, anedotas curiosas, tudo em uma palavra que pode comprehender-se na expressão geral de Literatura, são os materiais de que o redator se há de servir para esta compilação, que pelo correr do tempo se ampliará a alguns ramos dos conhecimentos científicos propriamente ditos.

Se o amor da pátria e o gosto das letras suscitou ao redator a idéia de uma tarefa de tamanho peso, ele espera igualmente que o respeitável público desta cidade, por efeito daqueles sentimentos de patriotismo e de generosidade de que tem dado tão repetidas provas, se prestará a acolhê-la de boa mente, auxiliando e assegurando a sua publicação pela concorrência de um grande número de assinaturas que forneçam o fundo indispensável para a sua impressão, sem cuja antecipada certeza não é possível de empreender, e menos de levar avante semelhantes trabalhos. O preço de cada folheto se fixa em 480

Réis para os assinantes, pagos adiantados de 3 em 3 meses, e para os que o não forem se venderá a 560 Réis.”

O acolhimento do público baiano a este jornal literário deve ter sido bastante frio, pois saíram apenas três números do periódico. O primeiro, anunciado pela gazeta a 11 de fevereiro de 1812, continha os seguintes artigos: “Sobre a felicidade doméstica”, “Da navegação entre os antigos”, “Costumes e usos do México (Extrato da viagem de Mr. Thiery)”, “Instrução militar”, “Brioso desafio”, “Anecdotas e bons ditos” e “Rasgo de esperteza”.<sup>166</sup>

Pouco depois da publicação deste primeiro número, apareceu na gazeta o seguinte aviso:

O redator do periódico denominado *As Variedades*, ou *Ensaios de Literatura* previne o respeitável público desta cidade, e em especial os senhores assinantes que benignamente se têm prestado para a compra do mesmo periódico, que tendo sido atacado de grave enfermidade, que por ora o tolhe da menor aplicação e cuidado literário, há de por tal sofrer alguma demora a publicação dos folhetos pertencentes aos meses de fevereiro e março, que contudo se acham redigidos e acabados. No entretanto que o redator se restabelece completamente, espera ele que o número das assinaturas, até aqui muito limitado, se aumentará consideravelmente, a fim de que se indenize, pelo menos, das despesas da impressão, único meio de assegurar a publicação regular de escritos desta natureza. O redator previne outrossim os senhores assinantes atuais, e os que de novo concorrerem, que se pela continuação do seu impedimento atual, ou por efeito de qualquer outro que possa sobrevir, for obrigado a sobreestar na publicação do periódico, ou a abrir mão da sua empresa, ele fará restituir aos senhores assinantes o que exatamente lhes for devido pelas assinaturas que têm adiantado, na conformidade do prospecto da obra e do aviso inserido no folheto de janeiro.<sup>167</sup>

A demora na publicação foi de sete meses, pois só em fins de julho de 1812 anunciou a gazeta o aparecimento do 2º e 3º folhetos, pertencentes aos meses de fevereiro e março, o que mostra que este jornal literário pretendia ter uma periodicidade mensal. Neste número duplo estavam incluídos os seguintes artigos: “Quadro demonstrativo, ou cronologia da Filosofia Antiga”, “Teoria nova e curiosa sobre a origem dos gregos”, “Das Ciências e das Belas Artes”, “Observações sobre a política”, “Da bondade”, “Da conversação”, “Continuação dos costumes e usos do México (Extrato da viagem de Mr. Thiery), “Doutrinas militares. Necessidade de entrar cedo no serviço”, “Anedotas e bons ditos”.

Quer Hélio Viana, quer Renato Berbert de Castro, inclinam-se para a hipótese de que o redator das *Varietades* foi Diogo Soares da Silva Bivar, que veio remetido de Portugal em 1810 para seguir para o degredo em Moçambique. Ficou preso no Forte de S. Pedro e em setembro de 1812, quando já tinham portanto aparecido os primeiros e únicos números do jornal literário, o conde dos Arcos escrevia a seu respeito que ele era um moço de cerca de 24 anos, “sumamente hábil” pois lera “escritos seus em várias matérias cheias de erudição, compostos no cárcere onde passa a vida lendo e escrevendo”.<sup>168</sup>

É provável portanto que tenha escrito na prisão os artigos do periódico literário, tanto mais que, na advertência ao “Quadro demonstrativo ou Cronologia da Filosofia Antiga”, refere-se à “míngua de socorros literários que é mister haver à mão em semelhantes tarefas”. Ele não os podia ter “pelas difíceis e espinhosas circunstâncias em que se achava”. Ora, se estivesse em liberdade na cidade, certamente poderia consultar a Livraria Pública.

Além desta publicação literária, circulou também a *Folha de Anúncios da Bahia*, cujo prospecto é referido pela *Idade d'Ouro do Brasil* em outubro de 1816, mas teve vida curta e até agora não consegui ver nenhum exemplar deste periódico.<sup>169</sup>

Foi o movimento constitucional que fez surgir outras folhas em 1821. Do *Semanário Cívico* restam números suficientes para termos uma ideia razoável da sua posição política, favorável às Cortes de Lisboa e contrária à independência. Era seu diretor o negociante Joaquim José da Silva Maia. Lemos no seu número de novembro de 1821:

A mais melindrosa e arriscada tarefa de um jornalista é, sem contradição, escrever no meio dos embates das diversas facções que agitam o país onde reside. Por mais moderado e imparcial que escreva, adquire grande número de detratores, porque os diferentes partidos, encarando para os objetos através do microscópio da prevenção, só aprovam o que lisongeia o modo de pensar de sua respectiva facção. Tal é justamente a triste alternativa em que nos achamos. Protestamos perante Deus e os homens que, quando pegamos na pena para redigir esta folha, o fazemos sempre isentos de prevenção, porque só o espírito da mais perfeita imparcialidade dirige as nossas idéias. Apesar disto, somos caluniados, insultados! Mas, como só a verdade é a meta dos nossos escritos, e o sagrado amor da pátria nos inspira uma nobre audácia, continuaremos a escrever, bem persuadidos que os bons e verdadeiros constitucionais nos farão justiça.<sup>170</sup>

Mas na verdade o redator deste periódico entrou, tal como os outros, na polêmica política da independência. Ainda em 1821 surgiu o *Diário Constitucional*, que jamais foi referido pela gazeta pois pertencia à facção contrária, primeiro a favor de D. Pedro e em seguida, da independência. Em 1822 passou a chamar-se simplesmente *O Constitucional*. A gazeta contudo anunciou, em dezembro de 1822, a *Abelha* como devendo sair semanalmente às segundas, quartas e sábados. Este periódico, tal como os outros que se seguem, é hoje muito raro. De todos eles se encontram, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, alguns números. Da *Abelha*, o n° 58,

segunda-feira, 14 de abril de 1823, que analisarei mais adiante quando tratar dos eventos políticos. Do *Analisador Constitucional*, restam apenas dois números, os 13 e 15, de 10 e 23 de agosto de 1822. Quanto ao *Baluarto Constitucional*, temos o n° 1, de 31 de julho de 1822. O n° 2 do *Espreitador Constitucional* não traz data, mas pelo conteúdo se depreende que é de agosto de 1822. Da *Sentinela Bahiense*, tivemos acesso ao n° 4, de 24 de julho de 1822. Um destes periódicos seria redigido por Manuel José da Cruz, como se depreende do seguinte aviso:

Manuel José da Cruz faz público que mudou o dia da publicação da sua folha e que esta sairá às segundas-feiras e não aos sábados. Igualmente adverte os senhores assinantes que pretenderem continuar, poderão dirigir à tipografia seus nomes, moradas e importância de 1\$ 600 (um mil e seiscentos Réis), que o mestre da mesma receberá, a fim de se lhes mandar entregar a folha em sua mesma casa. E aqueles que ainda não têm satisfeito as passadas assinaturas queiram remetê-las. A primeira folha para a nova assinatura sairá a 19 do corrente e as folhas das assinaturas passada se vendem a 40 Réis.<sup>171</sup>

É preciso lembrar aqui que a tipografia da Viúva Serva e Carvalho, às vésperas da independência, imprimia todos os periódicos, fosse qual fosse a sua tendência política. Era um empreendimento comercial e como tal aceitava quaisquer encomendas de impressão.

Antes do movimento constitucional circulavam na Bahia alguns periódicos da Europa. A gazeta ajudou a divulgar o *Investigador Português*, publicando seu prospecto em 1811.

O seguinte prospecto do novo jornal que, segundo a promessa dos redatores, deverá ter aparecido na luz pública desde o mês de julho deste ano, deve excitar a curiosidade e o interesse de todos os habitantes deste novo e vasto império pelas extensas promessas que ali se fa-

zem. Não há ramo científico de que as Artes possam tirar algum proveito, nem classe alguma de pessoas que não utilize na leitura do *Investigador Português em Inglaterra, ou Jornal Literário Político*. Uma promessa específica de consagrar uma parte do folheto periódico à Botânica, Agricultura e Mineralogia é certamente da primeira necessidade em um país onde estas Artes as mais interessantes à vida humana estão ainda no berço e, pode-se dizer, em total descuido. É de esperar que não só os eruditos e proprietários, mas os comerciantes da cidade queiram tomar parte no *Investigador*, que lhes há de retribuir cumuladamente esse benefício.<sup>172</sup>

Já o outro periódico publicado em Londres, o *Correio Brasileiro*, não mereceu referências na *Idade d'Ouro do Brasil*, embora fosse vendido na loja da gazeta, primeiro a 900 Réis e depois a 800. Lia-se também na cidade da Bahia um outro jornal impresso em Londres, o *Microscópio de Verdades*, em 1814. (173) Tal como o *Investigador Português*, o *Jornal de Coimbra* teve o seu prospecto publicado com o seguinte comentário:

Temos recebido aqui alguns jornais literários da Europa e, entre eles, aparece um de Coimbra escrito em muito boa frase e simplicidade portuguesa. Os seus assuntos são todos do maior interesse porque o seu judicioso autor, em vez de se ocupar com sistemas aéreos e metafísicos das escolas peripatéticas, ocupa-se com as novas descobertas que a sagacidade humana, de mistura com a mestra experiência, vai fazendo em todos os ramos da Filosofia. A Medicina, a História Natural, a Química, a Botânica, a Agricultura, etc. não se podem adiantar senão por este teor. Tanta é a nossa sinceridade em elogiar esse jornal na parte física, quanto é a justiça com que o censuramos na parte política porque, ocupando algumas páginas sobre o estado da Europa, apenas resume os periódicos do Reino, os quais são de pouca acei-

tação para quem está acostumado a ler alguns estrangeiros. Contudo nós louvamos e admiramos o zelo dos nossos nacionais pela literatura pois que, nesta época de guerra e de pobreza, estão escrevendo mais e melhor do que o faziam no tempo da paz e da abundância.

‘Os reinos aonde há mais luzes são aqueles aonde tem havido maiores desgraças’, dizia Thomas Raynal, porque a adversidade é a escola dos sábios. Nós transcreveremos o prospecto daquele *Jornal de Coimbra*, não só para honrar a memória do seu autor, como para inspirar a todo o Brasil o gosto por escritos daquela natureza, porque, a falar com lisura, nós estamos muito atrasados sobre a ciência que nos ensina a tirar partido da natureza e da indústria, e a prova deste atrasamento está patente em nossas cidades e nossos campos.<sup>174</sup>

O primeiro jornal literário e científico do Brasil, impresso no Rio de Janeiro, *O Patriota*, mereceu uma série de notícias na gazeta baiana em 1813.

Na Corte do Rio de Janeiro se publicou o prospecto de um novo jornal que tem por título *O Patriota* e compreenderá objetos muito importantes, assim nas Ciências e Literatura como em Política. O redator, que se gloria de haver nascido nesta cidade, espera que os seus patrícios não deixarão de concorrer para aquela interessante obra com memórias ou composições de qualquer gênero que sejam, a fim de desempenhar a árdua empresa a que se abalançou. Espera igualmente que se prestarão à subscrição do mesmo jornal que, atendendo às enormes despesas de que depende a sua publicação, é módica em extremo. O prospecto se vê na loja da gazeta.<sup>175</sup>

Passado pouco tempo voltava a falar em *O Patriota*:

O ardente desejo que nos inflama por ver luzes em todo o gênero espalhadas sobre o Brasil como precursoras da

sua prosperidade nos obriga a congratular cordialmente o autor deste periódico pelo interessante trabalho a que se propõe. E esperamos, maiormente no artigo Agricultura, que ele faça grandes serviços à pátria, que tanto carece desta lição.<sup>176</sup>

Só depois destes elogios é que, finalmente, informou a chegada do primeiro número do periódico e o preço da subscrição semestral (4\$000 Réis) e do número avulso (800 Réis).

Depois do movimento constitucional eram os jornais políticos que atraíam o público e na Bahia circulavam jornais do Rio como *O Espelho* e o *Império*; de Pernambuco como o *Segarrega*; e também de Lisboa como *O Campeão Lisbonense*, o *Astro da Lusitânia*, o *Censor Lusitano*, e ainda a *Borboleta*, do Porto.

## AULAS E COLÉGIOS

Em finais do século XVIII, Luís dos Santos Vilhena referia a aversão que se sentia na cidade da Bahia aos professores e estudantes, tidos como “gente de nenhuma entidade”, sendo os alunos arrancados das aulas, mesmo quando eram aplicados e tinham bom comportamento, a fim de se tornarem soldados.<sup>177</sup> Teria a situação mudado no início do século XIX com a vinda da Corte para o Brasil?

Em relação aos estudantes parece que sim, pois a *Idade d’Ouro do Brazil* noticiou:

Por ordem do governo se lembra e assegura ao público que o # 21 do alvará de 14 de fevereiro de 1764 está em perfeito vigor e que, em sua observância, o presente recrutamento não contende com os que seguirem as escolas com aplicação e aproveitamento, o que deve constar por atestações dos respectivos professores, para que não aconteça que a simples matrícula nas aulas usurpe o privilégio que a lei unicamente concede ao verdadeiro

estudo, evitando-se assim ao mesmo tempo que fiquem vadios e vivendo na ociosidade, com prejuízo público, vassallos de que a defesa destes Estados necessita.

N.B. Esta segurança da parte do governo para os neófitos da Literatura é uma providência conexas com o estabelecimento de uma Livraria Pública, de uma tipografia, de um seminário eclesiástico e de tantas Aulas de diferentes Artes, etc., que a munificência de S. A. R. tem liberalizado ao povo desta cidade e de toda a capitania.<sup>178</sup>

O ambiente cultural efetivamente mudara, quer quantitativa quer qualitativamente, seja no que se refere às Aulas Régias, gratuitas, seja nas instituições particulares que começaram então a surgir. O *Almanaque para a cidade da Bahia. Ano de 1812* revela um aumento substancial de aulas de primeiras letras: na cidade passaram de 3 para 7, e nas vilas da capitania aumentaram de 15 para 20. Depois, ao longo dos anos, essas aulas de aprender a ler, escrever e contar foram sendo criadas em várias localidades, aparecendo 19 novas aulas de primeiras letras. Por outro lado, vários indivíduos se ofereciam na gazeta para ensinar particularmente este primeiro grau do ensino, e mesmo gratuitamente.

O lente da Aula de Comércio desta praça, levado pelo zelo que tem pela instrução da mocidade, se oferece gratuitamente para lhe ensinar a ler, escrever e contar pelo método ordinário e o idioma francês, como preparatórios para se compreender as lições que é obrigado a ditar. E além disso admitirá quatro assistentes pobres, a quem fornecerá uma medíocre subsistência, mostrando eles terem boa morigeração.<sup>179</sup>

A Aula de Comércio era obrigatória para aqueles que pretendiam seguir a profissão de caixeiro de algum negociante e este professor pretendia assim, com as aulas gratuitas, aumentar o número daqueles que teriam condições para frequentar a sua classe.

Se seguirmos na gazeta uma série de anúncios colocados por um professor particular, notaremos que houve um progresso ao longo de três anos: começou por dar aulas em casa dos alunos num subúrbio; depois passou a receber internos em sua casa; e finalmente mudou-se para Salvador, onde alargou sua clientela com alunos noturnos.

José Antônio de Azevedo, morador no sítio de Nazaré, casas de Joaquim Francisco Ferreira, se oferece ao público para dar lições por casas particulares de ler, escrever, contar, nas horas que se convencionarem.

José Antônio de Azevedo, com aulas de primeiras letras no sítio da Nazaré, casas de Joaquim Francisco Ferreira, se oferece ao público para ter em sua casa porcionistas, e pagarão 7 200 Réis por mês adiantadamente, e não levarão nada mais que sua cama e roupa.

José Antônio de Azevedo e Vasconcelos, com aula de primeiras letras na rua das portas do Carmo, casas do juiz dos Órfãos Francisco Carneiro, tendo em vista a necessidade que algumas pessoas têm de se aplicarem à escrita e à aritmética e que, pelas suas aplicações ou tráficos, o não podem fazer, estabelece na mesma aula lições noturnas que principiarão logo ao anoitecer, não excederão das 9 horas, e fixa o número de alunos em 20, e não aceitará mais até que vague algum, e pagarão mensalmente 2 000 Réis.<sup>180</sup>

Para poder ensinar particularmente, ou abrir uma aula, era necessário obter uma licença do governo, em geral sempre concedida depois que o requerente passava por um exame, como se pode ver pelo seguinte exemplo, já depois da eclosão do movimento constitucional que nada mudou inicialmente em relação ao ensino.

Joaquim Simplício Ferreira Rocha, chegado de Lisboa (sua pátria) a esta cidade em o ano próximo passado, estando naquele momento sem professor a aula de Lucas

Maria Xavier Leal pelo relevante e constante motivo que o levou a estranhos países, ele Rocha ensinou nesta aula primeiras letras, gramática portuguesa e aritmética explicativa com tal zelo que mereceu a aprovação dos pais, ou tutores, que lhe confiaram os seus menores e estes encontraram neste mestre um substituto que lhes mereceu alguma confiança. Regressou o benemérito professor Leal a esta cidade e à sua aula e, querendo J. S. F. Rocha continuar a carreira que lhe tem grangeado tantos elogios, e de mais instado para isso, requereu ao governo anterior para pôr uma aula em que ensinasse as matérias referidas. O governo o mandou examinar na presença do desembargador juiz de fora do Cível desta cidade e seu escrivão e por dois hábeis professores interrogado, e depois de ser plenamente aprovado, depois de um solene juramento à exação dos seus deveres dado na presença do Governo Provisional desta cidade, depois deste lhe conferir licença por um provimento concebido nos termos os mais honrosos, faz hoje ciente que, não se poupando a grandes fadigas e despesas (como é visível) na casa que faz frente ao cruzeiro do largo do convento de S. Francisco e quina à rua do Maciel, tem a mais decente aula onde seus discípulos encontram aquele zelo e amizade que tanto o tem caracterizado, e tão necessário a um mestre para fazer parecer mais suave a um menino a penível ocupação do estudo.<sup>181</sup>

Mais tarde, um decreto de 30 de junho de 1821 permitiu a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escolas de primeiras letras, independentemente de exame ou licença. O objetivo era facilitar a abertura de aulas de ensino básico, dado que a instrução constituía um elemento importante no credo político da época. Assim, o mesmo José Antônio de Azevedo e Vasconcelos, acima referido, em 1823, em plena luta pela independência, ofereceu aulas gratuitas aos filhos dos oficiais que lutavam contra os separatistas.

O bacharel José Antônio de Azevedo e Vasconcelos, oriundo de Lisboa, diretor da Aula Constitucional de primeiras letras, na rua Direita das Portas do Carmo, desejando mostrar o afeto que tem aos seus compatriotas, oferece aos ilustríssimos senhores oficiais dos Batalhões ora destacados nesta praça que tiverem filhos e os que com todo o desvelo, igual ao que, em 12 anos que se acha nesta cidade, tem praticado com os imensos alunos de um e outro sexo que tem educado, tanto na qualidade de pensionistas como no de ouvintes de fora, e nas casas particulares onde, ainda hoje, continua a dar lições nas horas vagas com boa aceitação que do público tem merecido. A mesma oferta faz aos ilustríssimos senhores beneméritos oficiais do leal e constitucional corpo de Cavalaria, que tantos louvores merecem.<sup>182</sup>

As tensões da situação política é que, provavelmente, levaram um outro professor a preocupar-se com o ensino da tática militar aos meninos que aprendiam as primeiras letras, o que provocou as críticas do periódico *O Espreitor Constitucional*. O mestre resolveu então escrever a seguinte justificação para ser publicada na gazeta.

Senhor editor da *Idade d'Ouro*

Pondo-se em concurso a cadeira régia de primeiras letras da freguesia de S. Pedro Velho desta cidade, fui eu um dos opositores que, pelos meus exames, tive a honra de ser provido na dita cadeira, tomando posse dela no 1º de agosto e, pondo em prática o novo método de pronúnciação e leitura da linguagem portuguesa para o uso das escolas particulares do exército oferecido a el-rei o senhor D. João VI pelo diretor da escola geral, o bacharel formado João Crisóstomo do Couto e Melo, relativamente à nomenclatura do alfabeto português, tenho observado grande adiantamento, principalmente naquelles meninos que comigo de então principiaram, de sorte

que em 4 meses se acham lendo com facilidade e já escrevendo todos os caracteres, o que nunca experimentei em mais de 10 anos de ensino particular. Assim como, lembrando-me que todo o homem deve aprender tudo quanto for de utilidade a si e à sociedade, tenho-me prestado, visto não ser crime, a ensinar aos meninos (sem estorvar o tempo de aprenderem o que é de obrigação, até mesmo para o bom regime da aula) a tática militar só no que diz respeito às regras gerais e mais direções para o ensino da primeira classe, que consta de 7 lições: a 1<sup>a</sup> a postura e firmeza de corpo como a de um soldado sem arma, voltar a cabeça à direita e à esquerda; 2<sup>a</sup> e à esquerda e meia volta à direita; 3<sup>a</sup> os primeiros princípios da marcha em linha reta à direita; 4<sup>a</sup> os princípios da marcha oblíqua; 5<sup>a</sup> marcha pelos flancos; 6<sup>a</sup> alinhar-se; e 7<sup>a</sup> os princípios de conversões. Persuadindo-me de que fazia um bem à mocidade ensinando-lhes em meninos (quando tudo se aprende bem) com brandura e facilidade aquilo mesmo que algum dia serão obrigados a aprenderem com o rigor de um austero instrutor militar, e que mereceria algum louvor. Pelo contrário, o redator do *Espreitador* murmurou, na sua folha n<sup>o</sup> 14, do meu proceder, mas como me parece que má informação o obrigou a obrar assim, formando-me uma suspeita bem alheia do meu gênio, fico firme em marchar da mesma forma até que seja eu repreendido por pessoa de conhecida erudição, ou pelas autoridades que sobre mim vigiam, a quem desde já peço a correção do que levo dito. Assim como a V.m. o favor (achando ser de utilidade o expendido), com melhores expressões do que eu, fazer conhecer ao dito redator que é muito melhor aprenderem os meninos sem custo aquilo mesmo que lhe será necessário aprender com violência, bem como recomenda o grande Buchan, no seu Tratado de Medicina, quando fala dos meninos no tomo 1<sup>o</sup>, p. 48 e 49, assim como inserir na sua folha esta carta, para que o público conheça a

razão do meu proceder, de que lhe ficará assaz obrigado quem deseja acertar.

Seu muito venerador  
Lázaro Martins da Costa <sup>183</sup>

Por esta justificação se percebe que, depois do movimento constitucional, havia pouca vigilância sobre os mestres e a forma como eles ensinavam os seus discípulos, sendo necessária a intervenção de um periódico para chamar a atenção para uma prática pedagógica no mínimo inusitada.

Algumas instituições na Bahia se preocupavam com os meninos pobres e também com os órfãos, mas o número de crianças atendidas era muito reduzido, como se pode ver pela seguinte notícia.

O seminário de Belém, em outro tempo célebre pela educação que os jesuítas nele davam à mocidade, foi destinado para educação de meninos pobres, por uma carta régia concedida a requerimento de Joaquim de Santa Ana. Em consequência desta régia liberalidade, o desembargador juiz de fora da Cachoeira fez entrar de posse do seminário ao sobredito Joaquim de Santa Ana, no 1º de novembro do corrente ano. E no dia 16 entraram 6 meninos com o competente hábito, que por ora só aprendem primeiras letras. Faz-se este anúncio aos virtuosos habitantes desta província, de cuja generosidade depende em grande parte a perfeição deste interessantíssimo estabelecimento.<sup>184</sup>

A notícia nada diz acerca do financiamento inicial para que o seminário funcionasse, mas revela que se esperavam contribuições dos habitantes da capitania. No ano seguinte, em 1818, os negociantes da Bahia quiseram comemorar a aclamação de D. João VI contribuindo para melhorar o seminário de meninos órfãos de S. José. A gazeta não só comentou esta decisão como transcreveu a representação dirigida pelos negociantes ao governador, conde de Palma.

Ilmo e Exmo. Senhor. Os negociantes abaixo assinados, sendo nomeados pelo corpo do comércio para diretores das públicas demonstrações de regozijo que a classe dos mesmos negociantes desejava fazer em comemoração da feliz e gloriosa aclamação d'el-rei nosso senhor, cuidaram imediatamente de solicitar por meio de uma subscrição os fundos necessários para desempenhar tão distinta e honrosa comissão e, devendo agora apresentar o projeto e plano da festa, são de opinião (de acordo com todos os negociantes da praça) que nenhum pode ser tão agradável a S. Majestade, nem mais conforme às suas paternais e piedosas intenções, do que aquela que tiver por objeto prestar socorro físico e moral aos infelizes. E como S. Majestade, pelo régio aviso de 17 de outubro de 1803, já manifestou a sua alta vontade de proteger e melhorar o seminário dos Órfãos desta cidade, que se acha no mais deplorável estado, lembram os suplicantes que, tirando da subscrição a quantia necessária para as despesas de um *Te Deum* em ação de graças pelo sagrado motivo da coroação, todo o excedente seja aplicado a benefício dos mesmos órfãos. E porquanto da colocação dos fundos, administração das rendas e exatidão dos Estatutos pende inteiramente o pronto estabelecimento do seminário e sua futura prosperidade, vêm os suplicantes mui submissamente apresentar a V.Exa. esta lembrança, esperando da piedade e profundo saber que ornaram o coração e o espírito de V.Exa. que se digne concorrer para estabelecimento tão útil, encarregando-se V.Exa. de fazer os Estatutos e pedir a real aprovação com aquelas graças e providências que parecerem mais próprias para consolidar este monumento que o nosso amor e fidelidade pretende erigir pela coroação do melhor dos reis. E. R. Mce.

Antônio Vaz de Carvalho, Francisco Alves Guimarães, José Alves da Cruz Rios, José Antônio Rodrigues Viana.<sup>185</sup>

O governador, conde de Palma, aprovou a oferta e encaminhou-a ao Rio de Janeiro. A 23 de julho de 1818, Tomás Antônio de Vila Nova Portugal encarregava o governador da regeneração daquela casa pia e da organização dos seus Estatutos, revogando a carta régia de 29 de dezembro de 1808 que entregara a administração daquele seminário de S. José ao arcebispado. Durante esse período, a instituição ensinava aos 24 alunos as primeiras letras, gramática latina e música e aceitava porcionistas que em 1811 eram 5, pagando anualmente cada um 120\$000. Depois desta fase é que a instituição caíra em decadência, segundo os negociantes.

Pela “Relação das pessoas que têm entregue as quantias com que subscreveram em favor dos órfãos, e delas fez entrega na Caixa de Desconto José Antônio Rodrigues Viana, conforme determinação do excelentíssimo senhor conde de Palma”, se vê que a soma se elevava a 13:150\$000 Réis em dezembro de 1818. Em fevereiro de 1819, essa contribuição chegara a um total de 22:371\$000 e em abril desse mesmo ano atingira 30:041\$779, o que demonstra o grande interesse que os negociantes tinham nesta instituição.

Além das aulas particulares e das instituições destinadas a crianças desprotegidas, surgiram em Salvador os primeiros colégios. O mais antigo da cidade era o Colégio da Boa Sorte, que estava já em pleno funcionamento em 1811 e que mandou imprimir um plano para os exames públicos que infelizmente não chegou até nós. De qualquer modo, os exames foram amplamente divulgados na gazeta. Estabelecido junto ao Passeio Público, era dirigido por José Antônio Lopes, que ensinava francês, história, geografia e tradução inglesa. Havia ainda um mestre de latim e mitologia, outro de pronúncia inglesa e aritmética, um de escrita e outro de dança.

Segundo o *Almanaque para a cidade da Bahia. Ano de 1812*, eram 39 os porcionistas e podiam ainda ser recebidos mais, pagando cada um mensalmente 12\$800 Réis. O autor elogiava “a decência, polimento de maneiras e instrução em que se habilitam os porcionistas”. Pela notícia dos exames na gazeta percebe-se que este colégio era frequentado pelos filhos dos principais funcionários públicos.

Os porcionistas do Colégio da Boa Sorte fizeram exames públicos nas sucessivas tardes de 6, 7 e 8 do corrente. O excelentíssimo senhor conde governador não só honrou com a sua presença aqueles atos literários, como também se dignou interrogar os porcionistas. E mostrou a mais viva complacência ao ver a presença de espírito e prontidão de memória com que eles respondiam aos principais quesitos de História e a qualquer problema de Geografia. Concorreu ali uma assembléia luzida das mais distintas pessoas desta cidade, tanto pela sua representação como por suas luzes e amor à literatura, e todos se comprazeram e admiraram de contemplar os progressos do espírito naquela delicada porção da humanidade que faz a doce esperança da pátria. Os pais viram com prazer que só eles sabem o novo ser e nova vida que a instrução tem dado aos ricos penhores da sua ternura. E o professor do colégio (que nasceu para aquela empresa) mostrou à censura pública a honra e habilidade rara com que tem desempenhado a sagrada obrigação de que se quis incumbir, dispondo e preparando com seus desvelos o coração e o espírito daqueles meninos, que hão de ser os nossos sucessores em todo gênero de empregos e que hão de abençoar as cinzas de seus pais e preceptores quando conhecerem na prática da vida o imenso bem que se lhes está fazendo agora.

A Bahia nunca teve uma casa de instrução tão bem organizada e dirigida. Ali orna-se o entendimento de conhe-

cimentos necessários sem pedanterias escolásticas, e forma-se o coração para as virtudes sociais e religiosas sem as momices da superstição e fanatismo, condenadas por J. C. aos fariseus e renovadas em séculos escuros por ignorantes devotos. Todos os que assistiram aqueles exames são testemunhos desta verdade.

Ao exame de Geografia e História seguiu-se com igual desempenho o exame de Aritmética, das línguas vivas e da latina, e foram condecorados com uma medalha por mão do excelentíssimo senhor conde governador os seguintes porcionistas que mais se distinguiram:

6<sup>a</sup> classe – Osório, filho do desembargador Antônio José Osório de Pina Leite, em Latim, Aritmética, Geografia, História, Inglês e Francês. Azevedo, filho de João José da Silva e Azevedo, no mesmo. O comendador Francisco José de Matos, no mesmo. Pereira, filho de José Antônio, no mesmo. Dória, filho do coronel Antônio Furtuoso de Meneses Dória, em tudo menos Latim. Libânio, filho de Marcelino Antônio de Sousa, em História, Geografia, e no Francês e Latim pouco.

5<sup>a</sup> classe – Miguel José Maria, filho de José Joaquim de Teive e Argolo, em Geografia, Francês e Latim pouco.

4<sup>a</sup> classe – Barreto, filho do juiz dos Órfãos Joaquim Anselmo, em Geografia e Francês. Luís Pinto Garcez em Geografia, e Francês pouco. Joaquim Antônio Viana, em Geografia e Francês.

3<sup>a</sup> classe – Luís Bettencourt, em Geografia, Francês, e Latim pouco.

Os mais ficaram aprovados e, atendida a sua idade e tempo do colégio, são dignos de todo o louvor.<sup>186</sup>

Em fins de 1813, o Colégio da Boa Sorte passou a ter um concorrente: o Colégio Baiense, situado no Terreiro de Jesus, que fez imprimir seu plano para ser distribuído gratuitamente. Este pla-

no não chegou até nós, mas pelos sucessivos avisos na gazeta ficamos sabendo alguma coisa do funcionamento dessa instituição.

O diretor do Colégio Baiense, tendo chegado à sua notícia que algumas pessoas entram em dúvida no seu plano, no artigo que trata dos estudantes de fora para primeiras letras 1 200 Réis, e para os mais estudos 4\$000, deve entender-se que estes quatro mil Réis são para tudo que se ensina no Colégio, mas o que quiser só v.g. Gramática Latina 1\$600 por mês, Inglês só 1\$600, Francês só 1\$600, etc. e, se ainda esta explicação não bastar, quem tiver alguma outra dúvida dirija-se ao mesmo colégio. Adverte que a língua inglesa e francesa se ensina pelos princípios, como no próprio país.<sup>187</sup>

Mais tarde acrescentou uma outra disciplina, sem por esta cobrar coisa alguma aos alunos já inscritos nas demais áreas.

No Colégio Baiense se ensina Filosofia todos os dias de tarde pelo P. M. Fr. Domingos das Dores. Os colegiais nada mais pagarão por esta ciência, pois a sua mesada é para tudo quanto até aqui se ensina no mesmo colégio, e os que quiserem vir de fora pagarão mensalmente 4\$ 000 Réis, e quem tiver alguma dúvida dirija-se ao mesmo colégio. (188)

Esta instituição de ensino deve ter tido sucesso e angariado muitos alunos, pois passado pouco tempo, no mesmo ano de 1814, era colocado um anúncio procurando uma casa grande para alugar. E efetivamente o colégio mudou de local e de regras.

O diretor do Colégio Baiense, para melhor comodidade de seus alunos, passou a trasladar seu colégio para o sítio de Nazaré, casas do tenente coronel Manuel José Vilela, onde a amenidade do sítio, a salubridade do ar e amplitude do edifício dá grande comodidade para maior número de colegiais. E, tendo tomado novas medidas mais

acomodadas ao país, estabelece que os seus colegiais não pagarão entrada alguma, e em cada mês de pensão adiantado os de primeiras letras e aritmética 10\$000 Réis e os de mais estudos 12\$000 Réis, e o colégio fornece de todo o necessário para a escrita e livros de princípios, e não levarão mais que sua cama e roupa. E os que não pernoitam no colégio pagarão conforme o que quiserem aprender, isto com toda a comodidade. Os professores que atualmente têm exercício no colégio são: um de primeiras letras e gramática portuguesa, um de gramática latina, um de aritmética prática e teórica em português, em francês e em inglês, um de língua francesa, um de inglesa, um de dança, professores justos para terem seus exercícios logo que haja alunos para eles, um de filosofia e matemática, que é o reverendo bacharel José Cardoso Pereira de Melo, presbítero secular, um de música, etc. Em breve haverá mais professores.<sup>188</sup>

Aquele que viria a ser, em 1821, um dos redatores do *Diário Constitucional*, Eusébio Vanério, dirigia, já em 1813, uma casa de educação com características especiais: promovia reuniões de pais e mestres para discutirem os problemas referentes ao ensino e não excluía o sexo feminino da instrução que ministrava.

Eusébio Vanério, diretor da Aula *Desejo da Ciência*, sita na Barroquinha, em consequência de novos arranjos feitos na casa de sua residência, faz ciente ao respeitante público que se oferece para ter em sua casa porcionistas de ambos os sexos e educá-los conforme todos os preceitos, religiosos, morais e políticos. Que lhes fará aprender a ler, escrever, aritmética prática e teórica por Bezout, gramática portuguesa uma vez que leiam sofrivelmente; comércio, segundo se ensinava em Lisboa na Aula dele, logo que escrevam cursivo com algum desembaraço e tenham conhecimentos aritméticos até proporções; francês, inglês, latim, havendo pelo menos 12 alunos que o

aprendam; princípios de música e cravo e, além disto, para as meninas costura, bordar de tear, meia e flores artificiais. Pagarão 12\$000 por mês, adiantadamente, e será a casa obrigada a suprir com todos os preparos de escrever e livros de princípios, e não será preciso levar mais que a sua cama e roupa. Não poderão aprender línguas estrangeiras sem ter conhecimentos gramaticais da nativa, lê-la e escrevê-la sofrivelmente, nem tão pouco estudar duas ou mais em concorrência, porque isto só será para aperfeiçoar primeiras letras, aritmética, comércio e música por não exigir trabalho de memória e ser tudo praticamente. Havendo conhecimentos médios em qualquer idioma, poderão passar a outro, continuando então em certos dias na recordação do primeiro, a fim de que as regras de um lhe não confundam ao do outro e fiquem no desconhecimento de todas. Haverá de quatro em quatro meses um dia apazado no qual se juntarão todos os pais, ou tutores, dos porcionistas ali existentes que quiserem, por si ou por pessoas inteligentes que consigo levem poderão examinar o progresso dos seus pupilos. Dar-se-lhe-á conta da sua conduta e de todo o tratamento que os mesmos receberem diariamente, fazendo-lhes ver que se procuram todos os modos e maneiras de desempenhar a obrigação a que se compromete.<sup>190</sup>

Nesta casa de educação havia portanto uma parte do ensino destinada aos meninos e outra às meninas e, embora no anúncio isso não seja claramente dito, elas apenas recebiam, além das disciplinas comuns aos dois sexos, aulas especiais de algumas prendas femininas, como bordar, fazer meia ou flores artificiais. Mas já uma inglesa tinha aberto, em 1813, um colégio exclusivamente feminino, cujo plano correu também impresso.

Esta instituição provocou a seguinte exclamação do redator da gazeta: “Queira o Céu que tal estabelecimento prospere e que a civilização e as luzes sejam o ornato do sexo que faz as delícias da vida!”<sup>191</sup>

Neste Colégio de Educação de Meninas o ensino incidia no estudo da língua inglesa mas, tão logo houvesse número suficiente de alunas, a diretora prometia aulas de música e de dança.<sup>192</sup>

Talvez o sistema britânico de educação feminina fosse demasiado rigoroso para o estilo de vida baiano pois, passado pouco tempo de instalado o colégio, a diretora avisava:

A diretora do novo Colégio de Educação de Meninas despediu três educandas de fora pelo motivo de seu pai, no fim do mês, mandar 1\$280 por cada uma, devendo ser 1\$600, na conformidade do plano estabelecido, como também o demorá-las no dito colégio até à uma e duas horas da tarde, e na mesma até à noite, fazendo por esta causa inverter a regularidade das horas de mesa e merenda, etc., e por esta razão a sobredita diretora lhe fez pronta entrega da quantia de 4\$000 Réis que tinha recebido para a compra de três cadeiras para uso das mesmas educandas. Faz-se este aviso público para que todos os senhores que quiserem fazer entrar suas filhas no mesmo colégio venham no conhecimento de que ali só se deseja a boa ordem e regularidade, e que se não pretende faltar a um só artigo do plano para isto estabelecido.<sup>193</sup>

Num ponto, pelo menos, a inglesa se adaptou aos costumes baianos: as colegiais podiam levar suas escravas para as servirem, desde que fossem pagos mensalmente 3\$200 Réis para sua sustentação. (194) E isto apesar de não se tratar de um internato com porcionistas, como os demais colégios, e sim de uma instituição que só recebia as alunas durante meio dia, como se depreende do aviso acima.

Em 1819, uma senhora francesa ensinava meninas a ler, escrever, contar e costurar e, querendo, a falar e a escrever em francês. Raros foram os mestres que se ofereceram para ensinar meninas em suas casas, talvez porque os pais preferissem entregar a

educação das filhas a senhoras, e ao que parece só as estrangeiras se dedicavam a esta atividade, ou a eclesiásticos em quem depositavam confiança.

Quem não dispunha de meios para montar uma aula ou um colégio, limitava-se a dar suas lições em casa dos alunos. Muitos estrangeiros assim o fizeram, e também alguns nacionais.

O reverendo padre fr. João Prendergast, que foi professor de língua inglesa, escrita, aritmética e geografia no Colégio do Corpo Santo em Lisboa por mais de três anos, tendo chegado a esta cidade, tem a honra de oferecer-se ao público para ensinar as ditas artes mas, não tendo ainda meios de pôr aula pública, ele se propõe a ensinar particularmente a quem o convidar para esse fim. Assiste no mosteiro de S. Bento.<sup>195</sup>

Não faltavam professores de música na cidade da Bahia, predominando entre eles os italianos. Ensinava-se música vocal, música prática e teórica, piano forte, e nota-se nos avisos da gazeta que este grupo dava aulas como meio de complementar seus proventos.

Pedro Lo Tardi, compositor de música, mestre do Real Teatro de S. M. el-rei de Sardenha, chegado a esta cidade e morador na casa do *Leão de Ouro*, faz ciente ao público que ele dá lições de música vocal, de piano e de língua italiana, como também compõe e vende música dos melhores autores de todas as qualidades.<sup>196</sup>

Era também italiano o mestre de dança que anunciava em 1817:

Francisco Tago, de nação italiana, e mestre de dança que foi da Real Família de SS. MM. sicilianas, tendo proximamente chegado a esta cidade, faz ciente ao respeitável público que ensina todas as danças em uso nesta cidade pelos seus verdadeiros princípios, com o melhor garbo e último gosto, ou seja na casa de sua morada na

rua Direita de Palácio, n<sup>o</sup> 47, defronte da porta travessa do Palácio, ou em colégios, escolas, ou casas particulares, em que já tem alguns discípulos de ambos os sexos. E na do professor de primeiras letras Luís Gomes Tourinho da Silva, ao subir a ladeira de Santa Teresa, de quem se pode ter informações.<sup>197</sup>

Além das aulas régias, das aulas e colégios particulares e dos professores que iam a casa dos alunos, na cidade da Bahia havia um outro tipo de ensino, destinado aos futuros eclesiásticos, que muito tardiamente começou a funcionar naquela que era a sede do arcebispado. A carta régia de 5 de abril de 1811 permitiu a criação de um seminário para aqueles que escolhessem a carreira eclesiástica, mas só em 1815 o redator noticiou a sua abertura.

O exmo e m<sup>o</sup> senhor arcebispo eleito desta metrópole, desde a sua feliz chegada a esta cidade, tem trabalhado na reforma do seu clero e na disciplina diocesana. Para este fim tem empregado os eclesiásticos de melhor nota naqueles objetos que são mais análogos aos seus talentos e gênio porque, ainda que o espírito do Senhor seja em todos o mesmo, são contudo diferentes os dons para os diferentes ministérios. Não sendo, porém, possível melhorar a condição dos homens sem lhes esclarecer o entendimento (porque a verdade é a precursora da virtude), o mesmo exmo e m<sup>o</sup> senhor acaba de fundar nesta cidade um seminário eclesiástico, debaixo da proteção e beneficência de S. A. R. o príncipe regente nosso senhor, que sempre está pronto a concorrer para a ilustração de seus vassallos.

A casa do seminário é amplíssima e majestosa. Os professores régios de Latim, Retórica e Filosofia vão ditar ali as suas lições. Os seminaristas, sustentados à custa da casa, são 10 e em janeiro do ano seguinte há de abrir-se a cadeira de Teologia Dogmática e Moral.

Por este modo patenteia a sabedoria as suas fontes e não poderão os eclesiásticos queixar-se de falta de meios para adquirir os conhecimentos próprios do seu estado. A ignorância em um sacerdote é um pecado horrendo e, quando os príncipes lhes concederam certas imunidades e isenções, foi para lhes dar tempo de estudar para a instrução do povo.

Que desgraça não é (diz o abade Ducreux no prefácio dos *Séculos cristãos*) ver qualquer secular instruído nos argumentos de Bayle e de Spinoza embarçando um sacerdote que nada pode responder porque não sabe os fundamentos da religião, de que ele é oráculo e ministro?<sup>198</sup>

Na cidade da Bahia, além da Aula do Comércio destinada a profissionais (caixeiros e negociantes), houve uma Academia Médico-Cirúrgica, mas ela não teve relevo na gazeta, que apenas anunciava esporadicamente os resultados dos exames.

## AS CIÊNCIAS E AS ARTES

A propósito do livro de John Mawe, teceu o redator algumas considerações sobre o ramo do saber considerado o mais útil ao Brasil: a agricultura. Embora a carta régia de 25 de junho de 1812 tenha criado em Salvador um curso de agricultura, os efeitos de tal medida ainda não se tinham feito sentir nessa área dominada pelo espírito rotineiro.

Mr. Mawe, que acaba de escrever em Londres a sua viagem no interior do Brasil, lamenta com muita razão a nossa ignorância neste ramo (agricultura), ou para melhor dizer, neste tronco da fortuna e da glória nacional, e diz que o paraíso de Éden está coberto de abrolhos debaixo dos nossos pés. Qual é, pois, o remédio a este mal senão dissipar a cegueira e estimular a frouxidão dos povos por meio de repetidos escritos que lhes mostrem o

seu verdadeiro interesse? Desengane-se o mundo de que a sua infelicidade é sempre filha da ignorância. E enquanto se não amarem e cultivarem as ciências, não temos que esperar senão desgraças. Os habitantes do Brasil (diz o autor da sobredita viagem) são às vezes agradáveis na sua conversação, porém ela é quase sempre superficial e nada tem de instrutiva; desde S. Paulo até o Rio de Janeiro apenas achei um lavrador (Manuel José Pereira, natural dos Açores) que sabia um pouco a ciência campestre, e os mais, aliás muito hospitaleiros e afáveis, apenas tiram o dízimo das vantagens que a Natureza lhes oferece.

Confessemos modestamente que nós merecemos esta saudável censura, e nós seríamos sumamente felizes, se conhecessemos os nossos bens, como diz Horácio. O que o nosso Camões aplicou muito a propósito a um lavrador desgraçado: ‘Fortunas contarias cento a cento/ Se conhecesses teu contentamento’.

Os romanos sentiam tal amor e entusiasmo pela agricultura que os maiores oradores e poetas faziam dela o assunto da sua eloquência, como se vê em Cícero *De re rustica* e em Virgílio nas *Geórgicas*. Os jesuítas nas suas missões faziam da agricultura assunto de muitos sermões sagrados, maiormente quando se encontravam aqueles Evangelhos em que o Salvador, como agricultor e pastor, se inculcava aos povos, e não foi certamente por este motivo que eles se fizeram dignos de censura.

Permita a sorte que se introduza no Brasil o gosto de ler até aos últimos camponeses e que os homens instruídos não tenham preguiça de escrever sobre as matérias da primeira necessidade, como fez o judicioso autor do *Jornal de Coimbra*. Nem os faça esmorecer a mordacidade daqueles que, por força de gênio, estão dispostos a desdenhar de tudo. Essas cigarras arrebentará por si mesmas e os escritores devem, com todo o sangue frio e

soberano desprezo, aplicar-lhes aqueles dois versinhos do nosso Filinto, ‘Importunas gralhas grasnam/ À ave olímpica de Jove’. Bem sabemos que o critério tem seu lugar, mas é preciso que seja feito imparcialmente por quem é versado na matéria de que se trata. Aliás nós perguntamos aos críticos de tal ou qual periódico: ‘Meus senhores, quais são os melhores periódicos que costumais ler? Quais são os melhores autores que tratam de tal ou qual matéria?’ E se eles não respondem a este quesito, melhor é que vivam calados e que se lembrem daquele provérbio de Salomão, ‘Se o tolo se calar, há de parecer sábio algumas vezes’, e se falar há de mostrar o que é.<sup>199</sup>

Para poder contribuir para a divulgação do saber agrícola, o redator da *Idade d’Ouro do Brazil* contava principalmente com as cartas e informações fornecidas por aqueles que estavam, de uma maneira ou de outra, inovando nas práticas de agricultura em seus engenhos ou fazendas. E assim comentou o relato do coronel Manuel de Lima Pereira, senhor de vários engenhos de açúcar nos termos das vilas de Cachoeira e S. Francisco. Este mandara vir de Minas Gerais umas canas “de extraordinária grandeza” em 1811 e, no ano seguinte, já podia comunicar os resultados obtidos, provocando o comentário do redator:

Sendo a agricultura o único manancial de riqueza deste país, nós não perdemos ocasião de olhar para este vasto objeto e de estimularmos os nossos compatriotas para se esmerarem na perfeição deste ramo que ainda está um pouco murcho neste terreno, comparativamente a outros sítios da América setentrional. Para este fim fazemos saber ao público que recebemos uma carta de Manuel de Lima Pereira, coronel do Regimento de Cavalaria da Cachoeira e proprietário de engenhos no Iguape, na qual nos certifica de que a plantação de canas de Caiena, mandadas vir por ele de Minas, tem correspondido ao

que delas se esperava e, dizia, não só do rendimento como da qualidade do açúcar. Cada carro, diz ele, dá mais de um pão de açúcar, a maior parte branco, com o peso de 3 arrobas e 24 libras. Nós temos à mão algumas memórias francesas sobre esta prodigiosa cana e pretendemos fazer dela uma exatíssima análise, mas esperamos que o coronel José Diogo Gomes Ferrão Castel Branco nos remeta, com toda a observação e miudeza de que ele é capaz, uma memória das vantagens que ele tem descoberto na tal cana, da qual sabemos que ele fez uma grande parte da sua safra. A natureza deu a este homem toda a filosofia campestre. Ele não perdoa à natureza nada do que lhe pode apanhar e “um saber de experiências feito” o tem constituído na classe dos primeiros lavradores que nos podem instruir na grande ciência da agricultura.<sup>200</sup>

O redator não se limitava a transmitir este saber experimental e procurava, ele próprio, ler alguma coisa sobre o assunto. Assim, quando o coronel José Diogo, acima mencionado, lhe comunicou suas experiências com a cana de Caiena, já ele tinha feito leituras, certamente na Livraria Pública, pois em seu catálogo constavam as *Mémoires de l’Institut National des Sciences et des Arts*, citadas no texto seguinte:

Neste momento acabamos de receber do coronel José Diogo Gomes Ferrão Castel Branco um resumo de suas observações sobre as canas de Caiena e, combinando este resumo com as observações do C. Moreau Saint-Méry feitas nas Antilhas e publicadas no Instituto Nacional, não só vemos realizadas todas as teorias que se têm escrito sobre a tal cana, como nos vemos na obrigação de congratular o Brasil pela posse de um ramo de agricultura, cujas vantagens são tanto menos suspeitas quanto aquele que as anuncia é pouco fácil a iludir-se naquilo que tem praticado e que é o objeto favorito do seu gênio e das suas longas aplicações.

Esta cana é oriunda daqueles sítios da Ásia que ficam além do Ganges, donde passou provavelmente às Canárias, das Canárias ao Otaiti, do Otaiti a Caiena e ultimamente ao Brasil, aonde tudo chega tarde pela nossa pouca curiosidade e indústria. Há mais de 50 anos que os habitantes das Antilhas tiram grandes proveitos desta plantaçào, cujo resultado é fazer açúcar mais facilmente e a menos custo que nós. E apesar de terem saído à luz na Europa várias memórias sobre um assunto tão interessante, os nossos lavradores de nada se aproveitam, ou porque não são amigos de lerem memórias sobre a agricultura, ou porque um excessivo apego ao que lhes ensinaram seus pais os faz olhar com indiferença exclusiva para toda a inovação. Nós não somos tão injustos que não façamos algumas exceções desta regra, porém, olhando em grosso, os nossos lavradores não têm comparação alguma com os lavradores das Antilhas. Queira o Céu que esta reflexão, em vez de os mortificar, lhes sirva de brioso estímulo e que a sobredita cana seja, em breve tempo, o total das suas safras. O resumo das observações é o seguinte: 'A vegetação desta cana é mais pronta e vigorosa, o duplo da vegetação da cana que hoje se pode chamar nacional. Logo fica menos exposta às vicissitudes do tempo, à intempérie das estações, e esta só diferença bastava para se lhe dar uma preferência decidida. Ela ocupa muito menos terreno e menos braços do que a outra, para um rendimento igual. E, como é de uma estatura gigantesca, não consente que os raios de sol penetrem a superfície dos canaviais para deixarem medrar aquela espécie de joio que não só chupa a substância da terra, como demanda grande trabalho para a operação do que vulgarmente chamamos limpas. As suas socas perfilham mais que as outras cinco e seis vezes, e o seu bagaço é incomparavelmente melhor para o cozimento das fornalhas. O seu ponto de madureza é completo aos 9 meses e pare-

ce que esta madureza ainda se pode acelerar, havendo melhoramento de cultura. Ela dá muito mais caldo e este caldo muito mais açúcar, cuja cristalização é mais regular e mais alva pela maior abundância de açúcar e pela mais pequena porção de partes extrativas e viscosas.’ Em outro número falaremos das canas da Batávia que, segundo o que temos lido, ainda parecem melhores. E iremos por este modo misturando novidades políticas com novidades agrárias.<sup>201</sup>

Quando dissertou sobre a cana de Batávia, o redator não transmitiu quaisquer informações fornecidas por senhores de engenho pois esta variedade de cana não era ainda conhecida no Brasil. Fez muito simplesmente o papel de um divulgador científico, sendo o seu intuito espalhar as luzes e com elas aumentar a riqueza do país.

Prometemos, em o número passado, falar sobre a cana de Batávia, da qual os lavradores das Antilhas fazem uma grande parte do seu açúcar e, como os nossos lavradores já principiam a sentir as vantagens da cana do Otaiti, é de esperar que o seu próprio interesse os obrigue a mandar vir esta outra espécie, não só porque ela é um pouco melhor, como porque esta variedade aformoseia os nossos campos e recreia os nossos olhos.

A Natureza tem produzido muitas variedades de canas que ainda não são bem conhecidas. As canas da Batávia são as últimas que se descobriram e a sua transplantação para a América setentrional data de muito poucos anos. Elas amadurecem com rapidez incrível, mesmo com pouca cultura, e dizem algumas memórias que, havendo quem acerte com o verdadeiro modo de as cultivar, ainda mal conhecido, elas serão em tudo preferíveis a qualquer outra espécie. Estas canas têm os nós separados uns dos outros meio palmo, uma casca sumamente delgada, é abundantíssima de sumo, e dá uma sexta parte de açúcar mais que as do Otaiti. A sua

doçura é a mais deliciosa que se conhece e por isso os javanos da costa da Zuroebaia as cultivam em maior quantidade que as outras.

Por aqui se vê que a prática está na sua infância. E é pena que, sendo o Brasil o mais fecundo terreno que se conhece, sejam os seus habitantes tão incuriosos em aproveitar os meios que a Natureza lhes dá. Aqui é que se pode aplicar bem a exclamação que o poeta latino fazia aos camponeses de Itália: ‘Ó sumamente afortunados se conhecessem os seus bens’.

A Inglaterra, que a muitos respeitos é o modelo das nações, é o país do mundo aonde a agricultura tem feito maiores progressos, e mesmo a França não lhe disputa esta preeminência. Apenas se abre uma subscrição na Inglaterra para qualquer melhoramento na economia rural, quando em poucos dias se fecha, porque sobejam o dinheiro e a liberalidade dos subscritores. E por ventura acontecerá entre nós outro tanto? Fechar-se-á dentro de um ano uma subscrição para mandarmos vir das Antilhas as canas da Batávia, uma máquina a vapor, ou outro qualquer invento que facilite e aperfeiçoe os nossos trabalhos campestres, que são todos feitos à força de suor e de sangue? E que alívio não sentiriam os míseros escravos com esta reforma? Eles não teriam tanto que fazer e os senhores teriam mais com que os sustentar..

Nós seremos sempre importunos em estimular o brio dos nossos lavradores, em clamar pelo adiantamento da economia rural, porque estamos convencidos daquela divina sentença do duque de Sully: ‘O melhor Estado é aquele no qual há menos homens ociosos e menos campos incultos’.<sup>202</sup>

A economia rural não incluía então apenas a agricultura, mas também a criação de gado, o fabrico de queijo e manteiga, etc. Basta ler a obra mais divulgada na época, o célebre *Fazendeiro do Bra-*

*sil*, de fr. José Mariano da Conceição Veloso. Surge portanto na gazeta o interesse em divulgar tudo o que contribuisse para a melhoria dos pastos e, conseqüentemente, dos gados.

O Senado da Câmara da vila da Cachoeira nos participa que recebera de Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, ora residente no Rio de Janeiro, duas sementes para pastos, a luzerna e *raygrass*, as quais o mesmo Senado fez logo distribuir pelos lavradores com todas as recomendações para que eles as cultivassem e dessem parte do proveito que delas se pode tirar.

Algum conhecimento que temos adquirido sobre estas duas espécies de erva nos dá muita esperança de melhoramento em nossos pastos, se os lavradores se esmerarem a prepará-los como convém para receber aquelas sementes. Mas a indiferença com que entre nós se trata tudo quanto é novo (à exceção das modas do vestuário) e uma espécie de indolência climatéria nos faz suspeitar de que os lavradores meteram aquelas sementes no seu museu. Ou as entregaram à terra com tanta negligência e má vontade que elas se vingaram deste desprezo com a desfeita de não aparecerem mais aos olhos que não as sabem apreciar. Por ventura se desculparam eles com o pressuposto de que têm nos seus campos muitas espécies de capim que os escusa de propagar outras novas? Mas nós, que temos corrido todo o termo da Cachoeira e observado os seus campos, diremos que a magrez dos bois e cavalos que por lá vimos e a falta de rebanhos, tudo prova a esterilidade de pastos. Os lavradores ordinariamente atiram os gados para as malhadas, que estão em descanso e que produzem uma confusão de arbustos bravios, mais com o intento de as estrumar do que engordar os gados. Apenas entre a mandioca e milho nasce alguma erva melhor, aonde não podem entrar os gados, e daqui acontece não haver cavalo gordo senão tratado a

muito custo em uma cavalariça. Parece, pois, que é do seu maior interesse apreciar aquelas sementes e melhorar os seus pastos para o bom trato dos bois e dos cavalos, que são os coadjuutores indispensáveis de todos os trabalhos campestres, dos quais nasce a riqueza da nação e a prosperidade do Estado. À bondade de seus pastos devem muitas nações o comércio das suas lãs e o produto das suas fábricas. Logo este objeto é digno de toda a consideração e o mencionado Gameiro digno de muito louvor, porque longe da pátria não se descuidou de lhe procurar aquele melhoramento que pode.<sup>203</sup>

Aos artigos sobre economia rural, ou mais especificamente sobre agricultura, há a acrescentar os textos referentes a todos os inventos úteis nas artes, e sobretudo aqueles que se destinavam a aperfeiçoar o método de fabrico do açúcar. Foi dada ampla divulgação aos trabalhos de Manuel Jacinto de Sampaio e Melo, que chegou mesmo a ter um livro impresso na tipografia baiana com o título *Novo método de fazer o açúcar, ou reforma geral econômica dos engenhos do Brasil, em utilidade particular e pública*, em 1816. Este autor era bacharel em Leis, graduado em Artes, ex-professor régio de Filosofia e senhor de engenho na vila da Cachoeira. Desde 1812, a gazeta descrevia minuciosamente seus inventos.

Manuel Jacinto de Sampaio e Melo tem continuado as suas meditações e experiências relativas aos engenhos de fabricar açúcar. Ultimamente descobriu um novo acréscimo à fornalha do bagaço para cozer igualmente com lenhas verdes, miúdas ou grossas, o qual se acha já executado no engenho da Filosofia e no do capitão Manuel Vieira Tosta pelos mestres Francisco Joaquim e Francisco de Paula. Consiste em fazer segundo cinzeiro, depois do primeiro, com quatro crivos separados dele por um frontal dobrado e a porta para um dos lados da fornalha. Esta lhe serve de resisto: estando aberta coze bem

com lenhas de toda a qualidade; para cozer com bagaço, fecha-se exatamente. Todas as fornalhas que têm 5, 6 ou 7 crivos e boeiros altos, cozem com lenha verde e bagaço, mas cozendo bem com lenha, cozem mal com bagaço, ou se gasta mais do dobro, que é o que não serve. Agora em uma só fornalha temos duas, abre-se a porta para lenha, fecha-se para bagaço. Não preciso, antes é supérfluo, dar as razões físicas do diverso efeito.<sup>204</sup>

Depois da notícia objetiva do invento de Sampaio e Melo, surge no número seguinte o comentário do redator, recheado de máximas morais e de princípios econômicos.

Em o número passado se fez saber ao público a descoberta de um acréscimo à fornalha de bagaço, a qual é muito interessante e econômica, por isso mesmo que o seu artifício consiste em extrair de qualquer espécie de lenha miúda e verde aquele grau de calor que é necessário para o processo do açúcar. O autor desta descoberta é o mesmo que pôs em prática neste país, pela primeira vez, a fornalha de bagaço, a qual já tem ensinado aos fabricantes de açúcar que é possível, de uma matéria frágil, extrair um fogo tão violento como do mais robusto tronco. A quantidade de lenha de que abunda este país tem sido causa para que os habitantes não estudem o método de a economizar. Mas agora que as matas se vão alongando dos engenhos, à medida do roçado, é preciso estudar este ramo de Física que nos países do norte tem feito grandes progressos, mesmo nos fogos das cozinhas. Todos sabem que, na Inglaterra, uma pequena porção de lenha, ou de carvão, prepara um grande banquete e, ao mesmo tempo, aquece uma pipa de água, porque é tal o artifício do fogão que não se desperdiça nele o menor grau de calor. Se a abundância tem sido causa da nossa preguiça, principie a necessidade a ser causa da nossa indústria. As lenhas têm subido muito de preço desde 20

anos a esta parte e, se nós não imitarmos a indústria dos habitantes da Jamaica, Martinicas, o nosso açúcar não poderá concorrer em preço com o deles na Europa.<sup>205</sup>

Nem sempre era o redator que tomava a iniciativa de comentar os inventos na arte de fabricar açúcar graças ao desenvolvimento da Física. Por vezes eram os próprios inventores que anunciavam, pagando a impressão, suas descobertas. José Gonçalves da Rocha Vasconcelos Monte Negro, morador no engenho Jacaranga, em outubro de 1818 divulgou a sua descoberta da moagem dos engenhos com água salgada, tanto no fluxo como no refluxo da maré, sendo a água sorvida por bombas de contínuo movimento. O plano deste invento estava ainda sob forma de esboço, mas o inventor convidava a que o vissem e o copiassem, tendo o cuidado de advertir que o engenho devia moer com os cilindros deitados e uma só roda, a de água.<sup>206</sup>

Pouco tempo depois deste anúncio, um suplemento extraordinário da *Idade d'Ouro do Brazil* transcrevia o plano na sua totalidade. Por ser muito longo e minucioso, é suprimida aqui a parte descritiva da construção e selecionado o trecho que apresenta o novo invento como mais rentável do que a própria máquina a vapor em engenhos de borda de água.

Desde alguns anos a esta parte vemos por experiência que se tem facilitado no Brasil o duro trabalho dos engenhos de açúcar.

É verdade que algumas inovações não têm sido felizes e outras não têm apresentado tantas vantagens como se esperava. Porém é certo que as coisas vão a melhor e por isso não duvidamos escrever sempre nesta folha quaisquer planos que se nos oferecer para os darmos ao público.

O Recôncavo da Bahia tem um grande número de engenhos situados nas margens dos rios por onde entra a maré e, como aparece aqui quem promete fazer moer os enge-

nhos com a força do fluxo e refluxo da água, aí vai fielmente copiado o plano que se promete realizar.

‘Novo modo de moerem os engenhos de borda da água salgada, sem serem à custa de tanto sangue, pelo modo mais econômico possível, porque vêm os proprietários a poupar 8 escravos a que chamam tangedores e a força cavalari, e seguramente 100 tarefas de terra em que passam os ditos cavalos, que por esta forma vem a crescer o engenho para a sua força local, pelo aumento daqueles escravos e das ditas 100 tarefas de terra, e por esta razão podem fazer anualmente muito mais plantação, porque não só lhe acresce os ditos 8 escravos, mas também aqueles que, pelo inverno, alimpavam aquele pasto e faziam aquelas cercas.

Todas estas forças juntas fazem o interesse muito mais vantajoso ao engenho e livre da despesa anualmente feita com compra de cavalos e do grande dinheiro que se dá por máquina de vapor, sujeita a tantos inconvenientes, e a despesa que as ditas máquinas fazem em lenha, de sorte que os escravos que poupam em tangedores se aumentam em cortadores de lenha e carreiros, sendo necessário para isso melhor gente que para tangedores de cavalos. De sorte que o engenho só tem a mais desperdição de moage, porém com o dobro da despesa, e mesmo traz a dita máquina mais de 100 escravos ocupados, isto é engenhos de borda d’água. A minha forma de moer com água salgada é física, sem pensão para o senhor de engenho por ser sem complicações de rodas. Nada há mais simples do que esta minha combinação de forças. De nada mais depende esta minha combinação senão em formar a reunião da força e a diminuí-la e aumentá-la’.<sup>207</sup>

Embora fossem os inventos relacionados com os engenhos de açúcar aqueles que mais atenção chamavam na Bahia do início do

século XIX, outras descobertas foram também noticiadas na gazeta pela sua utilidade em diferentes áreas, como por exemplo a economia de pólvora nas explosão de pedreiras.

Também damos ao público o resultado de experiências feitas por um hábil mineiro, tendentes a economizar a pólvora, indispensável para os usos de extração da pedra e outros muitos, suprimindo aquele fatal composto com um simples tão fácil de obter.

Sendo costume nesta cidade carregar as brocas das pedreiras com pólvora misturada com uma porção de farinha de mandioca, os mineiros vindos de Portugal em 1810 admiraram este procedimento, que julgaram paradoxo.

Porém, para se certificarem do caso, fizeram no mesmo ano experiências nas pedreiras da Real Fábrica da Pólvora da mesma Corte, na presença do tenente general Napion, carregando algumas brocas com pólvora e outras com a mistura de pólvora e farinha de mandioca e, com efeito, acharam que as brocas carregadas com a mistura mencionada faziam maior efeito do que as brocas carregadas com igual quantidade de pólvora sem mistura.

Há dois anos, tratando-se da construção da nova Fábrica de Ipanema, foi preciso para o efeito da mesma obra mandar arrebentar imensa quantidade de pedraria, não só para a construção dos edifícios, canais e mais obras, como também para abrir o grande canal que conduz a água para as máquinas, o qual canal, pela maior parte, é aberto em rocha viva. Como, porém, aqui não havia a farinha de mandioca, lembrou procurar outro corpo que fosse ainda mais esponjoso do que a mencionada farinha. Tomou-se portanto a serradura de pau de um engenho de serrar madeira para misturar com a pólvora e logo achou-se que, em misturando uma parte de pólvora com três ou quatro partes (do volume) da mencionada

serradura, ainda o efeito dos tiros nas pedreiras era muito maior do que com a mistura de farinha de mandioca. Verificou-se depois também que a serradura grossa de pau mole e verde era melhor do que a serradura fina de pau duro e seco. Por isso serviram-se da serradura da madeira de cedro e broquearam-se os buracos de 3 palmos até 3 palmos e meio de fundo em pedra dura, carregou-se 3 até 4 polegadas com a mistura da pólvora e da dita serradura (sem cartucho), em que nem meia onça de pólvora leva, e o efeito é tanto como se fosse carregado com 2 onças de pólvora pura. O carregar e o incendiar se faz como de ordinário se usa. O efeito certamente consiste na elasticidade do ar que a serradura inclui e tem analogia com o arrebentar das armas, quando a carga não está bem apertada, ou ficando um vão entre a bucha e a bala.

Esta descoberta pode aplicar-se nas minas de fortificação, bombas, granadas, etc., e se pode esperar que sempre tenha bons efeitos.<sup>208</sup>

A *Idade d'Ouro do Brazil* noticiou, em dezembro de 1818, que por decreto de 3 de agosto daquele ano o rei concedera ao marechal de campo Felisberto Caldeira Brant, ao comendador Pedro Rodrigues Bandeira e ao capitão-mor Manuel Bento de Sousa Guimarães o privilégio exclusivo de só eles poderem, por prazo de 14 anos, ter barcos a vapor nos rios e costas da Bahia, com a condição expressa de introduzirem o primeiro barco em 1819. Era então grande o interesse pela navegação a vapor.

Os barcos a vapor são já tão ordinários ao norte da Europa que já não se fabricam barcos de outra espécie para a navegação dos rios. Os senhores Bernard e Companhia são empresários dos barcos a vapor no Danúbio e ficavam a fazer o primeiro ensaio da sua empresa. Os rios do Recôncavo desta cidade são todos bordados de altos

morros que abafam os ventos às embarcações e lhes retardam a viagem. A introdução, pois, dos barcos de vapor será aqui de incalculável proveito e, segundo os avisos anteriormente feitos nesta folha, temos de ver esta introdução muito brevemente.<sup>209</sup>

Por um manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sabemos que a 1 de setembro de 1819 saiu do estaleiro o barco a vapor de Caldeira Brant, cujos ensaios não foram muitos auspiciosos, como ele próprio escrevia ao fornecedor da máquina:

Pena foi que João Falconer se enganou na colocação dos canudos que conduzem a água fria para o condensador e também nos que lançam quente para o mar, e por isso retardou 2 meses o barco, dando motivo a algumas calúnias contra a máquina.<sup>210</sup>

Em fins de outubro, contudo, já podia anunciar orgulhosamente que o seu barco a vapor navegava naquela baía com rapidez, segurança e exatidão, demorando as viagens que antes levavam 5 dias apenas 18 horas. Pouco tempo durou a euforia. Passado um mês, lamentava-se Caldeira Brant a um dos sócios, Manuel Bento de Sousa Guimarães, morador em Nazaré, dos trabalhos e incômodos que lhe causava o barco a vapor, sobretudo por causa das exigências do maquinista inglês que cuidava da máquina e a falta de mão-de-obra especializada. Além disso, quando se quebrava alguma peça, era preciso mandar vir outra igual de Londres e entretanto o barco ficava parado, ou correria o risco de trabalhar com peça defeituosa.<sup>211</sup>

## AS BELAS LETRAS E AS BELAS ARTES

Quando o primeiro tomo da *História do Brasil* escrita por Robert Southey já se encontrava na Livraria Pública, o governo mandou divulgar na gazeta o pedido feito pelo historiador inglês de

alguns volumes de que precisava para continuar seu trabalho. O redator aproveitou então a ocasião para lamentar que a história nacional estivesse a ser escrita por um estrangeiro.

Nós, ao ler esta recomendação, nos cobrimos de rubor contemplando que sejam os estrangeiros mais curiosos de nossas coisas do que nós mesmos, que as temos e precisamos. Têm decorrido 300 anos depois do descobrimento deste país. Ele tem prosperado em riqueza e mesmo em Literatura. Têm-se transplantado em diferentes épocas famílias e pessoas de merecimento. Os indígenas têm adquirido celebridade, os estudos brilharam sempre com luz particular, e os talentos no Brasil brotam com vigor e vegetam com felicidade. Mas, apesar de tantas e tão vantajosas proporções, apenas até hoje temos uma história geral do Brasil. E quão diminuta ela é! Quantos sucessores de Rocha Pita, ou de famílias semelhantes, podiam pagar esta dívida à pátria, se a riqueza e os cômodos da vida os excitassem antes a gozar um ócio proveitoso do que a submergir-se numa inação pútrida, que faz tão inútil a sua vida como ignorada a sua morte.

Era bem digna empresa de algum dos inumeráveis gênios produzidos nesta nossa cidade não conceder ao senhor Southey a glória que tem começado a roubar-lhes. Era uma emulação louvável pôr todos os seus esforços e esmero em impedir que um estrangeiro seja o sucessor do seu compatriota. Aqui, mais do que em outra alguma parte do Brasil, acha o historiador os elementos e os subsídios da sua história. Aqui foi o berço da sua infância, bem que Porto Seguro admirasse primeiro as feições e os trajes da Europa! Aqui foi a sede do governo por mais de dois séculos. Todas as capitanias são braços (pode dizer-se) deste anoso e respeitável tronco. Sustentemos a glória da nossa cidade, não consintamos aos de fora ditarmos as lições que os nossos maiores nos deixaram.<sup>212</sup>

A propósito da narrativa da viagem pelo interior do Brasil, escrita pelo inglês John Mawe, o redator comentou que seria muito louvável se os brasileiros produzissem obras desta natureza, pois até então nada havia surgido.<sup>213</sup> Se nem a História nem a Literatura de Viagens eram cultivadas, que outras produções se podiam apontar no que se refere às Belas Letras?

Fundamentalmente obras de Retórica sagrada ou profana. Em todas as festividades públicas havia cerimônias religiosas com sermões; em todas as inaugurações se faziam discursos. São estas as peças literárias mais referidas pela gazeta. E, em acontecimentos políticos de relevância como os sucessos revolucionários de Pernambuco em 1817, surgiram as exortações e as proclamações.

Também a poesia estava intimamente ligada aos fastos da monarquia e à família real. Se analisarmos as publicações da tipografia baiana anunciadas na gazeta, encontramos várias odes (ao aniversário de S. A. R., a personalidades militares, à glória de Portugal) e elogios, por exemplo, elogio para se recitar na abertura do Real Teatro de S. João.

As exéquias de D. Maria I, minuciosamente descritas pela *Idade d'Ouro do Brazil*, não só na cidade mas também nas principais vilas da capitania, foram ocasião para a produção de versos latinos, inscritos na própria decoração dos templos. Em Salvador eles foram da autoria de José Francisco Cardoso, “já mui conhecido entre os literatos nacionais”. Um reverendo capitular compôs odes e epigramas “na pura latinidade de Horácio e Marcial”. Na cerimônia organizada pelo Senado da Câmara na catedral os versos latinos foram compostos por José Eloi Otoni e José Lúcio de Matos.

Talvez o representante mais significativo das Belas Letras na Bahia tenha sido o padre Inácio José de Macedo, pregador régio e, segundo os historiadores, redator da gazeta. Ele foi certamente o autor de quantas “orações gratulatórias” se pronunciaram na cida-

de. Por ocasião da elevação do Brasil a reino, na cerimônia na catedral, lá estava o padre Macedo:

Entre o Pontifical e o *Te Deum* pregou o reverendo padre Inácio José de Macedo uma oração acomodada à natureza do motivo e às circunstâncias do dia e, para desenvolver em toda a sua extensão o assunto da festividade e imprimir nos ouvintes o maior reconhecimento à beneficência do soberano, tomou por tema as seguintes palavras de S. Paulo aos de Éfeso: *Fecit ultraque unum... ut reconciliet ambos in uno corpore*. Parafraseou o 2º capítulo do apóstolo aos efesinos e comparou o júbilo dos brasileiros com o júbilo que S. Paulo inspirava aos gregos, quando lhes dizia que o Messias, em virtude da Nova Lei, não queria mais distinções entre a Judéia e a Grécia e que, dos diferentes povos, queria organizar um só reino.

Mostrou as perigosas conseqüências da divisão dos reinos, como se vê em Daniel, na divisão do império de Baltazar. Desenvolveu as vantagens da união e, resumindo a história do Brasil, fez ver os inumeráveis obstáculos que ele tem encontrado à sua elevação até esta ditosa época, em que ele entra na carreira da sua representação e da sua prosperidade.<sup>214</sup>

Como redator que era, dava sempre ampla cobertura às suas próprias produções retóricas, de que a acima transcrita constitui apenas um exemplo. E, com o movimento constitucional, o padre Macedo, de orador sagrado passou a orador político, ou melhor, deu um tom político à habitual retórica sagrada, como se pode ver na seguinte notícia de 1821:

O pregador régio e lente de Filosofia Inácio José de Macedo subiu ao púlpito e tomou por tema as palavras de Jesus Cristo no capítulo 12 de S. Marcos: *Reddite ergo quae sunt Caesaris Caesari, et quae sunt Dei Deo*. Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus.

O orador mostrava em todos os seus transportes um gênio verdadeiramente português aferrado à doutrina do Salvador e aos deveres de um vassalo honrado para com el-rei, debaixo de cujo dulcíssimo jugo nasceu e de quem mereceu a honra de ser seu pregador, em consequência do sermão pregado pela ereção do Brasil em reino com o tema de S. Paulo *Fecit utraque unum*.

O orador, servindo-se desta circunstância, fez dela a base do seu exórdio e protestou em seu assunto combinar o Evangelho com a dignidade do soberano e com a justiça da causa em que o Reino Unido havia entrado na crise atual. Protestou que esta crise era consumação real da união dos três reinos que S. M. unira no diploma do Brasil em reino unido a Portugal e Algarves, e desempenhou o assunto com a dignidade da religião, da majestade e da nação.

O auditório entrou nos sentimentos do orador e saiu dali confirmado em seu santo propósito de salvar o rei e a nação dos laços da injustiça e do despotismo tão contrário aos princípios da religião e da verdadeira honra.<sup>215</sup>

Na poesia observou-se idêntica impregnação de política: surgiram odes e sonetos aos “heróis restauradores da pátria”, ou seja, aos tenentes coronéis da Artilharia e da Cavalaria que tinham marchado pelo movimento constitucional a 10 de fevereiro; e também hinos patrióticos cantados no Teatro de S. João pelas filhas do negociante Joaquim José da Silva Maia.

Quanto às Belas Artes escasseiam as notícias na *Idade d’Ouro do Brazil*. Só a secção de avisos fornece algumas informações pois pintores e miniaturistas ali ofereciam seus préstimos. Temos Antônio da Silva Lopes, que pintava segundo os três gêneros da época, história, retrato e paisagem; um retratista em miniatura para meda-lhas; Carlos Augusto que era “pintor arquiteto”, exercendo as duas artes indiferentemente. Mais variadas eram as habilitações de um francês recém-chegado à cidade.

Letanneur, pintor de miniatura, chegado proximamente de Paris, tem a honra de participar a todos os senhores e senhoras que pretende demorar-se algum tempo nesta cidade. Os que quiserem retratar-se e honrá-lo devem procurá-lo em S. Raimundo, adiante da praça da Piedade, casa nº 405, na certeza de que acharão e encontrarão a perfeita semelhança e pareença em todos os retratos que empreender. Igualmente faz com perfeição toda e qualquer obra em cabelo, tais que colares, pulseiras, anéis, cintos, etc.<sup>216</sup>

Um longo anúncio foi colocado na gazeta por um outro francês, mais conhecido: Hypolite Taunay, espécie de pintor oficial e apoiado pelo governo. É curioso que também para as gravuras, como para livros, periódicos e obras públicas, vigorava o sistema de subscrição.

Debaixo dos auspícios do ilustríssimo e excelentíssimo senhor conde de Palma, governador e capitão general da Província da Bahia, Hipólito Taunay tem a honra de anunciar ao respeitável público desta cidade que, tendo sido encarregado do desenho e gravura de três quadros que representam os dois acontecimentos mais notáveis e dignos de memória na história da ilustre monarquia do Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarves, principiou a realizar na Corte do Rio de Janeiro, por meio de uma subscrição, os fundos necessários para este fim, chegando agora a esta cidade para continuá-la e concluí-la.

Estes três quadros, que têm merecido a maior aceitação dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, serão igualmente interessantes aos cidadãos da Bahia que, por suas circunstâncias, ficaram privados do prazer e regozijo de presenciarem tanto o ato solene da aclamação do seu augusto soberano, como a entrada da princesa real na Corte do Rio de Janeiro, cuja vista poderão suprir com a fiel cópia destes memoráveis acontecimentos que apresentam os referidos três quadros.

Serão estes patentes na Praça do Comércio, onde se achará o seu autor desde as 11 horas até às 2 da tarde, a fim de expor as condições da subscrição e receber os nomes dos senhores assinantes.

O preço da subscrição é o de 20\$000 Réis, pelos quais receberão os senhores subscritores as três gravuras coloridas e a lista impressa dos senhores assinantes.<sup>217</sup>

Quer nas festas públicas, quer nas pompas fúnebres, encontravam os artistas da Bahia ocasião de expor seus talentos e ganharem algum dinheiro. Exigia-se nessas cerimônias toda a espécie de “arquiteturas efêmeras” que logo eram retiradas quando elas terminavam. Nas exéquias de D. Maria I, na catedral que fora a igreja dos jesuítas, erguia-se “um suntuosíssimo mausoléu”, sustentado por quatro grupos de doze colunas sobre pedestais. Doze estátuas adornavam a cornija do mausoléu. No intervalo das colunas oito esqueletos sustentavam bandeiras das casas reinantes ligadas por laços familiares à família real portuguesa.

Cênicas, alegóricas, monumentais, estas arquiteturas empregavam inúmeros artistas e acompanhavam o ritmo das celebrações do Antigo Regime, que nelas encontravam sua mais característica expressão.

## NOTAS

<sup>1</sup> Manuel Aires de Casal, *Corografia brasílica, ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1817, t. 2, pp. 118-121.

<sup>2</sup> Luís dos Santos Vilhena, *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, Bahia, 1921, t. 1, p.107-108 e 64-65.

<sup>3</sup> *Idade d’Ouro do Brazil*, 1812, n° 6.

<sup>4</sup> 1811, n° 35.

<sup>5</sup> 1812, n° 67.

<sup>6</sup> 1811, n° 28.

- <sup>7</sup> 1811, n° 45.
- <sup>8</sup> 1814, n° 101.
- <sup>9</sup> 1817, n° 9.
- <sup>10</sup> 1817, n° 71.
- <sup>11</sup> 1811, n° 13.
- <sup>12</sup> 1817, n° 98.
- <sup>13</sup> 1812, n° 38.
- <sup>14</sup> 1812, n° 39.
- <sup>15</sup> 1812, n° 47.
- <sup>16</sup> 1813, n° 43.
- <sup>17</sup> 1815, n° 33.
- <sup>18</sup> 1811, n° 63.
- <sup>19</sup> 1811, n° 64.
- <sup>20</sup> 1812, suplemento ao n° 20.
- <sup>21</sup> *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, 3ª edição, S. Paulo, Melhoramentos, 1976, t. 2, p. 49.
- <sup>22</sup> 1818, n° 38.
- <sup>23</sup> 1818, n° 56.
- <sup>24</sup> Manuel Aires de Casal, ob. cit., t. 2, p. 97-98.
- <sup>25</sup> 1819, n° 8.
- <sup>26</sup> 1819, n° 10.
- <sup>27</sup> 1818, n° 38.
- <sup>28</sup> Ibid.
- <sup>29</sup> 1818, n° 48.
- <sup>30</sup> 1818, n° 56.
- <sup>31</sup> 1812, n° 42
- <sup>32</sup> James Prior, *Voyage...*, p. 107: “The slave-captures also, on the coasts of Africa, have caused considerable clamour against our country; this, however, is but the usual bitter animosity felt by all commercial men, who, being detected adventuring in speculations contrary to treaties or national law, complain of tyranny and injustice, when galled by the loss of their property; as well might thieves complain of officers of justice. St. Salvador

has not only a large share in this traffic; but, according to credible report, furnishes false contracts, colours, and papers to foreign speculators in human flesh.”

<sup>33</sup> 1813, n° 59.

<sup>34</sup> Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres...*, p. 297.

<sup>35</sup> 1814, n° 87.

<sup>36</sup> Maria Graham, *Journal...*, p. 156: “This is the principal slave port in Brazil; and the negroes appear to me to be a finer, stronger race, than any I have ever seen. One of the Provisional Junta of government is the greatest slave merchant here. Yet, I am happy to say, the Bahia press has lately actually printed a pamphlet against the slave trade.”

<sup>37</sup> 1821, n° 116.

<sup>38</sup> 1816, n° 12.

<sup>39</sup> 1816, n° 29.

<sup>40</sup> Pierre Verger, *ob. cit.*, p. 292.

<sup>41</sup> Maria Graham, *ob. cit.*, p. 146.

<sup>42</sup> 1813, n° 85.

<sup>43</sup> 1817, n° 90.

<sup>44</sup> Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, manuscrito n° 94 da Coleção Lamego, carta do conde dos Arcos ao conde das Galveias, escrita da Bahia em 1810.

<sup>45</sup> Pierre Verger, *ob. cit.*, p. 292.

<sup>46</sup> Maria Graham, *ob. cit.*, p. 132.

<sup>47</sup> 1811, n° 10.

<sup>48</sup> 1817, n° 64.

<sup>49</sup> 1811, n° 61.

<sup>50</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ms. I – 31,27,3.

<sup>51</sup> 1811, n° 1.

<sup>52</sup> 1811, n° 26.

<sup>53</sup> 1813, n° 71.

<sup>54</sup> 1814, n° 57.

<sup>55</sup> Pierre Verger, *ob. cit.*, p. 292.

<sup>56</sup> 1815, n° 5.

- <sup>57</sup> 1816, n° 11.
- <sup>58</sup> 1816, n° 19.
- <sup>59</sup> 1818, n° 72.
- <sup>60</sup> 1811, n° 1.
- <sup>61</sup> 1811, 2° suplemento ao n° 6.
- <sup>62</sup> 1821, n° 99.
- <sup>63</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ms. II – 33,22,59.
- <sup>64</sup> 1811, n° 4.
- <sup>65</sup> 1811, n° 20.
- <sup>66</sup> 1813, n° 97.
- <sup>67</sup> 1813, n° 98.
- <sup>68</sup> 1815, n° 23.
- <sup>69</sup> 1819, n° 24.
- <sup>70</sup> Ver meu livro *Cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à Independência do Brasil*, Lisboa, Estampa, 1999, as páginas 223-228 sobre a franqueza da indústria em José da Silva Lisboa.
- <sup>71</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ms. I – 31,28,26.
- <sup>72</sup> Maria Graham, ob. cit., p. 146.
- <sup>73</sup> 1811, n° 13.
- <sup>74</sup> 1811, n° 15.
- <sup>75</sup> 1811, n° 27.
- <sup>76</sup> 1815, n° 63.
- <sup>77</sup> 1813, n° 75; 1817, n° 5.
- <sup>78</sup> 1811, n° 11.
- <sup>79</sup> 1811, n° 56.
- <sup>80</sup> 1811, n° 58.
- <sup>81</sup> 1811, n° 20.
- <sup>82</sup> 1812, n° 23.
- <sup>83</sup> 1813, n° 29.

- <sup>84</sup> 1813, n<sup>o</sup> 30.
- <sup>85</sup> 1812, n<sup>o</sup> 78.
- <sup>86</sup> 1814, n<sup>o</sup> 25.
- <sup>87</sup> Spix e Martius, ob. cit., t. 2, p. 159.
- <sup>88</sup> 1813, n<sup>o</sup> 20.
- <sup>89</sup> 1813, n<sup>o</sup> 24.
- <sup>90</sup> 1815, n<sup>o</sup> 25.
- <sup>91</sup> 1816, n<sup>o</sup> 46.
- <sup>92</sup> 1816, n<sup>o</sup> 101.
- <sup>93</sup> Ibid.
- <sup>94</sup> 1816, n<sup>os</sup> 98 e 102.
- <sup>95</sup> 1816, n<sup>o</sup> 99.
- <sup>96</sup> 1816, n<sup>o</sup> 102.
- <sup>97</sup> 1818, n<sup>o</sup> 20.
- <sup>98</sup> 1816, n<sup>o</sup> 103.
- <sup>99</sup> 1814, n<sup>o</sup> 3.
- <sup>100</sup> 1816, n<sup>o</sup> 8.
- <sup>101</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ms. II – 34,6,53.
- <sup>102</sup> 1813, n<sup>o</sup> 100.
- <sup>103</sup> 1817, n<sup>o</sup> 27.
- <sup>104</sup> 1812, suplemento ao n<sup>o</sup> 22.
- <sup>105</sup> 1813, n<sup>o</sup> 21.
- <sup>106</sup> 1817, n<sup>o</sup> 7.
- <sup>107</sup> 1817, n<sup>o</sup> 62.
- <sup>108</sup> 1821, n<sup>o</sup> 15; 1816, n<sup>o</sup> 70.
- <sup>109</sup> 1812, n<sup>o</sup> 6; 1817, n<sup>os</sup> 6, 15 e 49.
- <sup>110</sup> 1817, n<sup>o</sup> 70.
- <sup>111</sup> 1817, n<sup>o</sup> 62.

- <sup>112</sup> 1813, nº 15.
- <sup>113</sup> 1813, nº 19.
- <sup>114</sup> 1811, nº 11.
- <sup>115</sup> 1812, nº 6.
- <sup>116</sup> 1812, nº 39.
- <sup>117</sup> 1819, nº 40.
- <sup>118</sup> 1811, nº 45.
- <sup>119</sup> 1812, nº 82.
- <sup>120</sup> 1816, nº 17.
- <sup>121</sup> 1813, nº 30.
- <sup>122</sup> 1817, nºs 76 e 78.
- <sup>123</sup> 1818, nº 31.
- <sup>124</sup> 1819, nºs 40 e 46.
- <sup>125</sup> 1816, nº 19.
- <sup>126</sup> 1812, suplemento ao nº 85.
- <sup>127</sup> 1813, nº 49.
- <sup>128</sup> 1814, nº 25.
- <sup>129</sup> Ver meu livro *Cultura luso-brasileira...*, e também *Donas e plebeias na sociedade colonial*, Lisboa, Estampa, 2002.
- <sup>130</sup> 1813, nº 61; 1814, nº 65.
- <sup>131</sup> 1811, nº 59.
- <sup>132</sup> 1816, nº 61.
- <sup>133</sup> 1818, nº 28.
- <sup>134</sup> 1818, nº 78.
- <sup>135</sup> 1811, nº 56.
- <sup>136</sup> James Prior, ob. cit., p. 137.
- <sup>137</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 47, 1ª parte.
- <sup>138</sup> 1813, nº 12; 1812, nº 72.
- <sup>139</sup> 1815, nº 30; 1819, nº 42.

<sup>140</sup> Anexo ao nº 24, de 1816.

<sup>141</sup> 1817, nº 4.

<sup>142</sup> 1816, nº 47.

<sup>143</sup> 1816, nº 71.

<sup>144</sup> Existe um exemplar desta impresso no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

<sup>145</sup> 1811, nº 60.

<sup>146</sup> 1812, nº 29.

<sup>147</sup> 1813, nº 59.

<sup>148</sup> 1812, suplemento ao nº 2.

<sup>149</sup> 1811, nº 52.

<sup>150</sup> 1812, nº 47.

<sup>151</sup> Ver meu artigo “A Livraria Pública da Bahia: obras de História”, *Revista de História* (S. Paulo), 87, 1971.

<sup>152</sup> 1811, nº 25.

<sup>153</sup> 1811, nº 27.

<sup>154</sup> 1812, nº 92.

<sup>155</sup> 1814, nº 97.

<sup>156</sup> 1816, nº 98.

<sup>157</sup> 1817, nº 31.

<sup>158</sup> 1812, nº 19.

<sup>159</sup> Sobre Luís Antônio de Oliveira Mendes, ver meu livro *Cultura luso-brasileira...*, p. 42-44.

<sup>160</sup> 1817, nº 58.

<sup>161</sup> 1814, nº 12.

<sup>162</sup> 1818, nº 59.

<sup>163</sup> 1818, nº 76.

<sup>164</sup> 1811, nº 58.

<sup>165</sup> Edição fac-similada, Salvador, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1973, com introdução de Renato Berbert de Castro.

- <sup>166</sup> O único exemplar conhecido deste periódico encontra-se no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
- <sup>167</sup> 1812, nº 19.
- <sup>168</sup> Renato Berbert de Castro, *A primeira imprensa da Bahia...*, p. 83-84.
- <sup>169</sup> 1816, nº 79.
- <sup>170</sup> *Semanário Cívico*, 1821, nº 29.
- <sup>171</sup> 1822, nº 90.
- <sup>172</sup> 1811, nº 30.
- <sup>173</sup> 1812, nºs 12 e 14.
- <sup>174</sup> 1812, nº 70.
- <sup>175</sup> 1813, nº 4.
- <sup>176</sup> 1813, nº 11.
- <sup>177</sup> *Recopilação...*, Carta VIII.
- <sup>178</sup> 1811, nº 33.
- <sup>179</sup> 1815, nº 69.
- <sup>180</sup> 1815, nº 68; 1816, nº 4; 1818, nº 96.
- <sup>181</sup> 1821, nº 50.
- <sup>182</sup> 1823, nº ilegível.
- <sup>183</sup> 1822, nº 100.
- <sup>184</sup> 1817, nº 95.
- <sup>185</sup> 1818, nº 68.
- <sup>186</sup> 1812, nº 64.
- <sup>187</sup> 1814, nº 12.
- <sup>188</sup> 1814, nº 20.
- <sup>189</sup> 1814, nº 52.
- <sup>190</sup> 1814, nº 36.
- <sup>191</sup> 1813, nº 14.
- <sup>192</sup> 1813, nº 17.
- <sup>193</sup> 1813, nº 20.

- <sup>194</sup> 1813, n° 43.
- <sup>195</sup> 1814, n° 57.
- <sup>196</sup> 1818, n° 32.
- <sup>197</sup> 1817, n° 19.
- <sup>198</sup> 1815, n° 73.
- <sup>199</sup> 1813, n° 11.
- <sup>200</sup> 1812, n° 81.
- <sup>201</sup> 1812, n° 82.
- <sup>202</sup> 1812, n° 83.
- <sup>203</sup> 1813, n° 39.
- <sup>204</sup> 1812, n° 77.
- <sup>205</sup> 1812, n° 78.
- <sup>206</sup> 1818, n° 81.
- <sup>207</sup> 1818, suplemento ao n° 99.
- <sup>208</sup> 1817, n° 92.
- <sup>209</sup> 1819, n° 4.
- <sup>210</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ms. II – 33, 25, 53 n° 1; e *Economia açucareira...*, p.3.
- <sup>211</sup> *Economia açucareira...*, p. 6 e 19-20.
- <sup>212</sup> 1811, n° 51.
- <sup>213</sup> 1813, n° 3.
- <sup>214</sup> 1816, n° 17.
- <sup>215</sup> 1821, n° 14.
- <sup>216</sup> 1818, n° 53.



III  
Parte

A GAZETA E OS EVENTOS  
POLÍTICOS



# 1 Os sucessos de Pernambuco

*A Idade d'Ouro do Brazil* muito vagamente aludiu à revolução de 1817 em Portugal, mas aquilo que se passou nesse ano no Brasil mereceu mais atenção. Só a 1 de abril de 1817 a gazeta noticiou os acontecimentos de Pernambuco ocorridos no início de março, e o redator justificou esta demora dizendo que não queria “enxovalhar” a folha com “atentados infames”, que faziam “arrepisar as carnes”. Naquela altura, contudo, de nada adiantava calar-se por mais tempo, pois a revolução pernambucana era já do conhecimento público.

O dia 6 de março estava escondido na urna das desgraças para ver em Pernambuco profanadas as bandeiras reais, banido o governo e o povo surpreendido e aterrado, sem poder resistir à força armada que estava disposta pelos traidores e que principiou a derramar sangue para se fazer respeitar. Um sacerdote natural do Recife, já conhecido por sua execranda conduta, denominado José Inácio Romano, promotor do Juízo Eclesiástico (e que se devia chamar Jaques Clemente), depois de figurar nesta horrenda cena, passou às Alagoas, dizendo que trazia 3 000 homens atrás de si, achou outros como ele, atemorizou o povo e completou ali a sua infernal missão.

Quis a Providência que este malvado saltasse na barra da Bahia no dia 26 de março, aonde foi preso e conduzido ao segredo. E exposto a uma comissão militar, provados com a maior evidência os seus crimes, sofreu sábadamente a pena de morte.

Iremos dando ao público o que se passar a tal respeito. Nesta cidade reina a maior vigilância no governo, a mais incansável lida na segurança pública e a mais reconhecida fidelidade em todos os habitantes.<sup>1</sup>

Assim, o redator só deu a notícia da revolta de Pernambuco quando pôde dar ao mesmo tempo a notícia da execução do padre Romano. A partir de então Pernambuco passou a ocupar um lugar de destaque no periódico e, durante os meses de abril, maio e junho, praticamente não saiu um número que não trouxesse notícias ou comentários sobre os rebeldes. Nos meses seguintes as notícias começaram a rair, até se extinguirem totalmente em outubro de 1817.

A abundância de textos é tal que se tornou necessário proceder a uma seleção, escolhendo aqueles que, além de noticiosos, apresentam uma maior riqueza do ponto de vista do comentário político, pois este nos revela simultaneamente as opiniões do redator e sua forma de retórica política.

Segundo notícias mui averiguadas de Pernambuco contamos com a maior probabilidade que a detestável rebelião daquele país é só perigosa e terrível para os seus infames agentes. A fome já principia a consternar o povo e a desfazer dos olhos a venda que os tapou para não verem as fatais consequências da ignorância e maldade que presidiu ao conselho infernal dos traidores. A peça que se representa no Recife é uma verdadeira tragicomédia, que já toca o último ato do entremes pelo aleivoso casamento do infame Martins com a filha de um negociante que teve a desgraça de ser rico para ser presa de um salteador, que talvez não visasse na sua rebelião se-

não a posse de uma noiva que não podia conseguir de outra maneira. Que homem! Que homens! Desfaça-se a máscara do filosofismo pedantesco, e ressoe o clarim da verdade por toda a extensão da terra: ‘Povos inocentes e mal avisados, que por ocupados em vosso comércio e lavoura não tendes tempo de estudar e conhecer os mistérios da iniquidade! Desenganai-vos, que o nome de patriota, já em voga em alguns pontos da América, é sinônimo de impostor, de perturbador e velhaco. Os patriotas não se lembram do bem público, lembram-se da sua fortuna particular. Não têm pena dos vossos males; têm inveja dos vossos bens. São Robespierres e Marats, conheci-os e fugi-os’.

As tropas que daqui têm saído para se ajuntar às forças que já estavam postadas desde Sergipe até às vizinhanças de Penedo, dizem que marcham com ligeireza a Pernambuco, arvorando as bandeiras reais e fuzilando, se for preciso, os que repugnarem marchar. O povo daquela infeliz capitania mostra as mais fiéis disposições à causa honesta e suspira por se acolher às nossas bandeiras desde que entrarem as forças da Bahia. As seguintes cartas de Olinda e Alagoas fazem conhecer o ânimo do povo e a ridicularia dos rebeldes. Temos-lhe dado alguns retoques para as fazer mais dignas da imprensa, mas o essencial é pura cópia do que se tem escrito daqueles sítios.<sup>2</sup>

Será que o redator se limitou a retocar tais cartas, ou será que elas foram totalmente fruto de sua imaginação? A forma epistolar serviria então apenas para dar maior veracidade ao discurso jornalístico, tal como nos romances do século XVIII o *roman à lettres* se apresentava como mais real, mais verídico. Reais ou imaginárias, as cartas transcritas na *Idade d’Ouro do Brazil* revelam de maneira clara o que pensavam e diziam aqueles que não aprovavam a rebeldia de Pernambuco.

O autor da carta datada de Olinda a 12 de março e dirigida a alguém na Bahia, depois de aludir ao controle da correspondência por parte dos revolucionários (“A Inquisição de Pernambuco neste momento é para mim mais difícil e perigosa que a Inquisição de Goa para os judeus”), refere-se às desavenças que já surgiam entre os novos governantes e acentua que estes eram gente pouco conhecida. Alguns não tinham qualquer emprego considerável no governo anterior. Para ele, os revolucionários, além de quererem ser “ricos e grandes sem merecimento nem trabalho”, tinham-se inspirado em Robespierre e Marat e, simbolicamente, tinham abolido as formas de tratamento em uso: “o primeiro plano da sua reforma foi ordenar que os homens se denominassem pelo antigo *vós*, e desterraram o V. Mce, a Senhoria, a Ex<sup>a</sup>, etc.” O caráter “filosófico” do movimento é também acentuado:

Estes pequeninos insetos da filosofia cerebrina querem fabricar um mundo moral com turbilhões cartesianos e com átomos de Epicuro. Eles esperam mudar a essência do homem no seu laboratório químico, não sabem que as essências das coisas são imutáveis e que o mundo há de sempre ser um composto de bem e de mal.

Mais informativa era a carta escrita na vila das Alagoas a 24 de março e, embora sem assinatura, da autoria de um negociante pelo que se depreende do último parágrafo.

Senhor. Quando me retirei do grande mundo e fiz assento nesta terra, julguei que iria à sepultura sem ver essas revoluções que tanto perturbaram o mundo por espaço de 25 anos e das quais eu só formava idéia por alguma gazeta que lia. Quis Deus que, quase no fim da vida, eu fosse testemunha das maiores insolências e desacatos, que costumam praticar os malvados e rebeldes que só no seu interesse devisam o seu Deus, sua pátria e o seu rei.

Apareceu aqui um padre de Pernambuco, acompanhado de dois soldados, e com uma mala de bulas, lavradas no Recife pelos missionários infernais da propaganda revolucionária. A sua chegada fez aqui alguma admiração nesta pobre gente que não entendia o mistério e que não era costumada a ver padres entre soldados. Eu, porém, notava ao princípio muitos sinais de satisfação em algumas caras de estanho, e não tive o menor receio assentado que o reverendo seria algum vigário criminoso, ou por comer os santos óleos, ou por tosquiar mui rentes as peles das suas ovelhas.

Vai senão quando cai a máscara e inculca-se por embaixador de Pernambuco diante de Deus e de todo o mundo. Apresenta as suas credenciais e diz que se não deve obedecer senão a ele e a alguns do mesmo jaez que ficavam em Pernambuco, aonde apareciam estrelas ao meio-dia nas bandeiras de Portugal.

A maior parte desta boa gente estava mais que disposta para não se lembrar de excomunhões e limpar o vulto do padre mas, como nenhum dos principais da terra punia pela causa do rei e como havia soldados armados que tomavam o partido do embaixador, meteram todos a viola no saco até que a Providência deparasse circunstâncias em que o espírito da gente mostrasse os seus sentimentos contra este punhado de traidores, que desfrutavam as honras e o dinheiro do rei, devendo arrastar grilhões nas galés de Angola. Eu não posso entender donde sai a origem do mal, mas o certo é que os pernambucanos tinham já feito conchavo com alguns tratantes desta vila e eu não vi um só que se opusesse aos insultos feitos às armas reais.

Os índios, que distam daqui pouco, não querem obedecer às ordens que o novo governo lhes intima, gritam que querem só o seu rei e, se houver alguns portugueses que se ajuntem a eles, será fácil acabar com os soldados

esfarrapados que por aqui andam rondando, metendo medo ao povo e dando cutiladas e tiros em quem não grita com eles ‘Viva a liberdade’.

Porém, senhor, não há armas, nem quem saiba dirigir o povo, que só tem muita fidelidade e bons desejos. Dizem que o padre vai para a vila de Penedo fazer o mesmo que aqui tem feito. Ele não prega, nem parece que entende disso, porém leva bulas e verônicas para distribuir com quem ele sabe.

Tiraram aqui os lemes às embarcações, das quais muitas estavam carregadas para vários sítios, e por ora ficamos sem comunicação alguma. Espero ocasião oportuna para me safar daqui, porque estou vendo quando me dão algum tiro em honra da liberdade, ou quando me roubam de todo e me deixam como S. Sebastião, pois que a liberdade é capaz de tudo. Os soldados fazem roubos de noite e de dia e os que governam esta cáfila de ladrões andam com o olho em quem tem alguma pataca. Não se vê por aqui senão fidalgos e valentões que querem esmagar tudo.

Faz lástima ouvir os discursos políticos destes papelões empanturrados. Eles dizem que o Brasil todo está a esta hora rebelde, esperam grandes coisas dos seus planos e parece que até pretendem conquistar a Europa desde Cádiz até à Sibéria.

Não posso tomar pé nestas coisas porque as notícias de Pernambuco são aqui muito confusas. Assento que isto é ramo parcial de epidemia de cérebro ou, para usar de um estilo moderno, isto é um cacunda político que deu nos pernambucanos e que depressa se há de curar, senão com água quente e açúcar, mas com adstringentes no pescoço.

Nós esperamos muito na Bahia que nos há de socorrer, porque as forças aqui são de mui pouca monta e uma Companhia bastava para sacudir esta canalha e para dar sossego ao povo. Não falo em negócios porque o tempo é

impróprio e creio que tão cedo não darei contas de mim porque tenho algumas caixas no trapiche, outras embarcadas, e reputo tudo perdido nas unhas da liberdade. Tenho a honra de ser tão bom português como seu sincero amigo, etc.”

Tal como este homem de negócios, muitos outros quiseram, e conseguiram, fugir. Os emigrados de Pernambuco começaram a afluir à Bahia trazendo notícias de outros fugitivos para o sertão e afirmando que o povo do campo vivia na maior aflição e penúria. O redator da gazeta é especialmente virulento para com o “infame Martins”, escrevendo acerca do boato que corria de ele ter fugido com a noiva, o dote e outros roubos que fizera. Depois de acentuar que a gente das vilas e povoações não estava disposta a aceitar tais mudanças, afirmava que “os badamecos da literatura e humanidade” estavam faltos de dinheiro e por isso é que se tinham revoltado. E sempre, sob a sua pena, o carácter intelectual da revolução era acentuado: “Eles são muito presumidos, julgam mover tudo com a sua língua e não se conhecem a si, nem ao povo com quem vivem”.<sup>3</sup>

Notícias de Pernambuco iam chegando pelas embarcações que aportavam à Bahia e eram logo divulgadas na gazeta.

Por uma sumaca inglesa que chegou aqui de Pernambuco, sabemos que os rebeldes trabalham em se fortificar e que dão à sua infame causa providências dignas de riso. V.g., escrevem para os Estados Unidos chamando caríssimo irmão ao presidente daquele governo e intimando-lhe a obrigação de socorrer Pernambuco. Como se aquele governo, que não se tem declarado a favor dos seus vizinhos do México, fosse capaz de se malquistar com todos os reis do mundo protegendo um punhado de facinorosos, que começaram o seu atentado roubando e matando dois militares honrados, que faziam a sua obrigação, e alguns marinheiros inocentes. Eles continuam a mentir descaradamente para animar o povo e têm che-

gado a celebrar com festas públicas imaginárias rebeliões e assassinatos na Bahia e outras partes, dizendo que foi morto o governador da Bahia e passado à espada o Regimento dos Úteis, caso que mereceu luminárias! Que tais meninos!

Publicaram por lá um impresso em 10 de março cheio de atrozes insolências, que não merecem narrar-se, e chamando à sua vil ladroeira *faustosíssima e gloriosa revolução*.

Mandaram soltar os presos das cadeias e os degradados da ilha de Fernando e pretendem com estas providências desafiar a cólera do universo. O bloqueio que daqui saiu foi encontrado a 7 do corrente ao norte de Alagoas e, porque não foi possível chegar a Pernambuco com mais brevidade, tinham entrado lá algumas embarcações, porque eles esconderam a bandeira e não houve quem avisasse de fora o que se passava dentro.<sup>4</sup>

Às cartas enviadas de Olinda e das Alagoas, e publicadas no n° 27 da *Idade d'Ouro do Brazil*, responde o redator no n°29, pois decidira combater com as armas do ridículo a “quixotada pernambucana”, enquanto pelas armas não fossem desfeitos “esses moinhos de vento que se figuram formidáveis castelos aos deslumbrados olhos dos cavaleiros de la Mancha”. Basta transcrever uma para se conhecer o estilo político do redator. Seja a epístola em que responde ao amigo de Olinda.

Amigo do coração. Recebi a carta que me enviaste a furto e que me veio às mãos mais breve que tu pensavas. Ela é uma cópia fiel das perturbações da tua alma e das perturbações desse desgraçado país. Pela relação de alguma gente que tem podido escapar, e que chegou a esta cidade poucos dias depois, sei muito mais do que tu me contas. Porém, como a emigração tem cessado, ignoro os sucessos ulteriores. E espero que não percas ocasião

de fugir, ou de relatar o que aí se passa, pois que a Bahia está muito empenhada na salvação de Pernambuco e precisa de notícias exatas para regular as suas providências e para acudir quanto antes aos bons e fiéis pernambucanos. Eu conheço bem o teu gênio timorato. Sei quanto és inimigo dos petimetres literários, a quem sempre chamaste o *profanum vulgus* de Horácio, e qual será a tua indignação vendo esses badamecos ditando leis em Cartago e citando arrobas de Direito Público, de princípios de liberdade, de Direito das Gentes, léguas de Constituição e outras fanfarronadas, só porque leram algumas folhas de algum jornalista emigrado! Ainda bem que eles não te conhecem, porque tu sabes esconder a tua vida, no sentido do poeta do Ponto, quando disse: *Bene qui latuit, bene vixit*. E como além disso não tens emprego público, nem reputação de rico, passas por espírito pequeno e de nenhuma consequência para mereceres as atenções desses Sólon e Confúcius que dariam belo assunto a uma comédia de Molière.

Saberás talvez a esta hora que chegou aqui em má hora o reverendo comissário da propaganda, o qual já tinha dado boa conta da sua missão nas Alagoas, pregando a insurreição sem tema da Escritura. E em vez de ir caminho de Penedo, fez vela para a Bahia, aonde morreu condenado por uma comissão militar, convencido por um grande número de testemunhas oculares, que presenciaram a sua traição em Pernambuco e Alagoas. Sucedeu-lhe o mesmo que a Jonas, que em vez de ir para Tarsis, que era o porto do seu destino, foi parar a Ninive. E, em vez de pregar penitência aos outros, só pregou a si próprio, porque de fato morreu mui resignado e contrito, único bem que lhe restava depois de tão infames delitos.

Triste exemplo para sacerdotes que querem misturar Babilônia com Sião e que, em vez de se aplicarem às letras divinas e de gemerem entre o vestíbulo e o altar

pelas iniquidades do povo, ambicionam como os fariseus os altos assentos da sinagoga infernal e misturam-se com seculares idiotas e viciosos, de quem não podem tirar nem honra, nem dinheiro, nem instrução, nem bom exemplo. Os tais petimetres enfatuados desconfiam dos seus merecimentos e, como sabem que os padres têm certa influência no povo devoto, lançam mão de algum mais instruído para o angariarem ao seu partido e para fazer dele trincheira. Fora, velhacos. Deixai os ungidos do Senhor, não os sacrifiqueis ao vosso infame partido. Vós, por via de regra, sois inimigos do sacerdócio, e só por hipocrisia refinada é que quereis ser amigos de algum.

Meu amigo, é pouca toda a cautela com esta casta de gente literária, é melhor conversar com sapateiros na tripeça, os quais também têm sua dose de enftuação, mas isto é sobre objetos que não correm risco e que muitas vezes servem de recreio a quem os ouve com paciência. Um conheci eu que costumava dizer: ‘vale mais um ano de tripeça que seis anos de Coimbra’. Era muito presumido e ninguém lhe tirava cabelinho na venta em certos assuntos, v.g. Carlos Magno, jogo de espada preta. E lá tinha suas fumaças de bom cavaleiro. Desperdicei com ele muitas horas e dou o tempo por melhor empregado do que se ouvisse o jargão político e filosófico desses basbaques escovadinhos, que decoraram quatro palansfrórios gerais, que lhes servem para tudo, e que são tão bons políticos quanto era bom aquele pregador de quem diz Gregório de Matos: ‘A Igreja esturgindo em gritos, nem ele entende os seus ditos, nem eu tampouco o entendo’.

(...) Tu já hás de saber que o governo desta capitania tem tomado muito a peito a questão de Pernambuco. Tem havido aqui a polícia mais rigorosa que as circunstâncias exigem e, como a gente da Bahia é dócil por carácter e amiga do sossego e do prazer, não há o menor receio da

epidemia pernambucana. Nós estamos persuadidos que o grande número dos pernambucanos também detestam a rebelião dos seus demagogos e que têm cedido ao império das circunstâncias. E eis aqui a razão por que o governo tem para lá mandado algumas proclamações. As nossas tropas marcharam a tomar os melhores pontos além do rio de S. Francisco, donde ficarão a ponto de contato com a expedição que já saiu para as Alagoas. E eu espero que as nossas armas irão em breve salvar o Recife, que já se achará a esta hora em um completo bloqueio (...)

Usando simultaneamente a erudição clássica e a linguagem chocarreira, o redator insiste em ridicularizar os cérebros da revolução e em vituperar o sacerdote que se deixou arrastar pelas suas proposições. Da carta em resposta ao homem de negócios de Alagoas, há que selecionar o seguinte trecho em que o casamento do revolucionário Martins lhe permite criticar mais uma vez a revolução pernambucana.

As notícias últimas que temos de Pernambuco dizem que um dos chefes da rebelião, chamado Martins, casou com a filha de um negociante rico, o que não conseguiria se não fosse revolucionário. E eis aqui por que estes amigos querem mudanças e perturbações públicas. Má peste persiga tal canalha que quer viver do suor alheio e que, murmurando sempre do nosso governo, não querem passar para os governos estrangeiros porque sabem que em nenhum governo se dão bem os tolos, velhacos, preguiçosos e intrigantes. Não há seara boa para este joio e infernal ervilhaça, porque em toda a parte há enxadinhas e braços solícitos para os capinar. Se acham que é melhor viver em Londres ou em Paris, Deus os leve a salvamento. E se só na América inglesa é que se fala e se escreve o que cada um quer, a nossa barra está franca, sumam-se e deixem-nos pelo amor de Deus.

Pernambuco, segundo se diz, ficava às mil maravilhas. Lá casa cada qual com quem lhe parece e melhor que antigamente entre os Tupinambás, que tinham suas razões de família, interesse, etc. Rouba-se muito a salvo, sem medo de força. E só existe ali um pequeno inconveniente, que é não haver que comer, mas isto pouco importa porque os anjos do céu não comem. E como uma república livre é um céu aberto, parece que os seus habitantes devem ter todos os dotes do corpo glorioso.

As tropas estão mui faltas de armamento; as fortalezas estão sem balas e petrechos para resistir a combates. Como, porém, os pernambucanos têm liberdade de imprensa, tudo se há de remediar, porque eles crêem que uma imprensa livre é um talismã político, que faz aparecer mais prodígios que a vara de Moisés. Que belas coisas não sairão agora à luz, tiradas da cachola do Martins, *et alibi alliorum, plurimorum, etc.* Que galantes planos de desafeitos pelo Pedroso e que eloquentíssimos sermões dos patriotas sagrados pregando rebeliões com J. C. na mão, sendo que J. C. no Evangelho nunca pregou tal doutrina, antes foi sempre muito submisso ao governo da Judéia que o perseguiu e crucificou. E deixou escrito que se obedecesse tanto a Deus como a César.

Assim, depois das primeiras notícias trazidas por aqueles que tinham podido fugir nos primeiros dias da revolução (pois em seguida tornou-se mais difícil sair, sobretudo porque começaram a ser confiscados os bens daqueles que abandonavam Pernambuco), a gazeta da Bahia concentrou seus ataques no caráter literário e pedante dos revolucionários e no seu desejo de se aliarem por casamento a famílias ricas, quebrando deste modo as regras vigentes para a escolha do cônjuge, que ditavam a igualdade de condição. A presença do clero no movimento foi igualmente atacada, ora mostrando o redator que este grupo estava apenas sendo usado pelos

revolucionários devido à sua influência nas camadas populares devotas, ora denunciando que o novo credo político, embora usasse da palavra de Cristo, nada tinha que ver com o credo religioso.

A forma epistolar usada, com troca de cartas entre pessoas que viviam em áreas de revolução e o redator, permitiu a este, além do uso da ironia, um coloquialismo grosseiro que seria impensável na forma jornalística habitual. A partir de fins de abril, passamos a encontrar na gazeta, não mais o ataque injurioso aos revolucionários, mas as notícias referentes ao bloqueio e ao sucesso das tropas mandadas da Bahia.

Por um bergantim inglês que chegou à costa de Pernambuco e que veio para aqui remetido pelo comandante do bloqueio, Rufino Peres Batista, sabemos que o mencionado bloqueio tem evitado ali a entrada de alguns navios que demandavam o porto por não saberem da sua atual situação rebelde. Igualmente se tem evitado a importação de barcos de mantimentos e nada tem podido escapar de dentro desde que o bloqueio ali chegou. Dizem que um brigue armado, que já estava fora por ordem dos rebeldes, se recolhera para o Recife, desde que viu ao longe o bloqueio.

Uma fragata que tocou neste porto, indo do Rio de Janeiro para Pernambuco, dá notícia que a esquadra de S. M. F. tinha saído para o bloqueio de todos os portos pernambucanos com forças consideráveis, comandadas pelo chefe de Divisão Rodrigo José Ferreira Lobo.<sup>5</sup>

Passados dias comunicava que no Rio de Janeiro se preparava já a expedição das tropas de terra que iriam desembarcar em Pernambuco. E anunciava:

Deste porto tem saído abundância de víveres para as Alagoas e outros pontos aonde estão as nossas tropas, as quais vão reunindo a si todos os povos fiéis, aos quais é preciso dar armas e mantimentos. Isto foi causa de esta-

rem os nossos soldados, por breve tempo, a meia ração de farinha, o que logo se remediou pela rápida providência que este governo tem dado a tão importante negócio. Julgamos a esta hora que o marechal Melo, que saiu de Penedo, já terá feito junção com a partida do major Gordilho, o qual já ficava em Una. A gente de rio Formoso já pegava em armas contra os rebeldes, os quais parece que só se querem defender no Recife e Olinda, aonde já se suspeitam partidos contra eles.<sup>6</sup>

O texto seguinte traz mais perguntas que certezas quanto à evolução da guerra.

Apesar de que as nossas tropas têm penetrado até às proximidades do cabo de Santo Agostinho, e apesar de que elas têm toda a inteligência com o comandante do bloqueio do Recife, contudo nada temos sabido do interior de Pernambuco. Os insurgentes estão ali reconcentrados e não se determinam a fazer alguma excursão para defenderem Serinhaém e os sítios adjacentes. A fome de farinha é muito considerável em todos aqueles sítios por onde têm passado as nossas tropas, as quais não poderiam ter subsistido se não fossem os prontos socorros da Bahia. Ora, se em Serinhaém e Ipojuca há esta esterilidade, que será ao norte de Pernambuco, aonde o terreno é mais estéril? Donde poderão, pois, os pernambucanos colher a sua subsistência? Dizem que os membros do governo intentam fugir, mas por onde?<sup>7</sup>

Em fins de maio começou a entrar no porto da Bahia a expedição militar do Rio de Janeiro, e também a notícia de que à tropa baiana fora concedido o aumento da etapa e acrescentados 20 Réis ao soldo. Os milicianos receberiam soldo, pão e etapa quando marchassem, medida esta fundamental para a firmeza das forças governamentais. A 28 de maio, à noite, chegaram à Bahia os ofícios do marechal de campo Melo, anunciando a destruição da Divisão do

Sul, que tinha saído de Pernambuco para atacar as tropas realistas alojadas em Serinhaém. Estas notícias deram ocasião a que se publicasse um suplemento extraordinário.

Não temos tempo de relatar com exatidão todas as circunstâncias da vitória e podemos apenas dar o seguinte extrato, que não pode ir melhor organizado.

No dia 12 chegou a notícia a Serinhaém que os insurgentes intentavam atacar a guarda avançada do nosso exército, postada no engenho Ciriró Cavalcanti. Em consequência, no dia 13 marchou o exército e tomou posições nos engenhos da Pindoba Grande e Pequena. No dia 14 organizou-se o plano de ataque e no dia 15, pelas 11 horas do dia, marchou o major Salvador com a força necessária para ocupar a Pojuca que, com efeito, ocupou, sofrendo depois todo o fogo do inimigo. Às 5 horas e meia da tarde chegou o corpo do exército e travou-se a peleja no sítio denominado Guerra, achando-se o major Gordilho à frente, e o capitão Paula, que comandava a Artilharia, foi quem rompeu o fogo. Durou a ação até à noite, distinguindo-se muito nela os dois majores Salvador e Gordilho. No decurso da noite debandaram-se os insurgentes, sendo perseguidos por corpos a que comandavam o sargento-mor D. Luís e os capitães Hermógenes, Manuel Duarte Argolo e José Félix, e deixando fugitivamente todas as suas posições na manhã do dia 16, se acharam no campo de batalha 5 peças de diversos calibres, uma caronada, muitas munições de boca e de guerra, e a caixa militar com perto de um conto de Réis. Fizeram-se muitos prisioneiros e houve um grande número de mortos e feridos da parte dos insurgentes, sendo a maior parte oficiais e mesmo alguns cabeças da rebelião.

Depois desta ação, sabendo-se que o insurgente Martins marchava comandando uma coluna sobre Serinhaém, des-

tacou-se um corpo de 300 homens, comandados pelo capitão de Milícia da vila de Penedo, Antônio José dos Santos, o qual completamente a desbaratou, aprisionando, entre muitos, o célebre cabeça da revolução, Martins.<sup>8</sup>

Embora a notícia da entrada das forças governamentais no Recife tenha chegado à Bahia no dia 2 de junho, só no dia 6 o redator fez um relato mais amplo do evento.

Depois que a coluna do marechal de campo Melo derrotou completamente as forças do delirante Martins, marchou imediatamente sobre o Recife, aonde entrou tranquilamente no dia 21 do passado, porque os fiéis realistas haviam contaminado o partido dos rebeldes. A gente do bloqueio tinha saltado sem resistência e os membros do governo tinham fugido para o mato. Um deles (parece que o padre João Ribeiro) apareceu enforcado por si mesmo. Levantemos as mãos ao céu por se haver acabado este fatal desastre sem que fosse preciso arrasar o Recife e fazer correr rios de sangue. Muito pode a sabedoria e a prudência de um governo iluminado. Muito pode qualquer remédio quando é aplicado a tempo. O ilustríssimo e excelentíssimo governador de Pernambuco saiu desta cidade para o seu governo e deixou aqui presos todos os corações pela sua amabilidade.<sup>9</sup>

Terminada a revolução, o redator quis ainda narrar aos seus leitores o que se passara em Pernambuco durante o governo provisório, “que melhor se deve chamar irrisório”. Mas, como nenhum escritor tinha ainda dado à luz a narração completa daquela “tragicomédia”, a *Idade d’Ouro do Brasil* limitou-se a transcrever uma carta particular, selecionada entre as muitas que tinham chegado à redação.

Senhor Antônio Ramos Belo  
Pernambuco, 25 de maio de 1817

Contando que V.Mce existe na Bahia, lhe dirijo esta, de-  
baixo de coberta do nosso amigo senhor C. J. de Sousa, a  
dar-lhe parte e muitos parabéns pela feliz regeneração  
desta praça no incomparável dia 20 do corrente. Sim,  
meu amigo e senhor, acabaram-se as ladroeiras, as in-  
justiças, a opressão, o ameaço da morte aos europeus, o  
saque geral (não tendo sido bastante o particular) e a voz  
de serem renovadas neste Recife as cenas de Moscou,  
como outros desastres semelhantes, que intentavam os  
malvados traidores, de quem estamos livres pela fuga  
que fizeram no dia 19 do corrente.

Bem conhece V.Mce estas verdades e por isso deixo de  
enumerar coisas sabidas, só dizendo-lhe que os perversos,  
vendo-se apertados pela aproximação das tropas, não  
podendo mais furtar a seu salvo, acabaram com roubar a  
prata e coroa da Senhora da Conceição dos soldados. E,  
com o dinheiro que ainda lhes restava do roubo do Erário  
(não sendo muito pouco, porque quase nada pagaram do  
muito que compraram), seguiram o caminho do norte. Com  
eles foram bastantes miseráveis, que a força e medo obriga-  
va, e também muitos negros e mulattos cativos que prodiga-  
mente tinham libertado. Mas quase todo o seu exército os  
abandonou na noite que chegaram a Olinda, e pouco adiante,  
quando souberam do nosso faustosíssimo dia 20, se dispersa-  
ram todos, matando-se a si próprios alguns cabeças, como o  
coronel Pedroso, que se degolou, e o padre João Ribeiro, que  
se enforcou. Já hoje não terão os malvados autores desta  
infeliz tragédia quem os acompanhe, porque chegam todos os  
dias soldados e oficiais do seu exército conduzindo muita  
bagagem e dinheiro do que levaram, que este, não podendo  
mais conduzi-lo porque queriam fugir a toda a pressa, o  
dividiram pelo resto dos que ainda estavam com eles. Estão  
por fim esbandalhados os miseráveis patriotas, não restando  
mais que serem apanhados pela Cavalaria da

Bahia que os persegue. E para evitar que não fujam por mar, anda em bloqueio daqui à Paraíba, dizem, o *Audaz* e uma escuna, e por isso contamos que semelhantes indignos serão presos ou mortos, como merecem, e bem assim outros que, julgando-se em perigo em toda a parte, tomaram o partido de aqui ficar, mas destes, grande número já está de gaiola (...) José Antônio de Oliveira.<sup>10</sup>

O redator, referindo-se a outras cartas escritas também de Pernambuco, conta que os europeus, ou seja, os reinóis ali residentes, não podiam carregar armas durante o período do governo provisório, pois eram sempre considerados suspeitos pelos revolucionários. Além disso, chegara a haver um conselho em que muitos eram de parecer que se matassem indistintamente todos os europeus, mas que outros se tinham oposto à “deliberação infernal”. E comentava:

Descrever pelo miúdo tudo que se passou no Recife é tarefa difícil, e mesmo muito odiosa. Deus nos livre de macular uma cidade inteira por causa de alguns furiosos e por isso, desde que principiamos a escrever, tratamos este negócio em estilo ridículo. Nunca nos persuadimos que Pernambuco era geralmente revolucionário e não tivemos escrúpulo em enxovalhar um punhado de petimetres políticos, cuja facção não deve recair sobre uma capitania que mostrou o maior júbilo no recebimento das nossas tropas, desde o Penedo até o Recife. E é preciso confessar que a mesma gente boa do Recife arvorou nossas bandeiras nas fortalezas.<sup>11</sup>

A fase final da cobertura dos acontecimentos de Pernambuco referiu os presos que iam chegando à Bahia, os insurgentes que ainda andavam fugidos pelos matos e eram perseguidos pelas tropas baianas e por caboclos. Fez-se a descrição dos armamentos encontrados: foguetes de Congreve, peças de artilharia e espingardas. Noticiou-se a morte do negociante Martins, do letrado Mendonça e

do padre Miguel. Em julho as forças governamentais regressavam da campanha contra os revolucionários.

A tropa da Bahia, que com tanta satisfação marchou contra os rebeldes de Pernambuco, já principia a voltar aos seus penates. Os criminosos que se tinham escapado pelo mato foram presos todos, sem excetuar Domingos Teotônio, que governava a tropa do Recife. Este foi preso em uma mata que dista 6 léguas de Pernambuco, aonde se havia escondido. E um preto de engenho, que sabia do seu pouso e que lhe ministrava alguma comida, foi quem o descobriu com o receio de cumplicidade no caso, que de outra maneira se viesse a saber a residência do fugitivo. Este, o denominado *Leão coroadado*, e mais outros ficavam já sentenciados à morte. E alguns dias antes se tinha enforcado no Recife o tenente que comandava a fortaleza das Cinco Pontas. Os soldados da guarnição do Recife assistiram desarmados a esta execução entre a tropa da Bahia e do Rio, e depois foram embarcados para o sul.<sup>12</sup>

Finalizando a cobertura deste evento político, o redator, em outubro de 1817, aludiu ao perigo negro que estivera tão perto devido à atitude dos insurgentes:

No Recife tem-se castigado até agora muitos negros e mulatos, os quais, apesar de não serem revolucionários, aproveitaram-se das desordens dos provisórios para cometerem toda a espécie de insolência, de tal sorte que, se dura mais alguns meses aquela infame facção, ficava perdida de todo aquela cidade, porque os insolentes entravam de mão armada pelas casas, atacando a honestidade e roubando sem distinção. Quanto é perigosa (maiormente em país de escravatura) uma louca insurreição, que transtorna os princípios da ordem pública!<sup>13</sup>

Como já referi, neste mesmo ano de 1817, houvera em Portugal a conspiração chefiada por Gomes Freire de Andrade, mas a *Idade d'Ouro do Brazil* deu pouco relevo ao evento. Apenas em dezembro se anunciou, na loja da gazeta, a venda por 400 Réis do folheto *Sentença dos réus da conspiração executada em Lisboa*.

# 2

## O movimento constitucional de 1821

O primeiro número de 1821 que chegou até nós é precisamente o de 13 de fevereiro, impresso logo depois dos acontecimentos de 10 de fevereiro na Bahia. A *Idade d'Ouro do Brazil* fez o relato do que se passara, não deixando contudo de apontar as diferenças entre este movimento vencedor e a frustrada revolução de Pernambuco em 1817.

“O título de *Idade d'Ouro*, imposto à gazeta em sua primeira publicação, era um título figurativo, que augurava de longe o para sempre memorável dia 10 de fevereiro de 1821, dia em que esta briosa cidade repercutiu o há muito suspirado eco da regeneração do carácter português, que soou tão altamente nas margens do Douro e do Tejo. O Brasil inteiro chorou com santa inveja por seus irmãos da Europa, no momento em que os viu sair com tão glorioso denodo dos ferros do despotismo, mas a sorte guardava a Bahia na sua imperscrutável urna para ser a redentora do Brasil, como havia guardado o Porto para redentor de Portugal.

A Bahia, que há poucos anos atrás fora enobrecida com o moto de fidelidade quando se opôs a indiscretas revo-

luções, que não podiam vingar nem por sua natureza, nem por seus fins, a Bahia, segunda vez o repetimos, mereceu agora com mais alta justiça o moto de fidelidade, porque no dia 10 do corrente salvou a glória d'el-rei nosso senhor, eclipsada pelas tenebrosas nuvens que a ignorância e a (ilegível) queima em seu profano turíbulo em roda do seu adorado trono. Sim, a Bahia salvou el-rei, salvou, e o buril da História gravará este feito em suas lâminas, como o único feito capaz de (ilegível), e unicamente capaz de melhorar a sorte do Brasil, cuja reforma se tem esperado em vão da nossa Corte. O extremo do mal é o princípio do bem, diz Montesquieu falando do despotismo. Eis o teorema político em que ninguém acredita e por isso se espantam todos quando o tempo faz o seu impreterível dever.

A Bahia esperava em modesto silêncio pela resolução do Rio de Janeiro à vista dos sucessos de Portugal. A Bahia não queria roubar aos ministros de S. M. a glória de fazerem por bem aquilo que, necessariamente, se havia fazer por mal, porque as baionetas que, no sistema florentino de Maquiavel, eram as últimas razões dos tiranos, são hoje as últimas razões do povo. Do povo, tornamos a repetir, do povo que antes de se servir das baionetas se serviu de lágrimas e humildes representações que nem chegavam aos ouvidos do mais amável dos soberanos.<sup>14</sup>

Abandonando aquilo que ele mesmo denomina “patéticas declarações”, passa o redator à narração dos fatos, afirmando querer pôr em prática o lema da gazeta: “Falai em tudo verdades / A quem em tudo as deveis”.

Às 5 horas da madrugada, saiu o Regimento de Artilharia do quartel do forte de S. Pedro, comandado pelo tenente coronel Manuel Pedro. Apoderando-se da Casa dos Fogos, tirou a pólvora necessária e marchou para a praça do governo, deixando guarnecido o trem e a

rua das Mercês. Por seu lado a Cavalaria, comandada pelo tenente coronel Francisco de Paula e Oliveira, postou-se na praça também e guarneceu as ruas “para evitar motins populares”. O governador, conde de Palma, saiu imediatamente do palácio e foi para o quartel da Legião e do 1º Regimento, marchando com aquela tropa para o campo da Piedade, aonde também se colocou o Batalhão nº 12.

Aqui o redator interrompeu a narrativa dos fatos para oferecer o seguinte comentário: “Calamos o resto por não enxovalhar a glória de tão fausto dia com delirantes quixotadas...” Tais palavras iriam certamente despertar a curiosidade dos leitores, mas ele prosseguiu descrevendo a atitude tranquila do governador que se preocupava em evitar derramamento de sangue, a instalação do Conselho Supremo Militar e a eleição dos membros do Governo Provisional.

Os heróis do dia foram comparados aos heróis do passado e, embora fossem elogiados todos os oficiais, foi dada ênfase à atuação de alguns cabeças do movimento: o tenente coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, do Regimento de Artilharia, o tenente coronel Pereira, do Batalhão nº 12, e o tenente coronel Paula, da Cavalaria.

Quanto às “quixotadas” omitidas na primeira narrativa dos eventos de 10 de fevereiro, elas foram narradas alguns dias mais tarde.

Vemo-nos perseguidos do público, querendo saber quais foram as quixotadas mencionadas na primeira gazeta sobre o dia 10 e repreendidos com razão por alguma falta de exatidão em narrar todos os incidentes da nossa gloriosa resolução do mal para o bem.

Prometemos dar esta relação individualmente e por ora explicaremos a quixotada.

O marechal Felisberto suspirava pela revolução, mas queria figurar nela como primeiro agente, o que era incompatível com a sua má reputação nesta cidade. Também deu repetidas mostras de que não queria comunica-

ção com Portugal, mas fazer um governo semelhante ao dos Estados Unidos da América. Ora, como ele era por extremo orgulhoso e fazia baixo conceito dos outros, mal podia suspeitar que alguém fosse capaz de sem ele fazer uma revolução. Daqui vem que ele devia necessariamente ficar fora de si quando soube que a Artilharia estava na praça do governo e que o trem era guarnecido do parque. Neste conflito lembrou-se do seu partidário, o major Hermógenes, e projetou a guerra civil, único refúgio que lhe restava. Partiu para o trem com desígnio de se apoderar dele, sem advertir, como mau soldado, que ia sacrificar a sua tropa em uma rua direita em frente do parque. Quando ele pressentiu que os artilheiros estavam dispostos a fazer fogo, fugiu covardemente, gritando à vanguarda que avançasse. Neste tempo disparou a peça do capitão Veloso e do capitão Falcão e ele, ouvindo pela primeira vez o zunir das balas, coseu-se com o cavalo, correndo, gritando por Jesus, e chegou ao campo da Piedade dizendo que estava tudo perdido. A morte do Hermógenes aumentou o seu terror e não se atreveu a novas tentativas porque via a decidida indisposição das tropas para combater contra seus irmãos e amigos.

Dava todos os sinais de querer ver nadar a cidade em sangue, o que pouco importava, contanto que ele escapasse.

Voltou dali para a praça com a tropa, que logo se resolveu a marchar; quando o procurador da Câmara apareceu com o estandarte, gritando que todo o povo havia proclamado a Constituição.

Tão firme estava ele no seu projeto de separação de Portugal, que ainda propôs na Câmara este delirante projeto e ali morreria infalivelmente, se algumas mãos caridosas não lhe desviassem os golpes. Assim, em uma hora, fingiu de realista, de revolucionário e de republicano. O seu caráter continua a ser cada vez mais detestado.<sup>15</sup>

Felisberto Caldeira Brant Pontes, senhor de engenho, surge assim, logo após o movimento constitucional de 10 de fevereiro, como um separatista partidário de um sistema republicano como o dos Estados Unidos. Mais adiante surgem os ataques ao partido “felisbertino”, acusado de, no próprio dia da aclamação da Constituição, ter procurado transformar este movimento puramente constitucional num movimento separatista. Ora a ênfase era então dada à união com Portugal, pois só assim o movimento baiano teria forças para se opor aos ministros do Rio de Janeiro, que não queriam saber de governo constitucional e pretendiam a manutenção do Antigo Regime. Basta lembrar toda a atividade de Tomás Antônio de Vilanova Portugal quando, no Rio, soube do movimento constitucional em Portugal. Era aos ministros de D. João VI que o redator se referia em março de 1821.

Não foram eles mesmos os que aconselharam a el-rei a união do Brasil em reino com Portugal? Pois como se admiram agora que nós apertemos um pouco os laços desta união? Insensatos! Eles querem unir com palavras o Brasil a Portugal para irem sangrando aquele reino de tropa e dinheiro até o reduzirem a Costa do Malabar. E depois irão empobrecendo e desesperando o Brasil até fazerem dele províncias asiáticas para plantarem com mão de mestre o despotismo oriental. Neste caviloso sistema era de esperar que as províncias do Brasil se desunissessem umas das outras e então eles fariam partilhas da presa e a Casa de Bragança deixaria de reinar. Que políticos! Mas o coelho roeu-lhes o grelo da semente...

Eles tiveram a habilidade de iludir alguns pixotes, dizendo-lhes que o Brasil não era país de Constituição e que só era país para injustiças e roubos. Qual é o país do mundo que não seja próprio de um governo sábio e justo! Muito má idéia fazem eles da palavra *Constituição*, que a julgam planta exótica do Brasil. Dizem que a raça afri-

cana torna perigosa a Constituição. E os deputados das Cortes são, por ventura, néscios para não terem em vista as providências que tal artigo exige? Como são medrosos dos africanos, dos quais nunca se assustaram os nossos portugueses antigos nos campos do Salado, aonde os africanos eram de outra têmpera! É pena não haver bruxas no Brasil para eles dizerem que por amor delas não podíamos ter *Constituição*. De quem eles devem ter medo não é dessa gente infeliz e esfaimada; é sim das luzes do século que destecem as trevas da sua maliciosa ignorância. E por isso bom seria que mandassem queimar todos os livros e que só ficasse a Ordenação podre do reino, com alguns ligeiros retoques para se saber pedir vista, apelar, agravar, enforçar, etc., que é quanto basta para que o Brasil floresça.<sup>16</sup>

Ao exagero da primeira parte deste texto, falando da intenção ministerial de implantar no Brasil um “despotismo oriental” regional através da supressão da Casa reinante, segue-se o principal argumento aventado no Rio de Janeiro para o Brasil não seguir os constitucionais de Portugal: a escravidão africana.

A mudança política implantada na Bahia implicava uma fase de doutrinação em que se ensinasse ao povo o “catecismo constitucional”. A *Idade d’Ouro do Brazil* assumiu esse papel doutrinário, bem como o *Semanário Cívico*, mas só enquanto as cisões entre as várias facções não desviaram o periódico para outras tarefas. Em vários números empenhou-se o redator em esclarecer alguns termos fundamentais no novo credo político, que exigia naturalmente um novo vocabulário.

A palavra *liberdade*, de que a população francesa fez um terrível abuso, tem várias significações e por isso julgamos do nosso dever explicá-la ao povo.

(...) O povo bem intencionado entende por liberdade o estar cada um à sua vontade e, como dizem, à fresca,

jantando ou conversando sem as etiquetas das sociedades de cumprimento.

Os políticos entendem por liberdade aquela que se goza debaixo dos governos sábios e justos, nos quais conta cada um com a segurança da sua pessoa e bens, sem receio que a malícia do seu vizinho o faça suspeito ao Estado e o perturbe com chicanas sobre a demarcação das suas terras, etc. Esta liberdade civil difere muito da liberdade selvagem, porque é regulada por leis e só nos deixa o poder de fazermos aquilo que é lícito e que não perturba o Estado nem o bem ser dos nossos semelhantes.

Ora, nos governos constitucionais, esta liberdade é a mãe dos bons costumes, porque os magistrados estão sempre alertas para vingarem o abuso do poder natural, e qualquer acha pronto remédio na lei para repelir o insulto que se faz à sua pessoa e bens.

Pelo contrário, nos governos despóticos não há bons costumes porque não há liberdade. O despotismo favorece a desenvoltura, protege os facinorosos, maiormente tendo eles dinheiro, e neste caso o mundo é de quem mais pilha. Ficam então os pobres na opressão, e os ricos são outros tantos déspotas, porque compram a justiça e têm as autoridades de casa para aterrar os pequenos. Donde devemos inferir que o despotismo tem a raiz no sistema da Corte, mas esta árvore ramifica ao infinito, penetra o centro dos sertões, inficiona as autoridades eclesiásticas e civis, pousa no recinto dos conventos e reduz tudo a uma perfeita anarquia em todos os tribunais. Quem tem dinheiro faz o que quer. A inocência não tem advogado. E o merecimento é uma pura quimera. Nos governos despóticos os mandões têm toda a liberdade para o mal, e o povo há de gemer e calar. Nos governos constitucionais ninguém é livre para o mal. A Constituição corta os abusos dos tribunais, cada indivíduo pode gritar pela lei em

seu abono, e eis aqui por que o povo quer Constituição, e os mandões a detestam como peste.<sup>17</sup>

Além de explicar o que se entendia por liberdade, o redator ofereceu uma explicação do que era uma revolução, embora tendo o cuidado de evitar debater quem fazia as revoluções.

A palavra *revolução* é sempre terrível aos ouvidos dos tiranos, e também o deve ser aos ouvidos do povo porque toda a revolução traz consigo inconvenientes. Mas há casos em que ela é indispensável e então sofrem-se alguns males para conseguir muito maior soma de bens.

(...) É fácil a qualquer homem prudente conhecer se a revolução é boa ou má. Se o estado anterior era bom e se o governo merecia os aplausos públicos, mal fizemos nós em o mudar. Se, porém, o estado anterior descontentava o público, se as rendas públicas eram mal administradas, se a justiça era venal e se o comércio e a lavoura não florescia, então obramos muito bem, e a palavra *revolução* em nada nos deve aterrar como não aterrava a nossos pais a revolução de 1640, quando Portugal e o Brasil gemiam debaixo do péssimo governo dos Filipes.

Enfim, revolução é mudança. A mudança pode ser boa ou má. A Holanda mudou bem quando fugiu à tirania da Espanha, e a França mudou mal porque fugiu de um governo mau e foi para outro pior na sua indiscreta república.

Resta saber quem faz as revoluções. A este quesito muito tínhamos que responder, se tivéssemos vagar para análises. Mas basta dizer: *As revoluções são feitas pelos maus governos*. Contemplemos esta questão por todos os lados e veremos que tal proposição é demonstrada na História do Gênero Humano.

(...) É fatal a cegueira e obstinação dos cortesãos que não acreditam estas verdades, como se só eles tivessem o dom do raciocínio. Mas sejamos exatos: eles erram

mais por malícia que por ignorância. O interesse é o móvel do coração humano e os cortesãos têm interesse na conservação do atual estado.

Como se enganam! Se eles têm filhos, trabalham para a sua ruína. Fazem momentâneas fortunas que hão de produzir a desgraça de seus vindouros.

O interesse individual é sempre quimérico quando não tem por base a justiça do interesse público. Pope, no seu *Ensaio do Homem*, explica bem este pensamento. Pope foi há pouco traduzido no Rio. Eles lá o têm, leiam e entendam.<sup>18</sup>

Outro conceito fundamental a ser elucidado para o público era o de Constituição, uma vez que se tinha prometido na Bahia defender a que fosse feita em Portugal.

Muito perseguidos nos vemos por quem nos pede que expliquemos ao povo a palavra *Constituição*.

Em nossa maneira rápida e superficial de escrever, mal podemos fazer esta explicação como convém, mas estamos urdindo o modo de satisfazer a este empenho com mais dignidade e frase acomodada ao instinto público.

Por ora aventuraremos algumas ideias vagas para dispor os espíritos e inflamar os corações.

Constituição quer dizer: ‘bom governo e boas leis, fundadas na natureza dos homens, nas suas precisões, e tendo por alvo final a sua felicidade’.

As leis nos governos constitucionais são feitas pela vontade geral do povo representado por seus deputados, que são escolhidos dentre aqueles que se julgam mais sábios e honrados. E o rei é o executor destas leis.

Nos governos absolutos o rei é, ao mesmo tempo, legislador e executor, e as leis são feitas pela sua vontade, e as mais das vezes pela vontade dos seus validos, que

acomodam as leis ao seu interesse e às suas preocupações, sem consultarem a vontade pública e o bem geral.

Ora, deixemos à parte nossas preocupações e respondamos sinceramente: qual destes governos é melhor?

Qual destes governos está mais ao alcance de conhecer o que é bom e justo para a prosperidade nacional?

Todos os homens são naturalmente propensos ao despotismo, por melhor alma e melhor educação que tenham. E então a nação corre perigo de se arruinar, se a vontade de um for a lei suprema do Estado.

Logo quem quer Constituição quer uma coisa justa e santa. Porém os mandões que tudo atiram para o mal, gritam logo: ‘Revolucionários, vós quereis iludir o povo, quereis roubar, quereis destruir o Altar e o o Trono, etc.’

Os que servem ao Estado querem que se lhes pague seu ordenado sem que seja preciso descontos e mil cortesias a quem lhos deve pagar, porque não são laranjas da sua roça. Os eclesiásticos querem obedecer às leis da sua diocese, e não querem estar sujeitos aos arbítrios do Ordinário, que os prende quando lhe parece, e que deixa viver outros em desenvoltura porque assim lhe aprez. Se eles não são dignos, para que os ordenam para depois os ridicularizar?

Os religiosos querem a observância dos seus Estatutos, mas não querem o *quero porque quero* dos seus prelados, os quais sem apelação trancam um desvalido no cárcere e dão larga licença a quem muitas vezes escandaliza o mundo com desdouro da corporação.

Os fregueses querem obedecer ao seu pároco, mas não querem ver os pobres defuntos apodrecendo em casa, ou à porta da paróquia, só porque não têm dinheiro para o *subvenite*.

Os credores não querem que os devedores busquem subterfúgios e chicanas para perderem metade da dívida, e às vezes toda, e ainda por cima pagar custas.

Enfim, a Constituição faz dar a cada um o que é seu, faz entrar os homens em seus deveres, desterra os perversos e dá sossego aos bons.

Na Constituição quem governa é a lei, e não a proteção do magistrado, ou do capitão-mor. Quem é virtuoso está seguro e quem é perturbador, demandista ou facinoroso não pode escapar à justiça por mais padrinhos que tenha.

Já dissemos que na Constituição governam as leis; agora vejamos quem governa nos governos despóticos.

Nos governos despóticos tudo é confusão de Babel. O rei quase nada governa e cada empregado é um régulo na sua repartição de Fazenda ou de Justiça.

O juiz de fora de uma vila deita a perder a quem quer, sem que ninguém lhe dê volta. O membro de qualquer tribunal faz de tudo dependência e os outros não lhe vão à mão para que ele não lhe faça o mesmo por sua vez. Enfim, não queremos ocupar a cabeça com tal labirinto de despotismos. Quem tem tido demandas e dependências sabe isto melhor do que nós, que muitas vezes perdemos causas justas só para não disputar, e não perdermos o pouco juízo que Deus nos deu.

A Constituição espanhola fica a imprimir-se e nela se verá o que é Constituição.<sup>19</sup>

Neste texto a Constituição aparece como a panaceia universal capaz de fazer a justiça funcionar, e este é o ponto fulcral para o redator. Ele deixa para a impressão da Constituição espanhola a demonstração do que eram as leis básicas no novo governo, sem perder muito tempo a especificar as questões fundamentais, como divisão e separação dos poderes, formas de eleição, assembleia de representantes, etc. Ele detém-se mais nos inconvenientes do despotismo, que todos os leitores conheciam, acentuando que o déspota não era o rei, mas sim todos os empregados públicos, desde os ministros aqueles que dirigiam as várias repartições. E a própria

esfera eclesiástica não escapava aos governos despóticos dos bispos ou dos prelados das várias ordens religiosas.

Na Bahia, o movimento constitucional e a instalação do Governo Provisório fizeram aparecer sugestões das reformas mais urgentes, e na gazeta eram os leitores que sugeriam as medidas mais imediatas para a resolução dos problemas herdados do governo anterior. Um deles, apontado por um leitor em carta à redação, era o do abastecimento público.

Temos conseguido muito desde o dia 10 de fevereiro, em que começou a nossa feliz época constitucional (...) Todos enfim conhecemos e vemos que os males de primeira ordem estão remediados, porém havia males secundários que existem ainda e para os quais o nosso governo, ocupado com objetos de alta importância, ainda não tem voltado a sua atenção. Falemos de alguns para os fazermos lembrados às autoridades que, me parece, podem, mesmo sem incômodo do nosso governo, remediá-los. São coisas miúdas, me dirá o político gigantesco que, no seu gabinete, depõe reis, forma repúblicas, organiza confederações e traça limites a impérios. Porém, o cidadão pacífico, o honrado pai de família econômico louvará a minha lembrança. Entremos em matéria...

Há mui poucos anos que o pão começou a ser usado no Brasil, porém há tempos este artigo se tem tornado, pelo seu consumo, gênero de primeira necessidade. Por que razão o honrado Senado, a quem compete a polícia da cidade, não atende a este objeto que tanto merece, em outras partes, cuidadosa atenção e vigilância? Não entrarei em longos cálculos sobre o exorbitante lucro que os manufatores deste gênero tiram do público. Só lembro que, quando o preço ordinário de uma barrica de farinha regulava em Lisboa entre 14\$000 e 16\$000 Réis, o pão se vendia de 45 Réis a 50 Réis a libra. E aqui, custando a barrica 8\$000 Réis, 9\$000 Réis ou 10\$000 Réis,

vende-se uma mal pesada libra por 80 Réis...Que diferença! Que roubo! Cumpre, pois, ao honrado Senado occupar-se com um objeto em que há tantos mil interessados.

Passarei a um outro abuso, não de menos consequência e ponderação, e ainda mais repreensível, pois que há leis existentes, à falta de execução das quais o devemos atribuir. Falo dos talhos da carne... Parece-me ouvir toda a cidade a animar-me para que fale energeticamente contra este roubo descarado, à exceção de bem poucos indivíduos, e esses mesmos ou porque nele são interessados, ou porque dizem como aquele homem poderoso respondia ao mordomo, que se lhe queixava de falta de carne: 'Como pode isso ser? Na minha mesa nunca falta e sempre sobeja.' Com efeito, parece incrível a relaxação em que está este objeto. Manda-se ao talho buscar 6 libras de carne, vem apenas 4 e meia. Não há a quem nos queixemos prévia e sumariamente e, se tal fazemos, isso traz consigo despesas, comprometimentos e mesmo grandes inimizades, porque o negro do talho pertence ao senhor poderoso, direta ou indiretamente. Enfim, perdemos nosso tempo. Que mais posso eu dizer? Há um método de contrabando, chamado vulgarmente *formina* (isto é, qualquer particular que em sua casa mata uma rês e a vende a retalho por preço que ele taxa), coisa proibida pelas leis, porque é um mal público. Pois bem, nós fugimos do talho público e vamos a estas forminas para fugirmos ao roubo. Transgredimos a lei para ser mais bem servidos e por menor preço, porque ainda que a taxa do particular seja mais alta, como o peso é exato, equilibra o desfalque que sofremos no talho público.

Tais são as observações que o bem público e o meu me obriga a rogar ao senhor redator as queira publicar no seu jornal. Estou certo que a competente autoridade cuidará em remediar estes males que, olhados de cima, parecem bem pequenos, mas que realmente pesam so-

bre todas as classes, e particularmente sobre as mais oneradas e que mais contemplação merecem.<sup>20</sup>

As queixas deste leitor incidem em dois pontos: a falta de controle nos pesos da carne nos açougues público, para os quais havia já as leis necessárias; e o preço excessivo do pão, cujo controle aqui pedido iria contra as doutrinas do liberalismo econômico, além de que, ao contrário do que o leitor afirmava, o pão não era efetivamente um produto de primeira necessidade para ter seu preço controlado, como era a prática no Antigo Regime. O pão era ainda um artigo de luxo, consumido por uma minoria da população.

Um outro leitor, sob o pseudônimo de “Um amante da pátria”, reclamava uma reforma jurídica que permitisse o esvaziamento das cadeias, cheias na sua maior parte de gente inocente, ou culpada de crimes leves.

Agora que já conhecemos pátria e temos governo, é de supor que tenhamos quem olhe para o bem comum e individual dos cidadãos. E, como este se não pode lembrar de tudo, vou advertir uma coisa que julgo ter lugar e que dela resulta muita utilidade.

Eu vejo as cadeias entulhadas de milhares de vítimas infelizes e desgraçadas, e uma grande parte delas inocentes. E por que razão se não cuida em restituir à liberdade todos aqueles que injustamente foram arrebatados dela?

Se o bom governo solicita os cidadãos às armas e tem já admitido muitos que nunca militaram, por que razão não desentulha tantas prisões de tão grande número de soldados europeus que se acham consumindo nelas, e muitos acabando o seu tempo de degredo, chamando-os às armas para as quais eles estão prontos, e que se não devem desperdiçar tão bons soldados?

Este devia ser um dos primeiros passos do nosso bom governo, pois que um homem preso é pesado ao Estado, inú-

til à pátria e prejudicial à sociedade e até a si mesmo. E por consequência não devem reter-se homens em prisões, porque os não corrigem, antes os põem em desesperação e inábeis para tudo.

Talvez me digam que as leis têm prescrevido a brevidade nas causas dos presos e que o nosso bom governo, em atenção a isto, decretou a extinção das férias tão abomináveis como pestíferas. Mas a isso respondo que os célebres juízes, costumados e já calejados com a chicana e delongas antigas, descansam e dormem sobre os processos, e os miseráveis presos apodrecendo nas prisões. Além de que, para o movimento das causas e processos, é preciso dinheiro, e quantos se acham em tanta penúria e miséria que nem têm para se alimentarem, como terão para se defenderem? Certamente nunca serão soltos, e eis aqui sobre que deve clamar a humanidade oprimida. De mais, é de crer que nas cadeias se encontrem presos de potência do tempo do despotismo, e por que razão o nosso bom governo não há de cuidar em resgatá-los, visto que se propõe a regenerar-nos?<sup>21</sup>

Um outro leitor, que se assinava apenas com a inicial C, redigiu umas reflexões sobre alguns abusos, resultado da má administração pública: os tratados de comércio com as outras potências eram “miseráveis”; o exército era composto de soldados “mal pagos, mal vestidos, mal armados e mal disciplinados”; na armada duas naus unicamente estavam em estado de navegar. E terminava criticando a “relaxação na polícia dos templos” e a ociosidade dos sacerdotes que delegavam seus deveres “em serventes preguiçosos e indolentes”.

E na mesma folha prosseguia expondo mais abusos, desta vez em relação ao serviço dos correios.

A administração da correspondência geral, ou correio, é um ramo de polícia e civilização que tem merecido os

maiores desvelos entre as nações cultas, onde ultimamente se tem desenvolvido, aperfeiçoado e levado a um grau superior. São incalculáveis as vantagens que o Comércio, as Artes e as Ciências tiram diariamente deste ótimo estabelecimento. Também o temos, com bem o digamos, porém tão mal servido e de tal forma organizado que parecia que o despotismo por uma parte e o desleixamento por outra trabalhavam de acordo para o tornar inútil.

Apresentando em seguida uma caricatura desta instituição, pedia ao mesmo tempo as providências para a sua melhoria.

Chegava um navio, e só passados seis, oito e às vezes mais dias, nos aparecia a desejada e mais que desejada lista das direções das cartas. Neste intervalo de tempo o público (já se vê que, quando falo do público, não confundo com ele o negro do ilustríssimo senhor Fulano, o moleque do excelentíssimo senhor Sicrano, o cabra do reverendíssimo senhor Beltrano, que eram despachados no primeiro dia, mesmo com luzes), como ia dizendo, o público à força de rogos, de paciência e de empurrões recebia pelo amor de Deus, e pagando, uma carta que tinha mendigado às vezes um, dois e três dias. Outros havia ainda mais desgraçados, porque estando a ponto de receber a suspirada carta, tocava meio-dia, fechava-se a botica, e adeus senhora carta até às 3 horas da tarde. Se escapava da tarde e o outro dia era feriado, adeus senhora carta até à semana que vem. E assim se iam enfiando dias, dias e dias. Eu diria o remédio destes inconvenientes, mas o nosso sábio governo, quando chegar o turno desta repartição, fará nela as melhoras que já em outras sentimos. Lista a tempo no local mais central; empregados que, alternando as horas, se combinem de sorte que não haja sesta e o público seja atendido a qualquer hora do dia que se apresente. Eis coisas bem fáceis

e que produzirão um grande bem ao comércio e à exatidão de nossas correspondências.

Tudo o que estava errado o novo governo tinha de corrigir. Além disso, dele se exigia a publicidade de todos os seus atos, quer se tratasse de prestação de contas, quer de nomeações ou destituições de pessoas no serviço público. Um “amigo da ordem” assim o recordava ao redator.

Lembro-me fazer uma observação que, a meu ver, não só acho de entidade, mas até profícua a bem da causa pública, uma vez adotada e praticada. Bem que o Tesouro Nacional desta província já nos haja dado o prazer de ver contas gerais da receita e despesa pública, contudo é sumamente interessante que todos os cofres e tribunais de arrecadação subalternos e veículos daquele, como Alfândega, Casa da Moeda, Arsenal, Trem, Hospital, e mesmo Câmara e Inspeção, apresentem mensalmente a conta geral da sua receita e despesa. O amante da nação acharia nisso uma satisfação ilimitável; o político largo campo para combinações; e os jacobinos anti-constitucionais um freio à mordacidade, vendo o estado dos fundos nacionais, sua arrecadação e bem ordenada distribuição. Ocorre-me também que, por dever da epígrafe do seu mesmo periódico, deve V. Mce cooperar para que o público fique livre da ansiedade de ver tomar-se medidas, dá-las à execução e desaparecerem algumas pessoas do seu atual exercício, sem se saber o porquê, o como e o quando. Não é próprio do século, ou época da verdade, andarem uns a perguntar: Por que está Fuão preso? Por que razão Fuão não faz as funções do seu cargo? Fuão já não comanda, não governa, etc., etc. E responderem outros: Eu não sei. Foi dispensado. Não entra mais de serviço, etc., etc. Esta ignorância das deliberações não agrada a um público que apenas ressurge do caos do despotismo e vive ainda timorato dos seus flagelos. Se

este ou aquele não cumpre os seus deveres, tire-se-lhe o emprego, dê-se a outro, e divulguem-se as causas. Assim se corrigirão as infrações e abusos na administração e governança pública, e não mandando-se para casa, ou prendendo-se os infratores, sem haver inteligência dos motivos que o exigiram. Todos têm satélites e destes se originam maquinações e calúnias que, muitas vezes, têm sido funestas aos povos e aos Estados.<sup>23</sup>

A publicação das contas mensais das principais instituições de finanças exigida pelo “amigo da ordem” era totalmente inexecutável, embora fosse possível sua divulgação anual. Também era utópico exigir as razões para as mudanças administrativas que geralmente sempre acompanham as mudanças de governo. Mas, no decorrer do ano de 1821, tudo eram sugestões e propostas de reforma. Só depois outras questões vieram à baila.

# 3 As facções políticas na Bahia

Testemunha do movimento de 10 de fevereiro na Bahia, Francisco de Sierra y Mariscal apontou três partidos: um europeu, cujo objetivo era a união de Brasil e Portugal através da Constituição elaborada em Lisboa; um outro muito empenhado numa Constituição com duas Câmaras; e finalmente o partido democrata, que queria os governos provinciais independentes.<sup>24</sup> Em março de 1822, Madeira de Melo também se referia a três partidos: o dos naturais de Portugal, que era “puramente constitucional”; e dois outros em que se dividiam os naturais da terra. Um destes aspirava a uma Câmara de Lordes e era composto pelos “mais poderosos em posses, já em empregos de representação ligados aos togados do Rio de Janeiro”; o outro queria uma independência republicana em que só figurassem os naturais do país.<sup>25</sup> Ambas as testemunhas coincidem em afirmar que, inicialmente, estes dois últimos partidos se atacavam, favorecendo assim o primeiro, mas que em seguida o partido europeu ficou sozinho de um lado e o dos naturais da terra no outro. Assim se compreende que, para uma estrangeira como Maria Graham, parecesse haver apenas duas facções, a portuguesa e a brasileira.<sup>26</sup>

Apesar de serem poucos os números da *Idade d'Ouro do Brazil* de 1821 que chegaram até nós, o redator, embora se tenha referido ao “partido felisbertino” e criticado a atitude de Felisberto Caldeira Brant Pontes logo depois do 10 de fevereiro, só se ocupou das facções existentes no momento em que os acontecimentos a isso o forçaram. No dia 3 de novembro de 1821, ocorreram na cidade motins que foram descritos quer pela gazeta quer pelo outro periódico da mesma linha política, o *Semanário Cívico*. Embora a gazeta já se refira aos acontecimentos no seu número de 6 de novembro, foi este periódico, redigido por Joaquim José da Silva Maia, o primeiro a fazer um relato ordenado dos eventos, em seu número de 7 de novembro.

Vamos agora sucintamente narrar, e com toda a imparcialidade, os acontecimentos que tiveram lugar no dia 3 do corrente, de que fomos testemunhas oculares e, felizmente, escapamos de ser desgraçada vítima!

Haviam aparecido, no dia 1º do corrente, umas proclamações afixadas em diferentes partes, principalmente nos quartéis da tropa, convidando a mesma tropa e povo para expulsar o nosso atual governo, aprazando o dia 3 para este fim. Alguns facciosos exaltados apareciam em diversas sociedades para insinuar esta criminosa doutrina, caluniando o governo e detratando-o na opinião pública. Este não ignorava tais fatos mas, desejando usar de toda a moderação e prudência para acabar a sua governança sem sacrificar pessoa alguma, não dava importância às vociferações destes furiosos. Nós mesmos supusemos que tais proclamações eram obra de meia dúzia de anarquistas. Mas, quando vimos no dia 2 do corrente todas as tropas recolhidas a seus quartéis tomarem um aspecto sério e o governo reunido em Palácio toda a noite, confessamos ingenuamente que receamos algum acontecimento sinistro. Apesar disto, como no dia 3 era dia de

sessão no Senado, fomos às horas do costume exercer o nosso emprego, aonde se nos reuniu o presidente, escrivão e um vereador. Com efeito, vendo nós mui pouca gente na praça e sem alvoroço, ficamos mais tranquilos e convencidos que as proclamações eram para aterrar o governo e amedrontar o povo.

Seriam pouco menos de 11 horas, quando ouvimos grande alvoroço na ladeira da praça. Chegamos a uma das janelas laterais e vimos um grupo de homens, militares e paisanos, que não chegavam a trinta, gritando em altas vozes: ‘Viva a Constituição, vivam as Cortes, viva o novo governo, abaixo o atual’. Ficamos maravilhados daquele arrojo. Observamos com atenção as pessoas que o compunham e perfeitamente distinguimos os tenentes coronéis Gordilho e Felisberto Gomes; os majores Antônio Maria, José Elói Pessoa, José da Silva Daltro, Costa Branco; os capitães José Antônio da Fonseca Machado, João Antônio Maria e mais alguns oficiais subalternos, quase todos da Legião dos Caçadores desta cidade. E paisanos o doutor José Avelino Barbosa, Filipe Justiniano Costa Ferreira, o cadete de Artilharia João Primo, que espalhava várias proclamações incendiárias por ele assinadas, e mais algumas pessoas que não pudemos conhecer.

Dirigiu-se este grupo para a praça, a que se lhes reuniu algumas pessoas de pouca monta que ali estavam, talvez mais por curiosidade do que por serem da mesma facção, e renovaram os vivas. Aproximaram-se à Guarda, mas esta, em vez de gritar como eles gritavam ‘abaixo o governo’, dizia ‘viva o governo atual’, o que também fizeram algumas pessoas. O que visto das janelas de Palácio pelo coronel Salvador Pereira da Costa, ajudante de ordens de semana do governo, desceu abaixo até à porta da rua, increpou aquelas pessoas e o comandante por dar aqueles vivas, dizendo que deviam gritar ‘abaixo o governo atual’. Encaminharam-se depois às casas da

Câmara, pretendem arrombar com espadas o caixão onde estava guardado o estandarte, porque logo se lhe não deu a chave como violentamente exigiram, e nos obrigaram a que o apresentássemos nas janelas (notamos que o corifeu Gordilho nos disse alguns sarcasmos ofensivos) e nos forçaram a que os acompanhássemos a Palácio com o mesmo estandarte.

Enquanto isto acontecia nas casas da Câmara, a excelentíssima Junta do Governo, que estava toda reunida e que igualmente tinha ouvido aquele alarido, fez imediatamente sair os senhores coronel F. de P. e Oliveira e tenente coronel F. J. Pereira, membros do mesmo governo para diversas comissões. Aproveitou-se da ausência destes dois senhores o ajudante de ordens da semana S. P. da Costa e mandou chamar às casas da Câmara os facciosos, porque o resto dos membros do governo estavam indefesos e facilmente podiam ser surpreendidos. O que eles prontamente fizeram, encaminhando-se para Palácio.

Entraram tumultuosamente armados (menos os dois paisanos de que acima falamos que das casas da Câmara não foram a Palácio) pelas salas até à última, aonde se achavam reunidos os membros da excelentíssima Junta do Governo. E logo o presidente do Senado, que também em nossa companhia havia acompanhado da Câmara os facciosos, disse aos senhores do governo que aqueles homens haviam-se dirigido a ele a proporem um novo governo, dizendo que tal era a vontade do povo. Devemos confessar que, sendo nós procurador da Câmara, nada nos propuseram e nada ouvimos do que disseram ao presidente. Mal o presidente do Senado acabava de pronunciar as últimas sílabas, imediatamente tomaram a palavra alternativamente os tenentes coronéis Gordilho e Felisberto Gomes e o major Pessoa. Acusaram o governo de ter praticado injustiças, finalizando que o povo não

estava contente e que por isso eles, em nome do mesmo povo, exigiam a sua deposição. Respondeu-lhe o governo que, se ele involuntariamente havia praticado alguma injustiça, os queixosos podiam representar às Cortes, que o governo estava reconhecido pela nação, que nem todo o povo da província tinha o direito de o destruir, quanto mais que na praça só existia um pequeno número de pessoas, entre as quais se não encontrava uma só de consideração. Com efeito, um só negociante, proprietário ou funcionário público, não apareceu neste tumulto. Entretanto os facciosos haviam-se apoderado de todas as portas da sala do governo, para não deixarem sair nenhum dos seus membros, nem mesmo consentiram que eles se retirassem para outra sala imediata para poderem tomar alguma deliberação, livre daquele tumulto e coação.

Quando os facciosos estavam nestas altercações, ouviram-se na praça muitos gritos dentre o povo: ‘morra João Primo! Morra o Gordilho! Fora Felisberto Gomes! Fora revolucionários! Viva o atual governo! Não queremos anarquia!’. Prova evidente que, se entre o povo havia alguns facciosos, o grande número desejava a conservação do nosso atual governo.<sup>27</sup>

Enquanto o redator do *Semanário Cívico*, o negociante Joaquim José da Silva Maia, era simultaneamente procurador da Câmara e portanto tinha assistido aos principais acontecimentos daquele dia 3 de novembro, o redator da gazeta não foi tão minucioso no seu relato dos eventos, começando por algumas considerações sobre um “partido de homens invejosos” e suas atividades.

Principiaram a semear discórdias sorrateiras entre os pacíficos habitantes desta cidade. Apalparam todas as teclas do grosseiro maquiavelismo para destruir em o nascedouro o sistema constitucional e, como não podiam atacar de frente a Constituição (para fazer serviço ao antigo partido ministerial do Rio), faziam ataques

indiretos para transtornar a ordem atual das coisas, como v.g. semeando a discórdia entre portugueses de Portugal e do Brasil, iludindo alguns brasileiros incautos com sonhadas vantagens da independência do Brasil e ultimamente inventando ridículas anedotas e infames alevisias contra o governo, que muito lhes desagradava por não lhes dar o que eles queriam e porque permanecia como uma rocha em sua adesão às Cortes de Lisboa.

(...) No correr do tempo foi crescendo o partido e fazendo jogo das ignorâncias de uns e das más entranhas dos outros, intentaram os facciosos depor o governo para nomearem outro que devia ser instalado pela vontade do povo, a qual vontade estava expressa nas listas que os malvados traziam nas algibeiras. Persuadidos aqueles tresloucados de que eram capazes de embaçar o povo e tropa da Bahia, começaram a espalhar dias antes insidiosas e ridículas proclamações (e foram tão loucos que nas tais proclamações insultavam o pundonor da Legião Lusitana, ao mesmo passo que diziam estar ela do seu partido) e no sábado de manhã entraram a persuadir uma pequena porção da plebe para que aparecesse na praça gritando viva o governo novo, que já existia nas algibeiras. Aparecem os facciosos armados às escondidas, entram na sala da Câmara que estava aberta por ser dia próprio, forçam o procurador a dar-lhes o estandarte, arrombam caixas, e *quais Rodamontes das tavernas*, como diz o Hissope, atravessam a praça e avançam para Palácio, ultrajando o governo com bregeirais impropérios. Neste momento desfila dos quartéis a briosa Legião Lusitana e aparece a Cavalaria, perguntando aqueles malvados quais eram os títulos que os autorizavam para semelhante atentado.

Começam a tremer os facinorosos, argumentam com razões de regateiras e, não querendo aproveitar a generosidade do governo que os mandava para casa, insistem nos seus insultos e foram presos.<sup>28</sup>

Logo depois desta narrativa, tece o redator os seus comentários políticos.

Estes sucessos fizeram desertar muita gente para os subúrbios da cidade, causaram muitos terrores, mas enfim desenganou-se a Bahia que a Legião Lusitana não veio saquear nem fazer guerra civil, como eles espalhavam. Veio firmar o sossego e aterrar os malvados. A tropa da terra acompanhou os sentimentos generosos do povo na conservação do governo contra os pretendidos reformadores. Assim ficou a Bahia salva da horrorosa anarquia em que a queriam sepultar aqueles furiosos alucinados. O povo ignorava que tinha semelhantes procuradores. O povo sabe que não pode mudar governos, nem alterar coisa alguma na ordem social. O povo só representa nas paróquias quando elege seus compromissários. O povo, quando se sente oprimido, representa nas Cortes por seus deputados. A contrária doutrina é rebelião e anarquia e saibam esses infames revolucionários que toda a tropa desta praça está firme em destruir os intentos dos anarquistas, assim como as cavilações dos antigos déspotas.

E no número seguinte insistia nas suas teses políticas acerca da soberania e da representação:

A persuasão em que estão alguns de que o povo pode depor o governo não só tem por princípio a malícia dos revolucionários, como também a ignorância daqueles que não têm estudado estas matérias. Quando, nas *Bases da Constituição*, se diz que a soberania reside essencialmente em a nação, não se quer dizer que o povo inteiro de uma província é soberano, mas sim os povos de todas as províncias que formam a nação. Aliás teríamos tantas soberanias quantas províncias, o que seria ridículo absurdo e desgraçada anarquia. O povo pois de uma província, quando se sente mal com o seu governo, ou com qualquer empregado público, deve recorrer ao Congresso

Nacional, aonde reside formalmente a soberania da nação. A nação tem o poder na essência, e não na forma. A forma do desenvolvimento do poder é aquela que foi prescrita no método das eleições e o povo de cada província perdeu a forma da sua representação desde que elegeu compromissários, ficando-lhe só a essência do poder para o tornar a desenvolver nas eleições seguintes. O povo de uma província não só não pode depor um governo, como nem um ministro, ou qualquer outro empregado. O povo pode eleger deputados pela forma que a Constituição determina e, quando se publicar a nossa futura Constituição, terá também o povo o poder de eleger os membros do Governo Provisional, mas isto não há de ser como o povo quiser, há de ser como a Constituição ordenar. Logo, se o povo inteiro de uma província não pode mudar um governo, nem um juiz de fora, nem um escrivão, etc., como se poderá imaginar que alguma gente (seja de que qualidade for) pode gritar na praça da cidade que quer eleger novo governo e forçar algum membro do Senado para acompanhar a vontade daquela gente? Ou nós estamos doidos, ou isto é sedição e criminoso tumulto.<sup>29</sup>

O redator do *Semanário Cívico* partilhava destas teorias e a principal preocupação dos dois periódicos foi demonstrar que o povo não podia derrubar um governo para instalar outro. Isso seria anarquia e não um procedimento segundo as normas constitucionais. Os termos deste redator eram muito semelhantes aos que surgem na gazeta.

Diremos agora somente duas palavras acerca do direito que pretendiam arrogar os conspiradores, para instruir aqueles de nossos leitores que necessitarem desta instrução.

Todo o governo é feito pelo povo, que escolhe a forma de administração que melhor lhe convém. O povo faz conhecer a sua vontade, ou reunido todo em massa, ou de-

legando a sua autoridade em seus representantes, eleitos da maneira com que elegemos nossos deputados. A primeira forma de exprimir o povo a sua vontade só pode convir a uma pequena vila ou aldeia; a segunda é a que têm adotada todas as nações que têm governo representativo.

Estabelecido este princípio, é claro que o atual governo eleito nesta cidade, mas aprovado pelo rei e confirmado por toda a nação reunida em Cortes, quando o povo de toda esta província o quisesse mudar, já não tinha esse direito, porque uma só província não representa a nação. São necessários os votos e a aprovação de todas as outras províncias de que ela se compõe. Esta aprovação só pode existir nas Cortes, que é a verdadeira representação nacional, porque os deputados que as formam foram legalmente eleitos pelo povo de todas as províncias, que delegaram neles seu primitivo poder e autoridade. Quando o atual governo fosse mesmo tirano, a nós só nos restava fazê-lo constar aos nossos deputados e estes expor as nossas queixas à nação reunida em Cortes. E então elas mandariam mudar o governo, porque simplesmente os nossos deputados não têm esse direito, como o não tem somente todo o povo desta província.

Suponhamos mesmo (caso mil vezes negado) que o povo desta província tinha autoridade para mudar o governo. Era necessário que reunisse todos os cidadãos nas suas respectivas paróquias para formar o novo governo, que elegessem compromissários, estes os eleitores e todos então reunidos *ad hoc* é que podiam arrogar esse direito. Ora, como pretendia pois um magote de conspiradores arrogar o direito de todo o povo desta província, quando nós negamos a esse mesmo povo este direito? Com que código de Direito Público apoiarão pois aquele atentado?

Suponhamos mais que era todo o povo desta cidade que pretendia mudar o governo. Ele não limita as suas fun-

ções e autoridade ao recinto da cidade, sim a toda a província. Quem lhes disse que todas as vilas e povoações das diferentes comarcas queriam o mesmo? Que títulos apresentarão para o autenticar? Mas, se eles nem títulos podiam apresentar desta cidade, como o apresentaria desta comarca e mormente de todas as comarcas! Logo fica plenamente provado que cometeram um atentado inaudito.<sup>30</sup>

Os descontentes do 3 de novembro foram presos para o forte do Barbalho, donde passaram à noite para bordo da fragata *Príncipe D. Pedro*. O redator do *Semanário Cívico* louvou a conduta dos comandantes das tropas do país que tinham sabido conservar-se nos seus postos em defesa do governo e, como vimos acima, o redator da gazeta ressaltou igualmente o apoio dessa tropa miliciana à Junta.<sup>30</sup>

Quanto à interpretação dos fatos ocorridos, a *Idade d'Ouro do Brazil* é mais alusiva e o *Semanário* mais direto. Lemos neste periódico:

Enquanto ao nosso modo de pensar, foi plano combinado com o Rio de Janeiro para fazer uma cisão entre o Brasil e Portugal, plano que havia estabelecido o conde dos Arcos e conde de Palmela e aqui seguido e adotado pelo marechal Felisberto Caldeira e seus satélites. Esta opinião tanta mais força adquire quanto seriamente reflexionamos nos últimos acontecimentos do Rio de Janeiro, anunciados no nº 35 desta folha, e que todos os conspiradores são amigos do marechal Felisberto e protegidos e apaniguados do conde dos Arcos. Daqui vem a defesa que eles faziam a estes dois Proteus. O primeiro já era bom patriota, todos estávamos arrependidos pelo insultarem no dia 10 de fevereiro, nós éramos maus pelo tratarmos mal nesta folha, o **Padre Amaro** é o primeiro redator da Europa porque o defendeu. (Que dirá agora o

venal redator da sodela à vista deste acontecimento!) O nosso governo foi o mais injusto e caluniador em oficiar para as Cortes contra o *incomparável* conde, cometeu o maior atentado em mandar rondar as casas de seus amigos na noite em que ele aqui chegou do Rio de Janeiro. Tal era a linguagem dos conspiradores, e agora estamos vendo que aqueles que foram rondados naquela noite entraram muitos nesta conspiração e, por consequência, a medida tomada pelo nosso governo foi muito acertada.<sup>31</sup>

O redator da gazeta também falara do partido felisbertino por ocasião do 10 de fevereiro e agora a 3 de novembro aludiu a ligações com o antigo despotismo, que era sem dúvida representado pelo conde dos Arcos. Quando este, em fins de junho, fora impedido de desembarcar na Bahia, fora também por várias vezes atacado na gazeta.

Quem conhecer bem o conde dos Arcos há de saber que ele é inimigo de todo o sistema de representação nacional, que ele reconhecia muitos defeitos na antiga administração, porém queria ser ele o reformador.<sup>32</sup>

Para os dois periódicos que, em fins de 1821, apoiavam a Junta do Governo, o movimento de 3 de novembro devia-se a uma conspiração fomentada pelo conde dos Arcos e pelo seu apoiante na Bahia, Felisberto Caldeira Brant Pontes. Ambos seriam contra as Cortes de Lisboa e as *Bases da Constituição* já aprovadas e que reproduziam praticamente a Constituição espanhola de 1812. Esta teria sido a facção inspiradora da tentativa de derrubar o governo.

A 31 de janeiro de 1822 realizou-se a eleição que modificou a Junta Provisória e alguns dias depois chegou a Salvador a carta régia de 9 de dezembro de 1821 nomeando para governador das armas o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, em substituição de Manuel Pedro de Freitas Guimarães.

Infelizmente não chegaram até nós aqueles números da *Idade d'Ouro do Brazil* que certamente narrariam os eventos ocorridos em fevereiro de 1822 por ocasião da tomada de posse de Madeira de Melo. O redator, mais tarde, refere-se-lhes como o “Entrudo”. Mas, em fins de 1822, quando fez uma retrospectiva da situação política desde a eclosão do movimento constitucional, ele apontou igualmente a existência de três facções.

O sistema constitucional tinha contra si, desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte, os aristocratas e os independentes de 1817. Estes dois partidos deram-se as mãos com recíproco engano e conspiraram contra os constitucionais.<sup>34</sup>

Facções estas que, desde o dia 10 de fevereiro de 1821, se foram tornando mais visíveis à medida que iam chegando as notícias das Cortes de Lisboa e do Rio de Janeiro. Em um periódico da Bahia, de que temos em mãos apenas um número, a *Sentinela Baiense*, lemos no seu nº 4, de 24 de julho de 1822.

Mostrei no 2º número deste periódico que as facções áulica e democrática, que atualmente são as desorganizadoras do Brasil, haviam conseguido, por meio de cabalas, eleger alguns de seus agentes para deputados às Cortes.

Ou seja, atribuía-se às facções existentes o poder de determinar o resultado das eleições realizadas em setembro de 1821.

# 4 O processo de independência

O primeiro número que pudemos consultar para o ano de 1822, o nº 21, de 13 de março, revela uma mudança grande na organização do periódico: praticamente só se publicam “artigos de ofício”, portarias, e a habitual secção de avisos. A presença do redator praticamente desapareceu.

Ele reaparece contudo no nº 78, de 27 de setembro. Um longo artigo, salpicado de alusões literárias, ridicularizava os Tupinambás “que, cansados de escrever, agora querem combater” e afirmava que “a cidade está num pé de defesa que nunca teve quando se viu atacada dos valentes e briosos bátauos”. Salvador era já uma cidade sitiada.

É verdade que os tais Tupinambás, fazendo brigada com os primos de toda a casta, não se atreuem nem a olhar para as nossas trincheiras mas, escondidos aos bandos pelos matos e capitaneados por alguns beneméritos que foram da cidade para fora, têm feito proezas dignas de honrar a memória de quem os meteu nesta alhada pelas sapientíssimas manobras políticas do Entrudo.

Diz a fama, o clamor e indignação pública que os facciosos de dentro saem quando querem e entram para ob-

servar o que aqui se passa e para dizerem aos sitiantes o que hão de fazer, dando-lhes couro em casas do Cabula.

O certo é que muitos desaparecem daqui e, passados dias, tornam mui deslavados. No entanto estamos atraídos pelos que vêm seduzir a tropa e pelos que vão ao Cabula apontar as casas dos portugueses para as roubar e apontar as privilegiadas para não as ofenderem. E que se lhe há de fazer? Que se lhe há de fazer? Já sabemos. Pedir ao Congresso e a el-rei que mande quem execute o que as leis determinam em casos de uma revolução declarada. Se elas se cumprissem, não chegaríamos a este estado. *Nos leges habemus*, dizia no Congresso o sr. Borges Carneiro. E na Bahia também há quem o conheça e o diga, apesar dos ignorantes fanfarrões e sórdidos chicanistas, que tudo querem atrapalhar para verem se ainda torna o tempo de podridão que os engordava. Ora pois, isto não são demandas de dize tu, direi eu. A Bahia está muito esclarecida apesar das intrigas e ridículas sutilezas dos malvados. Nós temos leis; não queremos rabulices, nem despotismos. El-rei não quer reinar sobre cadáveres, mas também não quer reinar sobre facciosos. Malditas Câmaras! Malditos patriotas que fingem amar o príncipe! Malditas doutorices revolucionárias!

Está claro que em roda de nós não temos quem saiba, nem quem seja capaz de atacar as nossas linhas, mas entretanto foi ferido de um bacamarte o honrado coronel da Legião Lusitana nas traições do Cabula. Ali morreu de uma bala o valente voluntário da Cavalaria Domingos Braga, por quem ainda choram seus briosos camaradas e, depois de morto, foi crivado de facadas pelos beneméritos Tupinambás e companhia. Que valentia, esfaquear um defunto! Ali foi ferido de uma flecha outro soldado de Cavalaria e um paisano brasileiro. E à vista disto ainda entraram e saíram das linhas com o pretexto de cidadãos pacíficos esses malvados que são os corretores da fac-

ção? Ó pátria, ó leis, exclamava em casos tais o orador romano! Ó Soberano Congresso, ó rei constitucional, manda quem faça executar as leis para que o sangue português não seja assim profanado e para que os inimigos da pátria tremam à vista do tribunal da justiça. Eles não têm coragem para atacar as nossas tropas, mas têm insolência para pisarem impunemente as nossas leis. Vivem no meio de nós estes Catilinas, estes Tupinambás disfarçados, vivem, e não há um Cícero nem um Senado romano. Temos mui valentes tropas, temos um chefe honradíssimo, mas nem nas tropas nem no chefe reside o poder judicial e civil. Conhecemos a origem do mal que tem perdido a província mas, por usar da expressão de Tácito, não queremos dar ao mundo senão o raro exemplo da nossa paciência e sofrimento: *magnum patientiae dedimus documentum*.<sup>35</sup>

O redator em seguida, omitindo o nome do príncipe regente, tudo atribuiu ao ministro José Bonifácio, que ele procurou ridicularizar brincando com a sua qualidade de naturalista.

Por cartas do Rio de Janeiro sabemos que se espalhou lá a notícia de que a esquadra de José Bonifácio tinha destruído a nossa. Sim, senhores, mandem cá outra.

Desvaneceu-se logo a impostura e houve grande alegria nos bons portugueses e queixo caído nos beneméritos. O tal Bonifácio tinha fretado um brigue para mandar recolher a esquadra de Pernambuco. Quem sabe se será para fazer como o Cabugal em 1817? Havia grande medo no Rio do bloqueio de Lisboa e faziam-se grandes preparativos pelo sistema de Lineu e Buffon na sua História Natural. Não há no Rio confiança pública, o que basta para perder de toda aquela fantástica Corte. Os europeus começavam a ser perseguidos e o príncipe não tinha voltado de S. Paulo. Tinha chegado ordem de Lisboa para ele se retirar, sob pena de perder o direito à coroa.

Veremos agora os grandes recursos que José Bonifácio acha no império dos diamantes. Decerto que a sua Mineralogia científica converterá pedras em ouro, fará aparecer exércitos batendo com o pé no chão, qual outro Pompeu na Espanha, e os seus estúpidos panegiristas dirão morrendo de gosto: ‘Ditosa pátria que tal filho teve’. Dizem que o dinheiro da companhia do Porto já foi confiscado, e os fundos do contrato do tabaco.

Há ordem no Rio para não se despacharem embarcações para a Bahia e corria por lá que brevemente ficaria em desuso a bandeira portuguesa para se desenrolar o estrelado estandarte da nova imperial república.

Foi para este fim santíssimo e fidelíssimo que se expeliu a Divisão Auxiliadora com mil calúnias e improperios. Foi para este fim que se imprimiu o infame *Reclamador do Brasil*, que teve o desaforo de insultar com frase de regateira o grande Avilez e sua tropa honrada. Foi para este fim que o infame e covarde Entrudo da Bahia queria o que todos sabem... Pérfidos! Só firmes em não ter vergonha. Mentir, atraçoar e fugir.

É interessante comparar os números da gazeta neste ano de 1822 com os poucos que sobraram dos demais periódicos, todos eles, com exceção de *O Constitucional*, partidários das Cortes de Lisboa. *A Sentinela Baiense* de 24 de julho resume duas sessões do Soberano Congresso em Lisboa, de 21 e 22 de maio, a fim de provar que “a remoção das tropas europeias foi um dos principais objetos que conduziram a Lisboa alguns dos senhores deputados do Brasil, porque elas eram um obstáculo insuperável para estabelecerem os seus planos, por isso empregaram todos os meios para o poderem conseguir”. Para o redator deste periódico, esses deputados pertenciam às duas facções desorganizadoras do Brasil, a áulica e a democrática.

Noticiava ainda a composição da esquadra baiana, cujo objetivo era sair a barra “para obstar a entrada da expedição que se espera do Rio de Janeiro em auxílio dos facciosos do Recôncavo”. E também proteger a entrada da tropa auxiliadora que se esperava de Portugal. E escrevia:

Podem os filósofos sandeus cachoeirenses e os fofos e estúpidos sátrapas do Recôncavo perder as esperanças que tinham no auxílio fluminense que tanto os lisongeava. Primeiro hão de entrar as tropas lusas e cada soldado português valerá por 100 esfaimados cariocas.

O nº 1 do *Baluarto Constitucional*, de 31 de julho, justifica o papel dos redatores de periódicos em épocas difíceis como aquela.

Ninguém mais útil pois, na crise atual, do que o cidadão que se destina a mostrar com evidência os acontecimentos do presente e, quanto em suas forças couber, desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redatores das folhas públicas, quando munidos de uma crítica sã e de uma censura adequada. Representam os fatos do momento e avançam acertadas conjeturas sobre o futuro.

E declarava o redator deste novo periódico que, havendo sem dúvida inimigos do sistema constitucional jurado, era contra eles que iria dirigir seus tiros. O seu objetivo era “extremar o verdadeiro do falso, para assim ensinar o público a ser justo em suas opiniões”.

Começava a sua tarefa de elucidar a opinião pública pela análise da expressão “soberania do povo”, tema que também foi abordado pelo redator da gazeta. “O *fluminensismo* tem erigido a soberania do povo em princípio para fazer do grito da reunião de todos os sediciosos o dogma de todas as revoluções.” Mas este princípio constituía “uma questão política muito abstrata para ser entendida pelo comum dos homens” e por isso ele pretendia “provar

que o princípio da soberania está no povo, mas que o exercício da soberania deve ser sempre separado do seu princípio”.

O *Espreitador Constitucional*, cujo nº 2 foi publicado sem data, mas que por uma correspondência nele impressa se pode ver que era de agosto, preocupou-se sobretudo com a publicação, no nº 53 de *O Constitucional*, de duas cartas do príncipe regente D. Pedro ao pai, escolhidas entre as publicadas em Lisboa por ordem do Soberano Congresso e que datavam de 8 de junho de 1821 a 19 de março de 1822. O seu ataque recaiu sobre a seleção feita das cartas.

Por que não escolheram uma de 21 de setembro e outra de 4 de outubro de 1821? Seria porque na primeira S. A. R. faz ver a seu augusto pai a miséria do Rio de Janeiro e a tísica do Banco, que até para haver algum cobre foi necessário fundir-se o já arruinado de algumas embarcações? (...) Seria também porque na segunda o príncipe real jura ser sempre fiel a Sua Majestade, à nação e à Constituição portuguesa? Julgo que sim, porque estas não lhes fazem bom paladar

Quanto ao *Analizador Constitucional*, de que possuímos dois números, o 13 e o 15, respectivamente de 10 e de 23 de agosto, constatamos que o primeiro é totalmente ocupado pela transcrição de uma carta dirigida ao príncipe regente D. Pedro pelo *Campeão Português em Lisboa*, periódico que também fora utilizado pelo redator do *Baluarto Constitucional*. O outro número trava um debate com o *Baluarto*, que o redator afirma ser dirigido por Antônio Tomás de Negreiros, e acusa-o mesmo de ser um equivalente do periódico da oposição, *O Constitucional*, e de propagar a anarquia. A parte mais interessante deste número é contudo a análise, por meio de notas de rodapé, do decreto de D. Pedro de 1º de agosto de 1822.

Como são muito poucos os números encontrados destes periódicos contemporâneos da gazeta em 1822, é difícil seguir as temáticas abordadas, mas podemos afirmar que todos eles utilizam não só o *Diário das Cortes* como os periódicos de Lisboa para provar melhor seus pontos de vista.

Em outubro de 1822 foi noticiada a procissão que levou o Senhor do Bonfim da capela de Itapagipe para a capela dos Terceiros de S. Domingos, e o redator da gazeta serve-se desse evento para mais uma vez expender suas opiniões sobre os propagandistas que, dentro da cidade, apoiavam os insurgentes de fora.

É nestes numerosíssimos e piedosos ajuntamentos que se pode calcular a opinião pública, e não nesses esconderijos de petimetres sem religião e sem pátria, aonde meia dúzia de revolucionários orgulhosos enganam pobres basbaques com falsas notícias de folhas inglesas, que eles não têm critério para entender nestes tempos perigosos em que a política da Europa anda tão embaraçada. Nem se diga descaradamente que os povos precipitados têm corrido a meios violentos. Os povos estavam bem sossegados nesta província: os seus corregeadores, capitães-mores, os seus párcos. Os apóstolos da propaganda e o tambor constitucional é quem os obrigou à desordem.

E o pior é que ainda se continua a iludir até crianças para fugirem da cidade, a fim de se provar que isto é vontade geral. Os decretos do Rio têm aumentado o incêndio e ninguém lhes acode. Nós sabemos, e quando for preciso o provaremos, quem plantou na Bahia a facção fluminense, quem organizou a revolução do Entrudo e quem incendiou o Recôncavo.

A opinião pública tem gritado em vão porque não há quem a escute para fazer executar as leis, mas isto há de acabar um dia, e então veremos o que é força moral. Enten-

demos mui bem qual é a natureza das provas que em tais casos se exigem, pois os revolucionários não foram tão espertos que soubessem guardar segredo, porque contavam com o triunfo.

O que nos parecia mais prudente era que os propagandistas ou se fossem para os insurgentes, ou andassem com mais modéstia a falar do Congresso e dos marotos nessas ridículas súcias. Eles são muito conhecidos e, apesar disso, andam a insultar com sangue frio a causa constitucional! Olhem que as paredes têm ouvidos. Eles falam com muita soltura e nem sempre lhes há de valer o pai alcaide. Quem é por nós é contra nós. Nós queremos a integridade do Reino Unido, queremos manter o juramento de 10 de fevereiro, e quem quer o contrário vá para o Recôncavo, ou meta um cadeado na boca, porque ninguém é livre para ser traidor.

Miseráveis verdugos da pátria, vós esperais o triunfo dos insurgentes mas, no caso que eles entrem na cidade, não sabeis que lha havemos de disputar às polegadas? E qual será então a vossa sorte? Rogai a Deus que tal não suceda. Deixai-vos de matérias políticas e cuidai em ganhar com honra a vossa subsistência.<sup>36</sup>

No mesmo número da gazeta se anunciava a impressão da *Oração religiosa e política recitada na capela dos Terceiros de S. Domingos, por ocasião da solene procissão em que o Senhor do Bonfim de Itapagipe foi para ali trasladado em 25 de outubro de 1822*, por Inácio José de Macedo, pregador régio e professor de Filosofia. Ou seja, o redator da gazeta.

Este preocupava-se sobremaneira com o fato de os propagandistas da chamada “facção fluminense” circularem à vontade falando o que queriam, e também de os impressos do Rio de Janeiro entrarem sem dificuldade na cidade da Bahia, quando a recíproca não ocorria. Um desses folhetos foi comentado.

*A Natureza criou a América para ser independente.*

Eis o eloquente rompante de uma importante peça política do Rio de Janeiro, da qual vieram infinitas cópias para esta cidade, na qual nada é proibido, ao mesmo passo que no Rio são proibidos todos os papéis da Bahia menos *O Constitucional*, que era o único escritor que reconciliava os espíritos duvidando da autoridade do governador das Armas, ultrajava a tropa europeia e pregava que as Câmaras podiam fazer revoluções, que se punham sentinelas aos governadores para os insultar, etc.

Esta palavra – Natureza – é termo de capadócios poéticos em suas modinhas. É uma espécie de tempero que entra em todas as panelas e não é de estranhar que entre também agora na panelinha do Rio.

É mania dos petimetres políticos confundir a primitiva natureza do homem físico com a natureza secundária do homem moral, e confundir as instituições sociais com o instinto dos bandos selvagens. Neste sentido qualquer homem é independente, qualquer povoação é independente, quanto mais uma das quatro partes do mundo. Partindo daquele princípio, tudo é independente. Cada província separada de outra por grandes montanhas e grandes rios é independente. Cada cidade ou vila pode dizer outro tanto e, como pelo primitivo Direito da Natureza não há propriedade (pois que ela já nasce de instituição social), segue-se que tudo é de todos. Pode o irmão casar-se com a irmã pois que a primitiva Natureza o não proíbe. Pode cada um fazer o que quiser, e adeus ordem social. Viva quem vence, porque tudo é independente. Que bela doutrina para a fundação de um império, e um império cuja maior população é de escravos!

Em nosso humilde entender, apadrinhado pelos filósofos, desde Aristóteles até Lineu, e pelos teólogos desde S. Paulo até Bossuet, assentamos que na Natureza nada é independente. Tudo está unido e ligado pela infrangível

cadeia do ente eterno, tanto na ordem física como moral. Não só estão presos uns aos outros os primitivos elementos da Natureza universal, como todos os indivíduos desde o homem até ao inseto, e desde o pirilampo até ao sol. Física e moralmente falando, todas as coisas grandes e pequenas estão em relações recíprocas, e a independência é uma quimera.

Que charlatanices, dirão agora os Tupinambás e os curtos doutores da propaganda. Não é nesse sentido que nós falamos, dirão eles. Nós queremos ser independentes de Portugal no sentido em que a Inglaterra é independente da França, a Rússia da Alemanha, etc. Ah! Isso é outra coisa. Pois então não digam que a Natureza os tem feito independentes, porque essa espécie de independência não nasce da Natureza, nasce das instituições humanas segundo o grau de civilização, de indústria e de força em que cada povo se acha. E se Vossas Mercês se acham em tal situação, tratem sim da sua independência, mas deixem o pretexto da Natureza, palavrinha capadócia com que se babam os basbaques ao som de uma viola quando se canta ‘Santas leis da Natureza’.

Falem claro e ao menos sejam portugueses nisso. Digam: o Brasil tem uma povoação suficientemente numerosa, industriosa e sábia, tem riqueza e força para se reger por si com independência de Portugal e, portanto, respondemos a todas as leis do Congresso ‘não queremos’.

Aqui calamos o bico, maiormente porque no Rio de Janeiro não há liberdade de imprensa senão para essa doutrina. Tudo se imprime de ordem superior de José Bonifácio e contra ordem superior não é lícito recalcitrar.

Se, porém, no Rio de Janeiro se quer estabelecer um império liberal, por que proíbem os escritos e perseguem os escritores, sem excetuar o Reclamador, quando principia a publicar as doutrinas do grande Burke? Muito

medo têm os Bonifácios da liberdade de imprensa a respeito de doutrinas. Isto prova que eles não se fiam na sua. Que medo pode ter um homem de bem (se for homem de bem) da liberdade de imprensa? Se o escritor escrever inépcias e mentiras, será por ventura acreditado? Nós só julgamos abuso de liberdade (a que logo se deve acudir), quando se escrevem doutrinas revolucionárias que amotinam uma província, como se fez nesta cidade com *O Constitucional*, e ainda mesmo assim o perigo seria nenhum, se as autoridades do Recôncavo não estivessem traidoras. Só achamos abuso quando se ataca a honra de um homem, mas se ele é inocente, que perigo se segue daí?<sup>37</sup>

Ainda no mesmo número o redator levantou a seguinte questão: seria ainda possível a união entre Portugal e Brasil? Ou nada mais restaria senão a luta dos “imperiais” pela independência ou morte, e dos “constitucionais” pelo rei e pela Constituição? Algo ainda seria possível fazer se o governo entrasse no debate político. Mas, no fundo, o redator não acreditava na possibilidade dessa reconciliação.

Parece-nos que as autoridades superiores deviam, com manifestos e muitas proclamações, refutar a doutrina do Rio e conciliar os espíritos porque, se as autoridades de fora, que são subalternas, têm feito tanto dano por sua força moral, deviam as autoridades da cidade lançar mão da mesma força moral para desabusar o povo. E por ventura tem-se feito isto? Talvez se diga que isso é abater a alta dignidade. Ao menos já se disse pelo Entrudo. Testemunha Pascoal cego.

O governo passado, quando aqui apareceu o decreto de 18 de fevereiro, em que el-rei chamava à Corte os procuradores das Câmaras, tratou logo de proclamar ao povo da província para o pôr firme em seu juramento de adesão às Cortes de Lisboa. E o mesmo governo pediu a

quem explanasse e refutasse a doutrina do decreto, que se opunha ao juramento prestado. Estas coisas feitas pelos governos valem mais que explicadas por ignorantes periodistas, a quem os facciosos têm de antemão desacreditado para que o povo os não leia, ou não creia. Periodistas que não têm a alta ciência dos sapientíssimos Escotos libérrimos, tupinambáticos e abaratados com disfarce.

Tratemos pois de reconciliar os espíritos, mas tratemos de gritar contra os abusos, como se faz em Lisboa contra empregados de maior polpa. Os espíritos não se reconciliam com o procedimento do Rio, Pernambuco, Alagoas, chicanas da Bahia e com os tiros dados sobre as nossas avançadas para nos fazerem sair daqui à força de armas. Os espíritos não se reconciliam com sutilezas frívolas e eloquências fofas, de delgadinhos nadas que só enganam manduz, que tudo acham mui bem escrito, sendo de tal tinteiro que faça a honra da pátria.

A nossa catolicidade política consiste em reconhecer só o poder das Cortes e d'el-rei; o sistema contrário é heterodoxo e digno da nossa detestação. Quem o segue, direta ou indiretamente, é nosso inimigo. A questão é bem simples e nem é preciso ter uso de rabulices para a entender. Estamos certos que os fluminenses não querem reconciliação. Querem independência ou morte, e neste caso deixemo-nos de mais palavreados porque eles não querem reconciliação. Ou Portugal nos deve mandar navios para nossa retirada e abandonar o Brasil; ou mandar força e justiça para que as coisas políticas não sejam negócios de petimetres e demandistas, que para tudo querem 'provarás e contraditas'. Deixemo-nos de historietas. A revolução da Bahia começava por aqueles que, antes de 3 de novembro, diziam: vamos deitar abaixo o governo, para meter nele homens de bem que sigam o partido do Rio.

Nos últimos dias de outubro de 1822 chegou ao porto a expedição de Lisboa, composta dos Batalhões nº 3 e 4, de um corpo de Artilharia e de muitos soldados. O redator teve o cuidado de esclarecer, ao dar a notícia, que a tropa europeia não vinha atacar o Brasil. Vinha combater os revolucionários e defender aqueles que queriam a Constituição e o rei, e não o príncipe e seus decretos.

A 8 de novembro já noticiava a *Idade d'Ouro do Brazil* a aproximação do francês Labatut, que se encontrava a umas 7 léguas da cidade com a gente que trouxera e alguma que se lhe juntara. E a 12 de novembro escrevia o redator a seguinte nota.

O aventureiro Labatut reuniu a tropa do Rio e Pernambuco com que chegou da sua longa viagem aos desertores da cidade e mais rebeldes armados. Desde Pirajá até o engenho do Cabrito apareceram entrincheirados. Os rebeldes, na manhã de sexta-feira passada, foram atacados por uma porção das nossas tropas, que os desalojaram de todos os pontos até Pirajá, perdendo a sua artilharia e deixando o campo alastrado de mortos, entre os quais estavam alguns oficiais. Tivemos da nossa parte trinta feridos e alguns mortos. Os rebeldes não querem reconciliação. Labatut assolou com graves contribuições os sítios por onde passou. Os chefes da revolução estão tão obstinados que ainda esperam triunfar, e por isso não dão um só passo para o restabelecimento da ordem. Apareceu no *Espelho* do Rio cartas escritas da Bahia, nas quais eles dizem 'que não temem o reforço que Portugal manda aos vândalos'. E é possível que viva no meio de nós quem escreve tais cartas? Vive, sim, vive quem suspira pela inteira ruína desta bela província. O triunfo dos rebeldes seria o sepulcro da pátria. Mas eles são insensíveis a tudo, com tanto que morra a Constituição e a tropa europeia que foi a sua autora e é a sua defensora. Eles saltam de bárbaro prazer quando vêem derramado o sangue português, e nós choramos de dor quando se derrama san-

gue brasileiro, porque sabemos que aqui anda ilusão. E só queríamos ver a justiça sobre aqueles que, enganando o povo, o provocaram a pegar em armas contra os europeus que lhes deram a existência física e que lhes dão agora uma nova existência política.<sup>38</sup>

A 15 de novembro, a cidade da Bahia ainda parecia bem defendida e sem problemas de abastecimento mas, a pouco e pouco, a questão da subsistência da cidade sitiada começa a ser ventilada na gazeta de forma mais angustiada. Quando a crise de alimentos se agudiza, o redator exige do governo, e mesmo do governador das Armas e do chefe da Força Naval, medidas mais enérgicas do que aquelas que estavam sendo adotadas.

Os facciosos imperiais foram ao porto de Caravelas proibir os barcos de farinha que vinham para esta cidade, e esta notícia fez com que a farinha subisse logo aqui cento por cento. É indispensável que o governo olhe mui seriamente para este objeto, porque a fome produz comções perigosas e o povo sempre atribui ao governo a falta de pão. Não basta que a tropa tenha sustento, porque quando el-rei constitucional incumbe a segurança e bem estar de uma província, entende todos os cidadãos, e quando ele ordena que a província se restabeleça na ordem, entende-se que dá poderes amplos para tudo que for conducente aos fins propostos. Por que, pois, não se há de mandar a Caravelas uma embarcação de guerra para punir ali meia dúzia de malvados e deixar que os pobres farinheiros vendam e conduzam para aqui a farinha? Por que não se há de mandar outra para o cabo de Santo Agostinho com ordem de fazer voltar para a Bahia qualquer embarcação de carne seca ou farinha?

Mais. Não podemos nós abrir a comunicação de Nazaré com oitocentos homens de mar e terra? As forças inimigas que podem merecer alguma contemplação estão desde Pirajá até à Feira.

A cidade está bem defendida e o inimigo está dispersado quando lhe faltar o mantimento de Nazaré e Maragogipe.

Esperamos firmemente que o exmo governador das Armas e o chefe da Força Naval farão todas as diligências para que não venha a fome em favor dos facciosos.<sup>39</sup>

A 26 de novembro de 1822, relatava mais uma vez as dificuldades por que passava a cidade.

Recebemos gazetas de Lisboa e Porto até 12 de outubro. Nem em Lisboa, nem no Porto, se fazia idéia do apuro a que estamos reduzidos na Bahia, não podendo há 5 meses sair um quarto de légua fora da cidade e vendo frágeis canoas tomar sumacas de farinha mesmo dentro da barra.<sup>40</sup>

Se, por um lado, os víveres dificilmente chegavam à cidade, por outro os capitais começavam a sair, o que causava perturbações na vida econômica.

Ainda estamos no primeiro ato do nosso drama político. Seja, porém, qual for a sua solução, devemos confessar que a província perdeu e há de perder muito por causa da facção imperial. Os capitalistas têm mandado muito dinheiro para Lisboa e, à proporção que forem saindo navios, irão muitos emigrados, cuja falta é sensível e cujos bens faltam no giro da terra. É natural a quem tem que perder buscar país de segurança e fugir de uma terra revolucionada, aonde o falso amor da pátria crucifica a mesma pátria.<sup>41</sup>

Percebe-se que causou profunda mágoa ao redator o fato de Hipólito da Costa, redator do *Correio Braziliense*, que sempre defendera a união de Portugal e Brasil, ter finalmente aderido à independência. O prestígio de que este periódico publicado em Inglaterra gozava no Brasil tornou tal deserção mais dolorosa, como aliás a de José da Silva Lisboa, tão conhecido na Bahia.

O *Correio Braziliense* de agosto provoca mui positivamente o Brasil para as horríveis cenas de Buenos Aires. Declama como um doido contra a Constituição e cobre de impropérios os mais sábios e liberais deputados do Congresso, como v.g. chamando galego ao sr. Borges Carneiro, enxovalhando com sarcasmos de regateira o sr. Moura, etc.

Ora, que um homem ignorante e malcriado responda com injúrias e pedradas às razões de um douto que ele não compreende e que, vendo-se suplantado pelos enérgicos laços da sabedoria, procure dar coices e vomitar blasfêmias, passe, porque cada um se defende com as armas que tem. Mas que o *Correio Braziliense*, em outro tempo tão liberal e dotado de instrução, use agora as armas de um charlatão contra os maiores sábios de Portugal e que provoque a sua pátria para não aceitar a Constituição mais liberal do universo e para que aceite o jugo de um imperador despótico.

*O miseris hominum mentes, o pectora caeca!*

Quer o *Correio* que o Brasil peça um empréstimo de 20 milhões, mas quem emprestará essa quantia a um povo convulso, cujo êxito se ignora. Quer que o Brasil chame tropas estrangeiras, mas como quererão tropas estrangeiras fiar-se em gente que depois lhes há de dar a mesma paga que tem dado às tropas de Portugal? Serão os demagogos do Brasil mais benignos com os estrangeiros do que o têm sido com seus pais e irmãos? Ora, o sr. Hipólito anda há muitos anos por fora da pátria, não sabe o que por cá vai e decerto não faz idéia do alto grau de desmoralização e ignorância em que se acha o Brasil. Leia os papéis públicos que por cá se imprimem. Reflita na variedade de loucos planos que por cá se têm traçado e diga se a sua pátria se acha no caso de ser feliz separada de Portugal. Sr. Hipólito, a liberdade é como o vinho generoso, carece usar-se dele com bem calculada pro-

porção, aliás temos bebedeira. Liberdade e virtude são sinônimos, e um povo inimigo do trabalho, amigo de frívolas vaidades, dado à ociosidade e ao luxo, não pode ser ainda um povo como V.Mce quer. Todos suspiram pela liberdade, mas o fato mostra que os maiores declamadores dela só a querem para si, e para largar as rédeas ao seu orgulho, às suas pretensões e à sua conduta ímproba.

Apliquem-se as leis a estes falastrões da liberdade, obriquem-se a ser comedidos, a cumprirem os seus deveres, a mostrarem de que vivem, etc., e veremos logo que eles gritam: ‘despotismo, despotismo!’

Sr. Hipólito, leia bem os decretos do Rio e veja que bela liberdade. Mas aqueles que o seduzem para V.Mce escreverem querem ser mandarins, e por isso detestam a Constituição para tornarem ao despotismo, que já os engrandeceu e que ainda lhes promete mais. Bem sabemos que V.Mce quer o império como degrau para a Columbiada, assim como alguns de 10 de fevereiro queriam a Constituição para degrau da independência.

Escreva, pois, quantas injúrias quiser contra o sr. Borges Carneiro, contra o sr. Moura e outros, que nós gostamos muito de ler os emblemas de Alcinto e de reparar na propriedade com que ele pinta o cão ladrando à lua.

Sr. Hipólito, nós amamos o Brasil tanto como V.Mce, mas não queremos ver o Brasil perdido com fumaças de império independente, nem as quixotadas republicanas de 1817. As circunstâncias físicas e morais do Brasil exigem que ele seja unido a Portugal pelos laços constitucionais, e aspirar a outra coisa é expor-se ao destino do cão da fábula, que perdeu um verdadeiro pedaço de carne que levava na boca por um pedaço imaginário que se lhe figurou no espelho de um rio. Olhe, sr. Hipólito, que é muito mau começar por maus princípios, e o seu império principia por um filho rebelde ao pai, inimigo da pátria e da tropa que lhe conservou o direito à coroa contra as

legiões de Bonaparte. Olhe que a sua república principia por mentiras e calúnias contra o Soberano Congresso. E é fundada por chicanistas, dos quais uns têm vivido do suor alheio com suas trapaças e calotes; outros ainda mais decentes conceberam o projeto de serem grandes sem virtude e sábios sem lição. O Brasil está muito desmoralizado (excetuamos muitas famílias e muitos indivíduos), aqui raras vezes se faz justiça criminal, a relaxação é insofrível. Qualquer rapaz, desde que sabe um pouco de francês, julga-se um político de maço e um jurisconsulto de arromba, e qualquer que sabe as primeiras linhas do processo diz que não tem medo de Montesquieu. Venha V.Mce para cá e verá o que vai por este mundo de Cristo. Mas não o queremos irritar. E, se estas declamações lhe forem às mãos, já esperamos por aí a sapeca do costume: ‘fora bonzo, fora filosofia do cais da Pedra, fora que nem de enxerto queremos tal doutrina’. Pois sim, blasfeme quanto quiser contra este pobre pixote, pois que coisas piores tem V.Mce escrito contra os srs. Moura, Girão, Borges Carneiro, etc. Já V.Mce sabe, em não podendo com a razão, trabalhe com a insolência, que nisso mostra fecundidade de regateira. Grite, descomponha, minta, arme intrigas, e sobre tão augusto capitólio levante os novos Éforos da sua república, os Celeres do seu império. *Albanique Patres et alta maenia Romae.*<sup>42</sup>

Nos números de 1822 que chegaram até nós, poucas referências são feitas à atuação dos deputados da Bahia nas Cortes de Lisboa. É preciso chegar a 3 de dezembro desse ano para surgir o seguinte comentário.

Que fizeram no Congresso os deputados da Bahia? Alguns nunca falaram, e outros só falaram em centros de poder executivo, na retirada das tropas, na ficada do príncipe e ultimamente nas Cortes do Rio e na independência. Decerto que os seus constituintes não os mandaram

lá para esses fins, nem para escreverem de lá cartas aos facciosos e chicanarem com as coisas do Brasil, para darem tempo à revolução de poucos malvados, rebuçada na capa da vontade geral.

Desta arte aconteceu que nenhum bem fizeram à sua província, e nem sequer apontaram alguns males locais que se podiam ter curado. Nada sobre sistema de educação (de que há tanta necessidade), nada pela reforma do clero, nada pelo bem da lavoura e da indústria, e nada pela aniquilação ou reforma de tribunais de que a província há muito se ressentia. Que ótimos procuradores do bem da pátria!<sup>43</sup>

Nada mais escreveu sobre os deputados da Bahia, mas referiu-se ainda aos do Brasil em geral, dando aliás uma notícia enganosa.

Apesar de todas as cavilosas delongas, concluiu-se a Constituição e foi assinada e jurada pelos deputados do Brasil com exceção de 3 ou 4, e muito folgamos de ouvir e ler que a maior parte dos deputados do Brasil declararam que as suas províncias queriam a união e a Constituição que fizessem as Cortes e que o mais eram intrigas e facções.<sup>44</sup>

Ora na verdade foram muitos mais os que se recusaram a assinar e jurar a Constituição: 10 não quiseram assinar e 15 se recusaram a jurar. Entre os deputados da Bahia, só três estiveram presentes naqueles dois atos: Alexandre Gomes Ferrão, Marcos Antônio de Sousa e Borges de Barros. Dois estiveram presentes no primeiro e não no segundo: Lino Coutinho e Pedro Rodrigues Bandeira. E três estiveram completamente ausentes: Cipriano Barata, Agostinho Gomes e Pinto da França. Só em janeiro de 1823 o redator informou que alguns deputados da Bahia tinham fugido de Lisboa num brigue inglês.

Os outros deputados da Bahia, que assinaram a indicação para não jurarem, vendo o caso mal parado, sempre assinaram a Constituição, porque têm que perder (...) Fizeram pagar o pato ao Barata, Lino e Gomes, a quem acompanharam em tudo, menos em fugir.<sup>45</sup>

Nota-se nos últimos dias do ano de 1822 uma preocupação em animar os habitantes da cidade sitiada pelos rebeldes, ressaltando a solidez da sua defesa.

Estamos desenganados de que os facciosos imperiais que hostilmente nos rodeiam nem se querem converter, nem se atrevem a atacar formalmente. Terça-feira vieram fazer um fogo estovado sobre as nossas avançadas para o lado do norte, mas fugiram como ratos e deixaram alguns mortos, entre os quais se divisou um oficial, um sargento e um frade. Parece que a fome os vai apertando, porque o comandante da Força Naval lhes tem feito um rigoroso bloqueio. A cidade cada vez se torna mais fortificada e o exmo. Sr. Madeira é incansável na sua defesa. Cá não entram eles!<sup>46</sup>

E tentava mostrar que não era a cidade, mas sim o Recôncavo que se encontrava em situação difícil.

Eles bloquearam a cidade, mas neste caso bloqueado é o bloqueante. A cidade, tendo a barra aberta, pode subsistir sem o Recôncavo, e o Recôncavo não pode por muito tempo subsistir sem a cidade. Nós só temos sentido falta de carne fresca e dos mais gêneros nunca a Bahia esteve tão abundante. E quais não têm sido as privações do Recôncavo? A que grau de desesperação não estão reduzidos os povos que viviam do seu tráfico com a cidade? Ora, queira Deus que os chefes da rebelião não apertem muito os cordéis e se vejam vítimas de um povo desesperado, a quem eles enganaram com promessas que não são capazes de cumprir...

Quanto mais corre o tempo, mais o Recôncavo enfraquece, e mais a cidade se fortifica.

Quem puder dominar desde a Vitória até a Soledade há de ser sempre senhor da província, uma vez que tenha a barra aberta e que possa bloquear o rio de Nazaré, Cachoeira e a Torre. Deixem-se pois os sitiante das suas loucas intenções, e saibam que a sua guerra é como a sua chicana.<sup>47</sup>

É interessante notar que o redator do *Baluarto Constitucional* pediu ao da gazeta que inserisse nesta folha uma notícia que precisava de ser rapidamente divulgada e não podia esperar pela publicação no seu periódico.

Constou-nos que o general Labatut dirigira circulares aos cônsules residentes nesta cidade, prevenindo-os de que, na sua entrada nela por força de armas (do que Deus o livrará), não responde pela propriedade nem pessoas dos súditos de suas respectivas nações. Custa-nos na verdade a acreditar haverem cabeças que de tal absurdo se persuadam. Como é que homem algum se arrojará a quebrantar o direito de neutralidade de que gozam todas as nações amigas? Onde, ou quem, nos mostra exemplo de uma tal infração, e até mesmo o de serem acometidos ou invadidos os estabelecimentos públicos? Ignoram acaso que a uma tal infração, ou antes atentado ao Direito das Gentes, se responde com uma declaração de guerra?<sup>48</sup>

O n° 93 do *Semanário Cívico* criticou o comandante da Força Marítima, José Joaquim Alves, por ter interrompido o bloqueio permanente, e este respondeu-lhe na gazeta do seguinte modo:

Sr. Redator do *Semanário*, enquanto Itaparica for dos insurgentes, nenhum bloqueio pode aproveitar e eu lhe poderia dar desta asserção demonstração exata, mas

como ela pode ser de utilidade aos inimigos, pois seria talvez mostrar-lhes o trilho que deveriam seguir, por isso a não descrevo, mas querendo-a saber, estou pronto a explanar-lha para seu desengano. Torno a repetir que, enquanto Itaparica não for por nós dominada, tudo é precário e, segundo o meu parecer, seria melhor aplicar as forças empregadas no bloqueio para nos conservarmos na posse daquela ilha. Então é que pode haver bloqueio, tornando-nos senhores do canal chamado o Funil, Barra Falsa, Rio de Janeiro. Deste modo privaríamos os inimigos das substâncias que tiram da costa ocidental do Recôncavo, compreendendo-a desde a barra chamada do Morro. Isto na suposição de que eles se não podem tirar dos portos do norte desta província, onde não há bloqueio, portanto no que dito fica é que devem com razão recair os clamores do público.<sup>49</sup>

A 17 de dezembro de 1822 o redator alegava ignorância do que se passava no Recôncavo, recusando-se a dar crédito aos rumores que circulavam pela cidade e minimizando as tropas rebeldes.

Não sabemos notícias do Recôncavo, nem acreditamos as patranhas que por aqui se levantam para entretenimento dos ociosos com cartas apócrifas, etc. Seria melhor não dar importância a tais cartas.

Quem conhece o Recôncavo bem sabe pouco mais ou menos a miséria e desesperação a que estão reduzidos aqueles povos agrícolas. A respeito de forças para atacar a cidade, isso são contos de velha. As forças consistem nos desertores da cidade e nos vadios de fora, que se uniram a um punhado de soldados do Rio de Janeiro, capitaneados por aventureiros que querem fazer fortuna e que contavam com as intrigas da cidade. Loucos! De que servem intrigas calvas e insulsas seduções aonde está um general desprezador de frívolos enredos e uma

tropa ajuizada e briosa, que sabe afrontar a morte, quanto mais ridículas cavilações e mexericos fradescos.

Além destas razões, que deviam há muito ter feito esmorecer os valentões de fora e os velhaquitos de dentro, a que número estará reduzido o gracioso exército atacante? Se nós, tendo excelentes quartéis, regularidade de pagamento, médicos, boticas, etc., sempre temos tantos doentes, que será deles expostos ao tempo, sem quartéis, sem boticas e médicos, sem dinheiro e sem disciplina?

(...) Têm aparecido por aqui gazetas do Rio, contando coisas da Bahia que por cá ninguém viu, nem sabe. Tudo são triunfos dos sitiantes sobre os sitiados, e têm morrido mais tropas européias do que as que têm vindo de Lisboa. É bom divertimento para depois do jantar o ler tais patranhas.<sup>50</sup>

Também neste número satirizou a “coroação imperial” no 1º de dezembro e a longa lista de despachos concedendo títulos, hábitos e mercês. Rematou sua sátira com a frase: “o despotismo paga bem a quem o serve”.

Em fins de dezembro de 1822, a Junta da Fazenda reconheceu que estavam exauridos seus recursos: faltavam-lhe os rendimentos da Alfândega, de exportação e importação; a décima, contratos e dízimos. Eram estanques todas as fontes das rendas públicas, por estarem estas circunscritas ao espaço de uma cidade sob bloqueio. Estavam estagnados todos os negócios, as compras e vendas de bens de raiz, e todas as transações particulares que produzi- am rendimentos para os cofres provinciais.

Não havia dinheiro para atender as requisições dos comandantes das forças de mar e terra. Não era possível recorrer aos Tesouros de outras províncias, “já pela mudança política que em muitas tem havido, já pelas dificuldades ou receio de falta de fundos”. A única solução era sacar sobre o Tesouro Público de Lisboa.

Nesta situação difícil não é de admirar que o juramento da Constituição, no domingo 29 de dezembro, tenha sido uma cerimônia pouco faustosa, apesar das descrições entusiásticas do redator, chegando a afirmar que o espírito geral da cidade era ótimo. Um leitor, contudo, em carta publicada na *Idade d'Ouro do Brasil*, deixou claro o pouco entusiasmo demonstrado pelas autoridades constituídas (governo, Câmara, Relação e Junta da Fazenda). No Palácio, nem uma colcha de dia, nem luminárias à noite.

Que direi eu e que dirão todos aqueles constitucionais verdadeiros, que protestam sacrificar até a mesma vida pela religião, pelo rei e pela Constituição da monarquia portuguesa? Outra coisa não podemos dizer senão que é um governo faccioso, rebelde e desleal, falto de sentimentos e de civilidade, e que o seu rancor à Constituição é tão grande que o não puderam disfarçar, ao menos com ações exteriores que nada decidem a respeito dos sentimentos do coração.<sup>51</sup>

No 1º número de 1823, o redator fez uma retrospectiva do avanço do partido fluminense na Bahia, e uma vez mais criticou aqueles que tinham deixado a subversão se alastrar, por hesitarem em prender os culpados.

E o Brasil? O Brasil segue a sorte de Portugal e, se a não seguir, está completamente perdido, porque os agentes da independência têm toda a capacidade para o levar a uma vastíssima anarquia. Em tal caso, Portugal fica sendo alguma coisa, e o Brasil nada, até que alguma nação estrangeira o venha povoar e cultivar de novo.

O Brasil é um jardim mui tenro. Qualquer tufão continuado descompõe esta linda flora. Se Portugal não acode já com governos sábios, a guerra civil, que por ora é nada, vai destruí-lo em breve. Aparecerão diversos partidos em armas e então, Deus nos acuda. A revolução da Bahia

e Pernambuco é uma prova da sua fraqueza. Lá, um militar chegado de fresco deitou por terra o governo e se fez ditador. Logo outro lhe fará o mesmo. Cá, quatro impostores, abusando da credulidade e fraqueza dos povos, revolucionaram toda a província, sem que ninguém lhes fosse à mão. Para prova de que esta não era a vontade pública, aí estão as representações da Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré, Ilhéus, Sergipe, etc., as quais pediam auxílio à cidade contra as sugestões dos emissários. E como nada se opôs aos agentes da facção, lavrou o incêndio como cachimbo em canavial seco.

Houve escrúpulo em prender os revolucionários, e agora há paciência para ver o sangue português derramado e muitas fortunas perdidas. Estamos no caso de uma rainha espanhola que quebrou as pernas de uma queda de cavalo desembestado, e ninguém lhe acudiu, porque a etiqueta era que só o estribeiro-mor podia pegar-lhe no estribo, e não se achava presente.

Andaram por aí os emissários do Rio a catequizar. Girava a doutrina subversiva. Acolhiam alguns senhores de engenho os desertores da cidade. A Cachoeira e Santo Amaro, muito antes do S. João, deu claras provas da revolução que se ensaiava sem mistério, e nem se formou culpa, nem se prendeu ninguém. Que delicado escrúpulo em guardar as Bases da Constituição!

Mas enfim, águas passadas não movem moinho. Tudo tinha de ser no sistema de Ibraim, segundo o *Feliz independente*. E para que não tenha de ser daqui em diante alguma coisa pior, bom seria que se fizesse alguma coisa. Dirão que isto não é da nossa conta, deixemos a quem é responsável pela província. Pois sim (e ainda bem, que as nossas declamações de nada têm servido às autoridades, que delas não necessitam), mas talvez sirvam para manter a constância da gente constitucional, que tanto tem brilhado nesta cidade. Temos mostrado que somos

portugueses e que, a respeito da grande multidão de inimigos que nos rodeiam, desempenhamos o versículo de Camões ‘a pouca gente lusa, que os apouca’.

Nem a brilhante Legião da Torre, nem a Cavalaria dos Numidas de S. Francisco, nem a meia lua do Recôncavo, nem o Exército Auxiliador do Rio e Pernambuco têm sido capazes de nos fazer embarcar, como se pretendeu pelo Entrudo e como se tem teimado até hoje.<sup>52</sup>

No número seguinte dá uma notícia para animar a população da cidade, ao mesmo tempo que critica a falta de capacidade de atuar do governo.

Esperam-se aqui embarcações do Ceará com peixe seco e carne que ficavam a sair para Pernambuco e que o bloqueio há de para aqui mandar. Também se espera muita carne do Norte e assim iremos vivendo até que Lisboa nos mande governo, porque aqui não há para onde apelar. A farinha vai escasseando, os doentes não têm carne fresca e já em Porto Seguro não se consentem exportações para aqui. E seria muito dificultoso mandar aos portos do sul buscar farinha e milho? Que forças haverá por lá?<sup>53</sup>

O redator em seguida afirma ter desistido de apontar o caminho aos governantes e declara que o seu propósito agora é outro.

Desenganados de nossos baldados escritos, já não escrevemos para os empregados, mas sim para o povo, e não consentimos que ninguém se desanime do triunfo constitucional nesta parte da monarquia, apesar da inércia que tem havido nas autoridades civis para esclarecer os povos de fora e pôr a polícia em ação para que a fásca se abafasse ao princípio.

O povo fora perturbado pela “péssima doutrina” do *Constitucional* e ninguém combatera a “doutrina hermogênea, felisbertina,

etc.”que declarava ódio a Portugal. Neste início do ano de 1823 o redator relembra sobretudo os erros que foram cometidos e que permitiram que na Bahia se desenvolvesse um partido a favor da independência.

Lembrados estarão os nossos leitores que, em uma folha do ano passado, apareceu um ofício do Governo Provisório dirigido às Câmaras para que elas declarassem a sua vontade sobre alguns quesitos feitos pelos deputados da Bahia. Foi por esta ocasião que as Câmaras se reuniram a dizerem o que os facciosos lhes ordenavam e desde então começou a desenvolver-se descaradamente a revolução.

Bem entendíamos nós que aqueles atos eram anticonstitucionais, porque eram feitos em virtude de algumas cartas dos deputados, de que o governo não devia fazer apreço, por não serem de ordem do Congresso e d’el-rei. Cartas de deputados são como as de qualquer particular, que não podem servir de instrumentos oficiais.<sup>54</sup>

Aquela reunião das Câmaras, que o redator considerava ilegal e perigosa, é que tinha dado origem a uma situação agora irreversível. Como ele escrevia, os revolucionários “foram a causa de se paralisar o comércio, de se esgotarem as finanças, de se perseguirem os europeus e de se arruinarem tantas famílias”. Muitos reinóis do Recôncavo tinham perdido suas famílias e bens, que eram muitos: “alguns tinham muito mais do que os principais agentes da facção”.

Muito nos aflige ver um português descorçoado porque perdeu sua fortuna na Cachoeira e Santo Amaro e porque não sabe de sua família. Bem sabemos que alguns perderam grossas fortunas, mas os da cidade também têm perdido muito, e contudo vivem as nossas tropas, por cuja conta correm nossos destinos, viva a Constituição e el-rei.<sup>55</sup>

Ao ler num periódico inglês que todo o Brasil obedecia ao novo imperador, “menos um palmo de terra” na Bahia, o redator escreveu no mesmo número:

Se, pois, todo o Brasil é pelo imperador, como é possível que todas as tropas e povo desta província, auxiliada pelo Rio e Pernambuco, não podem com o palmo de terra que ocupam os constitucionais nesta cidade.

E mais uma vez culpou a Junta Provisória eleita em janeiro de 1822 pela situação da Bahia.

Se a Bahia tivesse a fortuna de uma Junta Provisória como a do Pará e Maranhão (que descobriram os conspiradores e os expulsaram), não veríamos esta província vítima de tantos estragos.

Para o redator o mais importante era defender a cidade e para isso contava com o governador das Armas e com a disciplina da tropa portuguesa.

Estando, pois, a cidade defendida como se vê, qual é o que receia que 8 ou 10 mil homens a venham tomar? Maiormente não tendo esses 8 ou 10 mil homens mais do que 1 000 com alguma disciplina?

E dizia nem mesmo temer a esquadra do Rio de Janeiro. Na cidade sitiada procurava-se dar ânimo aos habitantes com celebrações constitucionais. Primeiro, houvera o juramento da Constituição, que na prática só foi festejado no forte de S. Pedro. Depois quiseram festejar o aniversário da instalação das Cortes a 26 de janeiro, mas o único sinal de júbilo foi militar: “Salvaram as fortalezas e os navios de guerra, segundo o estilo”.

A gazeta deu no seu nº 8 uma série de notícias curtas, mas de grande impacto: tinham sido embargados no Rio de Janeiro e em

Pernambuco os navios portugueses cujos donos residiam em Portugal. Os inimigos, segundo um rumor, estavam recebendo socorros pela Torre e Itapoã. Tinham fugido muitos escravos da cidade.

Já no nº 9, a leitura de uma gazeta extraordinária de Pernambuco em que colaboravam deputados da Bahia e de S. Paulo levou o redator a substituir as notícias pelas diatribes.

Não sabemos o que se há de excogitar para trazer à razão homens de tal natureza. Os seus colegas por aqui estão igualmente obstinados. Uns fogem, e outros andam a meter por baixo das portas de alguns europeus cartas ameaçantes, listas de proscricção e descomposturas mais insolentes do que se podia imaginar.

Para o redator a revolução era obra de áulicos e “loucos republicanos” e só tinha um aspecto diferente: o ter um príncipe como seu chefe. E perguntava: “Mas quantas revoluções se têm malgrado apesar de terem príncipes por chefes?” Se o Brasil não pudera ser independente em 1817, como o podia ser em 1822? A regeneração de Portugal não podia ter como consequência uma perda. Não era possível que um sábio Congresso não tivesse mantido aquilo que o fraco despotismo soubera conservar.

Sem querer, o redator forneceu informações importantes, como a de que os jovens tinham desertado seus empregos nas repartições públicas, depois de terem recebido os seus ordenados. Mesmo o cirurgião Silveira “cobrou seu quartel em um dia e fugiu no outro para o Rio”.

O hipócrita Baltazar da Silva Lisboa, que fez por muitos anos a desgraça da comarca dos Ilhéus e que era capaz de fazer a desgraça do mundo todo batendo nos peitos e rezando contas, e que sempre foi detestado pelos seus mesmos patrícios, também fugiu daqui blasfemando de tudo que não entendia.<sup>56</sup>

No último número da *Idade d'Ouro do Brazil* que chegou até nós, o de 18 de abril, seu redator apresentou um esboço da rebelião naquela província, passando em revista os principais eventos.

Quando a Constituição foi proclamada na Bahia, no memorável dia 10 de fevereiro, pela união dos europeus com os brasileiros (sem a qual união nada se podia fazer), começaram logo a dizer alguns espíritos superficiais: ora, pois, acabou-se a distinção e rivalidade entre europeus e brasileiros. Agora estamos unidos para sempre e o Brasil vai ser feliz.

Alguns espíritos, porém, que não param na superfície e que têm os olhos mais encovados, disseram: agora é que a rivalidade se desenvolve e esta amizade aparente vai romper em cenas escandalosas. O conde de Palmela tinha deixado aqui de passagem uma peçonha como a do caracol que suja tudo por onde passa, e o Felisberto, nos poucos dias que aqui esteve, fez muito mais do que se pensa. O Governo Provisório, que muito se fiava nas suas luzes e tratava tudo de bagatela, não o quis prender, apesar de prender o Borrvalho. E o mesmo governo, que aliás era fiel e zeloso, tinha contudo o seu Lino e o seu Manuel Pedro, que eram alguma coisa como depois se viu. O veneno do Palmela e do Felisberto apoderou-se da Artilharia e logo depois dos outros Regimentos da terra. O traidor Bocacciavi (que com o marquês da Lorna já tinha mostrado a sua honra) começou a dogmatizar no seu clube e a gerar clubinhos por outras partes. Fizeram-se os deputados com tanta escolha que até souberam ligar o Barata com o fanático Larraga da Vitória. Ajuntaram para enfeitar a igreja alguma coisa que fosse capaz de intrigar a sua mesma família e seu pai, ainda que fosse destituído de luzes. Assim lavrou o elemento da revolução, cresceu o número de facciosos em todas as profissões, e o governo tratou tudo de resto, até o ponto de se ver enxovalhado por meia dúzia de estouvados dentro

mesmo das paredes de Palácio. Não houve leis para os julgar e foram para Lisboa. Que comédia! Por este modo foi o crime conhecendo a impunidade. Aprendeu a não fazer caso das leis, nem do governo e, relaxados assim os laços que prendiam os povos desta província, não admira que a revolução fosse avante e que os facciosos do Entrudo achassem a cama feita para dormirem a sono solto. Se alguém então ralhava e punia pela verdade, dizia logo certo papalvo: ‘Nós sabemos o que fazemos’. Com efeito brilhou, e não se pode negar que sabe o seu ofício. Ao menos conhece os erros depois de cair neles.

O presidente Luís Manuel bem entendia a origem do mal com alguns companheiros mais espertos, mas não havia remédio senão contemporizar, e o grande Lino, depois de lançar os fundamentos à obra, foi consumá-la no Congresso com seus dignos colaboradores. Vai senão quando chega o Entrudo e aparecem em cena os mestraços que andavam por trás do bastidor. Leis por uma banda, ofícios pela outra, Montezuma para aqui, para ali Carvalhos, Salvadores por ali, por acolá Carneiros: rabulices, intrigas, deserções, armamento e pólvora para o Recôncavo. Bases da Constituição, não prender sem culpa formada, emissários do Rio, aleivosias contra as tropas européias, queixas ao Congresso e a el-rei que não quer reinar sobre cadáveres, ruas salpicadas com o sangue dos inocentes que escaparam a Herodes, etc. E eis aqui como se acabaram as rivalidades e se consolidou a união tão gabada em 10 de fevereiro.

O governo declarou ao príncipe que a província queria a união com o Rio, como centro da grande família brasileira. *O Constitucional* tocou a rebate, provocando a rebelião, e nada de justiça no júri. Ajuntaram-se as Câmaras de fora e tudo foi às mil maravilhas, porque os empregados civis e militares estavam faladinhos com o centro da cidade, e o pobre povo do Recôncavo ficou vítima dos

corifeus imperiais, pegando em armas à força e sem saberem por quê. Pediu-se auxílio ao Rio, aparecem esquadras e tropas. São roubados e acorrentados os europeus, sem excetuar os vigários que foram morrer nas cadeias de Pernambuco, como o de Rio Fundo, que foi preso pelos patriotas que foram da cidade, e um pardo clérigo. Os que deram algum dinheiro foram remetidos para Lisboa e Porto. E eis o amor e união que produziu o dia 10 de fevereiro. No meio de todas estas atrocidades, piores do que as que os franceses nos fizeram na invasão de Portugal, nós temos vivido na cidade sem ofender os brasileiros e eles ainda se queixam e inventam mil mentiras, e até negam que os europeus do Recôncavo tenham sofrido, porque não estão contentes enquanto não fazem o mesmo a todos. O sangue português tem sido vilmente derramado em alguns combates e os homens de (ilegível), que concorreram para estas patifarias, estão de consciência tranquila e ainda em cima andam trombudos e queixosos.

Pois saibam esses descontentes, que tudo lhes tem corrido a favor e que, se os constitucionais tivessem tido desde o rompimento da Cachoeira um chefe político militar, a revolução teria morrido no nascedouro e nem os europeus iriam de gargalheira, nem a súcia quixotal teria o atrevimento de fazer fogo à roda da cidade.

Por desgraça se inflamaram em zelo tolo alguns constitucionais que se julgaram hábeis para dirigir nossos destinos. Fizeram-se oráculos de política e iam dando com tudo de pantanas. Nunca desconfiamos da sua fidelidade, mas receávamos muito da sua ignorância em matérias de tanta transcendência, maiormente depois que nos disseram que nem de enxerto queriam nossa doutrina. (Quem ama a do Montezuma não quer a nossa). O homem de bem escreve publicamente os seus conselhos. Se vê a pátria em perigo usa da imprensa e não se intro-

mete naquilo para que não o chamam, nem anda com parcialidades, quando se deve falar claro.<sup>57</sup>

Este é o último texto sobre o movimento de independência na Bahia. É pena que sejam os anos referentes a 1821, 1822 e 1823 os mais escassos, quando outros periódicos como o *Semanário Cívico* e *O Constitucional* nos deixaram mais abundantes textos sobre este período de intensa agitação política. Da *Abelha* possuímos um único número, o 58, datado de 14 de abril de 1823, anterior portanto ao último da gazeta, que é de 18 de abril. O estilo de seu redator é muito mais direto do que o do redator da gazeta, mas os pontos de vista defendidos são idênticos. Um deles era a defesa do envio de uma Regência para o Brasil.

Quem cooperou muito para pôr algumas províncias do Brasil em dissidência foi a falta de ter vindo a Regência, acompanhando o decreto da retirada do príncipe, e tem crescido esta dissidência na razão da demora da Regência.

(...) Se quiserem fixar esta união, ponham aqui a Regência, composta de dignos varões, fazendo conhecer os bens da Constituição, dando a liberdade às províncias, em obedecendo à Constituição da monarquia, de fazer leis municipais conforme o seu local, e tendo uma força terrestre e marítima para sufocar os partidos. Eu, sem ser profeta, asseguro o Brasil cordialmente se une a Portugal.

Todos os periódicos que defendiam a união com Portugal e a Constituição de 1822 ficaram certamente sem ter que dizer depois de receberem a notícia da *Abrilada* em Portugal, que aboliu a Constituição e impôs novamente o absolutismo régio. Já não havia constitucionais para se oporem aos partidários de D. Pedro. Talvez por isso mesmo não temos nenhum número desses periódicos baianos, que certamente desistiram de sua campanha no mês de maio.

## NOTAS

<sup>1</sup> 1817, nº 25.

<sup>2</sup> 1817, nº 27.

<sup>3</sup> 1817, nº 28

<sup>4</sup> 1817, nº 29.

<sup>5</sup> 1817, nº 33.

<sup>6</sup> 1817, nº 35.

<sup>7</sup> 1817, nº 37.

<sup>8</sup> 1817, nº 42.

<sup>9</sup> 1817, nº 44.

<sup>10</sup> 1817, nº 45.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> 1817, nº 58.

<sup>13</sup> 1817, nº 85.

<sup>14</sup> 1821, nº 13.

<sup>15</sup> 1821, nº 17.

<sup>16</sup> 1821, nº 47.

<sup>17</sup> 1821, nº 19.

<sup>18</sup> 1821, nº 20.

<sup>19</sup> 1821, nº 22.

<sup>20</sup> 1821, nº 23.

<sup>21</sup> 1821, nº 25.

<sup>22</sup> 1821, nº 38.

<sup>23</sup> 1821, nº 50.

<sup>24</sup> “Idéias gerais sobre a revolução do Brasil e suas conseqüências”, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 43-44, pp. 62-63.

<sup>25</sup> In Brás do Amaral, *História da Independência na Bahia*, Bahia, 1923, p.126.

- <sup>26</sup> Maria Graham anota, no seu diário a 3 de novembro, dia em que efetivamente ocorreram perturbações na cidade: “The disputes between the European Portuguese and the Brazilians in the city, seem to be about to come to a crisis.” (p. 150)
- <sup>27</sup> *Semanário Cívico*, n° 37, 1821.
- <sup>28</sup> 1821, n° 115.
- <sup>29</sup> 1821, n° 116.
- <sup>30</sup> *Semanário Cívico*, n°37, 1821.
- <sup>31</sup> Maria Graham, no seu diário, dá a notícia dos confrontos: “There has already been some skirmishing, in which, however, I hear there have been only three men killed. The Brazilian artillery occupies Fort San Pedro; the governor, and the wreck of the Junta, have town and the palace.”
- <sup>32</sup> *Semanário Cívico*, n° 37, 1821.
- <sup>33</sup> 1821, n° 76, terceiro suplemento.
- <sup>34</sup> 1822, n° 100.
- <sup>35</sup> 1822, n° 78.
- <sup>36</sup> 1822, n° 87.
- <sup>37</sup> 1822, n° 88.
- <sup>38</sup> 1822, n° 91
- <sup>39</sup> 1822, n° 93.
- <sup>40</sup> 1822, n° 95.
- <sup>41</sup> 1822, n° 94.
- <sup>42</sup> 1822, n° 98.
- <sup>43</sup> 1822, n° 97.
- <sup>44</sup> 1822, n° 99.
- <sup>45</sup> 1823, n° 5.
- <sup>46</sup> 1822, n° 98.
- <sup>47</sup> 1822, n° 99.
- <sup>48</sup> 1822, n° 98.
- <sup>49</sup> 1822, n° 102.
- <sup>50</sup> 1822, n° 101.

<sup>51</sup> 1822, n° 105.

<sup>52</sup> 1823, n° 1.

<sup>53</sup> 1823, n° 2.

<sup>54</sup> 1823, n° 4.

<sup>55</sup> 1823, n° 5.

<sup>56</sup> 1823, n° 9.

<sup>57</sup> 1823, n° ilegível.

# FONTES

## 1 – Manuscritos

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Coleção Documentos biográficos

Antônio Pedro da Silva Guimarães, C 795,28

Francisco Inácio da Siqueira Nobre, C 31,8

Pedro Rodrigues Bandeira, C 483,4

Manuel Antônio da Silva Serva, C 579,24

I – 31, 27, 3 Aviso de Fernando José de Portugal ao conde da Ponte, remetendo o requerimento de Francisco Inácio de Siqueira Nobre, Bahia, 9 de fevereiro de 1808.

I – 31, 28, 26 Representação do corpo do Comércio da Bahia, (1808).

I – 31, 28, 47, Projeto de Estatutos de uma companhia de seguros marítimos denominada *Conceito Público* na cidade da Bahia (1808)

II – 33, 21, 26 Requerimento de Manuel Antônio da Silva Serva, pedindo a extensão da isenção de recrutamento concedida aos oficiais da tipografia ao mestre livreiro e aos oficiais e aprendizes que nela se fossem admitindo

II – 33, 22,46 Lista dos vasos construídos na cidade da Bahia no ano de 1810 e das quilhas postas nos estaleiros desde janeiro até 1º de março de 1811

II – 33, 22, 59 Carta de Francisco Inácio de Siqueira Nobre a D.Domingos Antônio de Sousa Coutinho, Bahia, 11 de setembro de 1811 .

II – 33, 22, 68 Ofício do desembargador Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho

II – 33, 22, 69 Cartas do arcebispo da Bahia, Frei Francisco, ao príncipe regente (1814-1815)

II – 33, 22, 73 Ofício do desembargador Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho

II – 33, 22, 74 Ofício do marechal de campo Felisberto Caldeira Brant Pontes ao conde de Palmela

II – 33, 23, 49 Ofício do juiz de fora de Jaguaripe, Antônio Augusto da Silva, dando seu parecer sobre a exploração de barro para a fábrica de vidros pertencente a Francisco Inácio de Siqueira Nobre

II – 33, 24, 6, n°s 1 e 2 Ofício do conde de Linhares ao conde dos Arcos.

II – 33, 25, 53, n°1 Crônica dos acontecimentos da Bahia, de 1809 a 1828.

II – 33, 32, 17 Ofício do marquês de Aguiar ao conde dos Arcos.

II – 34, 6, 57 Representação sobre as tentativas de rebelião dos negros, seus batuques e danças.

II – 34, 8, 13 Representação dos professores de primeiras letras.

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

Coleção Lamego, n<sup>o</sup> 94: Cartas do conde dos Arcos ao conde das Galveias, escritas da Bahia

## 2 – Impressos

*Almanaque para a cidade da Bahia. Ano 1812*, Salvador, Secretaria da Educação e Cultura da Bahia, 1973

*Aos ilustres e honrados cidadãos da Bahia, o amigo dos homens e da pátria*, (6 de março de 1821), Bahia, na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho (1821)

Brito, João Rodrigues de – *Cartas econômico-políticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821

Casal, Manuel Aires do – *Corografia brasílica, ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1817, 2 vols.

*Discurso sobre o estado atual do Brasil, dirigido à soberana nação portuguesa*, (Bahia, 4 de outubro de 1822, João Bernardo dos Reis Mota), Bahia, na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho, 1822; *Continuação do discurso sobre o estado atual do Brasil dirigido à soberania da nação* (Bahia, 22 de outubro de 1822, João Bernardo dos Reis Mota), Bahia, na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho, 1822

*Economia açucareira do Brasil no séc.XIX. Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1976

Graham, Maria – *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There, During Part of the Years 1821, 1822, 1823*, Londres, 1824

*José Fernandes da Silva Freire, deão da Santa Igreja Metropolitana e vigário capitular do arcebispado...a todos os reverendos sacerdotes e mais súditos deste arcebispado...*, (20 de fevereiro de 1821), Bahia, Tipografia da Viúva Serva e Carvalho (1821)

*José Fernandes da Silva Freire... a todos os reverendos párocos, clero e mais súditos deste arcebispado...* (16 de abril de 1821), Bahia, na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho (1821)

*Lettres familières et Fragment du journal intime de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957

Maximiliano, príncipe de Wied-Neuwied – *Viagem ao Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1989

Melo, Manuel Jacinto de Sampaio e – *Novo método de fazer o açúcar ou reforma geral econômica dos engenhos do Brasil, em utilidade particular e pública*, Bahia, na Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1816

*Portaria (Junta Provisional do Governo)*, 25 de fevereiro de 1821, Bahia, Tipografia da Viúva Serva e Carvalho (1821)

“Preliminares para os Estatutos da Real Sociedade Baiense dos Homens de Letras”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 47, 1ª parte

Prior, James – *Voyage along the Eastern Coast of Africa, to Mosambique, Johanna, and Quiloo; to Santa Helena; to Rio de Janeiro, Bahia and Pernambuco in Brazil, in the Nisus Grigate*, Londres, 1819

*Ratificação do protesto feito no Congresso de Lisboa, em 11 de setembro de 1822, apresentada a Sua Majestade o imperador do Brasil por um deputado da Bahia em maio de 1823* (Londres, 29 de março de 1823, Marcos Antônio de Sousa), Bahia, na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho, 1824

*Reflexões sobre o decreto de 18 de fevereiro deste ano oferecidas ao povo da Bahia por Filagiosotero*, Bahia, na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho, 1821

*Reflexões sobre o estado atual do Brasil, dirigidas à soberania da nação portuguesa* (Bahia, 18 de setembro de 1822, João Bernardo dos Reis Mota), Bahia, na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho (1822)

*Reforço patriótico ao **Censor Lusitano** na interessante tarefa que se propôs de combater os periódicos. Análise do manifesto do príncipe real aos brasileiros (Voz do Brasil)* Bahia, na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho, 1822

Spix e Martius – *Viagem pelo Brasil. 1817-1820*, 3 vols., S.Paulo, Melhoramentos, 1976

### 3 – Periódicos

Abelha (nº 58, 1823)

Analizador Constitucional (nºs 13 e 15, 1822)

Baluarto Constitucional (nº 1, s.d.)

Diário Constitucional, depois O Constitucional

Espreitador Constitucional (nº 2, s.d.)

Semanário Cívico, 1821-1822

## BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- Amaral, Brás do – *História da Independência na Bahia*, Bahia, 1923
- Bethell, Leslie – *A abolição do tráfico de escravos no Brasil. A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos*, Rio de Janeiro, 1976
- Calmon, Pedro – *História da literatura baiana*, Rio de Janeiro, 1949
- Carvalho, Alfredo de – “A imprensa baiana de 1811 a 1899”, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 6, 1899; “O primeiro jornal baiano”, *ibid.*, 15, 1908
- Castro, Renato Berbert de – *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações. Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1811-1819*, Salvador, 1968
- Neves, Lúcia M. Bastos P. – *Corcundas e constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Revan, 2003
- Silva, Inácio Accioli de Cerqueira e – *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*, Bahia, 1931
- Silva, Maria Beatriz Nizza da – *Movimento constitucional e separatismo no Brasil, 1821-1823*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988; *Cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à Independência do Brasil*, Lisboa, Estampa, 1999
- Tavares, Luís Henrique Dias – *A Independência do Brasil na Bahia*, Rio de Janeiro, 1977; *História da Bahia*, 10ª ed., Salvador, EDUFBA/UNESP, 2001
- Varnhagen, Francisco Adolfo de – *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*, 6ª ed., Brasília, 1977
- Verger, Pierre – *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe siècle*, Paris, 1968

	<b>COLOFÃO</b>
<b>Formato</b>	15 x 22 cm
<b>Tipologia</b>	Bodoni Bk BT 12/16
<b>Papel</b>	Alcalino 75 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 250 g/m <sup>2</sup> (capa)
<b>Impressão e Acabamento</b>	Cian
<b>Tiragem</b>	400

